



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM TERAPIA  
OCUPACIONAL**

---

**Acessibilidade em edifícios públicos de cultura em uma cidade de  
médio porte do Estado de São Paulo**

**LUCIENE GOMES**

São Carlos  
2014

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL**

**Acessibilidade em edifícios públicos de cultura em uma cidade de médio porte do Estado de São Paulo**

**LUCIENE GOMES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Terapia Ocupacional do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Terapia Ocupacional.

Área de Concentração: Promoção do desenvolvimento humano nos contextos da vida diária.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Luísa Guillaumon Emmel

São Carlos  
2014

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da  
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

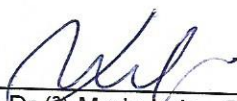
G633ae Gomes, Luciene.  
Acessibilidade em edifícios públicos de cultura em uma cidade de médio porte do estado de São Paulo / Luciene Gomes. -- São Carlos : UFSCar, 2014.  
276 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2014.

1. Terapia ocupacional. 2. Acessibilidade. 3. Deficientes. 4. Desenho universal. 5. Edifícios públicos. 6. Pessoas com deficiências. I. Título.

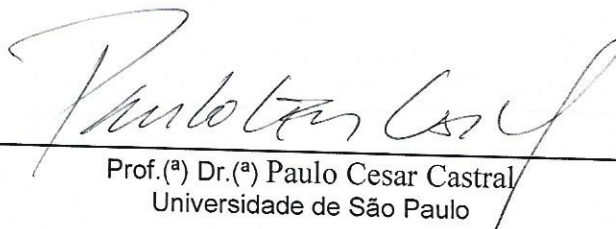
CDD: 615.8515 (20<sup>a</sup>)

FOLHA DE APROVAÇÃO DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DO(A)  
ALUNO(A) Luciene Gomes, DEFENDIDA PUBLICAMENTE EM 22 DE maio DE  
2014.



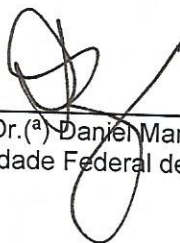
---

Prof. (a) Dr. (a) Maria Luisa G. emmel  
Orientador(a) e Presidente  
Universidade Federal de São Carlos



---

Prof. (a) Dr. (a) Paulo Cesar Castral  
Universidade de São Paulo



---

Prof. (a) Dr. (a) Daniel Marinho C. Cruz  
Universidade Federal de São Carlos

Homologado na CPG-PPGTO na  
\_\_\_\_. Reunião no dia

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

“Quando reconhecemos a diversidade de formas e funcionamentos que compõem a experiência humana, muda drasticamente o modo como imaginamos e construímos os espaços em que vivemos, passamos a imaginar e criar ambientes capazes de acolher nossas diferenças, ampliando imensamente o horizonte de possibilidades de vidas que consideramos normais, não há um modo único de ser normal: não existe um tipo único de corpo, não há apenas um tipo de ambiente e os valores e sentidos que regem nossa existência se transformam junto com nosso conhecimento das coisas e nosso desejo de inventar mundos mais interessantes. A capacidade de projetar-se imaginativamente no campo de experiência do outro abre um modo novo de conhecer o mundo e a nós mesmos. Aventurar-se por universos subjetivos diferentes daqueles que conhecemos é uma maneira de enriquecer nossas percepções”. Benilton Bezerra - Psicanalista

## **Agradecimentos**

Ao meu avô, meu amor, que saudade!

A minha avó e minha mãe pelo apoio contínuo, pela ajuda incessante, pela paciência, pelo amor, por me fazer acreditar que tenho asas pra ir até onde eu quiser, minha eterna gratidão. Esse momento é nosso!

A querida Malu que não só me orientou, mas foi capaz de compreender as dificuldades que tive ao longo desse trabalho, que acreditou em uma arquiteta no Programa de Pós Graduação da Terapia Ocupacional e me proporcionou a realização de um trabalho apaixonante!

Ao meu anjo da guarda Maria Helena Caliri pelo cuidado e carinho de sempre.

Pedro, tia Marisa, Rosalba, Soeli, Nilson, Vera, Mércia e Tim por tantas, tantas coisas...

A Luciana Agnelli e Rodrigo Martinez pelo carinho, compreensão, paciência e apoio durante todo esse trabalho.

Mariane Lourenço, Nelise Martins Andrade e Luciana (de novo), queridas, obrigada pela ajuda fundamental na coleta de dados.

Ao Andrey, Giovana, Aron, Fabiana, Larissa, Preta, Luisa, Daniela e Verônica, obrigada todos os dias!

A Lana, Kamila pelo apoio.

A todo corpo clínico e aos funcionários do Hospital Especializado por cuidarem tão bem de mim, consegui!

Ao Programa de Pós Graduação da Terapia Ocupacional (UFSCar) representado pela professora Thelma Simões Matsukura, que tão bem me receberam, obrigada pelo respeito, compreensão e apoio.

Aos amigos e colegas do SENAC São Carlos, especialmente ao Jurandir, Marcia, Marco Antônio, Debora Beatrice, Eduardo Francisco, Regina Marcelo e Marcio (e ao Marcelo também, mesmo não trabalhando mais lá).

Enfim, a todos os que de alguma maneira fizeram ou fazem parte da minha vida! Muito obrigada sempre!

**Resumo:** Ser acessível é a condição que cabe a um ambiente, espaço ou objeto para ser utilizado por todas as pessoas, já que a diversidade é característica dos seres humanos. A cidade precisa respeitar estas diferenças e deve ser de seu interesse estar adequada arquitetonicamente, de modo a facilitar a integração de todos os indivíduos que nela residem. Considerando o planejamento arquitetônico como aliado na promoção da inclusão social da pessoa com deficiência ou pessoa com mobilidade reduzida, esta pesquisa tratou de questões relacionadas ao acesso aos bens de cultura pelo deficiente, levantando questões referentes à legislação e as normas técnicas, criadas para beneficiar a pessoa com deficiência. Teve-se por objetivo fazer uma análise da acessibilidade em sete instituições municipais de cultura da Cidade e dois Distritos Municipais de São Carlos, interior do Estado de São Paulo. A escolha por edifícios públicos de cultura se deu pelo direito da pessoa com deficiência participar na vida cultural, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, se integrando a sociedade. Todos os prédios foram visitados e, através de um *checklist* baseado nas Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas NBR9050, 2004, foram registrados os espaços adequados e inadequados em relação à acessibilidade de pessoas com deficiência física e visual. Após a coleta, os dados passaram por análises quantitativas, pontuando os recursos de acessibilidade mais comuns, sua adequação e os recursos não instalados. Os resultados mostram que em todos os itens avaliados nos espaços externos e internos dos edifícios, são necessárias adequações, instalações ou construções de facilitadores que permitam ao deficiente físico e visual a interação com os ambientes nos espaços culturais escolhidos. Este trabalho contribuiu com a construção de conhecimento na área, apontando o estado da arte na cidade estudada.

**Palavras-Chave:** Acessibilidade. Desenho Universal. Edifício Público de Cultura. Pessoa com Deficiência.

**Abstract:** Since diversity is a characteristic of human beings, a crucial feature of any environment, space or object intended for use by anyone is accessibility. The city has to accommodate these differences and be adapted architectonically to enable the integration of all its dwellers. The idea driving this project is the belief that architectural planning is a potential ally in furthering the social inclusion of people with a disability or reduced mobility. This study thus deals with issues related to their access to cultural facilities, particularly by raising questions concerning the specific legislation and technical standards created to help people with disabilities. Specifically, the aim was to analyze accessibility in seven municipal cultural institutions in São Carlos city in upstate São Paulo, two of which are in outlying municipal districts. Public cultural buildings were chosen for study in the belief that a person with disability should have the same opportunities to participate in cultural life as any other person, thus becoming integrated into society. Cultural spaces should be duly adapted and accessible to the various forms of perception, locomotion and communication characteristic of an inclusive society. All cultural buildings in the chosen area were visited and, using a checklist stipulated by the Brazilian Association of Technical Standards (NBR 9050, 2004), the public spaces were classed as adequate or inadequate with respect to their accessibility to people with a disability (either visual or physical). The data collected was subjected to quantitative analysis by scoring the commonest accessibility resources, according to their adequacy, as well as the resources not installed. The results show that in all the items analysed, both in the internal and external spaces of the buildings under study, there is a need for adaptations, installations or the building of equipment that allows the physically or visually disabled to interact with the environment in the cultural spaces they choose. By indicating the “state of the art” in the chosen city, this study contributed to the body of knowledge in the area of accessibility.

**Key-words:** Accessibility. Universal Design. Public Building for Culture and People with Disabilities.



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>2</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>3</b>
<b>3</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>11</b>
<b>3.1</b>	<b>Políticas públicas para cultura no Brasil.....</b>	<b>11</b>
<b>3.2</b>	<b>Conceitos referentes à acessibilidade e desenho universal .....</b>	<b>15</b>
<b>3.3</b>	<b>Acessibilidade em ambientes culturais .....</b>	<b>24</b>
3.3.1	Exemplos de edifícios culturais com intervenções acessíveis.....	30
3.3.1.1	BIBLIOTECA MÁRIO DE ANDRADE .....	31
3.3.1.2	Biblioteca Pública do Amazonas .....	34
3.3.1.3	Museu do Futebol .....	36
3.3.1.4	Museu de Arte Moderna – MAM.....	38
3.3.1.5	Pinacoteca do Estado de São Paulo .....	40
3.3.1.6	Metropolitan Museum of Art.....	43
3.3.1.7	Museu de Liverpool.....	45
<b>4</b>	<b>OBJETIVOS .....</b>	<b>48</b>
<b>5</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>49</b>
<b>5.1</b>	<b>Contextualização.....</b>	<b>49</b>
<b>5.2</b>	<b>Local.....</b>	<b>49</b>
<b>5.3</b>	<b>Coleta de Dados .....</b>	<b>50</b>
5.3.1	Procedimentos de coleta de dados .....	50
5.3.3	Análise técnica dos equipamentos culturais .....	52
<b>6</b>	<b>RESULTADOS .....</b>	<b>53</b>
<b>6.1</b>	<b>Breve histórico das edificações .....</b>	<b>53</b>
6.1.1	Armazém Cultura Lola Pulcinelli Bion.....	53
6.1.2	Biblioteca Municipal Amadeu Amaral.....	54
6.1.3	Estação Cultura.....	55
6.1.4	Biblioteca Pública Municipal Euclides da Cunha .....	56
6.1.5	Museu da Ciência e Tecnologia Professor Mario Tolentino .....	58
6.1.6	Teatro Municipal Dr. Alderico Vieira Perdigão / <i>Teatro de Arena José Saffioti Filho</i> .....	63
6.1.7	Museu de Pedra e Cineclube .....	65
<b>6.2</b>	<b>Análise Técnica da Acessibilidade .....</b>	<b>66</b>
6.2.1	VAGAS PARA ESTACIONAMENTO.....	66
6.2.1.1	Armazém Cultura Lola Pulcinelli Bion.....	67

6.2.1.2	Biblioteca Pública Municipal Euclides da Cunha .....	68
6.2.1.3	Estação Cultura.....	69
6.2.1.4	Teatro Municipal Dr. Alderico Vieira Perdigão / Teatro de Arena José Saffioti Filho.....	70
6.2.1.5	Resultados gerais do tópico “Vagas de estacionamento” .....	71
6.2.2	PASSEIO PÚBLICO .....	72
6.2.2.1	Armazém Cultura Lola PulcinelliBiason.....	72
6.2.2.2	Biblioteca Municipal Amadeu Amaral.....	75
6.2.2.3	Biblioteca Pública Municipal Euclides da Cunha .....	77
6.2.2.4	Museu da Ciência e Tecnologia Professor Mario Tolentino .....	78
6.2.2.5	Teatro Municipal Dr. Alderico Vieira Perdigão / Teatro de Arena José Saffioti Filho.....	80
6.2.2.6	Estação Cultura.....	83
6.2.2.7	Museu de pedra e o cineclube.....	85
6.2.2.8	Resultados gerais do tópico “Passeio Público” .....	86
6.2.3	ACESSOS.....	86
6.2.3.1	Armazém Cultura Lola Pulcinelli Biason.....	87
6.2.3.2	Biblioteca Municipal Amadeu Amaral.....	92
6.2.3.3	Biblioteca Pública Municipal Euclides da Cunha .....	97
6.2.3.4	Estação Cultura.....	100
6.2.3.5	Museu da Ciência e Tecnologia Professor Mário Tolentino .....	102
6.2.3.6	Museu de Pedra e Cineclube .....	105
6.2.3.7	Teatro Municipal Dr. Alderico Vieira Perdigão / Teatro de Arena José Saffioti Filho.....	105
6.2.3.8	Resultados gerais do tópico “Acesso” .....	109
6.2.4	RAMPAS E DESNÍVEIS.....	111
6.2.4.1	Armazém Cultura Lola Pulcinelli Biason.....	112
6.2.4.2	Biblioteca Municipal Amadeu Amaral.....	113
6.2.4.3	Biblioteca Pública Municipal Euclides da Cunha .....	119
6.2.4.4	Estação Cultura.....	121
6.2.4.5	Museu da Ciência e Tecnologia Professor Mário Tolentino .....	122
6.2.4.6	Teatro Municipal Dr. Alderico Vieira Perdigão / Teatro de Arena José Saffioti Filho.....	124
6.2.4.7	Resultados gerais do tópico “Rampas e Desníveis” .....	128
6.2.5	CORRIMÃO / RAMPA PRINCIPAL.....	129
6.2.5.1	Armazém Cultura Lola Pulcinelli Biason.....	130
6.2.5.2	Biblioteca Pública Municipal Amadeu Amaral.....	130
6.2.5.3	Biblioteca Pública Municipal Euclides da Cunha .....	133
6.2.5.4	Estação Cultura.....	136
6.2.5.5	Museu da Ciência e Tecnologia Professor Mário Tolentino .....	137
6.2.5.6	Teatro Municipal Dr. Alderico Vieira Perdigão / Teatro de Arena José Saffioti Filho.....	138
6.2.5.7	Resultados gerais do tópico “Corrimão / Rampa Principal” .....	141
6.2.6	INSTALAÇÕES SANITÁRIAS .....	142
INSTALAÇÕES SANITÁRIAS .....		142
6.2.6.1	Armazém Cultura Lola PulcinelliBiason.....	143
6.2.6.2	Biblioteca Amadeu Amaral .....	146
6.2.6.3	Biblioteca Euclides da Cunha.....	151
6.2.6.4	Museu de Ciência e Tecnologia.....	154

6.2.6.5	Teatro Municipal Dr. Alderico Vieira Perdigão / Teatro de Arena José Saffioti Filho.....	157
6.2.6.6	Estação Cultura.....	161
6.2.6.7	Resultados gerais do tópico “Instalações Sanitárias” .....	163
6.2.7	PLATAFORMAS VERTICAIS .....	164
6.2.7.1	Biblioteca Euclides da Cunha.....	165
6.2.7.2	Teatro Municipal Dr. Alderico Vieira Perdigão / Teatro de Arena José Saffioti Filho.....	168
6.2.7.3	Resultados gerais do tópico “Plataformas verticais” .....	170
6.2.8	ESPAÇOS DE REUNIÕES .....	171
6.2.8.1	Armazém Cultura .....	172
6.2.8.2	Biblioteca Amadeu Amaral .....	176
6.2.8.3	Museu da Ciência e Tecnologia Professor Mario Tolentino .....	181
6.2.8.4	Teatro Municipal/Teatro De Arena. ....	183
6.2.8.5	Resultados gerais para o tópico “Espaço de reuniões”.....	189
6.2.9	BIBLIOTECA, SALA DE INFORMÁTICA E ESPAÇO PARA EXPOSIÇÕES. 190	
6.2.9.1	Armazém Cultura .....	191
6.2.9.2	Biblioteca Amadeu Amaral .....	194
6.2.9.3	Biblioteca Euclides da Cunha.....	207
6.2.9.4	Estação Cultura.....	212
6.2.9.5	Museu da Ciência e Tecnologia.....	213
6.2.9.6	Teatro Municipal/Teatro de Arena .....	220
6.2.9.7	Resultados gerais do tópico “Biblioteca, Sala de Informática e Espaço para Exposições” .....	220
6.2.10	MAPA TÁTIL .....	221
6.2.10.1	Resultados gerais para o tópico “MapaTátil” .....	222
<b>6.3</b>	<b>Análise técnica comparativa .....</b>	<b>223</b>
<b>7</b>	<b>DISCUSSÃO .....</b>	<b>225</b>
<b>8</b>	<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>236</b>

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Projeção no piso de uma pessoa utilizando cadeira de rodas, e a adoção deste módulo.....	16
Figura 2 - Área de Giro: As áreas de giro ou rotação são espaços necessários para os usuários de cadeiras de rodas efetuarem manobras. ....	16
Figura 3 - Medidas para Circulação de Cadeirantes.....	17
Figura 4 - Vista geral das fachadas.....	31
Figura 5 - Entrada da Biblioteca pela Avenida São Luís com corrimãos e sinalização tátil....	32
Figura 6 - Corrimãos com duas alturas e sinalização tátil.....	32
Figura 7 – Plataforma vertical localizada na Praça Dom José Gaspar com sinalização tátil. ..	33
Figura 8 - Biblioteca Circulante. ....	33
Figura 9 - Vista da fachada da biblioteca. ....	35
Figura 10 - Vista parcial do piso tátil na entrada da biblioteca.....	35
Figura 11 - Mapas tátil e caneta de áudio.....	35
Figura 12 - Vista fachada Museu do Futebol. Foto: Nelson Kon.....	37
Figura 13 - Piso tátil. Foto: Nelson Kon.....	38
Figura 14 - Fachada MAM.....	39
Figura 15 - Piso tátil instalado na fachada MAM.....	39
Figura 16- Visita com grupo e educadores falando em libras. ....	40
Figura 17 - Vista das passarelas na Pinacoteca do Estado de São Paulo.....	41
Figura 18 - Vista do elevador panorâmico da Pinacoteca do Estado de São Paulo. ....	42
Figura 19 - Modelo de expositores acessíveis e piso tátil de alerta próximo aos expositores na Pinacoteca do Estado de São Paulo. ....	42
Figura 20 -Pessoa com deficiência visual interagindo com uma escultura exposta na Galeria Tátil da Pinacoteca do Estado de São Paulo.....	43
Figura 21 - Vista a fachada principal do museu.....	44
Figura 22 - Visita de grupos com deficiência visual. ....	45
Figura 23 - Vista geral do museu.....	46
Figura 24 - Vista noturna do museu. ....	47
Figura 25 - Pessoa com deficiência física circulando pelo espaço do museu. ....	47
Figura 26 - Vista frontal do Armazém Cultura. 2013.....	53
Figura 27 - Vista geral da biblioteca pela Avenida São Carlos.....	54
Figura 28 - Vista Estação Cultura pela Rua Bento Carlos.....	55
Figura 29 - Vista Frontal do prédio e totem da biblioteca Euclides da Cunha.....	56
Figura 30 - Estrutura em madeira de peroba rosa e lanternim. 2013.....	57
Figura 31 - Vista de parte do térreo pelo mezanino superior.2013. ....	57
Figura 32 - Praça Coronel Salles na metade da década de 30 visto do alto do prédio Euclides da Cunha.....	58
Figura 33 - Vista do Edifício Euclides da Cunha construído em 1900 antes da reforma.....	59
Figura 34 -Theatro São Carlos/ Cine São Carlos. ....	59
Figura 35 - Vista Da Praça coronel Salles após a reformada em 1990. Fonte: Acervo da Fundação Pró Memória. ....	60
Figura 36 - Vista lateral da Casa do Trabalhador – Praça Coronel Sales 2007.....	61
Figura 37 - Entrada da garagem no subsolo- Praça Coronel Sales 2007.....	61
Figura 38 - Vista interna da garagem no subsolo - Praça Coronel Sales 2007.....	62
Figura 39 - Vista interna da garagem no subsolo - Praça Coronel Sales 2007.....	62
Figura 40 - Vista Córrego da Biquinha. ....	63
Figura 41 - Vista da fachada do Teatro Municipal pela Rua José Bonifácio. ....	64
Figura 42 - Reforma da área interna do Teatro Municipal.....	64

Figura 43 - Vista noturna da fachada principal do Teatro Municipal pela Rua José Bonifácio. ....	65
Figura 44 - Fachada Museu de Pedra e Cineclubes. ....	66
Figura 45 - Estacionamento. ....	68
Figura 46 - Vaga em via pública. ....	68
Figura 47 - Sinalização da vaga reservada para PCD. ....	69
Figura 48 - Estacionamento para carga e descarga. ....	70
Figura 49 - Vaga não sinalizada horizontalmente. ....	71
Figura 50 - Passeio público. Fonte: Fundação Pró Memória. ....	73
Figura 51 - Detalhe passeio público. 2013. ....	73
Figura 52 - Circulação externa. 2013. Fonte: Fundação Pró Memória. ....	74
Figura 53 - Em vermelho indicação do percurso entre Biblioteca Amadeu Amaral, Museu da Ciência e Tecnologia e Teatro Municipal. 2013. ....	75
Figura 54 - Rebaixamento de guia no passeio público da Avenida São Carlos. 2013. ....	76
Figura 55 - Piso da área externa revestido com as pastilhas de mármore. 2013 (A) e Piso da área externa com pastilhas de mármore pintadas. Janeiro/2014. (B) ....	76
Figura 56 - Passeio público margeando a Avenida Sallun. 2013. ....	77
Figura 57 - Passeio público margeando a Rua Antônio de Almeida Leite. 2013. ....	78
Figura 58 - Vista do revestimento de pedras portuguesas da Praça Coronel Salles e da Avenida São Carlos. 2013. ....	79
Figura 59 - Desnível entre o leito carroçável e o começo do rebaixamento da guia. ....	79
Figura 60 - Vista da escada e parte da fachada. 2013. ....	80
Figura 61 - Piso revestido com pedra portuguesa. 2013. ....	80
Figura 62 - Passeio público revestido com pedra portuguesa 2013. ....	81
Figura 63 - Mobiliário urbano instalado no percurso do pedestre. 2013. ....	81
Figura 64 - Piso tátil de alerta. 2013. ....	82
Figura 65 - Rebaixamento de guia revestido com pedra portuguesa. 2013. ....	83
Figura 66 - Rebaixamento de guia com pedras soltas e desnível entre o leito carroçável e a começo da rampa. 2013. ....	83
Figura 67 - Piso em concreto da área externa. 2012. ....	84
Figura 68 - Rachaduras no piso da área externa coberta. 2013. ....	85
Figura 69 - Vista geral da fachada. ....	87
Figura 70 - Fachada posterior. 2013. ....	88
Figura 71 - Entrada pelo fundo do edifício. 2013. ....	88
Figura 72 - Detalhe da maçaneta de madeira arredondada. 2013. ....	89
Figura 73 - Desnível na soleira da entrada principal. 2013. ....	89
Figura 74 - Porta vai e vem que interliga a biblioteca infantil com o balcão. 2013. ....	90
Figura 75 - Vista externa na biblioteca infantil. 2013. ....	91
Figura 76 - Janela com vidro basculante horizontal. 2013. ....	91
Figura 77 - Piso de madeira do interior da biblioteca infantil. 2013. ....	92
Figura 78 - Piso de lajota cerâmica quadrada vermelha. 2013. ....	92
Figura 79 - Vista da entrada principal da biblioteca infantil do Piso 2. 2013. ....	93
Figura 80 - Porta de Vidro biblioteca. 2013. ....	94
Figura 81 - Detalhe puxador arredondado. 2014. ....	94
Figura 82 - Detalhe do desnível na entrada principal da biblioteca infantil no piso 1. 2013. ....	94
Figura 83 - Capacho na entrada para a biblioteca janeiro/2013. ....	94
Figura 84 - Entrada para a biblioteca no piso 1. Janeiro/2014. ....	95
Figura 85 - Entrada lateral da biblioteca infantil. 2013. ....	96
Figura 86 - Entrada para a biblioteca no Piso 3. 2013. ....	96
Figura 87 - Portão de acesso ao interior do lote. 2013. ....	97

Figura 88- Acessos para a porta principal do edifício. 2013. ....	98
Figura 89 - Imagem das aberturas no térreo. 2013. ....	98
Figura 90 - Janela fechada por uma persiana no pavimento superior. 2013. ....	99
Figura 91 - Capacho na entrada da biblioteca. 2013. ....	99
Figura 92 - Grelha. 2013. ....	99
Figura 93- Acessos para a área da antiga plataforma de embarque. 2013.....	100
Figura 94- Portão de acesso para a antiga plataforma. 2013.....	100
Figura 95- Porta com folha dupla. 2012.....	101
Figura 96 - Percurso pra PCD interno ao lote. 2012. ....	102
Figura 97 - Entrada. 2013.....	103
Figura 98- Porta de acesso para o Galpão das Ciências. 2013. ....	103
Figura 99- Porta com barra antipânico. 2013. ....	103
Figura 100- Detalhe do piso na entrada. 2013.....	104
Figura 101- Detalhe do puxador da entrada principal. 2013.....	105
Figura 102- vista da porta externa do <i>foyer</i> pela praça.2013.....	106
Figura 103 - Porta lateral para entrada na sala de espetáculo. 2013.....	107
Figura 104- Detalhe da maçaneta tipo alavanca da parte externa na porta da sala de espetáculos. 2013.....	107
Figura 105- Entrada do Teatro de Arena. 2013.....	108
Figura 106 - Portão de entrada para a parte superior do palco. 2013.....	109
Figura 107- Detalhe da rampa revestida por pedras, .....	112
Figura108 - Degraus lateral. ....	113
Figura 109 - Vista da porta do banheiro masculino e escada no Piso1. ....	114
Figura 110 - Vista da porta dos sanitários e escada no Piso1. Janeiro/2014. ....	114
Figura 111 - Mobiliário no espaço onde funcionava o espelho d`água. 2013.....	114
Figura 112 - Espaço onde funcionava o espelho d`água. Janeiro de 2014.....	115
Figura 113 - Rampa de acesso ao piso 2. 2013. ....	116
Figura 114 - Rampa de acesso ao piso2 pelo passeio público. Janeiro/2014.....	117
Figura 115- Vista da rampa de acesso ao piso1 pelo piso 2. 2013.....	117
Figura 116 - Piso tátil na rampa de acesso ao Piso. janeiro/2014. ....	118
Figura 117 - Escada revestida com granito de acesso ao piso 3.....	118
Figura118 - Rampa de acesso. 2013.....	119
Figura 119 - Patamar na escada interna revestida com granilite e com piso tátil.....	120
Figura 120 - Escada externa com o piso tátil.....	121
Figura 121 - Detalhe plano inclinado. 2013. ....	122
Figura 122 - Degrau na entrada do refeitório. 2013. ....	123
Figura 123 - Rampa de acesso ao nível inferior do refeitório. 2013. ....	123
Figura 124 - Escada que interliga a praça até a cota do museu. 2013. ....	124
Figura 125 - Rampa revestida de pedra portuguesa na praça próxima a entrada principal. ...	124
Figura 126 - Rampa principal pelo passeio público da Rua José Bonifácio. 2013. ....	125
Figura 127 - Rampa principal pelo patamar superior. 2013.....	125
Figura 128- Rampa externa para acesso ao Teatro de Arena. 2013. ....	126
Figura 129 - Plano de piso inclinado para entrada no Teatro de Arena. 2013. ....	126
Figura 130 - Escada externa. 2013. ....	127
Figura 131 - Vista da escada e plataforma vertical pelo <i>foyer</i> . 2013. ....	128
Figura 132 - Guarda corpo na rampa do piso 2. 2013. ....	131
Figura 133 - Guarda corpo na rampa do piso 2. Janeiro/2014. ....	131
Figura 134 - Guarda corpo unilateral instalado sobre guia de balizamento. 2013. ....	132
Figura 135 - Guarda corpo unilateral instalado sobre guia de balizamento. Janeiro/2014. ...	132
Figura 136- Guarda corpo. 2013.....	133

Figura 137 - Detalhe dos corrimãos duplos na rampa.....	134
Figura 138 - Detalhe dos corrimãos duplos na rampa.....	134
Figura 139 - Corrimão com altura única na escada interna. 2013.....	135
Figura 140 - Guarda corpo no mezanino no piso superior. 2013.....	135
Figura 141 - Escada principal com corrimãos duplos centrais.....	136
Figura 142 - Escada com corrimão de acesso para o pavimento superior. 2013.....	137
Figura 143 - Rampa que interliga o foyer ao Galpão da Ciência. 2013.....	137
Figura 144 - Guarda Corpo e corrimão na rampa de acesso. 2013.....	138
Figura 145 - Detalhe do corrimão instalado no guarda corpo. 2013.....	138
Figura 146 - Passarela em estrutura metálica. 2013.....	139
Figura 147 - Guarda Corpo e corrimãos. 2013.....	140
Figura 148 - Corrimãos com uma altura na escada externa. 2013.....	140
Figura 149 - Circulação externa aos sanitários e copa. 2013.....	144
Figura 150 - Sanitários. 2013.....	144
Figura 151 - Lavatórios, papelreira e saboneteira. 2013.....	145
Figura 152 - Sanitários interditados no Piso2. Janeiro 2013.....	146
Figura 153 - Boxe do banheiro feminino no Piso3. 2013.....	147
Figura 154 - Vista geral do sanitário feminino no Piso 2. Maio/2013.....	147
Figura 155 - Sanitários feminino em reforma no piso 1. 2013.....	148
Figura 156 - Porta de acesso do sanitário. Janeiro/2014.....	149
Figura 157 - Detalhe do puxador da do sanitário. Janeiro/2014.....	149
Figura 158 - Sanitário.....	150
Figura 159 - Vista lavatório. Janeiro/2014.....	151
Figura 160 - Plano inclinado no acesso aos sanitários no térreo. 2013.....	151
Figura 161 - Porta do boxe acessível. 2013.....	152
Figura 162 - Detalhe do boxe para PCD. 2013.....	153
Figura 163 - Lavatório com barra e papelreira externa ao boxe. 2013.....	153
Figura 164 - Plano inclinado e circulação para acesso aos sanitários. 2013.....	154
Figura 165 - Porta do sanitário para PCD. 2013.....	155
Figura 166 - Imagem interna do sanitário para PCD. 2013.....	156
Figura 167 - Detalhe do material de limpeza guardado no sanitário para PCD. 2013.....	156
Figura 168- Vista geral dos lavatórios. 2013.....	158
Figura 169 - Boxe para PCD. 2013.....	158
Figura 170 - Porta do boxe acessível sem e sinalização. 2013.....	159
Figura 171 - Vista da bancada e lavatórios teatro. 2013.....	160
Figura 172 - Sanitário feminino no Teatro de Arena.....	161
Figura 173 - Boxe do sanitário para uso dos frequentadores e funcionários.....	162
Figura 174 - Banheiro químico para uso dos funcionários.....	162
Figura 175 - Vista da plataforma vertical pelo térreo. 2013.....	165
Figura 176 - Vista da plataforma vertical pelo pavimento superior. 2013.....	166
Figura 177 - Detalhe do painel de controle interno da cabine. 2013.....	166
Figura 178 - Detalhe interno da cabine. 2013.....	167
Figura 179 - Piso tátil de alerta instalado no acesso a cabine. 2013.....	167
Figura 180 - Vista da plataforma vertical no térreo. 2013.....	168
Figura 181- Barra de apoio no interior da plataforma. 2013.....	169
Figura 182 - Reforma para colocação de equipamento eletromecânico.....	169
Figura 183 - Vista geral da sala de reunião e projeção. 2013.....	173
Figura 184 -Tela de projeção.....	173
Figura 185 - Poltrona e bebedouro na sala de espera. 2013.....	174
Figura 186- Telecentro. 2013.....	174

Figura 187 - Vista geral da sala onde funciona o correio. 2013.....	175
Figura 188 - Vista geral da sala de reunião próximo aos sanitários. 2013.....	175
Figura 189 - Detalhe da porta de entrada pro auditório. 2013.....	176
Figura 190 - Vista geral da sala pela parte posterior. 2013.....	177
Figura 191 - Cadeiras sem apoio lateral. 2013.....	177
Figura 192 - Cadeiras extras dispostas atrás da última fileira de assentos.....	178
Figura 193 - Mobiliário disposto na circulação lateral. 2013.....	178
Figura 194 - Vista dos degraus na lateral do palco.....	179
Figura 195 - Detalhe caixa de força.....	179
Figura 196 - Aberturas na parede posterior do palco.....	180
Figura 197 - Sistema de ventilação fixados no teto.....	180
Figura 198 - Vista geral do auditório pela parte posterior da sala.....	181
Figura 199 - Espaço na lateral da sala não sinalizado.....	182
Figura 200 - Degraus laterais pela frente do palco (esquerda) e- Degraus para acesso até à frente da sala (direita).....	183
Figura 201 - Degrau para acesso ao palco.....	183
Figura 202 - Vista geral da circulação pela frente da sala. 2013.....	185
Figura 203 - Degraus para acesso ao palco. 2013.....	185
Figura 204 - Local para cadeira de rodas e assento para obeso. 2013.....	186
Figura 205 - Circulação posterior dos assentos. 2013.....	187
Figura 206 - Vista geral do palco e plateia. 2013.....	187
Figura 207 - Vista geral escada de acesso para a parte superior. 2013.....	188
Figura 208 - Detalhe do desnível na parte interna.....	191
Figura 209 - Balcão de atendimento. 2013.....	192
Figura 210 - Vistas da sala de leitura. 2013.....	193
Figura 211 - Vista geral do mobiliário da biblioteca.....	193
Figura 212 - Detalhe da escada do mobiliário da brinquedoteca.....	194
Figura 213 - Biblioteca Infantil.....	194
Figura 214 - Mesa para atendimento.....	195
Figura 215 - Mobiliário.....	195
Figura 216 - Prateleira acervo infantil. 2013.....	196
Figura 217 - Prateleira acervo infanto juvenil. 2013.....	196
Figura 218 - Espaço para atividades infantis. 2013.....	197
Figura 219 - Mesa de apoio para os computadores.....	198
Figura 220 - Cadeira regulável.....	198
Figura 221 - Biblioteca Piso3. 2013.....	199
Figura 222 - Persianas instaladas na fachada de vidro. 2013.....	200
Figura 223 - Sinalização tátil no antigo espelho d'água. 2014.....	201
Figura 224 - Detalhe da madeira usada como rampa. 2014.....	201
Figura 225 - Vista parte inferior da passarela do Piso 1. Janeiro/2014.....	202
Figura 226 - Vista interior do Espaço Braile. Janeiro/2014.....	203
Figura 227 - Vista geral da sala de informática. Janeiro/2014.....	203
Figura 228 - Mapa com alto relevo. Janeiro/2014 (esquerda) e Obras em braile. Janeiro/2014 (direita).....	204
Figura 229 - Telefone público no Piso3. Janeiro/2013.....	205
Figura 230 - Telefone público. Janeiro/2014.....	205
Figura 231 - Bebedouro no Piso3. 2013.....	206
Figura 232 - Falta de sinalização tátil no piso no Espaço Braile. Janeiro/2014.....	206
Figura 233 - Balcão para atendimento. 2013.....	207
Figura 234 - Vista do térreo pelo mezanino superior. 2013.....	208



Figura 235 - Circulação e mobiliário no térreo. 2013. ....	208
Figura 236 - Circulação e mobiliário no térreo. 2013. ....	209
Figura 237 - Circulação e mobiliário no térreo. 2013. ....	209
Figura 238 - Mobiliário infantil. 2013.....	210
Figura 239 - Prateleira infantil. 2013.....	210
Figura 240 - Mobiliário no térreo com computadores. 2013.(esquerda) e bebedouro próximo a entrada dos sanitários. 2013. (direita).....	211
Figura 241 - Prateleiras pavimento superior. 2013.....	212
Figura 242- Mobiliário. 2013. ....	212
Figura 243 - Banco em “S” no foyer. 2013. ....	213
Figura 244 - Balcão de atendimento. 2013.....	214
Figura 245 - Bebedouros (esquerda) e detalhe bebedouro. 2013. (direita) .....	214
Figura 246 - Experimentos do acervo permanente. 2013.....	215
Figura 247 - Experimentos do acervo permanente. 2013.....	216
Figura 248 - Bebedouro. 2013.....	216
Figura 249 - Detalhe da vala linear. 2013. ....	216
Figura 250 - Circulação e expositor. 2013. ....	217
Figura 251 - Circulação e expositores. 2013. ....	217
Figura 252 - Mobiliário do Galpão da Ciências. 2013. ....	218
Figura 253 - computadores e TV instalados .....	219
Figura 254 - Mobiliário refeitório. 2013 .....	219
Figura 255 - Composição tátil entre piso tátil de alerta e dimensional. ....	271
Figura 256 - Piso tátil de alerta sinalizando o mobiliário urbano.....	271
Figura 257 - Detalhe das placas de concreto na “praça” do Teatro Municipal. 2013. ....	273

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Gráfico das deficiências dos brasileiros. Participação no total da população em %	5
Gráfico 2 - Gráfico demonstrativo com os tipos de deficiência encontrados no último censo e sua incidência por Estados e Regiões do país	5
Gráfico 3- Itens atendidos (azul) e não atendidos (vermelho) em cada edifício para “Vagas de Estacionamento”	71
Gráfico 4 - Itens atendidos (azul) e não atendidos (vermelho) em cada edifício para “Passeio Público”	86
Gráfico 5 - Itens atendidos (azul) e não atendidos (vermelho) em cada edifício para “Acesso”	110
Gráfico 6 - Itens atendidos (azul) e não atendidos (vermelho) em cada edifício para “Rampa Principal”	128
Gráfico 7 - Itens atendidos (azul) e não atendidos (vermelho) em cada edifício para “Corrimão / Rampa Principal”	141
Gráfico 8 - Itens atendidos (azul) e não atendidos (vermelho) em cada edifício para “Instalações Sanitárias”	163
Gráfico 9 - Itens atendidos (azul) e não atendidos (vermelho) em cada edifício para “Plataformas verticais”	170
Gráfico 10 - Itens atendidos (azul) e não atendidos (vermelho) em cada edifício para o tópico “Espaço de Reuniões”	189
Gráfico 11 - Itens atendidos (azul) e não atendidos (vermelho) em cada edifício para “Biblioteca, Sala de Informática e Espaço para Exposições”	221
Gráfico 12 - Itens atendidos (azul) e não atendidos (vermelho) em cada edifício para o tópico “Mapa Tátil”	222
Gráfico 13 - Radar do Armazém Cultura Amaral	224
Gráfico 14 - Radar da Bibl. Amadeu	224
Gráfico 15 - Radar da Bibl. Euclides da Cunha	224
Gráfico 16 - Radar da Estação Cultura	224
Gráfico 17 - Radar do Museu da Ciência	224
Gráfico 18 - Radar do Teatro Municipal	224
Gráfico 19 - Radar do Museu de pedra	224

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Aspectos relativos a diversidade do ser humano.....	18
Tabela2: Vagas para Estacionamento.....	66
Tabela3: Passeio Público.....	72
Tabela4: Acessos aos edifícios.....	86
Tabela 5: Rampas e desníveis nos edifícios.....	111
Tabela6: Corrimão Rampa Principal.....	129
Tabela 7 - Instalações Sanitárias.....	142
Tabela 8 - Plataformas verticais.....	164
Tabela 9 - ESPAÇOS DE REUNIÕES.....	171
Tabela 10 – Biblioteca/ Salas de Informática/ Espaço para Exposições.....	190
Tabela 11 - Mapa Tátil.....	221
Tabela 12 - Dados para análise comparativa entre os locais e os tópicos/aspectos avaliados.....	223

## LISTA DE ANEXOS

<b>Anexos.....</b>	<b>254</b>
<b>Anexo I: Autorização dos Órgãos Municipais Responsáveis pelos Edifícios.....</b>	<b>255</b>
<b>Anexo II – Checklist Elaborado para Avaliação dos Edifícios.....</b>	<b>260</b>
<b>Anexo III - Leis e Normas de Referência para a Construção e Manutenção de Calçadas.....</b>	<b>266</b>
<b>Anexo IV - Recomendações de Adequação.....</b>	<b>268</b>

## 1 APRESENTAÇÃO

Comecei a entender o significado da palavra acessibilidade e do desenho universal quando passei a ser “classificada” como uma pessoa com deficiência física após um acidente em 1998.

A princípio, vivi a realidade de um hospital e de um centro de excelência especializado em reabilitação física, o hospital Sarah Kubistchek, em Brasília – DF, onde comecei a experimentar a realidade de uma usuária de cadeira de rodas. Foi nele que, pela primeira vez, entendi que um edifício pode ser bonito e ao mesmo tempo disponibilizar soluções arquitetônicas interessantes e de acesso. Em todos os espaços internos e externos, as dificuldades de locomoção eram as minhas porque uma lesão na 3ª e 4ª vértebras cervicais me impuseram restrições grandes de movimento, porém os ambientes possibilitavam o meu direito constitucional de ir e vir.

A primeira saída, e as que se seguiram, foi um choque de realidade porque comecei a entender a dificuldade de circular pelas cidades, ir a um cinema, teatro, um show, frequentar restaurantes com mesas que permitissem a aproximação da minha cadeira de rodas, frequentar a casa dos meus amigos, voltar para a universidade, entrar em um sanitário, andar por uma calçada, entre outras tantas dificuldades que afetariam não só a minha vida como a de todas as pessoas do meu convívio social. Quando voltei para a universidade onde cursei arquitetura, encontrei um espaço que começava a ser adaptado, principalmente para as necessidades de uma pessoa com dificuldades motoras. Hoje ela está fisicamente mais adequada.

As cidades ainda são excludentes com pessoas com deficiência (PCD), e a falta de sinalização universal, de transporte público acessível que atenda a demanda, de rampas, elevadores ou plataformas, de guias rebaixadas, boas calçadas, são alguns exemplos do quanto ainda deve ser feito.

É provável que muitos problemas seriam resolvidos ou amenizados com educação e profissionais preparados, e citando especificamente o curso de arquitetura, existe uma lacuna no que diz respeito à acessibilidade e desenho universal como disciplina. Quando fui trabalhar com esses temas, percebi o quanto estava despreparada para fazer projetos que atendessem de forma conjunta as leis e normas vigentes e as necessidades de pessoas com alguma restrição física, auditiva ou visual. Tive que estudar sobre essas especificidades e usar a minha experiência para entender melhor como deve ser um projeto que busca um espaço universal.

Mesmo me dedicando a essas áreas de estudo há algum tempo, no processo para essa pesquisa percebi a amplitude dos assuntos. Entendi que vivemos em um país com uma

legislação e normas que atendem amplamente a necessidades das PDC, mas a minha vivência mostrava que pouco vinha sendo feito e pode ser comprovada tecnicamente nos edifícios avaliados.

Mostrar a importância de oferecer um espaço para todos e apontar faltas, erros e acertos dos espaços, me fez escolher como tema do projeto de mestrado, a acessibilidade e o desenho universal.

## 2 INTRODUÇÃO

**“Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle” (Secretaria Nacional dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, 2001. Direitos Humanos no Cotidiano, Artigo 25).**

No ano de 2006 a Organização das Nações Unidas (ONU) promoveu a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, apresentando dados que mostravam a existência de 650 milhões de pessoas com alguma deficiência, ou seja, aproximadamente 10% da população mundial, sendo que, aproximadamente 80% dessas pessoas viviam em países em desenvolvimento. Em 2011, os dados do Relatório Mundial sobre Deficiência, documento elaborado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pelo Banco Mundial indicaram que mais de um bilhão de pessoas em todo o mundo possuem algum tipo de deficiência. Foi mostrado também, que a maioria das cidades localizadas nos países em desenvolvimento não estão estruturalmente preparadas para atender a pessoa com deficiência (PCD), o que dificulta ainda mais o acesso a saúde, transporte, educação, cultura, dentre outros.

No Brasil, os dados do Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), demonstraram que, entre o total estimado de 190,7 milhões de brasileiros, aproximadamente 45 milhões de pessoas declararam ter algum tipo de deficiência, ou seja, quase 24% da população<sup>1</sup> apresentaram algum tipo de deficiência, dentre elas:

-Deficiência visual: incluiu as pessoas com dificuldade permanente para enxergar (avaliada com o uso de óculos ou lentes de contato, no caso de a pessoa utilizá-los) de acordo com a seguinte classificação: Não consegue de modo algum – para a pessoa que declarou ser permanentemente incapaz de enxergar; Grande dificuldade – para a pessoa que declarou ter grande dificuldade permanente de enxergar, mesmo com o uso de lentes de corretivas; Alguma dificuldade – para a pessoa que declarou ter alguma dificuldade permanente de enxergar, mesmo usando lentes corretivas ou nenhuma dificuldade – para a pessoa que declarou não ter qualquer dificuldade permanente de enxergar, ainda que precisando usar óculos ou lentes de contato.

-Deficiência auditiva: Para determinar a deficiência auditiva, foi avaliado se a pessoa tinha dificuldade permanente de ouvir (utilizando aparelho auditivo, no caso de a pessoa utilizá-lo).

---

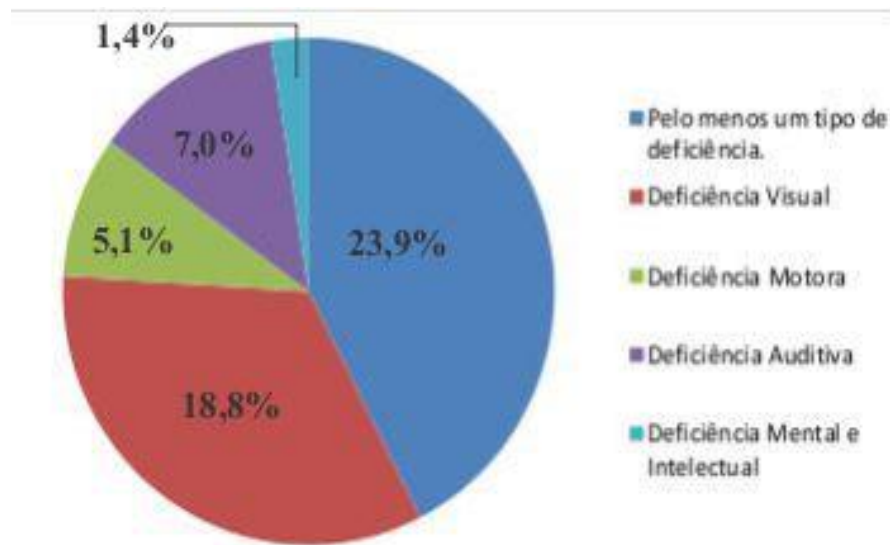
<sup>1</sup>Resultado do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE (provedor de dados e informações do país,) que em 2010 foi feito por amostragem.

- Deficiência motora: Foi avaliada a dificuldade permanente de caminhar ou subir escadas (utilizando prótese, bengala ou aparelho auxiliar, no caso de a pessoa utilizá-lo), de acordo com a seguinte classificação: Não consegue de modo algum – para a pessoa que declarou ser permanentemente incapaz, por deficiência motora, de caminhar e/ou subir escadas sem a ajuda de outra pessoa; Grande dificuldade – para a pessoa que declarou ter grande dificuldade permanente de caminhar e/ou subir escadas sem a ajuda de outra pessoa, mesmo com uso de prótese, bengala ou aparelho auxiliar; Alguma dificuldade – para a pessoa que declarou ter alguma dificuldade permanente de caminhar e/ou subir escadas sem a ajuda de outra pessoa, ainda usando prótese, bengala ou aparelho auxiliar; ou nenhuma dificuldade – para a pessoa que declarou não ter qualquer dificuldade permanente de caminhar e/ou subir escadas sem a ajuda de outra pessoa, ainda que precisando usar prótese, bengala ou aparelho auxiliar.

- Deficiência intelectual: Foi pesquisado se a pessoa tinha alguma deficiência intelectual permanente que limitasse as suas atividades habituais. Não foram consideradas como deficiência intelectual as perturbações ou doenças mentais como autismo, neurose e esquizofrenia.

Definidos esses critérios, foram apurados os seguintes resultados para o Brasil: da população total (190.755.799), 23,9% apresentou um tipo de deficiência (45.623.910) e o restante (76,1%) nenhuma das deficiências citadas acima. Nesses resultados não foram consideradas múltiplas deficiências, os dados mais recentes para estes casos são os do censo do IBGE divulgados no ano 2000, que apontavam cerca de 9.980.465 pessoas com múltiplas deficiências.

Gráfico 1 - Gráfico das deficiências dos brasileiros. Participação no total da população em %

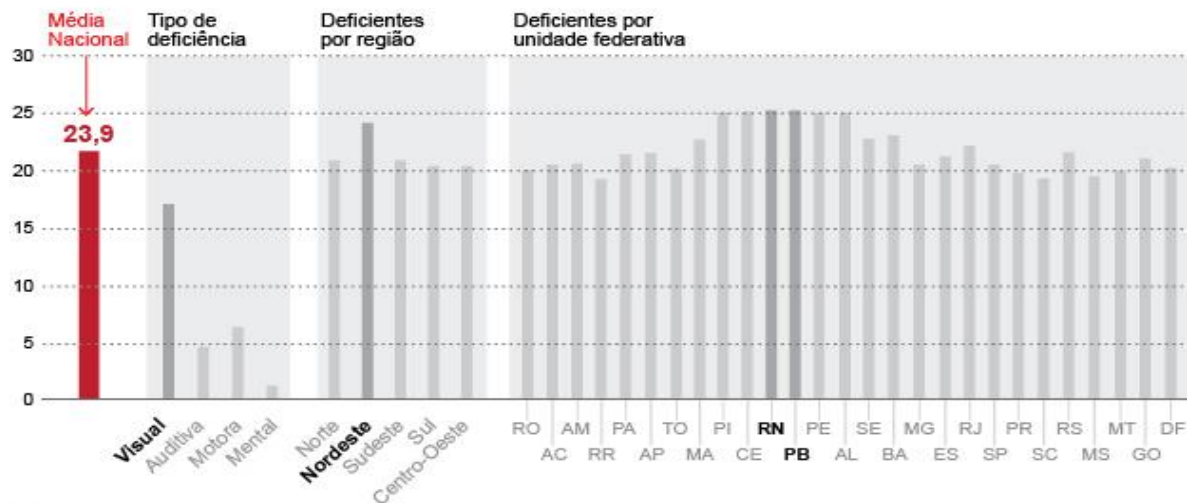


Fonte: IBGE – 2010.

Gráfico 2 - Gráfico demonstrativo com os tipos de deficiência encontrados no último censo e sua incidência por Estados e Regiões do país

### População com deficiência no Brasil

EM PORCENTAGEM



G1.com.br

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE)

Fonte: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/04/239-dos-brasileiros-declaram-ter-alguma-deficiencia-diz-ibge.html>

Os gráficos 1 e 2 mostram que dos quase 24% da população com alguma deficiência, a deficiência visual é a que mais acometeu a população chegando a 35,7 milhões de pessoas, das quais 18,8% dos entrevistados afirmaram ter dificuldade para enxergar, mesmo com óculos ou lentes de contato. A deficiência motora apareceu como a segunda mais relatada pela



população com mais de 13,2 milhões de pessoas, o que equivale a 7% dos brasileiros e a deficiência motora severa foi declarada por mais de 4,4 milhões de pessoas, destas, mais de 734,4 mil disseram não conseguir caminhar ou subir escadas de modo algum e mais de 3,6 milhões informaram ter grande dificuldade de locomoção. Cerca de 9,7 milhões declararam ter deficiência auditiva (5,1%). A deficiência auditiva severa foi declarada por mais de 2,1 milhões de pessoas, dentre as quais 344,2 mil são surdas e 1,7 milhão de pessoas têm grande dificuldade de ouvir. A deficiência intelectual foi declarada por mais de 2,6 milhões de brasileiros.

No gráfico 2, também foi demonstrado que a região com maior número de deficientes é o Nordeste, seguido pelo Norte, Sudeste, Sul e Centro Oeste. Nos Estados de Rondônia e Paraíba, a deficiência atinge cerca de 25% da população, número acima da média nacional apontada nos gráficos 1 e 2. Esses números são instrumentos importantes, pois ajudam a identificar quem são essas pessoas e como é grande o desafio envolvido na construção de uma sociedade inclusiva, porque para isso, é necessário discutir questões abrangentes que pressupõem o respeito às diferenças, a garantia ao acesso universal, aos direitos sem barreiras ou limitações de natureza física, socioeconômica ou cultural em razão de alguma deficiência.

Os números sobre quais as deficiências foram categorizadas e que foram divulgados pelo IBGE, mostra que foram reportadas na pesquisa desde dificuldades até deficiências visuais, físicas, auditivas e intelectuais. A deficiência foi classificada pelo grau de severidade de acordo com a percepção das próprias pessoas entrevistadas sobre suas funcionalidades. A avaliação foi feita com o uso de facilitadores como óculos e lentes de contato, aparelhos de audição, bengalas e próteses. As perguntas feitas aos entrevistados buscaram identificar as deficiências visual, auditiva e motora pelos seguintes graus de dificuldade: (i) tem alguma dificuldade em realizar; (ii) tem grande dificuldade e, (iii) não consegue realizar de modo algum; além da deficiência mental ou intelectual<sup>2</sup>.

As deficiências são classificadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) através da Classificação Internacional de Doenças, CID<sup>3</sup>, que se baseia em duas referências para a descrição dos estados de saúde: a CID e a CIF<sup>4</sup>.

A CID é publicada pela (OMS) e fornece códigos relativos à classificação de doenças e de uma grande variedade de sinais, sintomas, aspectos anormais, queixas, circunstâncias

---

<sup>2</sup> Cartilha do censo 2010 – A Deficiência no Brasil, Pg. 5. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>

<sup>3</sup> A CID-10 foi conceituada para padronizar e catalogar as doenças e problemas relacionados à saúde, tendo como referência a Nomenclatura Internacional de Doenças, estabelecida pela Organização Mundial de Saúde.

<sup>4</sup> <http://www.who.int/classifications/en>.

sociais e causas externas para ferimentos ou doenças. A cada estado de saúde é atribuída uma categoria única, à qual corresponde um código que contém até seis caracteres.<sup>5</sup>

Essa classificação que considera as condições anormais de saúde e suas causas e não leva em consideração o impacto dessas condições na qualidade de vida da pessoa/paciente, é hoje uma exigência legal para todos os benefícios e atestados relacionados ao paciente. (BATTISTELA; BRITO, 2002). A maioria das leis no Brasil, que concede benefícios a PCD, tem como exigência a apresentação de laudo médico algumas vezes acompanhado da avaliação e assinatura de outros profissionais de equipes multiprofissionais, com preenchimento de campos específicos para códigos da CID ou a simples informações desses códigos em atestados médicos em receituário comum assinado por médico (NUBILA, 2007).

A CID é revista periodicamente e no momento está em vigor a sua décima edição, a CID-10.

Para cobrir as questões que não eram alcançadas pela CID, foi elaborada a CIF, como uma classificação que se propõe a retratar os aspectos de funcionalidade, incapacidade e saúde das pessoas. O que pode ser entendido como um objetivo geral adquire um caráter multidisciplinar, com possibilidade de aplicação em todas as culturas e trazendo pela primeira vez a incorporação dos aspectos de contexto do indivíduo (NUBILA; BUCHALLA, 2008).

A CIF focaliza o seu interesse no conceito "vida", considerando a forma como as pessoas vivem os seus problemas de saúde e como estas podem melhorar as suas condições de vida para que consigam ter uma existência produtiva e enriquecedora. Isto tem implicações sobre a prática da medicina, sobre a legislação e políticas sociais destinadas a melhorar o acesso aos cuidados de saúde, bem como à proteção dos direitos individuais e coletivos. A CIF transforma a nossa visão da deficiência, que não é mais o problema de um grupo minoritário e não se limita unicamente às pessoas com deficiência visível. Por exemplo, uma pessoa afetada por HIV pode ficar incapacitada em termos de oportunidades de participação ativa na sua profissão, neste caso, a CIF apresenta diferentes perspectivas para direcionar medidas pertinentes visando a possibilidade dessa pessoa continuar integrada na vida ativa e participar plenamente na vida da comunidade. A CIF considera que a funcionalidade/incapacidade é influenciada pelas estruturas e funções corporais, atividades e participação como domínios relacionados a saúde, toma em consideração os aspectos sociais da deficiência e propõe um mecanismo para estabelecer o impacto do ambiente social e físico sobre a funcionalidade da pessoa. Por exemplo, quando uma pessoa com uma deficiência

---

<sup>5</sup>O Médico do Trabalho e a Classificação Internacional de Doenças – CID. Disponível em: <[http://www.deficienteonline.com.br/como-incluir-a-deficiencia-fisica-e-o-laudo-no-curriculo\\_\\_\\_81.html](http://www.deficienteonline.com.br/como-incluir-a-deficiencia-fisica-e-o-laudo-no-curriculo___81.html)>

grave tem dificuldade em trabalhar num determinado edifício porque não existem rampas ou elevadores, a CIF identifica as prioridades de intervenção, o que supõe, neste caso, que esse edifício possua essas acessibilidades, em vez dessa pessoa se sentir obrigada a desistir do seu emprego (OMS, 2001).

A Organização Mundial de Saúde classifica a deficiência como uma perda ou anormalidade de uma parte do corpo (estrutura) ou função corporal (fisiológica), incluindo as funções mentais. Já a atividade está relacionada com o que as pessoas fazem ou executam em qualquer nível de complexidade, desde aquelas simples até as habilidades e condutas complexas. A limitação da atividade, antes conceituada como incapacidade, é agora entendida como uma dificuldade no desempenho pessoal.<sup>6</sup> No Brasil, o Decreto Federal nº 5.296 é o instrumento que define legalmente as deficiências, dividindo-as nas seguintes categorias:

- Deficiência Física;
- Deficiência Intelectual;
- Deficiência Auditiva;
- Deficiência Visual.

As pessoas com deficiência que foram excluídas do convívio em sociedade durante muito tempo representam atualmente, uma parcela da população economicamente ativa, mas a luta dos Movimentos de Inclusão Social das PCD existe em várias partes do mundo, buscando a melhoria da qualidade de vida e da acessibilidade, termo este que passou a ser utilizado no final da década de 40 para designar a condição de acesso das pessoas com deficiência (SASSAKI, 2006).<sup>7</sup>

Na década de 1960, iniciou-se nos Estados Unidos as primeiras experiências de eliminação das barreiras arquitetônicas, estendendo-se para a década de 70 com o surgimento do primeiro centro de vida independente do mundo (que aconteceu na cidade de Berkeley, Califórnia, EUA), que tinha como foco um programa com ações desenvolvimento do modelo de autonomia, buscando a mudança na situação de dependência da PCD diante de outras pessoas, assim como o espaço no seu entorno que deveria atender as suas necessidades gerando assim maior independência (Jornal da AME, 2007).

Na década de 1980, impulsionado pelo Ano Internacional das Pessoas Deficientes (1981), houve um aumento no número de campanhas em âmbito mundial, exigindo não só a eliminação das barreiras arquitetônicas como também a busca por projetos acessíveis e a

---

<sup>6</sup> Classificação Internacional das Deficiências, Atividades e Participação - CIDDDM-2 (1997).

<sup>7</sup> Como chamar as pessoas que têm deficiência? Disponível em:

<<http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=1855>>

adaptação dos espaços já construídos. A partir dos anos de 1990, o conceito de acessibilidade aproximou-se do desenho universal com ambientes, meios de transporte e os objetos projetados para todos e não apenas para pessoas com deficiência (Diretrizes do Desenho Universal na Habitação de Interesse Social no Estado de São Paulo, 2010).

Para Dischinger e Bins Ely (2005), o termo acessibilidade é bastante abrangente e não está apenas ligado a fatores físico-espaciais como distância, deslocamento, conforto, etc, mas também ligados aos aspectos políticos, culturais e sociais. Como observa Sarraf (2012), os benefícios da acessibilidade possibilitam a melhoria da qualidade de vida da população com e sem deficiência, proporcionando liberdade de escolhas e abertura de horizontes pessoais, profissionais e acadêmicos.

Em um conceito atual, tem-se a busca por cidades inclusivas capazes de estimular a necessidade de se conceituar, olhar, planejar e realizar políticas culturais com uma visão mais democrática, responsável e ampliada, potencializar a participação do indivíduo nos espaços culturais, locais importantes para construção de valores que podem contribuir para “as mudanças de ordem moral e cultural, imprescindíveis à construção de uma outra realidade social, mais justa e humanizada” (GOMES, 1998, p.5). Neste sentido, busca-se entender que o território em que vivemos é palco de diferenciações, e por isso deve procurar atender a uma diversidade de pessoas, buscando produzir arte inclusiva e ofertar espaços acessíveis, como forma de gerar mudanças, para tornar possível a oferta de cultura a pessoas que sejam ou não deficientes, buscando a amplitude de lugares que se enquadram numa pluralidade de locais, tanto públicos como privados, mobilizando uma grande rede de infraestrutura.

Instituições e espaços culturais buscam cada vez mais atuar como agentes de desenvolvimento social democráticos, abertos a todos os cidadãos. Tal abertura gera diversidade de público e exige adequações ambientais a fim de tornar tais espaços mais acolhedores e inclusivos, permitindo, portanto, que a PCD sejam público potencial para os espaços culturais. Estes espaços, locais de passagem ou permanência, são definidos segundo Neves (2013) pelo uso e desenvolvimento de atividades, podendo ser um local especializado, de múltiplo uso, que proporcione opções diversas, tais como consulta, leitura em biblioteca, realização de atividades em setor de oficinas, exibição de filmes e vídeos, audição musical, apresentação de espetáculos, etc. Desta forma, tais espaços tornam-se locais acolhedores de diversas expressões, a ponto de propiciar uma circulação dinâmica da cultura. Os centros culturais são instituições criadas com o objetivo de se produzir, elaborar e disseminar práticas culturais e bens simbólicos, obtendo o *status* de local privilegiado para práticas informacionais que dão subsídios às ações culturais. São espaços para se fazer cultura viva,

por meio de obra de arte, com informação, em um processo crítico, criativo, provocativo, grupal e dinâmico.

### 3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Com o objetivo de fornecer embasamento teórico para o presente estudo, apresenta-se os principais conceitos que se relacionam com o tema Acessibilidade em Edifícios Públicos de Cultura.

#### 3.1 Políticas públicas para cultura no Brasil

O artigo 182 do Estatuto da Cidade<sup>8</sup> estabeleceu que a política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. Segundo Nonato (2011), quando a cidade cria processos mediante os quais a sociedade em geral, o meio urbano, os transportes, os serviços de saúde e educação, as dependências de trabalho, os locais de lazer, cultura e esportes, tornam-se acessíveis, ela cumpre sua função. Segundo Botelho (2007), uma Política Pública se formula a partir do diagnóstico de uma realidade, o que permite a identificação de seus problemas e necessidades. Tendo como meta a solução destes problemas e o desenvolvimento do setor sobre o qual se deseja atuar, cabe então o planejamento que permitirá que a intervenção seja eficaz no sentido de alterar o quadro atual. Entretanto, atender a diversidade de públicos é uma questão importante em um país democrático, assim como proporcionar igual oportunidade para qualquer indivíduo, reconhecendo a necessidade da promoção de políticas de caráter mais universal.

Políticas Públicas assumem um papel fundamental na organização social e nos padrões estabelecidos na sociedade atual. Souza (2006) diz que as Políticas Públicas na sua essência estão ligadas fortemente ao Estado, este que determina como os recursos são usados para o benefício de seus cidadãos. As decisões sobre as políticas públicas tomadas pelos governos numa sociedade democrática buscam influenciar a vida de um conjunto de cidadãos de acordo com as ações cujo grande desafio é conseguir atuar em diferentes áreas buscando atender a uma demanda crescente da população. Sua elaboração acontece desde meados do século XIX, e a partir da década de 1930 no período da ditadura do Estado Novo, a construção da memória nacional começou a se consolidar.

É possível dizer que as transformações das políticas públicas para a cultura no Brasil aconteceram em três diferentes períodos: a partir do golpe de Estado do então presidente Getúlio Vargas entre os anos de 1937 a 1945; na ditadura militar 1964 a 1985 e na

---

<sup>8</sup> O Estatuto da Cidade é a lei federal de desenvolvimento urbano exigida constitucionalmente, que regulamenta os instrumentos de política urbana que devem ser aplicados pela União, pelos Estados e Municípios.

redemocratização do país com uma política cultural que possibilitou a criação do Ministério da Cultura (MINC) em 1985 e da promulgação da Constituição em 1988 (PANDOLFI, 1999).

A política do Estado Novo começa em 1934 quando Getúlio Vargas assume a presidência. Nesse mesmo ano, foi criada a “Inspetoria dos Monumentos Históricos Nacionais”, ligada à estrutura do Museu Histórico Nacional. Com o Golpe de Estado em 1937, foi instaurada a ditadura no país, que passa por um período onde as políticas públicas são baseadas no dirigismo cultural.<sup>9</sup> Foi neste período que aconteceu o primeiro grande investimento em projetos culturais no Brasil com o objetivo de fornecer uma maior institucionalidade para o setor. Como afirma Dória (2007),<sup>10</sup> “quando se trata da administração cultural, o período Vargas é visto como o ponto alto da trajetória do Estado brasileiro”.

Com a criação em 1937 do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, SPHAN, (hoje IPHAN),<sup>11</sup> cujo objetivo era o de reafirmar uma identidade nacional, suas políticas públicas para a cultura foram direcionadas à preservação do patrimônio histórico. A arte<sup>12</sup> e a cultura<sup>13</sup> tornaram-se importantes instrumentos políticos, com as quais as instituições culturais, por exemplo, obtiveram certa autonomia mas, em contrapartida, foram reduzidas ao isolamento técnico e não ofereciam, assim, nenhuma ameaça ao regime (CURY, 2002).

Entre 1945 e 1964, com o fim do Estado Novo, o desenvolvimento na área cultural aconteceu principalmente no campo da iniciativa privada, embora o governo federal tenha promovido algumas ações como declarar de utilidade pública instituições privadas como o Museu de Arte Moderna (MAM) do Rio de Janeiro, o Museu de Arte de São Paulo (MASP) e a Fundação Bienal, que passaram a receber verbas do governo federal. Em 1953 houve o desmembramento do Ministério da Educação e Saúde, que originou dois novos Ministérios: o

---

<sup>9</sup>Políticas de dirigismo cultural postas em prática principalmente por Estados fortes e partidos políticos que exercem o poder de modo incontestado, promovem uma ação cultural em moldes previamente definidos como de interesse do desenvolvimento ou da segurança nacionais. Compreendem subtipos como tradicionalismo patrimonialista e estatismo populista (COELHO, 1999).

<sup>10</sup>Cultura, Brasil e Estado Novo - A política cultural de Getúlio Vargas, que se matou em 1945, ainda incomoda os intelectuais. Disponível em <http://www.revistatropico.com.br/tropico/html/textos/2390,1.shl>

<sup>11</sup> Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

<sup>12</sup>Embora de modo implícito, habitualmente as políticas públicas culturais tendem a considerar como arte (ou, em todo caso, como arte que lhes interessa fomentar) apenas aquelas manifestações que promovem uma certa idéia de civilização, que contribuem para o aprimoramento da cultura como um todo e das relações interindividuais e sociais em particular, segundo um determinado sistema de valores preestabelecidos (socialismo, capitalismo, nacional-socialismo, populismo, cristianismo, islamismo, etc.) (TEIXEIRA COELHO, 2004).

<sup>13</sup> Em sua concepção Teixeira Coelho (1997) define cultura como tudo que faz parte totalmente da forma de vida de uma comunidade, estão inseridos nesse contexto: hábitos, costumes, valores, princípios, manifestações e expressões culturais, dentre outros.

da Saúde (MS) e o da Educação e Cultura (MEC), e em 1961 foi recriado o Conselho Nacional de Cultura, subordinado a presidência da república. Em 1964, houve um novo golpe militar e a ditadura se prolongou até meados da década de 1980. A política cultural passou por uma forte intervenção do Estado neste período (OLIVEIRA; SANTOS, 2013).

Segundo Moisés (1998), a ação dos governos militares na área da cultura foi acompanhada da criação e da reordenação de instituições, revelando interesse de se ampliar o papel do Estado, que censurou filmes, peças de teatro, publicações e outras formas de expressão cultural. Ao mesmo tempo em que se criavam estruturas de apoio e de expansão das atividades culturais, restringiam-se meios de expressão artística e cultural, repetindo, de certa forma, o que havia ocorrido nos anos 30. Por isso, também no período dos governos militares, a cultura voltaria a ser objeto da ação dos técnicos da área.

Entre os anos de 1974 e 1978, a área cultural foi fortalecida com a criação de órgãos estatais que como o Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDA), o Conselho Nacional de Cinema, a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro e a Fundação Nacional de Arte (FUNARTE). Quando o regime militar começa a perder o seu poder nos anos 80, inicia-se a democratização do país, culminando com a criação do Ministério da Cultura (MinC) no ano de 1985. Buscando criar novas fontes de recursos, tal ministério promulgou a Lei n° 7.505, de 02 de junho de 1986, que fiscalmente incentiva a cultura. Tal lei conhecida como Lei Sarney e tinha como principal objetivo atrair investimentos privados para financiamentos culturais mediante isenção fiscal.

Desde 1991, quando foi promulgada a Lei° 8.313 que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura, a Lei Rouanet- que foi um aprimoramento da Lei Sarney<sup>14</sup>- permitiu a injeção de novos recursos financeiros através da renúncia fiscal. Há três formas possíveis de incentivo à cultura no país: o Fundo Nacional de Cultura (FNC), os Fundos de Investimento Cultural e Artístico (FICART) e o Incentivo a Projetos Culturais por meio de renúncia fiscal (MECENATO). Desde então, a Lei Rouanet vem passando por mudanças, buscando uma melhor distribuição das verbas, que deve atender a diferentes projetos para públicos diversificados (Estudos das Leis de Incentivo À Cultura - Parte 1, 2007).

---

<sup>14</sup>A diferença entre elas foi principalmente, em relação a aprovação técnica dos projetos culturais: a Lei Sarney não exigia aprovação técnica prévia, mas apenas o cadastramento do proponente como entidade cultural junto ao MinC. Já a Lei Rouanet, exige aprovação prévia dos projetos culturais (DÓRIA, 2004).



Garantir o acesso à cultura é inerente a democracia. Segundo Martins (2013),<sup>15</sup> “um dos sentidos de democratizar a cultura é ampliar o acesso aos bens culturais universais já existentes, permitindo que as pessoas construam o seu modo próprio de ser e de participar na comunidade e na sociedade como um todo”.

Segundo a Constituição Federal (Art. 215) compete ao Estado garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais, através da democratização do acesso aos bens de cultura. Em 2003, teve início o processo de construção do Sistema Nacional de Cultura (SNC) da PEC nº 150/2003, que vinculava a receita orçamentária da União, Estados e Municípios ao desenvolvimento cultural. O SNC deu origem a Emenda Constitucional nº 048/2005 que instituiu o Plano Nacional de Cultura (PNC), que instituiu a Lei 12.343, de 2 de dezembro de 2010, com a finalidade do planejamento e implementação de políticas públicas de longo prazo (até 2020) voltadas à proteção e promoção da diversidade cultural brasileira. Os objetivos do PNC são o fortalecimento institucional e definição de políticas públicas que assegurem o direito constitucional à cultura; a proteção e promoção do patrimônio e da diversidade étnica, artística e cultural; a ampliação do acesso à produção e fruição da cultura em todo o território; a inserção da cultura em modelos sustentáveis de desenvolvimento socioeconômico e o estabelecimento de um sistema público e participativo de gestão, acompanhamento e avaliação das políticas culturais.<sup>16</sup>

Através de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 34/2012, foi criado o Sistema Nacional de Cultura (SNC), com a finalidade de propor uma estrutura que integre, articule e organize a gestão cultural, aproximando as administrações federal, estaduais e municipais e a sociedade civil, no intuito de criar uma política de Estado, e que portanto, não é afetada com alternâncias de governo. A PEC nº 34 também assegura a transparência e o controle social do setor cultural, a partir da implementação de conselhos de cultura, fundos de cultura e outras formas de participação nas políticas públicas de produtores culturais e da comunidade em geral.<sup>17</sup> Sendo assim, a ideia de cultura pode se tornar um importante instrumento político e agente de inclusão social.

---

<sup>15</sup> Democratização cultural: Um desafio a ser e... Disponível em: <<http://www.blogacesso.com.br/?p=63>>

<sup>16</sup> Ministério da Cultura – Minc.- Plano Nacional de Cultura.

<sup>17</sup> Ministério da Cultura – Minc.- Sistema Nacional de Cultura.

### 3.2 Conceitos referentes à acessibilidade e desenho universal

A acessibilidade é uma forma de concepção de ambientes que considera o seu uso por qualquer indivíduo independente de suas limitações físicas ou sensoriais (SARRAF, 2008). Seu conceito moderno é frequentemente atribuído aos países escandinavos nos anos de 1950 (FRIEDEN, 2001). Foi neste período que iniciou-se na Dinamarca o conceito de Normalização associado a “medidas que permitem a qualquer pessoa viver de forma confortável, independentemente da idade, sexo, incapacidade, percepção e capacidade para se deslocar” (AKIYAMA, 2005).<sup>18</sup>

Nos anos 60, surgem várias especificações técnicas para a acessibilidade aos edifícios (Inglaterra 1963, EUA 1968, Suécia 1969) (SZU-YU, 2009). Na década seguinte, foi publicada pela primeira vez pela Organização Internacional para Padronização (ISO) as primeiras diretrizes sobre as necessidades de pessoas com deficiência nos edifícios (ROOSMALEN 2007; SZU-YU 2009).

Após a instituição do Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD) pela ONU em 1981, houve avanços significativos na elaboração de leis e normas que foram estabelecidas. Diante de todo o contexto internacional e das necessidades cada vez mais prementes no contexto internacional para promover a inclusão e acessibilidade no Brasil, as leis que tratam de questões referentes a acessibilidade foram promulgadas regulamentando o acesso a todos, buscando garantir que a PCD tivesse as mesmas garantias que os demais cidadãos.

Buscando definir os aspectos relacionados às condições de acessibilidade no meio urbano, foi criada no Brasil, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)<sup>19</sup> em 1985, a sua primeira norma referente a acessibilidade, a ABNT/NBR 9050, chamada “Adequação das Edificações e do Mobiliário Urbano à Pessoa Deficiente”. Ela passou pela sua primeira revisão em 1994, quando foram incorporados conceitos do Desenho Universal, e seu nome foi alterado para “Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço mobiliário e equipamentos Urbanos”. Uma nova mudança na norma foi publicada em 2004 com o título de “Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e

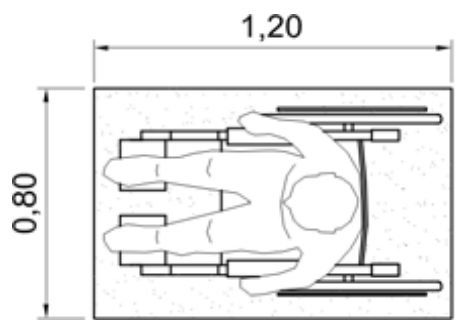
<sup>18</sup>Antecedentes históricos – Acessibilidade. Disponível em:

[http://www.engenhariadereabilitacao.net/estudos/h\\_Acessibilidade.php](http://www.engenhariadereabilitacao.net/estudos/h_Acessibilidade.php)

<sup>19</sup> Desde 1954 o processo de elaboração de uma Norma Brasileira se inicia com uma demanda da sociedade, pelo setor envolvido ou mesmo dos organismos regulamentadores. O pedido e demanda é analisada pela ABNT, se for justificada, é repassada a uma Comissão de Estudo (CE) da ABNT para elaboração seguindo as normas internacionais. O projeto é submetido à consulta nacional, e não havendo impedimento, será encaminhado para homologação pela ABNT. É submetido novamente as sugestões e críticas sobre o seu conteúdo, antes de ser publicada como Norma Brasileira.

equipamentos urbanos<sup>20</sup> onde foram adicionados os padrões e critérios adequados e seguros de acessibilidade a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos, condições de acessibilidade como a dimensão do módulo de referência da cadeira de rodas assim como a área necessária para sua manobra, referências para alcance manual e visual, implantação do piso tátil e a sinalização em braille, dimensionamento de circulação, rampas e escadas, características de piso, especificações de equipamentos verticais como elevadores, estacionamentos, sanitários, entre outros.

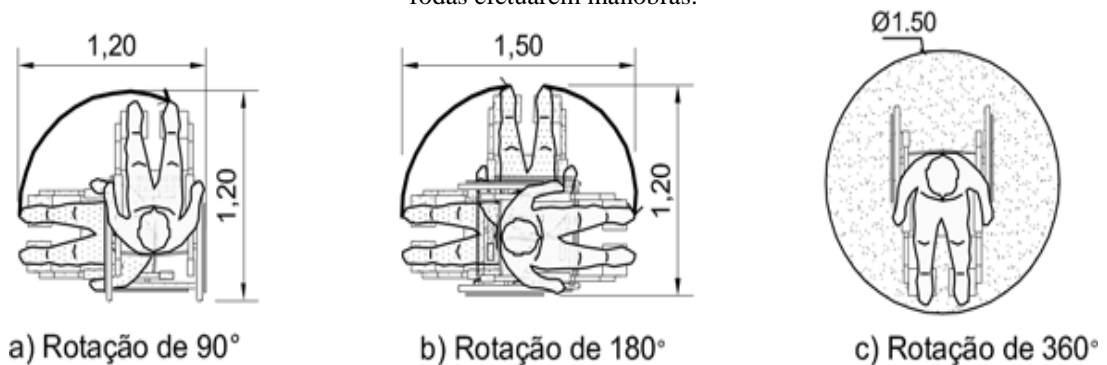
Figura 1 - Projeção no piso de uma pessoa utilizando cadeira de rodas, e a adoção deste módulo.



Módulo de referência (M.R.)

Fonte: NBR9050/2004.

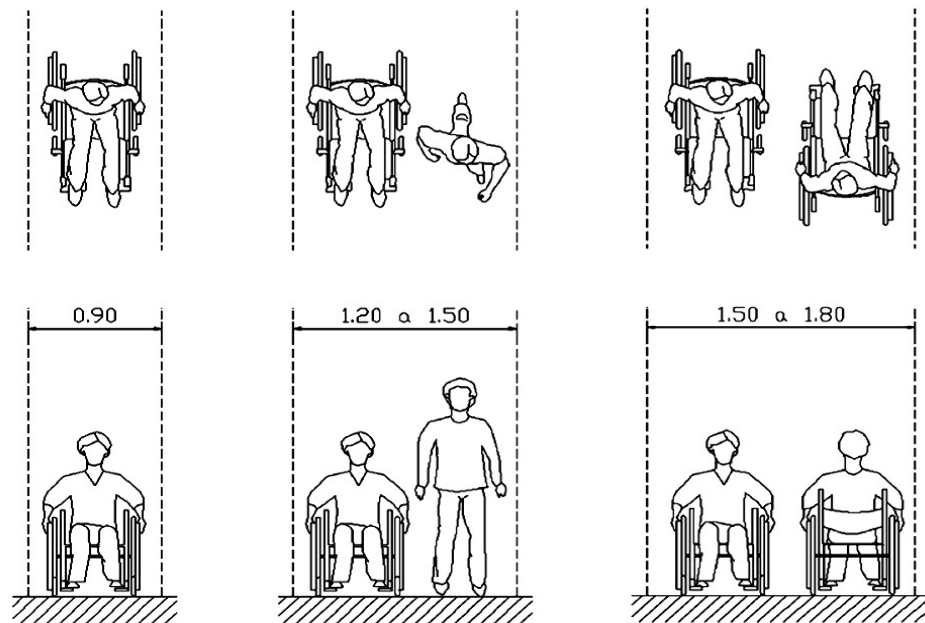
Figura 2 - Área de Giro: As áreas de giro ou rotação são espaços necessários para os usuários de cadeiras de rodas efetuarem manobras.



Fonte: NBR9050/2004.

<sup>20</sup> Associação Brasileira De Normas Técnicas – ABNT – NBR 9050/2004 – Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos.

Figura 3 - Medidas para Circulação de Cadeirantes.



Fonte: NBR9050/2004.

As imagens das figuras 1, 2 e 3, disponíveis na ABNT NBR9050, indicam as medidas necessárias para que usuários de cadeira de rodas consigam utilizar e circular pelos espaços sem dificuldade na locomoção.

No ano 2000 com a publicação da lei 10.098, regulamentada pelo Decreto 5.296 em 2004, ficaram estabelecidas as normas gerais e os critérios básicos para a promoção da acessibilidade nas edificações públicas ou de uso coletivo, de uso privado, nos sistemas de comunicação e nos transportes públicos, além de priorizar o atendimento às PCD, idosos, gestantes, lactantes e pessoas com crianças de colo, a acessibilidade nos transportes públicos, prazos para adequação das edificações e o uso do conceito de Desenho Universal. Em 2008 foi iniciada uma nova revisão na NBR9050, tendo passado por consulta pública nacional em 2012 junto com outras duas normas referentes à sinalização tátil de piso e acessibilidade em estádios. Cabe salientar que as soluções técnicas impressas na ABNT NBR9050/2004, (não as sugestões projetuais) devem ser obrigatoriamente seguidas.

Aliado às questões referentes à acessibilidade, o uso do Desenho Universal vem sendo ampliado a fim possibilitar que os espaços e objetos sejam cada vez mais inclusivos. De acordo com Dischinger e Mattos (2002), seu uso não é uma tendência de projeto, mas uma postura fundamental para promover a acessibilidade de todos os usuários.

A diversidade é o que caracteriza os seres humanos, e ela, segundo Santos (2009), pode ser vista sob cinco perspectivas distintas de acordo com a tabela 1.

Tabela 1: Aspectos relativos a diversidade do ser humano.

<b>Dimensional</b>	Relaciona-se com aspectos quantitativos como a altura, peso, tamanho e largura dos membros, etc. É importante no sentido da criação de valores relacionados com produtos, serviços e meios físicos, para um restrito setor populacional. Para que se consiga abranger toda a população é necessário seguir os parâmetros do design universal, isto é, desenhar de forma válida para todas as pessoas. Por exemplo, desenhar portas suficientemente largas para cadeiras de rodas, permite, igualmente, a passagem de usuários sem cadeira de rodas, o inverso já não é possível.
<b>Perceptiva</b>	A perda dos sentidos, maximizada pelo grau, interfere com a forma de relacionamento com o meio físico.
<b>Motora</b>	Os problemas de mobilidade não estão restritos a pessoas em cadeiras de rodas, como comumente se pensa. Embora o meio físico universal para todos seja pensado para usuários em cadeiras de rodas, é importante não esquecer que existem outros problemas decorrentes da falta de mobilidade e é, igualmente, importante não favorecer determinados grupos em detrimento de outros.
<b>Cognitiva</b>	As alterações cognitivas interferem com a capacidade de recepção e processamento de informação, na orientação espacial e temporal. Dentro das alterações de natureza cognitiva incluem-se os distúrbios de memória, problemas de orientação espacial, dificuldades de recordar informação “básica” e falta de habilidade ou capacidade para falar, ler, escrever ou compreender as palavras.
<b>Demográfica</b>	O envelhecimento da população e o aumento da imigração são fatores determinantes da diversidade cultural e funcional.

Fonte: Santos, 2009.

A busca por ambientes menos restritivos, provocou um novo olhar para as cidades com soluções que reduzissem ao máximo as barreiras arquitetônicas. Isso fez com que países como o Japão, os Estados Unidos e as nações europeias se reunissem em 1961 na Suécia para uma conferência que deu início dois anos depois - 1963 - a Barrier – Free Design ou Projeto Livre de Barreiras, “uma comissão com o objetivo de discutir desenhos de equipamentos, edifícios e áreas urbanas adequados à utilização por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida” (CARLETTO; CAMBIAGHI, 2008, p. 8).

Esse programa evoluiu para a concepção de “Universal Design”, que articulou mudanças nos paradigmas na arquitetura e no design. A expressão *desenho universal* ou *universal designer* foi cunhada pelo arquiteto Ron Mace, que articulou e influenciou uma mudança nos paradigmas dos projetos de arquitetura e design (CAMBIAGHI, 2007). Segundo ele, o desenho universal é utilizado para descrever o conceito de projetar e construir produtos ou ambientes para ser utilizável na maior medida possível, por todos<sup>21</sup>.

<sup>21</sup>Segundo The Center Universal desing. About Ron Mace. Disponível em: [http://www.ncsu.edu/ncsu/design/cud/about\\_us/usronmace.htm](http://www.ncsu.edu/ncsu/design/cud/about_us/usronmace.htm)

O objetivo principal dessa nova concepção, segundo Lanchotti (2005, p. 105) é o de “simplificar as ações do dia-a-dia de todas as pessoas, produzindo ambientes, objetos e comunicações que possam ser utilizados por todas as pessoas sem precisar de custos extras com adaptações ou adequações, beneficiando usuários de várias idades e habilidades”.

O Desenho Universal (DU) foi introduzido no Brasil na década de 80, mas foi nos anos 90 que passou a ser reconhecido. De acordo com Preiser citado por PRADO; LOPES; ORNSTEIN, 2010 p.20), destaca que “o desenho universal se autodenominou como um potente fator para melhoria da qualidade de vida de todas as pessoas, em bases globais”.

**Desenho universal não é uma tecnologia direcionada apenas aos que dele necessitam, é para todas as pessoas. A ideia do DU é evitar a necessidade de ambientes e produtos especiais para pessoas com deficiência, no sentido de assegurar que todos possam utilizar todos os componentes do ambiente e todos os produtos. Há quatro princípios básicos do desenho universal: o primeiro é acomodar uma grande gama antropométrica, e isto significa acomodar pessoas de diferentes dimensões: altas, baixas, em pé, sentadas etc.; o segundo princípio é reduzir a quantidade de energia necessária para utilizar os produtos e o meio ambiente; o terceiro é tornar o ambiente e os produtos mais abrangentes e o quarto princípio é a ideia do desenho de sistemas, no sentido de pensar em produtos e ambientes como sistemas, que talvez tenham peças intercambiáveis ou a possibilidade de acrescentar características para as pessoas que têm necessidades especiais. (STEINFELD, 1994, p.87)**

De acordo com o Center for Universal Design – College of Design da Universidade Estadual da Carolina do Norte- existem sete princípios que devem ser usados tanto em projetos a serem desenvolvidos, assim com nos espaços que devem se adequar as leis e as normas vigentes no país (LUCIO; PASCHOARELLI, 2009), como apresentado a seguir:

1- Uso equiparável – os projetos devem buscar atender a equiparação de oportunidades entre os usuários, respeitando a diversidade nas habilidades das pessoas; devem atender a maior variação antropométrica possível, ou seja, acomodar dentro desta lógica, o maior número de pessoas com diferentes características físicas – altos, baixos, gordos, pessoas em pé, pessoas sentadas, idosos, gestantes.

2- Uso flexível – o projeto deve atender uma larga escala de preferências e habilidades individuais.

3- Simplicidade e intuição – o desenho do projeto deve ser de fácil compreensão para seu uso, não dependendo da experiência do usuário, nem de seu conhecimento intelectual, habilidades com a língua ou do seu nível de concentração; deve-se impor aos elementos e ambientes produzidos maior compreensão de suas partes componentes e de seu todo, de forma que

possibilitem uma rápida identificação de suas funções e de seus limites – muitas vezes a complexidade de determinados espaços ou elementos limita sua utilização, seja por capacidade motora ou identificação intelectual.

4- Informação perceptível: o projeto deve garantir informações eficazes ao usuário para sua utilização, não dependendo de circunstâncias ambientais ou de habilidades sensoriais dos usuários; produzir espaços, objetos e produtos como sistemas integrados, permitindo a existência de determinados elementos ou peças intercambiáveis, que possibilitem acrescentar características próprias que facilitem a identificação, o uso ou manuseio por parte de pessoas com limitações na mobilidade sem, contudo, produzir novos obstáculos a outros indivíduos;

5- Tolerância de erro: o projeto deve minimizar os perigos e as consequências indesejáveis provocadas por ações acidentais ou involuntárias;

6- Com pouca exigência de esforço físico: o projeto pode ser usado eficiente e confortavelmente com um mínimo de fadiga; deve-se buscar a redução da energia necessária para utilizar os espaços ambientais e produtos gerados com este conceito, interagindo com as soluções apresentadas – evitar ou reduzir grandes esforços que necessitem de habilidade e resistência física e a busca de altura através da extensão de membros limitam as pessoas idosas, as crianças, as gestantes, os usuários de cadeira de rodas e,

7- Tamanho e espaço para o acesso e o uso: “o tamanho e o espaço para a aproximação, o alcance, a manipulação e o uso devem ser apropriados e adequados, independente do tamanho do corpo do usuário, sua postura ou mobilidade” (LANCHOTTI, 2005. p. 109 - 113).

Para a difusão dos conceitos do Desenho Universal, em dezembro de 2004 na cidade do Rio de Janeiro, aconteceu a Conferência Internacional sobre Desenho Universal denominada *Projetando para o Século XXI*. Nesta ocasião, foi criado o Fórum de Planejamento Estratégico para a América Latina, que contou com apoio da Prefeitura Municipal da Cidade do Rio de Janeiro, do Centro de Vida Independente do Rio de Janeiro – CVI – Rio, do Adaptive Environments de Boston e do Programa Global das Nações Unidas para Portadores de Deficiência<sup>22</sup> (CAMBIAGHI, 2007).

---

<sup>22</sup>Presidência Da República - Secretaria de Direitos Humanos Portaria N° 2.344, De 3 De Novembro de 2010 Art. 2º - Atualiza a nomenclatura do Regimento Interno do CONADE, Resolução nº 35, de 6 de julho de 2005, nas seguintes hipóteses:

I - Onde se lê "Pessoas Portadoras de Deficiência", leia-se "Pessoas com Deficiência" (...)

Deste Fórum resultou a assinatura da denominada Carta do Rio: Desenho Universal para um Desenvolvimento Inclusivo e Sustentável. Esta Carta reforça que o Desenho Universal tem como principal propósito atender às necessidades e viabilizar a participação social e o acesso aos bens e serviços à maior gama possível de usuários, contribuindo para a inclusão das pessoas que estão impedidas de interagir na sociedade e contribuir para o seu desenvolvimento. O que se observa é que, na procura de atender as necessidades da maior gama possível de usuários, a Carta inclui, além das pessoas com diferentes tipos de deficiência, as pessoas pobres, as marginalizadas por sua condição cultural, racial, étnica; as pessoas obesas; mulheres grávidas, meninos e meninas; pessoas muito baixas ou muito altas e tantas outras que, por diferentes razões, também são excluídas de participar da vida social.<sup>23</sup> A Carta reconhece que o Desenho Universal é conceito emergente no Desenvolvimento Inclusivo e deve ter a virtude de conceber os ambientes, serviços, programas e tecnologias em virtude de sete princípios básicos como sustentação. Estes princípios, segundo esclarece Silvana Cambiaghi, devem ser aplicados para avaliar os projetos existentes, orientar os novos e para serem adotados como literatura para o ensino e capacitação de futuros arquitetos, designer e pessoas ligadas à área de construção civil e desenvolvimento de produtos.<sup>24</sup>

A busca pela diversidade de características antropométricas permite que o projeto não diferencie pessoas com deficiência ou sem deficiência, minimizando as barreiras impostas pelo meio. Considera-se para isso todos os ambientes de desempenho das pessoas, a começar pelo ambiente doméstico até os serviços oferecidos em uma comunidade (MARINS; EMMEL, 2011).

Conforme Duarte (2005), a acessibilidade do espaço construído não deve ser compreendida como um conjunto de medidas que favoreceriam apenas as pessoas com deficiência, mas sim, medidas técnico-sociais destinadas a acolher todos os usuários em potencial. Para isso, é necessário garantir total acesso aos mais variados locais e atividades, eliminando as diversas barreiras existentes que comprometem a participação de todos.

Atualmente existem diferentes entendimentos para a expressão “acessibilidade”. É bastante comum associá-la primeiramente ao compromisso de melhorar a qualidade de vida

---

<sup>23</sup> Carta do Rio – *Desenho Universal para um Desenvolvimento Inclusivo e Sustentável* declara que: “1. O propósito do desenho universal é atender às necessidades e viabilizar a participação social e o acesso aos bens e serviços a maior gama possível de usuários, contribuindo para a inclusão das pessoas que estão impedidas de interagir na sociedade e para o seu desenvolvimento. Exemplos destes grupos excluídos são: as pessoas pobres, as pessoas marginalizadas por sua condição cultural, racial, étnica, pessoas com diferentes tipos de deficiência, pessoas muito obesas e mulheres grávidas, pessoas muito altas ou muito baixas, inclusive crianças, e outras, que por diferentes razões são também excluídas da participação social”.

<sup>24</sup> Carta do Rio dispõe que: “2. Concebemos o Desenho Universal como gerador de ambientes, serviços, programas e tecnologias acessíveis, utilizáveis equitativamente, de forma segura e autônoma por todas as pessoas – na maior extensão possível – sem que tenham que ser adaptados ou readaptados especificamente, em virtude dos sete princípios que o sustentam.



dos idosos e de pessoas com deficiência (ex. perceptual, cognitiva, motora e múltipla), uma vez que essas pessoas, em geral, sofrem impacto direto da existência de barreiras nos vários ambientes, produtos e serviços que utilizam. Entretanto, acessibilidade ou possibilidade de alcance aos espaços físicos, à informação, aos instrumentos de trabalho e estudo, aos produtos e serviços (MELO, 2006).

Para Sasaki,<sup>25</sup> ao dizer que para uma sociedade ser acessível, é preciso verificar seis quesitos básicos:

- Acessibilidade Arquitetônica: não deve haver barreiras ambientais físicas nas casas, nos edifícios, nos espaços ou equipamentos urbanos e nos meios de transportes individuais ou coletivos.
- Acessibilidade Comunicacional: não deve haver barreiras na comunicação interpessoal, escrita e virtual.
- Acessibilidade Metodológica: não deve haver barreiras nos métodos e técnicas de estudo, de trabalho, de ação comunitária e de educação dos filhos.
- Acessibilidade Instrumental: não deve haver barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo, de trabalho e de lazer ou recreação.
- Acessibilidade Programática: não deve haver barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas e normas ou regulamentos.
- Acessibilidade Atitudinal: não deve haver preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações.

Segundo Cambiaghi (2012), os aspectos físicos devem prever intervenções que garantam às pessoas com deficiência a possibilidade de acesso ao interior do imóvel, sempre que possível e preferencialmente pela entrada principal ou outra integrada à primeira que deve interligar todos os espaços e atividades que são abertos ao público além de serviços e equipamentos como sanitários, telefones públicos e bebedouros acessíveis, vagas de estacionamento reservadas e lugares específicos em auditórios para pessoas portadoras de deficiência; tudo isso devidamente sinalizado com o Símbolo Internacional de Acesso, sinalização tátil e sonora. Essas condições devem ser consideradas em qualquer edifício público.

O uso da acessibilidade e do DU no espaço físico são ampliados quando consideradas as condições espaciais que, segundo Dischinger e Bins Ely (2005), são compostas por quatro

---

<sup>25</sup> Entrevista Romeu Kazumi Sasaki. Disponível em:

<<http://www.ame-sp.org.br/noticias/entrevista/teentrevista16.shtml>> Acessado em 04/2014

componentes: orientação, deslocamento, uso e comunicação. No que concerne a orientação espacial, suas condições são determinadas pelas características ambientais que permitem aos indivíduos reconhecer a identidade e as funções dos espaços e definir estratégias para seu deslocamento e uso. Para se orientar espacialmente, vários processos interligados ocorrem. Em primeiro lugar, é necessário obter informações ambientais por meio dos sistemas perceptivos. Essas informações, em um segundo momento, devem ser processadas cognitivamente para permitir a elaboração de representações mentais e a definição de ações. Assim, as condições de orientação dependem tanto das configurações arquitetônicas e dos suportes informativos adicionais existentes (placas, sinais, letreiros etc.) como das condições dos indivíduos de perceber, processar as informações espaciais, tomar decisões e agir. Conseqüentemente, na avaliação desse componente, deve ser dada especial atenção às necessidades das pessoas com deficiências sensoriais e/ou cognitivas, pois essas estão sujeitas a maiores dificuldades em obter informações e/ou processá-las. Assim, a avaliação das condições de orientação espacial deve verificar se as informações arquitetônicas expressas na estrutura urbana, na tipologia das edificações, da visibilidade de suas partes, da organização funcional das atividades e no formato e conteúdo das informações adicionais são acessíveis a todos os usuários, permitindo-lhes saber onde estão, o que fazer e para onde ir.

Dischinger e Bins Ely (2005) definem tais elementos como:

- Deslocamento: condições de movimento nos percursos horizontais e verticais sua continuidade. É a possibilidade de deslocar-se de forma independente em percursos livres de obstáculos, que ofereçam conforto e segurança ao usuário. Este princípio quando não aplicado gera dificuldades principalmente às pessoas com restrições físico-motoras.
- Uso: condições que possibilitam a utilização dos equipamentos e a participação das atividades-fim. Os equipamentos devem ser acessíveis a todos os usuários e manuseados com segurança, conforto e autonomia. Normalmente as pessoas com restrições físico-motoras possuem limitações para utilizar certos equipamentos existentes no ambiente.
- Comunicação: são as condições de troca e intercâmbio entre pessoas e entre pessoas e equipamentos de tecnologia que permitam o ingresso, o uso do ambiente e a participação nas atividades.

A acessibilidade universal pressupõe a integração do equipamento ao contexto urbano no qual se insere a acessibilidade física e de comunicação com usuário. Essas condições devem coexistir, e o não cumprimento de apenas uma delas é o suficiente para dificultar ou até mesmo impedir o acesso de pessoas com restrições aos ambientes. Portanto, deve-se intervir no espaço de modo a minimizar as limitações do indivíduo e potencializar suas habilidades.

### 3.3 Acessibilidade em ambientes culturais

Cada edifício público tem uma função ligada ao programa que atende, e as atividades são realizadas em espaços que devem atender a diversidade de público. Para que todos os cidadãos possam usufruir desses locais, eles devem ser adequados, impedindo assim qualquer forma de exclusão, conforme a Constituição Brasileira de 1988 onde a igualdade, sem nenhuma forma de discriminação é um direito.<sup>26</sup> Compreendendo as necessidades de PCD, é importante que haja acessibilidade física, sensorial, visual e informacional, buscando a democratização desses espaços.

As ações voltadas para promover a inclusão da PCD no âmbito cultural conseguiram a promulgação de um número significativo de declarações, leis, normas, estatutos e outras conquistas políticas, fazendo com que fosse reconhecido o direito das pessoas com deficiência a participar na vida cultural assim como as demais pessoas.

No ano de 1982, a Assembléia das Nações Unidas aprovou no seu Programa de Ação Mundial para Pessoas com Deficiência que é de responsabilidade dos estados-membros “providenciar para que as pessoas com deficiência tenham oportunidades de utilizar ao máximo suas qualidades criativas, artísticas e intelectuais, não só em seu próprio benefício como também para o enriquecimento da comunidade, assegurando, portanto, o acesso às atividades culturais. Se necessário, devem ser feitas adaptações especiais para satisfazer as necessidades das pessoas, tais como: comunicação para surdos; literatura em Braille para pessoas com deficiência visual” (Programa De Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência, 1982, p. 31).<sup>27</sup> No Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009<sup>28</sup> em seu artigo 30 da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência que Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007, no seu Artigo 30, parágrafo 1 que os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência de participar na vida cultural, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, e tomarão todas as medidas apropriadas para que as pessoas com deficiência possam:

- a) Ter acesso a bens culturais em formatos acessíveis;

<sup>26</sup>Constituição da República Federativa do Brasil (1988) - Capítulo I – Artigo 5º.

<sup>27</sup>O Programa de Ação Mundial para as pessoas com Deficiência/ ONU/-1982. Programa aprovado pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 03 de dezembro de 1982. Tem finalidade de promover medidas eficazes para a prevenção da deficiência, a reabilitação e a realização dos objetivos de igualdade e participação plena das pessoas. Disponível em: <http://styx.nied.unicamp.br/todosnos/documentos-internacionais/doc-programa-de-acao-mundial-para-as-pessoas-com-deficiencia-1982/view> Acesso em: 03/2014

<sup>28</sup>Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm)> Acesso em 04/2013.

b) Ter acesso a programas de televisão, cinema, teatro e outras atividades culturais, em formatos acessíveis;

c) Ter acesso a locais que ofereçam serviços ou eventos culturais, tais como teatros, museus, cinemas, bibliotecas e serviços turísticos, bem como, tanto quanto possível, ter acesso a monumentos e locais de importância cultural nacional.

Agora já não basta o cidadão ter acesso à cultura, mas há necessidade de promover processos de participação para que ele seja agente da sua cultura, deflagrando um ato permanente de criação (...). Neste caso a política cultural não se limita a estimular o acesso a uma cultura estabelecida, mas caminha no sentido de uma construção nova e original que cria arte, gera reflexões, questiona modos de vida, resgata tradições, instiga o fazer político, pergunta-se sobre o ethos urbano, instaura redes de sociabilidade, desestabiliza o estabelecido, reconquista a vida cotidiana como espaço do humano. Esta visão de Política Cultural propõe a realização da Cultura pelo conjunto dos cidadãos, grupos, comunidades, pessoas, a partir das suas referências, identidades e diferenças (...). (FARIA SOUZA, 1993, p.04-05).

Para tornar possível essa condição, as instituições culturais devem estar adequadas estruturalmente com acesso universal atendendo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) que tratam de acessibilidade em edificações no espaço público além da NBR9050/2004;

- NBR 9077/01 - Saídas de emergência em edifícios;

- NBR 10098/87 - PB670 - Elevadores elétricos - Dimensões e condições do projeto de construção;

- NBR 10982/90 - PB1448 - Elevadores elétricos - Dispositivos de operação e sinalização;

- NBR 12892/93 - Projeto, fabricação e instalação de elevador unifamiliar;

- NBR 13994/00 - Elevadores de passageiros - elevadores para transporte de pessoa com deficiência;

- NBR 15655-1/2009 - Plataformas de elevação motorizadas para pessoas com mobilidade reduzida.

Além do caráter físico, atender e compreender a diversidade possibilita criar oportunidades de acesso, e se tratando de espaços culturais, é importante ampliar as condições para que a percepção e a apreensão do espaço seja possível. Segundo Sarraf (2012) de forma multissensorial, ampliando o conhecimento por todos os usuários, buscando atender as diferenças encontradas no público frequentador disponibilizando espaço, programação,

informações, estratégias de comunicação e ações educativas para que estejam ao alcance de todos os indivíduos.

Ainda segundo a autora,<sup>29</sup> para tornar o design de exposições, espaços e projetos culturais acessíveis e atrativos para todas as pessoas, considerando diferentes formas de percepção, comunicação, locomoção e compreensão são necessárias novas diretrizes de pensamento e atuação que proporcionem proposições inclusivas: adequações arquitetônicas baseadas no Desenho Universal, adequações comunicativas inclusivas e acesso à informação livre de barreiras. Cada uma dessas proposições pode ser viabilizada por meio de ações específicas como exemplificadas a seguir:

- Adequações arquitetônicas baseadas no Desenho Universal que podem ser resumidas em:
- Projeto arquitetônico e expográfico livre de barreiras de acesso, circulação e fruição;
- Sinalização e informação multimodal (sonora, gráfica, tátil e símbolos), com contraste e tamanhos que proporcionem acuidade adequada para leitura;
- Equipamentos de informação e comunicação de fácil manuseio e entendimento;
- Mobiliário que considere as diferenças dos indivíduos (estaturas baixas, pessoas em cadeiras de rodas, crianças, pessoas com problemas de locomoção e visão).
- Adequações comunicativas inclusivas, que são basicamente:
- Site acessível;
- Folhetos impressos em padrões universais e com informações claras e completas quanto à acessibilidade;
- Filmes, vídeos e monitores com tecnologia *closedcaption*– legendas para surdos;
- Comunicação em libras – Língua Brasileira de Sinais;
- Informações primordiais em formatos auditivos;
- Textos informativos com linguagem simplificada.
- Acesso à informação livre de barreiras, por exemplo:
- Publicações acessíveis com uso de braille, caracteres grandes, audio, libras;
- Vídeo-guia (libras) em monitores, palmtops ou Mp4;
- Audioguia com audiodescrição da exposição;
- Soluções expográficas multimodais e sensoriais;
- Textos expositivos com linguagem simplificada (sem termos técnicos e com limite de tamanho).

---

<sup>29</sup> Viviane Sarraf é licenciada em Educação Artística com especialização em Museologia e Mestrado em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo e doutoranda em Comunicação e Semiótica na PUC-SP. Atualmente é diretora-fundadora da empresa social Museus Acessíveis e consultora na área de acessibilidade para projetos culturais.

No caso de equipamentos culturais como cinemas, auditórios, teatros, museus entre outros, há os parâmetros específicos contidos na ABNT-NBR 9050/2004 que trata em seu item 8.2 das condições de acesso em espaços culturais.

Buscando ampliar os acessos aos recursos multisensoriais que podem ser empregados nos espaços de cultura, é preciso atender algumas leis, como a Lei do Direito Autoral (no. 9610 de 19/02/1998), que em seu artigo 46 diz respeito à reprodução de obras em formatos acessíveis, ou seja, convertidas por meio de técnicas especializadas de adaptação, que proporcionem descrição ou narração das possíveis representações gráficas presentes na obra, nos formatos daisy braille, livro falado (voz humana ou sintetizada) ou outro formato que permita o acesso de todas as pessoas, prioritariamente aquelas com deficiência visual, ao seu conteúdo, excetuados os livros didáticos.<sup>30</sup> No país, o número de exemplares disponíveis na rede pública é insuficiente, impedindo que todas as pessoas tenham acesso a esses livros. Segundo o Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais (2010),<sup>31</sup> 91% das bibliotecas públicas municipais (BPMs) não possuem serviços para pessoas com deficiência visual. Na Região Sudeste, onde se encontram as grandes produções editoriais Braille do país, apenas 9% das bibliotecas públicas municipais oferecem serviços para deficientes visuais.

O estudo “Retratos da Leitura no Brasil” de 2011, mostra que a média de leitura anual do brasileiro é de 4,0 livros por habitante e, segundo o “Relatório anual de 2010 da Fundação Dorina Nowill para Cegos”, a média de leitura dos usuários no acervo braille é de 8,0 livros por ano. Cabe ressaltar que, na região Nordeste, onde se encontra o maior percentual nacional de deficientes visuais, apenas 8% das bibliotecas públicas municipais têm acervo em braille e somente 5% do total oferecem serviços para deficientes visuais. Esses números são uma amostragem, já que nem todas as bibliotecas públicas e privadas de escolas, institutos, associações etc, foram contabilizadas no censo. Ainda segundo dados do Censo de Bibliotecas Públicas Municipais (2010), 39% das bibliotecas têm acervo em CD-ROM, 17% em gravações de som em CD e cassete e 16% em discos. Ajudas técnicas como áudio livros, leitores de tela,<sup>32</sup> linha braille ou Display Braille,<sup>33</sup> scanner com programa acessível, lupa

---

<sup>30</sup> Ministério da Cultura.

<sup>31</sup> Censo realizado pela Fundação Getúlio Vargas para o Ministério da Cultura, Secretaria de Articulação Institucional, Diretoria de Livro, Leitura e Literatura, Fundação Biblioteca Nacional, Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas.

<sup>32</sup> Os leitores de tela podem ser um software com regras próprias, oferecendo opções de navegação, escrita e leitura a textos e acesso a Internet. Existem aqueles que apenas fazem o papel de Ler a tela, utilizando os programas de navegação existentes no Mercado.

<sup>33</sup> A Linha Braille, ou Display Braille, é um hardware que exibe dinamicamente em Braille a informação da tela ligado a uma porta de saída do computador. Pode-se definir Display Braille como um dispositivo de saída tátil para visualização das letras no sistema braille.

eletrônica, máquina de datilografia Braille, computadores com internet e programas especiais com sintetizadores de voz, surgiram para atender a demanda de usuários com deficiência visual e por pessoas que possuem dificuldade de leitura em livros impressos em tinta.

Os aplicativos, programas e equipamentos utilizados em computadores, celulares e tablets possibilitam a ampliação da inclusão digital. Muitas pesquisas estão sendo desenvolvidas a fim de tornar a interface do computador que é comandada pelas mãos via teclado e mouse, cada vez mais acessível também em outras formas de interação, como movimentos do olho, voz e boca, assim pessoas com restrições severas de movimento, como tetraplégicos, podem utilizar os equipamentos. Alguns programas podem ser baixados gratuitamente pela internet.<sup>34</sup>

**“Os problemas de acessibilidade mais sérios, dado o atual estado da Web, relacionam-se a usuários cegos e a usuários com outras deficiências visuais, posto que a maioria das páginas da Web é altamente visual. Por exemplo, é bastante comum ver combinações de cores de primeiro e segundo plano que tornam as páginas praticamente ilegíveis a usuários daltônicos” (Recomendações de Acessibilidade para Conteúdo Web (WCAG) 2.0 2008)<sup>35</sup>.**

Para fazer essas adequações na web, é preciso consultar a entidade internacional W3C que é responsável pela padronização dos recursos e pela forma como os sites devem ser construídos para que eles sejam acessíveis para todos os usuários<sup>36</sup>.

A audiodescrição também é um recurso que amplia o entendimento das pessoas com deficiência visual em eventos culturais (peças de teatro, programas de TV, exposições...), turísticos (passeios, visitas), esportivos, acadêmicos (palestras, seminários, congressos, aulas...) e outros, por meio de informação sonora. Transformando o visual em verbal, amplia as formas de acesso à cultura e à informação, contribuindo para a inclusão cultural, social e escolar. Além das pessoas com deficiência visual, amplia também o entendimento de pessoas com deficiência intelectual, idosos e disléxicos.<sup>37</sup>

As medidas para a disponibilização da audiodescrição pelas emissoras de televisão foram regulamentadas em 2006 pela Portaria 310 do Ministério das Comunicações, porém, as regras para a audiodescrição foram suspensas em 2008, discutidas até 2010 e novamente

<sup>34</sup> <http://robotica.udl.es>

<http://intervox.nce.ufrj.br/dosvox/download.htm>

<sup>35</sup> <http://www.ilearn.com.br/TR/WCAG20/>

<sup>36</sup> Decreto Nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004.

<sup>37</sup> Lívia Maria Villela de Mello Motta é doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela PUC de São Paulo Audiodescrição - recurso de acessibilidade para a inclusão cultural das pessoas com deficiência visual. Disponível em: <http://www.vercompalavras.com.br/pdf/artigo-audiodescricao-recurso-de-acessibilidade.pdf>

regulamentadas pela Portaria 188 que estabeleceu novos prazos para que as emissoras de televisão ofereçam os recursos a partir de julho de 2011. Tramita na Câmara o projeto de lei (PL 4248/12), que exige o uso de audiodescrição e de legenda em português nos filmes exibidos nos cinemas e nos canais de televisão aberta e por assinatura e nos distribuídos pelas locadoras.

Atualmente, o serviço é oferecido em alguns filmes e seriados em DVD ou exibidos na televisão digital, por meio de canal de áudio opcional, em salas de cinema que ofereçam fones de ouvido com receptor sem fio, semelhantes aos usados em eventos com tradução simultânea. Segundo Motta (2008), a formação dos áudio - descritores é bem específica, contemplando informações sobre a deficiência visual, definição, histórico e princípios da audiodescrição, noções de sumarização, conhecimento sobre recursos técnicos, locução e, principalmente, atividades práticas. Precisam, também, assistir e ter informações sobre os espetáculos e eventos que serão áudio - descritos para se familiarizar com o tema, personagens, figurino, vocabulário específico, autor e cenários. As informações sobre as cenas não podem expressar opiniões pessoais do áudio - descritor. É, portanto, um trabalho minucioso que exige tempo, dedicação, objetividade e, acima de tudo, preparação.

O *closed caption*, ou legenda oculta, é uma Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) que, em princípio, é uma maneira das pessoas que não podem ouvir o áudio de um filme ou um programa de TV, conseguirem ver o que se fala. Palavras e efeitos sonoros também são traduzidos em texto. A legenda oculta não só é importante para deficientes auditivos como também para ambientes com muitos ruídos como aeroportos ou bares, por exemplo. Nesses casos esse recurso pode auxiliar pessoas sem deficiência auditiva. Para a televisão, a lei diz que cada emissora deve exibir oito horas diárias de *closed caption* em sua programação. A Lei da Acessibilidade (10.098/2000), como é conhecida, exige que quatro horas de legenda oculta sejam disponibilizadas no período matutino e quatro horas no período noturno. O *closed caption*, foi regulamentado em 2006 pela Portaria 310 e vem sendo implementado pelas emissoras de televisão desde 2008. É importante considerar que a prioridade das leis é sempre daquela mais específica, não importando em qual esfera está inserida.



### 3.3.1 Exemplos de edifícios culturais com intervenções acessíveis.

**Quando o mundo real se transforma em simples imagens, as simples imagens tornam-se seres reais e motivações eficientes de um comportamento hipnótico. O espetáculo, como tendência a fazer ver (por diferentes mediações especializadas) o mundo que já não se pode tocar diretamente, serve-se da visão como o sentido privilegiado da pessoa humana – o que em outras épocas fora o tato; o sentido mais abstrato, e mais sujeito à mistificação, corresponde à abstração generalizada da sociedade atual. Mas o espetáculo não pode ser identificado pelo simples olhar, mesmo que este esteja acoplado à escuta. Ele escapa à atividade do homem, à reconsideração e à correção de sua obra. É o contrário do diálogo. Sempre que haja representação independente, o espetáculo se reconstitui. (DEBORD, 1997, p. 18)**

Acessibilidade é aqui entendida num sentido *lato*, começa nos aspectos físicos e arquitetônicos, mas vai muito além, uma vez que toca outros componentes determinantes, que concernem a aspectos intelectuais e emocionais: acessibilidade da informação e do acervo. Uma boa acessibilidade do espaço não é suficiente. É indispensável criar condições para compreender e usufruir os objetos expostos num ambiente favorável. Além disso, acessibilidade diz respeito a cada um de nós, com todas as riquezas e limitações que a diversidade humana contém e que nos caracterizam, temporária ou permanentemente, em diferentes fases da vida (Instituto Português de Museus, 2004).

Há espaços culturais no país que se propõem a tornar a arte acessível, como quando de forma pioneira na década de 1980, a museóloga paulista Waldisa Rússio, então diretora do extinto Museu da Indústria, Comércio e Tecnologia de São Paulo em parceria com PCD e instituições ligadas a elas, tratou do tema da inclusão e acessibilidade em ambientes culturais quando promoveu a exposição “Percepção e Criação”, sobre a atuação de PCD na economia brasileira.

Atualmente, já podemos encontrar espaços culturais com aspectos arquitetônicos com conteúdo, informação, tecnologias e profissionais capacitados para atender a diversidade de público, incluindo pessoas com deficiências físicas, sensoriais, intelectuais ou múltiplas (SARRAF, 2006), porém, de acordo com Tojal<sup>38</sup> (2014),<sup>39</sup> existem espaços culturais com um nível de acessibilidade muito bom, mas, nenhum deles oferece um acervo 100% acessível.

Os locais citados a seguir, foram escolhidos de forma aleatória, sem uma avaliação *in loco* dos espaços, portanto, não foi feito pela pesquisadora nenhum estudo aprofundado sobre cada um deles. O nível de informações e imagens relativas aos edifícios, variam de acordo com as informações disponíveis nas fontes pesquisadas e citadas.

---

<sup>38</sup>Amanda Pinto da Fonseca Tojal é museóloga especializada em acessibilidade e ações educativas inclusivas para públicos especiais em museus e instituições culturais.

<sup>39</sup>Palestra proferida pela museóloga Amanda Pinto da Fonseca Tojal titulada "Inclusão: Um outro jeito de olhar", no Museu da Ciência Professor Mário Tolentino em São Carlos, 2014.

### 3.3.1.1 BIBLIOTECA MÁRIO DE ANDRADE

Localizada no centro da cidade de São Paulo, a Biblioteca Mário de Andrade foi aberta em 1925 com projeto no estilo *Art Déco* de autoria do arquiteto francês Jacques Pilon, foi a primeira biblioteca pública da cidade e atualmente é a segunda maior do país, superada apenas pela Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. Seu acervo ultrapassa três milhões que se dividem entre livros, periódicos, mapas e materiais audiovisuais, além de oferecer uma ampla programação cultural e gratuita com encontros com escritores, pesquisadores, artistas, lançamentos de livros, leituras dramáticas, intervenções artísticas, oficinas, saraus, palestras, apresentações musicais, dentre outros (Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, 2014).<sup>40</sup>

O edifício tombado<sup>41</sup> com 12 mil m<sup>2</sup> passou por reformas de 2006 a janeiro de 2011. O escritório Piratininga Arquitetos Associados foi responsável pela modernização e restaurado do edifício, incluindo a acessibilidade ao programa. Foram construídas rampas, colocados corrimãos, instalado equipamentos eletromecânicos, um novo projeto de iluminação e espaços de leitura com boa incidência de luz natural, sanitários acessíveis e mudanças na circulação.

Figura 4 - Vista geral das fachadas



Fonte: <http://au.pini.com.br> Foto: Maira Acayaba

<sup>40</sup>História da Biblioteca Mário de Andrade. Disponível em:

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bma/historico/index.php?p=7653>

<sup>41</sup>Conforme Resolução nº 3 do CONPRESP (Conselho de Patrimônio Histórico e Artístico da Cidade de São Paulo), publicada em 9 de Dezembro de 1992 e conforme Ofício nº 2258, do Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo), de 14 de Setembro de 2005. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/10.110/3583>

Figura 5 - Entrada da Biblioteca pela Avenida São Luís com corrimãos e sinalização tátil



Fonte: <http://au.pini.com.br> Foto: Maira Acayaba.

Figura 6 - Corrimãos com duas alturas e sinalização tátil



Fonte: <http://au.pini.com.br> Foto: Maira Acayaba

Figura 7 – Plataforma vertical localizada na Praça Dom José Gaspar com sinalização tátil



Fonte: <http://www.archdaily.com.br> Foto: Maíra Acayaba

Figura 8 - Biblioteca Circulante



Fonte: <http://www.archdaily.com.br> Foto: Maíra Acayaba.

As figuras 5, 6,7 e 8 mostram as intervenções que alteraram os acessos e espaços internos, oferecendo ao usuário um espaço físico que atenda as diferentes necessidades dos usuários com algum tipo de deficiência na biblioteca.

### **3.3.1.2 Biblioteca Pública do Amazonas**

Construída entre 1905 a 1910, em um terreno onde funcionava o Estábulo Público da cidade de Manaus, a biblioteca foi construída em estilo eclético, com predominância de elementos clássicos. Em 1945, após um incêndio onde quase todo o seu acervo e a ala sul do prédio do prédio foram destruídos, ela foi reconstruída e reaberta dois anos mais tarde.

O edifício onde está instalada a biblioteca foi tombado como Monumento Histórico do Amazonas através do Decreto Estadual n.º 11.033 de 12/04.

Em 2009, o edifício foi fechado para reforma, tendo sido reaberto em fevereiro de 2014, com acervo ampliado de 65 mil livros para 375 mil volumes e com acessibilidade para deficientes auditivos, físicos e visuais. Ao redor de todo o prédio, o local recebeu o piso tátil, elevador para os deficientes físicos e pessoas com dificuldade de locomoção permitindo o acesso aos pisos superiores da Biblioteca e mapas táteis com três tipos de linguagens: gráfica, braille e audio descrição em todas as salas e andares do edifício. Este último recurso é reproduzido por meio de uma caneta de áudio, e para ativá-las, o guia aproxima a ponta do instrumento ao local indicado por um adesivo com ondas sonoras, e automaticamente é emitida uma explicação do ambiente em que o visitante se encontra. Também está disponível o folheador automático de livros que auxilia pessoas com pouco ou nenhum movimento nos membros superiores.

O edifício conta com duas saídas de emergência, Wi-Fi liberado para todos os cadastrados. Entre as estantes dos andares do edifício são encontrados obras universais, regionais, periódicos e até gibis. A nova biblioteca também dispõe de mais de 30 computadores para os usuários<sup>42</sup>.

---

<sup>42</sup> Fonte: Portal amazonia.com. Disponível em: <http://www.portalamazonia.com.br/cultura/variedades/biblioteca-publica-do-amazonas-reabre-com-350-mil-novos-titulos-e-maior-acessibilidade/>

Figura 9 - Vista da fachada da biblioteca



Fonte: <http://www.portalamazonia.com.br/cultura/variedades/biblioteca-publica-do-amazonas-reabre-com-350-mil-novos-titulos-e-maior-acessibilidade> Foto: Yago Ferreira/Portal Amazônia

Figura 10 - Vista parcial do piso tátil na entrada da biblioteca



Fonte: [http://acritica.uol.com.br/vida/Manaus-Amazonas-Amazonia-Biblioteca-Publica-Amazonas-reaberta-manha\\_0\\_857314295.html](http://acritica.uol.com.br/vida/Manaus-Amazonas-Amazonia-Biblioteca-Publica-Amazonas-reaberta-manha_0_857314295.html)

Figura 11 - Mapas tátil e caneta de áudio



Fonte: <http://www.portalamazonia.com.br/cultura/variedades/biblioteca-publica-do-amazonas-reabre-com-350-mil-novos-titulos-e-maior-acessibilidade/>

### 3.3.1.3 Museu do Futebol

O Museu do Futebol foi instalado no Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho, o Pacaembu e projetado por Ramos de Azevedo em uma área de 5,6 mil m<sup>2</sup> onde funcionava o setor administrativo. Inaugurado 29 de setembro de 2008, o museu, desde o seu projeto inicial, disponibiliza um programa que atende a diferentes aspectos referentes à acessibilidade e educação inclusiva em todas as suas salas. Sediado no Estádio do Pacaembu, é disponibilizado aos visitantes através do site o Programa de Acessibilidade do Museu do Futebol– PAMF – que reúne uma série de recursos que com o objetivo de facilitar e potencializar o acesso ao museu (GUERRA, 2011).

No âmbito físico e arquitetônico, existe acesso a todos os andares do edifício por meio de elevadores para usuários de cadeira de rodas e pessoas com dificuldade de locomoção, espaço para circulação com rota acessível, piso podotátil para cegos e pessoas com baixa visão em todo o percurso da exposição de longa duração, além de vagas reservadas para pessoas com deficiência no estacionamento da Praça Charles Miller, banheiros para PCD em todos os andares e telefone para surdos (SECRETARIA DA CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO).<sup>43</sup>

Considerando o alcance da diversidade do público que frequenta o Museu do Futebol, são disponibilizados áudio-guias para estrangeiros (em inglês e espanhol), atendimento qualificado ao público, inclusive a pessoas com diferentes tipos de deficiências: cegueira, baixa visão, surdez, motora e intelectual, totens informativos em 3 línguas (português, inglês e espanhol) e braille em todas as salas do Museu, 23 maquetes táteis para o público com deficiência visual e limitação de compreensão de linguagem que permitem a transposição de conteúdos de algumas das salas expositivas da exposição de longa duração e audio-guia que está sendo implementado.

O trabalho de educação inclusiva, com atendimento especial a pessoas com deficiência, recebe grupos de diversas escolas e instituições. Durante a visita – que é mediada com os educadores do local – os grupos têm acesso não só ao material exposto, mas a jogos e materiais sensoriais elaborados exclusivamente para o atendimento educativo. O estacionamento conta com cerca de 20 vagas reservadas para pessoas com deficiência. Seguindo este princípio, em 2010, o Museu do Futebol dá início ao Projeto Deficiente Residente idealizado e coordenado pelo Núcleo Educativo, com seus supervisores e educadores, e conta com a assessoria de dois residentes com níveis distintos de deficiência.

---

<sup>43</sup>Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo – Museu do Futebol. Disponível em <http://museudofutebol.org.br/visite/acessibilidade/>

Durante três meses, são realizados encontros semanais entre educadores e deficientes residentes. Em um primeiro momento, busca-se descobrir e valorizar os pontos em comum entre os dois lados, assegurando maior confiança e intimidade à relação entre educadores e residentes. Depois, juntos, eles compartilham informações e discutem melhorias no contato com o visitante e no espaço expositivo (Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo).<sup>44</sup>

O intuito do Projeto é repensar o atendimento de todos que integram o museu e, em particular, o dos visitantes com deficiência, suscitando a discussão sobre a peculiaridade de cada uma das deficiências, compreendendo melhor a sensibilização necessária ao contato com estas questões e aproximando-se do deficiente de modo a percebê-lo melhor.

Na figura 13, o piso tátil instalado e o espaço sem barreiras físicas, permite ao deficiente visual e ao deficiente físico uma circulação adequada. As imagens com cores contrastantes nos murais podem auxiliar usuários com baixa visão a identificar ou diferenciar as diferentes cores e formas.

Figura 12 - Vista fachada Museu do Futebol



Foto: Nelson Kon

Fonte: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquiteturismo/02.021/1479>

---

<sup>44</sup>Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo – Museu do Futebol. Disponível em <http://museudofutebol.org.br/visite/acessibilidade/>



Figura 13 - Piso tátil.



Foto: Nelson Kon

Fonte : <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquiteturismo/02.021/1479>

#### 3.3.1.4 Museu de Arte Moderna – MAM.

De acordo com as informações disponíveis no site, desde 2010, o Museu de Arte Moderna de São Paulo criou a área de acessibilidade, com o objetivo de oferecer uma estrutura completa para receber e promover uma total imersão no mundo da arte para o público com deficiência, de forma que todos os espectadores que visitam o museu, tenham eles algum tipo de deficiência ou não, possam usufruir do museu igualmente. O intuito é que o local seja um espaço sem barreiras físicas, sensoriais ou intelectuais. Esse projeto busca promover o acesso ao espaço do museu, à programação e à equipe profissional, preparada para atender à PCD. Essa área inclui o Programa Igual Diferente, que, através de parcerias com instituições de saúde e educação especial e projetos sociais, é responsável por atividades especializadas para o público durante o ano. Tal programa existe desde 2002, e deu origem às atividades de acessibilidade do MAM-SP, mesmo antes de haver uma área responsável por isso. Essa iniciativa traz atividades variadas e gratuitas e estão disponíveis para o público com e sem deficiência. As visitas contam com:

-Libras: Durante todo o calendário de exposições, visitantes surdos podem entrar em contato com o MAM e reservar um horário para uma visita dialogada, conduzida por um educador surdo, na língua brasileira de sinais (libras). As visitas são gratuitas e têm duração de uma hora e meia.

-Audioguias: Com o intuito de possibilitar que a pessoa com deficiência visual possa visitar o Museu de forma autônoma e com real acesso aos conteúdos da exposição, o MAM oferece gratuitamente em todas as exposições os audioguias, que integram a descrição do espaço e das obras expostas, os textos curatoriais, trilhas sonoras e depoimentos.

-Videoguias: Considerando que a língua primeira das pessoas surdas é a língua brasileira de sinais (libras), outro recurso inaugurado esse ano foi o videoguia. Depoimentos dos curadores e dos artistas gravados em libras, gratuitos e disponíveis na recepção do museu, para visitantes surdos ou estudantes e interessados em libras.

O museu conta também com uma planta tátil do edifício.

Figura 14 - Fachada MAM



Fonte - [http://www.saopaulo.sp.gov.br/conhecasp/cultura\\_museus\\_arte-moderna](http://www.saopaulo.sp.gov.br/conhecasp/cultura_museus_arte-moderna)

Figura 15 - Piso tátil instalado na fachada MAM



Fonte: <http://tecnoartenevents.com/wp-content/uploads/2013/03/MAM-transmuseu.jpg>

Figura 16- Visita com grupo e educadores falando em libras



Fonte: <http://redeglobo.globo.com/acao/noticia/2013/01/mam-sp-promove-acessibilidade.html>

### 3.3.1.5 Pinacoteca do Estado de São Paulo

A Pinacoteca do Estado de São Paulo, localizada na cidade de São Paulo, permite a qualquer usuário o acesso aos seus espaços e obras expostas desde as reformas que ocorreram em 1993 e 1998. O prédio tombado em 1982 pelo Condephaat teve como autores do projeto os arquitetos Paulo Mendes da Rocha, Eduardo Colonelli e Weliton Torres, que trabalharam questões referentes à acessibilidade como a instalação de passarelas, elevadores, melhora na iluminação, que permitem à PCD circular sem dificuldade pelo edifício.

Além do aspecto físico do espaço, em 2003, a Pinacoteca do Estado de São Paulo criou o PEPE, com o objetivo de atender o público que possui alguma restrição e capacitar educadores, estudantes e profissionais. Desenvolvido por uma equipe formada por quatro profissionais: a arte-educadora e museóloga Amanda Tojal, a educadora Margarete de Oliveira, o artista plástico e arte-educador Alfonso Ballesteros e a designer Dayse Tarricone, a ação do programa é concentrada em:<sup>45</sup>

- Visitas orientadas: São realizadas visitas acompanhadas por educadores especializados com base na seleção de obras do acervo, incluindo esculturas, objetos e pinturas, acessíveis por meio de toque orientado ou recursos multissensoriais e lúdicos, estabelecendo-se percursos diferenciados para cada grupo;

<sup>45</sup>“Pinacoteca inicia projeto para públicos especiais”. Disponível em <<http://saci.org.br/index.php?modulo=akemi&parametro=6724>>

- Impressos: Para garantir a continuidade dos processos desencadeados pelas visitas acessíveis ao acervo, foi elaborado um exclusivo catálogo adaptado e impresso em tinta e braille. Foram selecionadas imagens de pinturas do acervo para impressão simultânea em tinta com linhas de contorno em relevo, acompanhadas por textos redigidos em linguagem objetiva, contemplando a vida e a obra dos artistas, além da descrição das obras. Também foi elaborado um impresso para a divulgação do programa. E ainda, um Guia para visitação do público surdo.

- Recursos de apoio multissensoriais e lúdicos: Recursos de apoio como maquetes visuais e táteis do edifício da Pinacoteca e seus arredores, reproduções de obras bidimensionais e tridimensionais feitas em resina acrílica e borracha texturizada, extratos sonoros relativos às obras, além de objetos e jogos tridimensionais baseados nas obras originais selecionadas, são utilizados nas ações inclusivas do PEPE.

- Cursos de capacitação: A amplitude e a consistência do trabalho elaborado neste programa possibilitaram o desenvolvimento de cursos de ensino da arte na educação especial e inclusiva para a capacitação de educadores e profissionais das áreas de artes, museus e saúde, gerando propostas de mediação inclusiva e elaboração de recursos de apoio multissensoriais para diferentes perfis de públicos com necessidades educacionais especiais (Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo).<sup>46</sup>

Figura 17 - Vista das passarelas na Pinacoteca do Estado de São Paulo



Fonte: <http://www.panoramio.com/photo/78140560>

---

<sup>46</sup>Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo – Pinacoteca do Estado de São Paulo. Disponível em <http://www.pinacoteca.org.br/pinacoteca-pt/default.aspx?mn=588&c=1049&s=0&friendly=programa-educativo-para-publicos-especiais---pepe>

Figura 18 - Vista do elevador panorâmico da Pinacoteca do Estado de São Paulo



Fonte: [https://www.flickr.com/photos/raul\\_lisboa/8054426665/](https://www.flickr.com/photos/raul_lisboa/8054426665/)

Figura 19 - Modelo de expositores acessíveis e piso tátil de alerta próximo aos expositores na Pinacoteca do Estado de São Paulo



Fonte: <http://revistasentidos.uol.com.br/inclusao-social/72/artigo271763-1.asp>

Figura 20 - Pessoa com deficiência visual interagindo com uma escultura exposta na Galeria Tátil da Pinacoteca do Estado de São Paulo



Fonte: <http://revistaepocasp.globo.com/Revista/Epoca/SP/0,,EMI139118-16206-3,00ACESSIBILIDADE+UMA+CIDADE+ADAPTADA.html>

### 3.3.1.6 *Metropolitan Museum of Art*

Com mais de dois milhões de obras criadas da Idade da Pedra à Era Digital, o *Metropolitan Museum of Art* é classificado como um dos maiores repositórios de arte e cultura do planeta. Fundado em 1870, esta instituição é cercada de anexos, com destaques para as galerias de Roma e da Grécia; o Costume Institute; o acervo de arte bizantina e chinesa; a coleção de pinturas europeias, com obras de Tiepolo, Cézanne, Vermeer e Monet; a coleção de armas e armaduras; e a coleção egípcia, com suas múmias, a esfinge e o espetacular Templo de Dendur, de 1 a.C..<sup>47</sup>

Fundado em 1929 para promover novas abordagens da expressão artística, o Museum of Modern Art foi remodelado e ampliado em 2004 sob a direção do arquiteto Yoshio Taniguchi.<sup>48</sup>

O Museu é acessível a deficientes físicos ou dificuldades de locomoção. Há cadeiras de rodas disponíveis para os usuários, elevadores e escadas rolantes localizados em todo o edifício. O mapa do museu disponível em PDF<sup>49</sup> disponibiliza todas as informações de acesso físico, como as entradas acessíveis.

<sup>47</sup> Disponível em: <http://www.discoveramerica.com.br/usa/experiences/n/new-york/new-yorks-art-museums.aspx>

<sup>48</sup> Disponível em: <http://www.discoveramerica.com.br/usa/experiences/n/new-york/new-yorks-art-museums.aspx>

<sup>49</sup> Disponível em:

<http://www.metmuseum.org/~media/Files/Events/Programs/Progs%20for%20Visitors%20with%20Disabilities/2011%20Access%20Map.pdf>

Um áudio guia (MetAudio) com mais de cem horas de comentários em áudio está disponível para qualquer usuário e foi desenvolvido por curadores e educadores sobre obras de arte da coleção permanente do Museu e de exposições especiais, como a exploração através do toque de seis esculturas egípcias de faraós, deuses e deusas. Há também material de programas que podem ser ouvidos em inglês, francês, alemão, italiano, japonês, coreano, chinês mandarim, português e espanhol. O áudio guia pode ser utilizado diante o pagamento de uma taxa, mas é disponibilizado gratuitamente para deficientes visuais. Pessoas com baixa capacidade de audição podem utilizar dispositivos auxiliares de audição com sistemas de melhoria de som.

Quando solicitado com antecedência, é possível a disponibilização de legenda em tempo real em palestras e intérprete de libras na língua americana de sinais em uma variedade de programas,<sup>50</sup> assim com transcrições de impressão padrão e maiores para deficientes visuais e surdos.

Com agendamento prévio é possível solicitar que funcionários treinados da instituição acompanhem usuário de cadeira de rodas, deficientes visuais e auditivos pelo museu nas visitas. Há visitas para grupos de pessoas com ou sem deficiência e diferentes idades<sup>51</sup>.

É permitida a entrada de cães guias.<sup>52</sup>

Figura 21 - Vista a fachada principal do museu



Fonte: <http://www.metmuseum.org/visit/plan-your-visit/getting-here>

---

<sup>50</sup> Disponível em: <http://www.metmuseum.org/events/programs/programs-for-visitors-with-disabilities/visitors-who-are-deaf>

<sup>51</sup> Grupo de visitantes com deficiência. disponível em: <http://www.metmuseum.org/visit/plan-your-visit/group-visits/disabilities>

<sup>52</sup> Disponível em: <http://www.metmuseum.org/visit/accessibility>

Figura 22 - Visita de grupos com deficiência visual



Fonte: <http://www.metmuseum.org/events/programs/programs-for-visitors-with-disabilities>

### 3.3.1.7 Museu de Liverpool

O Museu de Liverpool localizado às margens do rio Mersey, uma região reconhecida como Patrimônio Histórico Mundial pela UNESCO,<sup>53</sup> foi aberto para visitação pública em 2011.

Projetado pelo arquiteto holandês Kim Herforth Nielsen, da 3XN Design, a edificação foi concebida para representar um elo entre o centro histórico da cidade e o entorno do porto. O projeto arquitetônico preserva as características de Liverpool, sem deixar de propor uma nova interpretação da região histórica, representada por preservados edifícios antigos. Segundo Nielsen, a concepção arquitetônica da edificação foi resultado de um processo de aprendizado sobre a história, as necessidades de mobilidade urbana apontadas pelos habitantes e o potencial local.<sup>54</sup>

Com o intuito de destacar o ambiente das altas edificações da cidade, o museu foi construído acima do nível do solo e posicionado para conceber a ideia de um grande navio comercial. Ao todo, a edificação ocupa uma área de 110 m de comprimento com 60 m de largura e seu ponto mais alto alcança 26 m de altura. A praça na parte frontal do museu propõe um ambiente de encontro público ao ar livre com vista para o rio.<sup>55</sup>

Serviços e espaços disponíveis para PCD:

- no estacionamento há seis vagas de estacionamento em frente à entrada do museu;
- a entrada principal é feita em nível, há portas automáticas e elevadores para acessar todos os andares;

<sup>53</sup> Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

<sup>54</sup> Disponível em: <http://piniweb.pini.com.br/construcao/arquitetura/museu-de-liverpool-do-escritorio-3xn-design-e-inaugurado-nesta-224811-1.aspx>

<sup>55</sup> Disponível em: <http://piniweb.pini.com.br/construcao/arquitetura/museu-de-liverpool-do-escritorio-3xn-design-e-inaugurado-nesta-224811-1.aspx>



- há passeios táteis pelo museu;
  - a entrada de cães-guia é permitida;
  - há duas cadeiras de rodas disponíveis para usuários;
  - um guia Braille fica disponível na recepção;
  - os armários do vestiário e chaveiros são rotulados em braille;
  - há sanitários acessíveis disponíveis em todos os pisos;
  - interpretação de linguagem de sinais britânica e legendas disponíveis para a maioria dos filmes exibidos no museu;
  - mesas e cadeiras no café permitem aproximação<sup>56</sup>.
- No museu, é possível alugar cadeiras de rodas e scooters motorizadas.

Figura 23 - Vista geral do museu



Fonte: <http://elvalledeyumkimil.blogspot.com.br/2012/08/3xn-museum-of-liverpool.html>Foto:  
Foto: Phillip Handforth

---

<sup>56</sup> Museun ofLivrerrpool. Disponível em: <http://www.liverpoolmuseums.org.uk/mol/visit/access.aspx>

Figura 24 - Vista noturna do museu



Fonte: <http://piniweb.pini.com.br/construcao/arquitetura/museu-de-liverpool-do-escritorio-3xn-design-e-inaugurado-nesta-224811-1.aspx>

Figura 25 - Pessoa com deficiência física circulando pelo espaço do museu



Fonte: <http://www.liverpoolmuseums.org.uk/mol/visit/access.aspx>

#### 4 OBJETIVOS

Este estudo teve como objetivo determinar quais são os fatores limitantes e os facilitadores relacionados à acessibilidade, encontrados na utilização das áreas de uso comum dos edifícios públicos municipais de âmbito cultural de uma cidade de porte médio do interior do Estado de São Paulo. Todos são edifícios municipais e estão instalados em prédios utilizados como espaços de lazer, cultura e recreação, portanto destinados à visitação do público em geral. Além disso, baseado na legislação e normas técnicas de acessibilidade abrangidas pela NBR9050/2004, pretendeu-se mostrar a realidade de uso desses espaços para pessoas com deficiência física e visual.

Os objetivos específicos foram:

- Realizar um mapeamento das condições arquitetônicas de acesso e uso do Desenho Universal nos edifícios públicos, levando em consideração que eles devem ser utilizados com equipamentos culturais;
- Verificar, nesses espaços, o cumprimento das Normas Técnicas que garantam a acessibilidade de Pessoas com Deficiência Física e Visual;
- Apresentar as principais falhas do projeto arquitetônico e as barreiras físicas;
- Analisar a eficácia das adaptações realizadas nos edifícios escolhidos para a pesquisa.

Também foram avaliadas as áreas próximas aos edifícios, a fim de verificar a existência de vagas de estacionamento, passeio público, guias rebaixadas, e sinalização para que se verificasse o acesso aos equipamentos por pessoas com deficiência física e visual.

Esta dissertação não buscou analisar os programas e atividades oferecidos nos edifícios, embora tenha-se verificado a existência ou não de materiais disponíveis para pessoas com deficiência visual.

## 5 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo quanti-qualitativo, centrado em fatos objetivamente detectados e observáveis, seja em sua produção, seja em seu desenvolvimento,<sup>57</sup> de cunho exploratório e descritivo.

### 5.1 Contextualização

Para o desenvolvimento do trabalho, foi necessário um levantamento teórico dos campos da cultura, assim como sobre políticas públicas e políticas públicas culturais, acessibilidade, desenho universal, teorias, normas, leis e diretrizes referentes ao assunto, mostrando seu processo evolutivo, o papel desses temas no cenário atual e como se dá a interligação entre eles. Além da análise desses aspectos teóricos, verificou-se a importância de utilizá-los junto com outros conceitos como os referentes à deficiência, inclusão social através da cultura, edifícios públicos e qualidade dos espaços públicos. Buscou-se considerar como referência de acessibilidade para a pesquisa, pessoas com deficiência física e com deficiência visual.

### 5.2 Local

Os edifícios estudados pertencem a cidade de São Carlos (210.000 habitantes) e seus dois Distritos Água Vermelha e Santa Eudóxia, na região Central do Estado de São Paulo.

Procurou-se delimitar o uso dos edifícios de acordo com o tipo de atividade nele exercida, ficando definido que seriam edifícios públicos municipais de âmbito cultural. Dessa forma, o trabalho de campo envolveu a observação e registro de dados dos sete espaços culturais públicos da região delimitada para o estudo, diante de prévia autorização dos órgãos municipais responsáveis pelos seguintes edifícios (Anexo I):

- 1- Biblioteca Pública Municipal Amadeu Amaral;
- 2- Biblioteca Euclides da Cunha;
- 3- Museu da Ciência e Tecnologia Professor Mário Tolentino;
- 4- Museu Histórico e Pedagógico Cerqueira Cesar- Estação Cultura;

---

<sup>57</sup>Leopardi M. T., Beck C.L.C., Nietzsche E.A., Gonzales R. M. B. Metodologia da pesquisa na saúde. Santa Maria: Paloti; 2001.

5- Teatro Municipal “Dr. Alderico Vieira Perdigão” - Teatro de arena José Saffioti Filho;

6- Biblioteca Pública Distrital/ Armazém Cultura Lola Pulcinelli BIASON/ Telecentro de Informações e Negócios Sebastião Pulcinelli- Água Vermelha;

7- Museu de Pedra e Cineclube de Santa Eudóxia.

No Museu de Pedra localizado no Distrito de Santa Eudóxia, não foi possível fazer a coleta total dos dados no seu espaço interno, pela interdição no local para reforma, embora tenha sido autorizado pelos seus responsáveis.

### 5.3 Coleta de Dados

A coleta de dados da pesquisa foi realizada nos meses de dezembro de 2012 a janeiro de 2014.

Com o desenvolvimento e avaliação dos resultados da pesquisa, foi constatada a importância de uma nova avaliação que ocorreu em janeiro de 2014 na Biblioteca Pública Municipal Amadeu Amaral, onde passou a funcionar o Espaço Braille, em maio de 2013.

#### 5.3.1 Procedimentos de coleta de dados

Para o levantamento dos dados, foram considerados os equipamentos, sua localização e entorno, alguns dados históricos disponíveis, seu uso, qualidade e seus aspectos construtivos e dimensionais.

- Levantamento histórico: as informações encontradas sobre os edifícios e seus aspectos históricos foram levantadas através de consulta e documentos de órgãos oficiais incluindo as plantas técnicas dos locais, artigos e internet.

- Visitas: Essas visitas foram realizadas como forma conhecer os objetos da pesquisa, seus aspectos construtivos e de acessibilidade, registros fotográficos, medições e aplicação de um *checklist* desenvolvido para esta finalidade (Anexo II).

Para que o *checklist* fosse aplicado e captação de imagens fossem feitas, as visitas previamente agendadas, foram realizadas *in loco* pela pesquisadora e uma auxiliar de pesquisa orientada para aplicar todos os itens do *checklist*. Outras visitas para confirmação de dados e novas imagens, foram feitas sempre que necessário pela pesquisadora acompanhada da

auxiliar de pesquisa ou apenas pela auxiliar devidamente orientada, com autorização, porém, sem agendamento prévio.

Apenas nos pavimentos superiores da Biblioteca Amadeu Amaral e Estação Cultura, locais onde o acesso é possível apenas por escadas, a pesquisadora que é deficiente física e faz uso de cadeira de rodas, delegou a auxiliar de pesquisa a avaliação dos itens do *ckecklist*. A ajuda das auxiliares de pesquisa possibilitou que todos os espaços e elementos que compõem o *ckecklist*, fossem avaliados e fotografados.<sup>58</sup>

A estrutura do checklist foi organizada de forma lógica, mantendo próximos itens de acordo com cada assunto. Outro critério utilizado na escolha dos itens de acessibilidade foram as deficiências físicas e visuais.

Como o instrumento é usado para avaliar a condição de acessibilidade nos equipamentos culturais, para fins práticos foram estabelecidas duas possibilidades de respostas para cada item: sim e não.

Itens encontrados	<input type="checkbox"/> sim
Itens não encontrados	<input type="checkbox"/> não
Itens não avaliados	

O instrumento constou de dados de identificação de cada instituição referentes a:

- Vagas para veículos;
- Passeio público;
- Degraus e escadas;
- Rampas;
- Desníveis;
- Guarda - corpos;
- Corrimãos;
- Guia de balizamento;
- Plataformas e/ou elevadores;
- Circulação;
- Piso;
- Acessos;
- Portas,

<sup>58</sup> O Museu de Pedra de Santa Eudóxia "Tinho Leopoldino" permaneceu fechado de junho a novembro de 2013 e não foi totalmente avaliado.

- Instalações sanitárias.
- Sinalização tátil nos pisos;
- Espaços de reuniões;
- Características dos mobiliários;
- Mapa Tátil.

Os dados coletados e analisados através do instrumento de avaliação consideraram a acessibilidade arquitetônica, mobiliário e equipamentos. Além disso, quando necessário, todas as suas perguntas apresentaram os parâmetros dimensionais do item analisado.

### **3.3.2 Materiais e equipamentos**

Para a avaliação dos elementos e espaços do *checklist*, foram utilizados os seguintes materiais e equipamentos:

- Trena com 20 metros (Caixa em Acrilonitrilabutadieno estireno (ABS) amarelo; fita em aço temperado);
- Camera Digital Sony Cyber Shot Dsc W320, 14.1 Megapixels;
- Tablet Samsung Galaxy Tab 3 T110N Lite Android 4.2 Tela 7" Touchscreen Wi-Fi 8GB;
- Plantas técnicas dos edifícios avaliados;
- As inclinações foram aferidas com o auxílio das plantas técnicas e mensuração realizada nos locais.

### **3.3.3 Análise técnica dos equipamentos culturais**

Esta fase consistiu na análise das características de acessibilidade e do uso desenho universal nos edifícios, e a condição de preservação dos locais, já que essa condição pode interferir nas condições de acessibilidade do espaço.

A avaliação da acessibilidade dos edifícios foi feita com base na legislação existente referente à acessibilidade, como o Decreto Federal 5.296 de 02 de dezembro de 2004 e a norma técnica da Associação Brasileira de Normas Técnicas – NBR9050/2004.

Com referência ao Desenho Universal, os apontamentos são referentes ao uso dos seus conceitos e princípios.

## 6 RESULTADOS

### 6.1 Breve histórico das edificações

#### 6.1.1 Armazém Cultura Lola Pulcinelli Biason

Figura 26 - Vista frontal do Armazém Cultura. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

O Armazém Cultura Lola Pulcinelli Biason fica no Distrito de Água Vermelha, local que abrigou um armazém de secos e molhados criado por volta de 1898 pelo casal de imigrantes italianos, Francisco Pulcinelli e Mariana Biason. Em funcionamento até a década de 1980, seguiu fechado até ser adquirido pela Prefeitura Municipal de São Carlos, quando em 2007 passou a funcionar como espaço para desenvolvimento de atividades culturais. O prédio foi recuperado através do financiamento de 175 mil reais das Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás e outros 100 mil reais do Ministério da Cultura. O projeto do arquiteto Marcelo Suzuki, procurou adequar o imóvel conservando as características arquitetônicas originais do final do século XIX.<sup>59</sup> Atualmente abriga a Biblioteca Distrital “Ana Cristina Biscegli Rossito”, um telecentro, área de exposição permanente relacionada à história e à memória de Água Vermelha, sala para projeção de filmes, espaço para atividades e agência dos correios.

---

<sup>59</sup> Dados Projeto Percursos (2009-2012) da Fundação Pró-Memória de São Carlos.



### 6.1.2 Biblioteca Municipal Amadeu Amaral

Figura 27 - Vista geral da biblioteca pela Avenida São Carlos



Fonte -[http://conexaomadridbrasil.blogspot.com.br/2011\\_11\\_01\\_archive.html](http://conexaomadridbrasil.blogspot.com.br/2011_11_01_archive.html)

Inaugurada em 1982 como “Casa da Cultura Professor Vicente Camargo”, tinha como objetivo abrigar os acontecimentos culturais da cidade e a Biblioteca Municipal Amadeu Amaral.

O projeto foi elaborado pelos arquitetos Benno Michael Perelmutter e Marciel Peinado com características da arquitetura moderna que se revelam na sua implantação, organização espacial, volumetria, no uso de concreto armado aparente na estrutura dos pilares, das vigas e nos brises – lâminas que protegem as aberturas do sol.<sup>60</sup>

Inicialmente contava com uma pinacoteca, uma biblioteca com acervo adulto e infantil, um salão para mostras artísticas e sala para projeção de filmes. Hoje abriga a biblioteca com acervos adulto e infantil, o programa de inclusão à informática ACESSA São Paulo, auditório e desde 2013, o Espaço Braille com mais de 1,6 mil volumes em Braille, o serviço de orientação e mobilidade, cursos, e os usuários têm acesso aos equipamentos especializados, como máquina e impressora de Braille, computadores softwares como o Dosvox, Winbraille, Non Visual Desktop Access, que possuem sintetizador de voz, editor, leitor e impressor conversor de textos para Braille.<sup>61</sup>

<sup>60</sup> Dados Projeto Percursos (2009-2012) da Fundação Pró-Memória de São Carlos.

<sup>61</sup> <http://www.uniara.com.br/ageuniara/artigos.asp?Artigo=4910>

Nos últimos três anos vêm se mantendo uma média de aproximadamente 35.000 empréstimos de livros ao ano<sup>62</sup>. Embora não haja dados, estima-se que o número de frequentadores seria maior se fossem somados os usuários que usam o espaço apenas para pesquisas.

### 6.1.3 Estação Cultura

Figura 28 - Vista Estação Cultura pela Rua Bento Carlos



Fonte: Elaborada pela autora

A Estação Cultura, instalada na antiga Estação Ferroviária de São Carlos, foi fundada em 1884 por Antônio Carlos de Arruda Botelho, o Conde do Pinhal, com os fazendeiros aliados do café. Em 1908, o prédio principal passou por mudanças como o revestimento dos tijolos aparentes com argamassa, a ampliação do piso superior e a colocação de elementos decorativos característicos do ecletismo<sup>63</sup> predominante no período. Nos anos de 1930, árvores foram plantadas e foi instalado um ponto de taxi.

Em 1966, a área da Estação onde funcionava o barracão de uma forjaria foi desapropriada, e o edifício ali existente, demolido para a construção do Viaduto 4 de

<sup>62</sup> Dados fornecidos pela setor administrativo da Biblioteca Amadeu Amaral sobre os livros que não estão em formato acessível.

<sup>63</sup> O termo ecletismo denota a combinação de diferentes estilos históricos em uma única obra sem com isso produzir novo estilo. Tal método baseia-se na convicção de que a beleza ou a perfeição pode ser alcançada mediante a seleção e combinação das melhores qualidades das obras dos grandes mestres. Além disso, pode designar um movimento mais específico relativo a uma corrente arquitetônica do século XIX. [www.itaucultural.org.br](http://www.itaucultural.org.br).

Novembro que passa sobre a linha férrea e nos anos de 1970 as figueiras foram retiradas e uma cobertura metálica foi construída para abrigar os taxis.<sup>64</sup>

Nos anos seguintes, com a decadência da indústria ferroviária, o local permaneceu por algum tempo servindo apenas como local de passagem aos trens de carga, até que em 1998, parte do prédio passou a abrigar também a Estação Cultural, composta pela Coordenadoria de Artes e Cultura, o Museu de São Carlos e a Fundação Pró-Memória<sup>65</sup>.

#### 6.1.4 Biblioteca Pública Municipal Euclides da Cunha

Figura 29 - Vista Frontal do prédio e totem da biblioteca Euclides da Cunha



Fonte: Elaborada pela autora

Fora da região central da cidade, a Biblioteca Pública Municipal Euclides da Cunha foi instalada na Vila Prado, importante eixo de ligação entre a área Norte-Sul da cidade. O bairro tem um amplo comércio e serviços disponíveis como bancos, escolas, creche, linhas de ônibus e ponto de táxi, além de uma boa infraestrutura urbana. Localizada na esquina da Avenida Sallun e Rua Antonio de Almeida Leite, foi inaugurada no ano de 2009, em um antigo

<sup>64</sup>Lugar do trem. Disponível em: [http://www.lugardotrem.com.br/2010\\_09\\_01\\_archive.html](http://www.lugardotrem.com.br/2010_09_01_archive.html).

<sup>65</sup> Dados fornecidos pela Fundação Pró-Memória de São Carlos.

reservatório de água de 502m<sup>2</sup>, circular, semi enterrado com 15m de diâmetro. O projeto do arquiteto José Mário Nogueira adequou o edifício que funciona em dois pisos.

No térreo, onde funcionava o reservatório de água, está localizado o balcão de atendimento, acervos infantil e infanto juvenil, periódicos, gibiteca, áreas de leitura, acesso à internet e sanitários. No segundo piso, onde funcionava a casa de máquinas, foi construído um mezanino que cria uma ligação visual entre o piso inferior e o superior, uma sala e espaço para leitura e acervo.<sup>66</sup> Uma estrutura em madeira de peroba rosa, foi mantida na parte superior da cobertura e no centro dessa estrutura foi criado um lanternim aumentando a claridade no local.<sup>67</sup>

Figura 30 - Estrutura em madeira de peroba rosa e lanternim. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

Figura 31 - Vista de parte do térreo pelo mezanino superior. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

<sup>66</sup> <http://www.jmnarquitetura.com.br/>

<sup>67</sup> <http://www.jmnarquitetura.com.br/>

### 6.1.5 Museu da Ciência e Tecnologia Professor Mario Tolentino

O Museu da Ciência e Tecnologia foi instalado na Praça Coronel Salles, que é um espaço público com aproximadamente seis mil metros quadrados, localizado no quadrilátero formado pela Avenida São Carlos e as ruas Major José Inácio, Sete de Setembro e Dona Alexandrina, distante cerca de 230 metros da biblioteca pública municipal central. A praça passou por importantes mudanças até chegar à atual configuração arquitetônica.

O local, que a princípio era um espaço aberto, se configurava no Largo Municipal. Ele foi recortado por ruas até se configurar como uma praça onde foram implantados os primeiros edifícios públicos da cidade. Abrigou o Teatro São Carlos, que segundo o pesquisador Júlio Roberto Osio, da Fundação Pró-Memória,<sup>68</sup> foi sendo transformado em uma sala específica para cinema, tornando-se o Cine São Carlos, que funcionou até a década de 70, quando foi demolido. O Fórum e a Cadeia Pública também foram instalados na praça, passando a funcionar como Câmara Municipal a partir de 1952 após uma reforma. Junto com a Escola Paulino Carlos, estes são prédios remanescentes daquele período.<sup>69</sup>

Figura 32 - Praça Coronel Salles na metade da década de 30 visto do alto do prédio Euclides da Cunha



Fonte: Acervo da Fundação Pró Memória

<sup>68</sup><http://www.mnemocine.com.br/index.php/cinema-categoria/24-histcinema/103-a-exibicao-cinematografica-em-sao-carlos>

<sup>69</sup>Dados Projeto Percursos (2009-2012) da Fundação Pró-Memória de São Carlos.

Figura 33 - Vista do Edifício Euclides da Cunha construído em 1900 antes da reforma



Fonte: Acervo da Fundação Pró Memória

Figura 34 - Teatro São Carlos/ Cine São Carlos



Fonte: Acervo da Fundação Pró Memória

Em 1990, houve uma importante mudança estrutural e paisagística feita pelo arquiteto e urbanista Jorge Wilhein, onde houve a elevação da praça através da suspensão de uma laje, que deu a ela um aspecto de praça seca como é conhecida hoje em dia.

Figura 35 - Vista Da Praça coronel Salles após a reformada em 1990



Fonte: Acervo da Fundação Pró Memória

A partir de 2008 foi iniciado no local um processo revitalização, tendo como responsável pelo projeto o arquiteto Marcelo Suzuki. A mudança alterou o piso, o paisagismo, questões referentes a acessibilidade e a inclusão de uma rua que remetesse ao desenho da praça dos anos de 1960. Foram removidas algumas escadas e construídas rampas buscando (...) caminhos contínuos, acessíveis e uma circulação mais fluida.<sup>70</sup>

O piso de pedra portuguesa na cor amarela (arenito) utilizado por toda a extensão da praça foi substituído por pedras portuguesas na cor branca que mesmo em bom estado de conservação, são inadequadas para acessibilidade.<sup>71</sup> No projeto, os espaços utilizados como a “Casa do Trabalhador” e a garagem no subsolo passaram a ser ocupados pelo Museu da Ciência e Tecnologia Mario Tolentino.

<sup>70</sup><http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias/2008/153112-obras-revitalizam-a-praca-coronel-salles.html>

<sup>71</sup>Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT)– item 6.1.1 e ao Código de Obras da cidade de São Carlos - Seção I - Da Execução do Passeio Público - Art. 120.

Figura 36 - Vista lateral da Casa do Trabalhador – Praça Coronel Sales 2007



Fonte: Marcelo Suzuki Arquitetura e Urbanismo

Figura 37 - Entrada da garagem no subsolo- Praça Coronel Sales 2007



Fonte: Marcelo Suzuki Arquitetura e Urbanismo



Figura 38 - Vista interna da garagem no subsolo - Praça Coronel Sales 2007



Fonte: Marcelo Suzuki Arquitetura e Urbanismo

Figura 39 - Vista interna da garagem no subsolo - Praça Coronel Sales 2007



Fonte: Marcelo Suzuki Arquitetura e Urbanismo

### 6.1.6 Teatro Municipal Dr. Alderico Vieira Perdigão / Teatro de Arena José Saffioti Filho

No Teatro Municipal Dr. Alderico Vieira Perdigão/Teatro de Arena Jose Saffioti Filho, seus passeios com cerca de 4,00m de largura,<sup>72</sup> são margeados pelas ruas Marechal Deodoro, José Bonifácio e Sete de Setembro e neles também foram utilizados como piso a pedra portuguesa.<sup>73</sup> O local escolhido para a construção foi o da baixada do Córrego da Biquinha<sup>74</sup>, região central da cidade.

O Teatro foi idealizado em 1956 pelo arquiteto francês Victor Dubugras e inaugurado em 1969.<sup>75</sup>

Figura 40 - Vista Córrego da Biquinha



Fonte: Acervo da Fundação Pró Memória

<sup>72</sup> Atende ao Código de Obras da cidade de São Carlos - Seção I - Da Execução do Passeio Público - Art. 118.

<sup>73</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004(ABNT) – item 6.1.1 e o Código de Obras da cidade de São Carlos - Seção I - Da Execução do Passeio Público - Art. 120.

<sup>74</sup> Nasce na região do Teatro Municipal de São Carlos (Rua Padre Teixeira), desemboca no Córrego do Gregório e foi totalmente canalizado. <http://aguasdamemoria.wordpress.com/>

<sup>75</sup> Dados Projeto Percursos (2009-2012) da Fundação Pró-Memória de São Carlos.

Figura 41 - Vista da fachada do Teatro Municipal pela Rua José Bonifácio



Fonte: Ligia Nave

Em novembro de 2003, por determinação da Justiça, o teatro foi fechado sob a alegação de falta acessibilidade e necessidade de adequações a legislação vigente na época. Foi elaborado um projeto para reforma executado com verba da Petrobras (1,4 milhão na primeira etapa) e recursos captados por meio da Lei Rouanet (R\$ 2,3 milhões na segunda e última etapa), além R\$ 350 mil de verbas do município.<sup>76</sup>

Figura 42 - Reforma da área interna do Teatro Municipal



Fonte: <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias/2005/146257-reforma-do-teatro-trara-mais-seguranca-e-conforto.html>

<sup>76</sup><http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias/2008/152656-arte-e-cultura.html>.

O escritório de arquitetura Piratininga Arquitetos Associados, foi o responsável pelo projeto da reforma que procurou integrar todas as cotas do prédio através de rampas e escadas buscando dar permeabilidade ao conjunto, além de promover condições de acesso e circulação.<sup>77</sup>

Figura 43 - Vista noturna da fachada principal do Teatro Municipal pela Rua José Bonifácio



Fonte: Acervo da Fundação Pró Memória

### 6.1.7 Museu de Pedra e Cineclube

A 28 quilômetros de São Carlos, no distrito de Santa Eudóxia, foi instalado o Museu de Pedra e o Cineclube. Construído por artesãos locais, ficou assim conhecido devido ao uso na sua construção da pedra-ferro, material encontrado facilmente nas fazendas próximas ao distrito. No seu projeto de arquitetura, buscou-se resgatar as características das construções antigas tradicionais do local<sup>78</sup>.

Inaugurado no ano de 2008 possui em seu acervo, objetos, documentos e fotos que retratam a história do Distrito, além de funcionar como cineclube e exibir sessões de cinema e vídeo.

<sup>77</sup>[http://www.piratininga.com.br/projeto\\_teatromunicipal\\_desaocarlos.html](http://www.piratininga.com.br/projeto_teatromunicipal_desaocarlos.html)

<sup>78</sup><http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias-2008/153674-r-museu-de-pedra-de-santa-eudoxia-sera-inaugurado-domingo.html>

Figura 44 - Fachada Museu de Pedra e Cineclube



Fonte - <http://atuaisnews.blogspot.com.br/2013/03/cineclube-casa-de-pedra.html>

### Análise Técnica da Acessibilidade

A análise técnica de acessibilidade avaliou os edifícios através dos itens do checklist abaixo.

#### 6.1.8 VAGAS PARA ESTACIONAMENTO

Tabela2: Vagas para Estacionamento

VAGAS PARA ESTACIONAMENTO	Armazém Cultura	Biblioteca Amadeu Amaral	Biblioteca Euclides da Cunha	Estação Cultura	Museu da Ciência	Museu de Pedra	Teatro Municipal/Arena
Existe estacionamento no edifício?	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não
A vaga fica próxima a entrada acessível?	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
A vaga fica em rota acessível?	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
A vaga de estacionamento do edifício para PCD possui largura mínima de 2,50m?	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não

A vaga para PCD possui uma faixa de circulação livre de 1,20m?							
Sinalização horizontal SIA?							
Sinalização vertical para vagas em estacionamento interno com SIA?							
Existe vaga próxima a entrada acessível localizada na via pública?							
Possui Sinalização vertical de via pública com o SIA?							
Possui Sinalização horizontal com o SIA?							
A vaga para PCD possui uma faixa de circulação livre de 1,20m?							
Está em rota acessível?							
Possui guia rebaixada próxima a vaga reservada para PCD?							

LEGENDA		
SIM	NÃO	NÃO AVALIADO

### 6.1.8.1 Armazém Cultura Lola Pulcinelli Bion

O Armazém Cultura é o único edifício analisado com estacionamento próprio, e pode ser usado pelos usuários e funcionários. O espaço na lateral do imóvel com aproximadamente 5,0m de largura, não tem vaga reservada para PCD,<sup>79</sup> embora as vagas possam ser ocupadas por ela. Sobre o piso foi colocado brita, que é instável e dificulta a circulação no estacionamento por usuário de cadeira de rodas ou bengalas.<sup>80</sup>

As vagas disponíveis não ficam em rota acessível.<sup>81</sup>

<sup>79</sup> Atende ao disposto na NBR 9050/2004 (ABNT)– item 6.12.3.

<sup>80</sup> Não atende ao disposto na ABNT NBR 9050/2004 – item 5.14.1.2.

<sup>81</sup> Rota Acessível é um trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecta os ambientes externos ou internos de espaços e edificações, e que possa ser utilizado de forma autônoma e segura por todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência. A rota acessível externa pode incorporar estacionamentos, calçadas rebaixadas, faixas de travessia de pedestres, rampas, etc. A rota acessível interna pode incorporar corredores, pisos, rampas, escadas, elevadores etc. (ABNT NBR9050).

Figura 45 – Estacionamento



Fonte: Elaborada pela autora

### 6.1.8.2 Biblioteca Pública Municipal Euclides da Cunha

Na biblioteca municipal, não há estacionamento no próprio edifício fazendo com que os usuários utilizem a via pública, local onde foi reservada uma vaga pra PCD próximo à entrada do edifício. Ela foi corretamente sinalizada com a placa vertical de regulamentação de estacionamento em via pública<sup>82</sup> e horizontalmente com o SIA, entretanto, não foi sinalizada com o espaço adicional para circulação de cadeira de rodas de 1,20m de largura.

A falta de rebaixamento de guia no passeio público descaracteriza o percurso até a entrada da biblioteca como rota acessível<sup>83</sup>.

Figura 46 - Vaga em via pública



Fonte: Elaborada pela autora

<sup>82</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.12.1 c).

<sup>83</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.12.1/b,e.

### 6.1.8.3 Estação Cultura

No espaço localizado em local público próximo a entrada principal do edifício, fica o estacionamento para usuários da Estação Cultura<sup>84</sup>. Foram demarcadas 17 vagas para veículos, sendo uma reservada pra PCD.<sup>85</sup>

A vaga que foi identificada horizontalmente com o SIA está corretamente dimensionada em 90° com espaço para circulação lateral de 1,20m.<sup>86</sup> A inclinação superior a 3% dificulta o uso por deficientes.<sup>87</sup>

O uso dessa vaga exige que o usuário percorra uma distância superior a 100,0m até a entrada para a PCD, medida superior que o exigido na ABNT NBR9050/2004 e na Lei n°. 10.098/2000<sup>88</sup>. Não foi feito estacionamento ou disponibilizada vaga em rota acessível até o interior do edifício<sup>89</sup>.

Figura 47 - Sinalização da vaga reservada para PCD



Fonte: Elaborada pela autora

<sup>84</sup> Não atende ao disposto na NBR 9050/2004 (ABNT)– item 6.2.3

<sup>85</sup> Atende ao disposto na NBR 9050/2004 (ABNT)– item 6.12.3.

<sup>86</sup> Atende ao disposto na NBR 9050/2004 (ABNT) item 6.12 e 6.12.1b)

<sup>87</sup> Não atende ao disposto na NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.12.1b e ao Código de Obras da cidade de São Carlos - Seção VI Do Sistema Viário – Subseção I - Dos Espaços de Manobra e Estacionamento - Art. 105 - Parágrafo 2°.

<sup>88</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.2.2 e a Lei No. 10.098/2000 – Capítulo2Art.7°.

<sup>89</sup> Atende ao disposto na NBR 9050/2004 (ABNT)– item 6.12.1/b,e.



#### 6.1.8.4 Teatro Municipal Dr. Alderico Vieira Perdigão / Teatro de Arena José Saffioti Filho

No Teatro Municipal não há estacionamento para o público, somente uma entrada de serviço para carga e descarga, e nos dias das visitas havia veículos utilitários estacionados no local.

Figura 48 - Estacionamento para carga e descarga



Fonte: Elaborada pela autora

Próximo à entrada da bilheteria e a entrada do Teatro de Arena em via pública, há duas vagas disponíveis para PCD, ambas ficam no sentido da circulação e estão corretamente dimensionadas, sinalizadas horizontalmente com o SIA<sup>90</sup> e com a placa vertical de regulamentação de estacionamento em via pública.<sup>91</sup> O desnível entre os rebaixamentos de guias e o leito carroçável em ambas as situações, assim como a inclinação da via pública onde está localizada à vaga do Teatro de Arena dificulta o percurso até as entradas para usuários com deficiência, diminuindo sua autonomia.<sup>92</sup>

Não há vagas próximas às entradas na Biblioteca Amadeu Amaral, no Museu da Ciência e Tecnologia e no Museu de Pedra.

<sup>90</sup> Atende aos critérios da NBR 9050 (ABNT) - item 6.12.1a)

<sup>91</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.12.1c)

<sup>92</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – itens 6.2.3, 1.3 e o Código de Obras da cidade de São Carlos - Seção VI do Sistema Viário – Subseção I - Dos Espaços de Manobra e Estacionamento - Art. 105 - Parágrafo 2º.

Figura 49 - Vaga não sinalizada horizontalmente

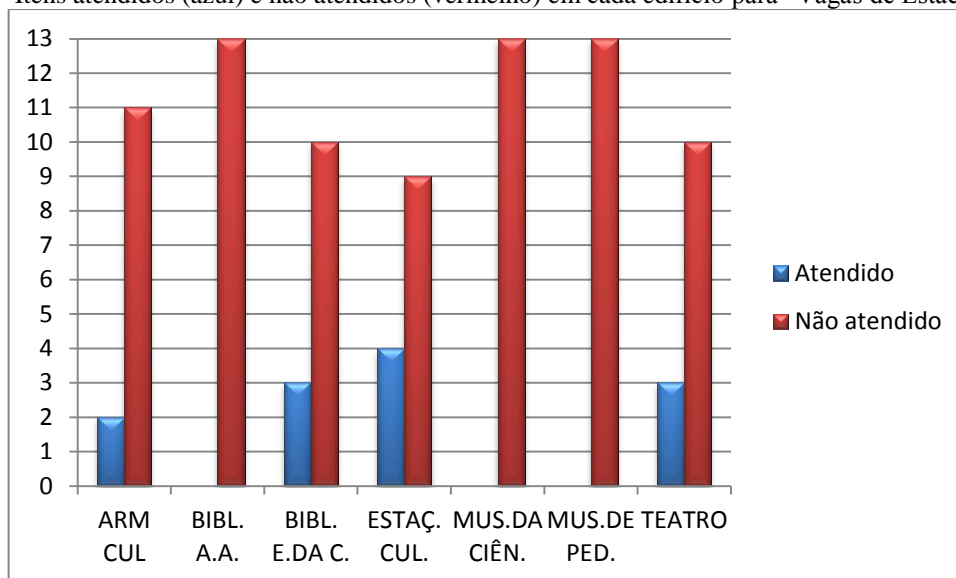


Fonte: Elaborada pela autora

#### 6.1.8.5 Resultados gerais do tópico “Vagas de estacionamento”

O **Erro! Fonte de referência não encontrada.** demonstra de forma comparativa, que quatro dos sete edifícios pesquisados atenderam parcialmente os itens do *checklist*, no que diz respeito às vagas para estacionamento. Observa-se que, nesses quatro edifícios, foram preenchidos no máximo quatro itens, de um total de treze que compuseram a avaliação quanto às vagas de estacionamento.

Gráfico 3- Itens atendidos (azul) e não atendidos (vermelho) em cada edifício para “Vagas de Estacionamento”



### 6.1.9 PASSEIO PÚBLICO

Tabela3: Passeio Público

PASSEIOS PÚBLICOS/ CALÇADA	Armazém Cultura	Biblioteca Amadeu Amaral	Biblioteca Euclides da Cunha	Estação Cultura	Museu da Ciência	Museu de Pedra	Teatro Municipal/ Arena
Existe calçada no local?							
Largura maior que 2,0m?							
Faixa livre central de 1,20m?							
A inclinação transversal é de no máximo 3%?							
O revestimento usado no piso tem superfície regular, estável, antiderrapante?							

LEGENDA		
SIM	NÃO	NÃO AVALIADO

#### 6.1.9.1 Armazém Cultura Lola Pulcinelli Bion

Margeando a Rua Bela Cintra, em frente ao edifício, o passeio público de 2,0m de largura com superfície regular, estável, antiderrapante tem faixa livre central de circulação com 1,20m<sup>93</sup>. A calçada não é contínua e é interrompida na entrada do estacionamento onde foi feita uma rampa para permitir a passagem, porém nela, constata-se uma irregularidade no seu revestimento.<sup>94</sup> Não há rebaixamento de guia<sup>95</sup> e piso tátil<sup>96</sup> na calçada do edifício prejudicando a circulação e o acesso da PCD pelo espaço que é público.

<sup>93</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.1.1 e ao Código de Obras da cidade de São Carlos - Seção I - Da Execução do Passeio Público - Art. 119 e 120.

<sup>94</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.1.1.

<sup>95</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.10.11.

<sup>96</sup> Não atende ao Código de Obras da cidade de São Carlos - Seção I - Da Execução do Passeio Público - Art. 119- Parágrafo 2º.

Figura 50 - Passeio público.2013



Fonte: Fundação Pró Memória.

Figura 51 - Detalhe passeio público. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

No percurso até o acesso posterior do edifício pela área externa foi mantida uma circulação com superfície regular, estável e antiderrapante.<sup>97</sup> Com largura de 0,80m, menor que o exigido, não podendo ser utilizado por usuário de cadeira de rodas, de andadores, e outros<sup>98</sup>. O gramado no fundo do imóvel que é utilizado em atividades ao ar livre pode ser um limitador para PCD.<sup>99</sup>

Não foi instalado piso tátil de alerta e direcional na calçada e no percurso da área externa do edifício.<sup>100</sup>

Figura 52 - Circulação externa. 2013



Fonte: Fundação Pró Memória

---

<sup>97</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT)– item 6.1.1.

<sup>98</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004(ABNT) – item 4.3.1.

<sup>99</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT)– item 6.1.1.

<sup>100</sup> Não atende ao Código de Obras da cidade de São Carlos - Seção I - Da Execução do Passeio Público - Art. 119- Parágrafo 2º.

### 6.1.9.2 Biblioteca Municipal Amadeu Amaral

Figura 53 - Em vermelho indicação do percurso entre Biblioteca Amadeu Amaral, Museu da Ciência e Tecnologia e Teatro Municipal. 2013



Fonte: Google Earth

Localizado na esquina da Avenida São Carlos e Rua 13 de Maio, os passeios públicos da biblioteca com pedras portuguesas estão em bom estado de conservação, no entanto, quando utilizadas como revestimento de piso não são consideradas acessíveis e devem ser evitadas na faixa livre de circulação. As pedras têm cortes e tamanhos diferentes, e quando assentadas tornam o piso irregular e trepidante.<sup>101</sup>

A calçada que margeia a lateral do edifício na Avenida São Carlos, mantém uma faixa livre de circulação central com 1,50m e um plano contínuo acompanhando a inclinação da via pública,<sup>102</sup> que nesse caso, tem aproximadamente 18% de inclinação.<sup>103</sup> O passeio na Rua 13 de Maio com 2,25m de largura tem na sua faixa central uma inclinação transversal superior a 3%, esse desnível dificulta o percurso e a entrada de usuários e funcionários para o interior da biblioteca, especialmente àqueles que utilizam cadeira de rodas.<sup>104</sup> O rebaixamento das guias feito nos passeios que margeiam a biblioteca possuem medidas que não atendem os

<sup>101</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004(ABNT)–item 6.1.1 e ao Código de Obras da cidade de São Carlos - Seção I - Da Execução do Passeio Público - Art. 120.

<sup>102</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004(ABNT)– item 6.10.3 e ao Código de Obras da cidade de São Carlos - Seção I - Da Execução do Passeio Público - Art. 120.

<sup>103</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004(ABNT)– item 6.10.2.

<sup>104</sup> Não atende ao Código de Obras da cidade de São Carlos - Seção I - Da Execução do Passeio Público - Art. 119 e 120.

parâmetros técnicos. Essas inadequações não oferecem uma rota acessível a quem usa o passeio público.<sup>105</sup>

Figura 54 - Rebaixamento de guia no passeio público da Avenida São Carlos. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

Na circulação da área externa do edifício, foram utilizadas pastilhas de mármore branco no piso, soltas e não recolocadas em muitos locais. De forma geral, o revestimento não está em bom estado de conservação.<sup>106</sup> Não foi instalado piso tátil nos passeios públicos, assim como nos espaços externos do edifício.<sup>107</sup>

Figura 55 - Piso da área externa revestido com as pastilhas de mármore. 2013 (A) e Piso da área externa com pastilhas de mármore pintadas. Janeiro/2014. (B)



Fonte: Elaborada pela autora

<sup>105</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.12.1e ) e 6.2.3.

<sup>106</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004(ABNT)– item 6.1.1 e ao Código de Obras da cidade de São Carlos - Seção I - Da Execução do Passeio Público - Art. 120.

<sup>107</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050 (ABNT) – itens 5.14.1.2, 5.14.2.3, 5.14.3 e ao Código de Obras da cidade de São Carlos - Seção I - Da Execução do Passeio Público - Art. 119- Parágrafo 2°.

### 6.1.9.3 Biblioteca Pública Municipal Euclides da Cunha

O passeio público localizado na Avenida Sallun foi construído com 2,83m de largura e o passeio que margeia a Rua Antônio de Almeida Leite com 3,17m de largura, ambos respeitando a faixa central para circulação de 1,20m,<sup>108</sup> com mobiliário urbano e árvores dispostas fora do caminho do pedestre. As calçadas seguem os níveis de inclinação das ruas, atendendo ao exigido na norma.<sup>109</sup> A superfície do piso é firme e antiderrapante, mas em alguns pontos está irregular, com risco de acidentes.<sup>110</sup> Não há guia rebaixada nos passeios próximos à entrada da biblioteca.<sup>111</sup> Na parte interna do lote, a circulação dos frequentadores é feita sobre um piso de concreto, sem irregularidades, estável e antiderrapante.<sup>112</sup> O piso tátil usado por deficientes visuais não foi instalado no piso do passeio público, e na área interna não há piso tátil direcional até a rampa ou escada de acesso para a entrada do edifício.<sup>113</sup>

Figura 56 - Passeio público margeando a Avenida Sallun. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

<sup>108</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.10.2 e ao Código de Obras da cidade de São Carlos - Seção I - Da Execução do Passeio Público - Art. 120.

<sup>109</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.10.3e ao Código de Obras da cidade de São Carlos - Seção I - Da Execução do Passeio Público - Art. 120.

<sup>110</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.1.1e Atende ao Código de Obras da cidade de São Carlos - Seção I - Da Execução do Passeio Público - Art. 120.

<sup>111</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT)– item 6.10.11.

<sup>112</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 – item 6.1.1 (ABNT) e Atende ao Código de Obras da cidade de São Carlos - Seção I - Da Execução do Passeio Público - Art. 120.

<sup>113</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – itens 5.14.2 e 5.14.3.



Figura 57 - Passeio público margeando a Rua Antônio de Almeida Leite. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

#### 6.1.9.4 Museu da Ciência e Tecnologia Professor Mario Tolentino

O prédio do Museu encontra-se inserido na Praça Coronel Sales, e os usuários podem utilizar os percursos desse espaço para chegar até a entrada do museu. Considerando como passeio público os espaços lindeiros às vias públicas, eles são amplos e mantêm 1,50m de faixa livre, espaço que atende o Código de Obras do Município e o exigido na norma da ABNT NBR9050/2004.<sup>114</sup>

Seguindo a inclinação das vias públicas, elas têm inclinação transversal inferior a 3%<sup>115</sup> em todos os passeios próximos a entrada principal e inclinação longitudinal superior a 8,33% no passeio que acompanha a Avenida São Carlos e a Rua Dona Alexandrina,<sup>116</sup> que é inadequado para PCD. Em toda a extensão da praça foi usado no piso o mosaico português branco, revestimento encontrado também na circulação, auditório e *foyer* no interior do museu.<sup>117</sup>

De maneira geral, as pedras estão bem conservadas nos espaços externos e internos do edifício, porém, o piso não atende aos parâmetros de acessibilidade.<sup>118</sup> Não foi instalado piso

<sup>114</sup>Atende ao disposto na ABNT NBR9050/2004 itens 6.10.4 e 6.10.5 e ao Código de Obras da cidade de São Carlos - Seção I - Da Execução do Passeio Público - Art. 119 e Parágrafo único.

<sup>115</sup>Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT)– item 6.10.1.

<sup>116</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.10.1.

<sup>117</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.1.1.

<sup>118</sup>Não atende ao Código de Obras da cidade de São Carlos - Seção I - Da Execução do Passeio Público - Art. 119- Parágrafo 2º.

tátil nos espaços que margeiam a via pública, na área central da praça Coronel Sales e no interior do edifício.

Na esquina próxima a entrada do museu pela Avenida São Carlos com Rua Major José Inácio, as guias foram rebaixadas nos passeios públicos junto à faixa de pedestres,<sup>119</sup> mas não atendem as especificações técnicas quanto ao dimensionamento das rampas.<sup>120</sup> Os desníveis encontrados entre o final da rampa e o leito carroçável, aumenta a dificuldade de quem utiliza cadeira de rodas.<sup>121</sup>

Figura 58 - Vista do revestimento de pedras portuguesas da Praça Coronel Salles e da Avenida São Carlos. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

Figura 59 - Desnível entre o leito carroçável e o começo do rebaixamento da guia



Fonte: Elaborada pela autora

<sup>119</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT)– item 6.10.11.1.

<sup>120</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT)– item 6.10.11.3.

<sup>121</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT)– item 6.10.11.2.

Figura 60 - Vista da escada e parte da fachada. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

Figura 61 - Piso revestido com pedra portuguesa. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

#### **6.1.9.5 Teatro Municipal Dr. Alderico Vieira Perdigão / Teatro de Arena José Saffioti Filho**

Em relação aos passeios públicos voltados para as Ruas Sete de Setembro, José Bonifácio e Marechal Deodoro, foram utilizadas na pavimentação do piso, pedras portuguesas amarelas que, embora bem conservadas, são inadequadas para circulação do PCD de acordo com a ABNT NBR9050/2004. Em alguns pontos dos passeios que acompanham a via, a inclinação longitudinal fica acima do recomendado.<sup>122</sup>

<sup>122</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004(ABNT)– item 6.10.2.

O mobiliário urbano e as árvores foram organizados mantendo livre a faixa de circulação com largura superior a 1,20m. Na esquina próxima a bilheteria, o poste de sinalização foi instalado entre o piso tátil e o percurso usado por deficientes visuais de forma incorreta.

Figura 62 - Passeio público revestido com pedra portuguesa. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

Figura 63 - Mobiliário urbano instalado no percurso do pedestre. 2013.



Fonte: Elaborada pela autora

Próximo à guia, os pisos táteis de alerta devem ser retirados e substituídos por piso tátil direcional, além disso, a cor amarelada não contrasta com a do piso existente, prejudicando a identificação por pessoas de baixa visão.

Figura 64 - Piso tátil de alerta. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

As guias dos passeios foram rebaixadas próximas à bilheteria, na esquina da Rua Marechal Deodoro, e próximo à entrada do Teatro de Arena, na Rua José Bonifácio. Elas foram dimensionadas com rampa de 1,40m de largura e abas laterais medindo cerca de 0,44m, em concordância com a ABNT NBR9050/2004. A pedra portuguesa utilizada como revestimento das guias de forma incorreta. Os desníveis entre o passeio público e o leito carroçável, o piso irregular e pedras soltas em uma das rampas, inviabilizam o uso das guias por PCD.

Figura 65 - Rebaixamento de guia revestido com pedra portuguesa. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

Figura 66 - Rebaixamento de guia com pedras soltas e desnível entre o leito carroçável e a começo da rampa. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

#### 6.1.9.6 Estação Cultura

Na antiga Estação Ferroviária, não foi construído passeio público, e ainda hoje, a configuração do espaço sem calçadas vem sendo mantido, fato que pode causar prejuízos no percurso do usuário já que a ausência da calçada faz com que ele tenha que percorrer espaços utilizados por veículos (estacionamento e o leito carroçável) ou a circulação auxiliar com cerca de 104m de extensão paralela à fachada principal com degraus até o acesso a escada para a entrada principal.

A configuração desta circulação foi mantida desde a sua construção, com cota máxima de 0,84m em relação ao nível da rua e 2,23m de largura, acessada somente através de escadas nas extremidades do edifício. Os degraus continuam surgindo ao longo do percurso até a entrada principal.

Na área de circulação da Estação Cultura foi utilizado o piso de concreto em toda a extensão da área coberta da plataforma e parte da área externa à cobertura.

Seguindo pela antiga plataforma, em determinado trecho, nota-se que o piso foi substituído pelo mesmo tipo de revestimento. De forma geral, a circulação é adequada ao exigido na NBR9050/2004, exceto nos espaços onde há rachaduras no piso e vegetação tipicamente encontrada em áreas de abandono, indicando falta de manutenção do local.

No percurso na área externa da entrada para PCD, foi usado o piso intertravado, corretamente instalado, acessível e em bom estado de conservação.<sup>123</sup> Não há piso tátil em nenhum espaço pertencente à Estação Cultura.<sup>124</sup>

Figura 67 - Piso em concreto da área externa. 2012



Fonte: Elaborada pela autora

<sup>123</sup> Não atende ao disposto na ABNT NBR 9050/2004 – item 6.1.1.

<sup>124</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004(ABNT)– item 6.1.1 e Não atende ao Código de Obras da cidade de São Carlos - Seção I - Da Execução do Passeio Público - Art. 119 - Parágrafo 2º.

Figura 68 - Rachaduras no piso da área externa coberta. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

#### 6.1.9.7 Museu de Pedra e o Cineclube

Localizado na esquina das ruas Rui Barbosa e Cel. Joaquim Cintra, o passeio público em pedra ferro do museu seguiu as características construtivas do edifício. Por não manter um padrão em relação ao tamanho, quando instaladas, as pedras são inadequadas para o uso por pessoas com PCD.<sup>125</sup>

O passeio público que acompanha a via, em quase toda a sua extensão, mantém uma faixa livre de 1,20m para circulação. Próximo à entrada principal, há um desnível<sup>126</sup> que dificulta o acesso ao interior do lote, especialmente por usuários de cadeiras de rodas. Deficientes visuais também encontram dificuldades para usar o passeio público pela inexistência do piso tátil.<sup>127</sup>

Todos os projetos referentes ao passeio público devem seguir as leis e normas especificadas no anexo III.

<sup>125</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004(ABNT) – item 6.1 e ao Código de Obras da cidade de São Carlos - Seção I - Da Execução do Passeio Público - Art. 12.

<sup>126</sup> Não atende aos critérios da NBR9050/2004 (ABNT) – item 6.10.2, 6.1.1 e ao Código de Obras da cidade de São Carlos - Seção I - Da Execução do Passeio Público - Art. 119, Art. 120 e o Parágrafo único.

<sup>127</sup> Não atende ao Código de Obras da cidade de São Carlos - Seção I - Da Execução do Passeio Público - Art. 119- Parágrafo 2º.





LEGENDA		
SIM	NÃO	NÃO AVALIADO

### 6.1.10.1 Armazém Cultura Lola Pulcinelli Biason

Foram preservadas no projeto de adequação do edifício, as portas das fachadas, recuperadas do antigo armazém de secos e molhados por onde se dá os acessos ao interior do edifício. A entrada do imóvel que fica 0,36m acima do passeio público é feita através da rampa ou de degraus localizados nas laterais do terraço onde foi instalada uma cobertura transparente. Uma das portas é comumente usada como entrada principal durante todo o horário de funcionamento do Armazém, embora todas as outras estejam disponíveis. Na fachada posterior há outro acesso para entrada e saída dos funcionários e frequentadores. Nas laterais do imóvel foram encontrados três acessos fechados durante o horário da visita técnica, sendo abertos para uso em casos específicos como: grande volume de visitantes, festas, e outros.

Figura 69 - Vista geral da fachada.2013



Fonte: Fundação Pró Memória

Figura 70 - Fachada posterior. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

Cada porta é composta por duas folhas com 0,60m cada, e portanto, ambas precisam ser abertas para que seja atendido o mínimo de 0,80m de passagem, conforme a norma.<sup>128</sup> As maçanetas originais foram mantidas corretamente a 1,05m de altura,<sup>129</sup> mas o formato arredondado não permite boa empunhadura e diminui a autonomia de usuários com deficiência.

Figura 71 - Entrada pelo fundo do edifício. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

---

<sup>128</sup> Não atende ao disposto na ABNT NBR 9050/2004 – item 6.9.2.1.

<sup>129</sup> Atende ao disposto na ABNT NBR 9050/2004 – item 6.9.2.3.

Figura 72 - Detalhe da maçaneta de madeira arredondada. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

Um desnível na soleira com cerca 0,03m em relação ao terraço não foi chanfrado, dificultando a entrada de usuários de cadeira de rodas ou bengalas.<sup>130</sup> Nos acessos na parte posterior do edifício, existem desníveis com cerca de 0,17m entre a área externa e a área interna. Na circulação acima do nível do passeio público que antecede a entrada não foi instalado piso tátil de alerta e direcional.<sup>131</sup>

Figura 73 - Desnível na soleira da entrada principal. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

<sup>130</sup> Não atende ao disposto na ABNT NBR 9050/2004 - item 6.1.4.

<sup>131</sup> Não atende ao disposto na ABNT NBR 9050/2004 – item 5.14.1.2.

Para a sala do acervo infantil e brinquedoteca, o acesso com vão livre de passagem é de 0,92m<sup>132</sup> e 2,40m de altura, mesma medida da porta utilizada pelos funcionários que interliga essa sala ao balcão de atendimento. Essas duas portas são do tipo vai e vem<sup>133</sup> e somente uma delas é original. As demais portas mantêm dois padrões: folha dupla com 0,60m cada<sup>134</sup> e folha única com 1,00m<sup>135</sup> de largura e 2,40m de altura.

Foram preservadas as janelas nas fachadas, e nos sanitários instalados vidros basculantes. A altura dessas aberturas permite ao usuário de cadeira de rodas contato visual com a área externa e facilidade na sua abertura.<sup>136</sup>

Figura 74 - Porta vai e vem que interliga a biblioteca infantil com o balcão. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

---

<sup>132</sup> Não atende ao disposto na ABNT NBR 9050/2004 – item 6.9.2.5.

<sup>133</sup> Não atende ao disposto na ABNT NBR 9050/2004 – item 6.9.2.1.

<sup>134</sup> Não atende ao disposto na ABNT NBR 9050/2004 – item 6.9.2.5.

<sup>135</sup> Atende ao disposto na ABNT NBR 9050/2004 – item 6.9.2.5.

<sup>136</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.9.3.

Figura 75 - Vista externa na biblioteca infantil. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

Figura 76 - Janela com vidro basculante horizontal. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

No interior do imóvel, próximo aos sanitários, copa e espaço para atividades, foi utilizada a lajota cerâmica quadrada vermelha, porém não é antiderrapante<sup>137</sup>. O piso de tábua corrida original está em bom estado de conservação, é estável e antiderrapante.<sup>138</sup>

<sup>137</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT)– item 6.1.1.

<sup>138</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT)– item 6.1.1.

Figura 77- Piso de madeira do interior da biblioteca infantil. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

Figura 78 - Piso de lajota cerâmica quadrada vermelha. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

### 6.1.10.2 Biblioteca Municipal Amadeu Amaral

No edifício, a entrada se dá pelas rampas que estão em nível com o passeio público, e permitem que o usuário acesse os Pisos 1 e 2, e o acesso ao Piso 3 é feito pela escada porque não há equipamento eletromecânico disponível na biblioteca.<sup>139</sup> Localizado no subsolo, o Piso 1 abriga o Espaço Braille, o Auditório Professor Mario Tolentino e os sanitários masculino e

<sup>139</sup> Não atende aos critérios da ao disposto NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.2.1 e ao Código de Obras da cidade de São Carlos - Seção V - Dos Espaços de Circulação Art. 94.

feminino. Saindo desse piso, os frequentadores podem utilizar a escada ou a rampa para acessar o Piso2, onde foram instaladas a administração, copa, sanitários e o Salão Nobre de Exposições José Sidney Leandro que abriga a biblioteca com os acervos infantil, infanto-juvenil, espaço para leitura e o infocentro.<sup>140</sup>

A entrada principal da sala do acervo e infocentro está voltada para a Rua 13 de Maio, com porta de vidro de 2,05m de altura, folha dupla, vão de passagem livre com 2,40m<sup>141</sup> e abertura para a parte externa da sala. Nela foi instalado puxador em madeira e formato arredondado que dificulta seu manuseio.<sup>142</sup>

Na entrada para o interior da sala, há um desnível de aproximadamente 2,5cm em relação ao piso da área externa<sup>143</sup>, e junto a ele foi instalado um cano aparente com aproximadamente 1,4cm de altura referente à parte hidráulica do edifício e um capacho, ambos em local inadequado por ser passagem de grande fluxo de pessoas.<sup>144</sup> Após a reforma durante o primeiro semestre de 2013, o capacho foi retirado.

Figura 79- Vista da entrada principal da biblioteca infantil do Piso2. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

<sup>140</sup> Programa de inclusão digital do Governo do Estado de São Paulo, coordenado pela Secretaria de Gestão Pública, com gestão da Prodesp, Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – Diretoria de Serviços ao Cidadão. Instituído em julho de 2000, o Programa ACESSA São Paulo utiliza espaços públicos com computadores para acesso gratuito e livre à internet.

<sup>141</sup> Atende ao disposto na ABNT NBR 9050/2004 – item 6.9.2.1.

<sup>142</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.9.2.3.

<sup>143</sup> Não atende ao disposto na ABNT NBR 9050/2004 – 6.1.4.

<sup>144</sup> Não atende ao disposto na ABNT NBR 9050/2004 – 6.1.7.4



Figura 80- Porta de vidro biblioteca. 2013



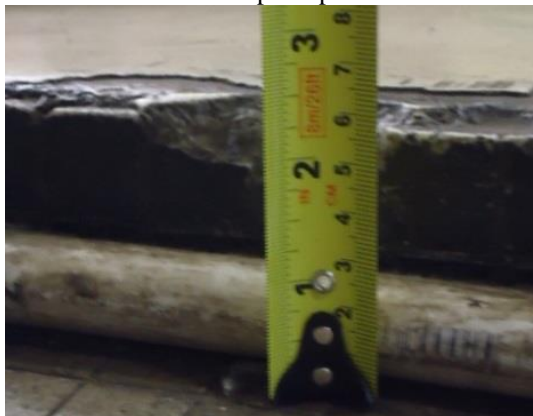
Fonte: Elaborada pela autora

Figura 81- Detalhe puxador arredondado. 2014



Fonte: Elaborada pela autora

Figura 82- Detalhe do desnível na entrada principal da biblioteca infantil no piso1. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

Figura 83- Capacho na entrada para a biblioteca. janeiro/2013



Fonte: Elaborada pela autora

Figura 84 - Entrada para a biblioteca no piso 1. Janeiro/2014



Fonte: Elaborada pela autora

A outra entrada na lateral da face voltada para a Avenida São Carlos, tem uma porta de vidro com vão livre de passagem de 1,15m, sem puxador<sup>145</sup> e 2,05m de altura. O desnível de 0,03m entre a parte interna e externa não foi chanfrado dificultando a passagem de PCD.<sup>146</sup> As floreiras colocadas em toda a lateral externa a essa sala, dificultam a circulação e o acesso do usuário até essa entrada. Todas as faces da sala são em vidro, e nelas foram instaladas persianas para amenizar a incidência solar no interior do local. Na planta original o Salão Nobre ocupado pelo acervo e infocentro era uma única sala, e atualmente, as divisórias de madeira separam os espaços.

<sup>145</sup> Não atende ao disposto na ABNT NBR 9050/2004 – item 6.9.2.3.

<sup>146</sup> Não atende ao disposto na ABNT NBR 9050/2004 – 6.1.4.

Figura 85- Entrada lateral da biblioteca infantil. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

No Piso3 fica localizado o acervo adulto e de livros didáticos, espaço para leitura e sanitários. A entrada para a sala é feita através de uma porta de vidro de vidro com largura adequada de 1,02cm<sup>147</sup>. Nela não foi instalado maçaneta ou puxador que atenda a ABNT NBR9050/2004, dificultando a sua abertura.

O piso vinílico utilizado nas salas é adequado.<sup>148</sup> As entradas principais para a sala do acervo no Piso 2 e no Piso 3 foram sinalizadas com faixa de segurança amarela a fim de evitar possíveis acidentes.

Figura 86- Entrada para a biblioteca no Piso3. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

<sup>147</sup> Atende ao disposto na ABNT NBR 9050/2004 – item 6.9.2.1.

<sup>148</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.1.1.

### 6.1.10.3 Biblioteca Pública Municipal Euclides da Cunha

Na biblioteca o acesso ao interior do lote é feito em nível com o passeio público, através de um portão com abertura livre que atende ao exigido.<sup>149</sup> Na área externa do prédio, o piso em concreto foi utilizado nos espaços de circulação, rampas e escada. Eles estão bem preservados<sup>150</sup> e são antiderrapantes.

A porta em vidro na entrada da biblioteca tem abertura para a parte interna da sala e vão livre com 0,92cm, adequado à passagem, e maçaneta tipo alavanca em altura adequada.<sup>151</sup> Embora exista um desnível na entrada com cerca de um centímetro entre a cota de nível interna e externa, ele atende a ABNT NBR9050/2004.<sup>152</sup> Essa entrada é utilizada pelos frequentadores e funcionários.<sup>153</sup>

Figura 87- Portão de acesso ao interior do lote. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

<sup>149</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.9.2.1.

<sup>150</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.1.1.

<sup>151</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – itens 6.9.2.3 e 6.9.2.1.

<sup>152</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – 6.1.4 e 6.1.7.4.

<sup>153</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.9.3.1

Figura 88- Acessos para a porta principal do edifício. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

Próximo à porta, local de circulação de pessoas, encontra-se uma grelha, que embora esteja nivelada com o piso, a orientação das arestas e a dimensão dos vãos não atende a norma<sup>154</sup>, assim como o capacho que está sendo usado de forma inadequada por não estar nivelado com o piso. O uso desses elementos deve ser evitado em locais considerados como rota acessível.<sup>155</sup> No interior do edifício foram instaladas janelas no térreo e pavimento superior que estão fora do alcance visual de pessoas que utilizam cadeira de rodas.<sup>156</sup>

Figura 89 - Imagem das aberturas no térreo. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

<sup>154</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT)– item 6.1.5

<sup>155</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT)– item 6.1.5e6.1.7.

<sup>156</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 4.7.2.

Figura 90 - Janela fechada por uma persiana no pavimento superior. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

Figura 91 - Capacho na entrada da biblioteca. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

Figura 92 - Grelha. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

#### 6.1.10.4 Estação Cultura

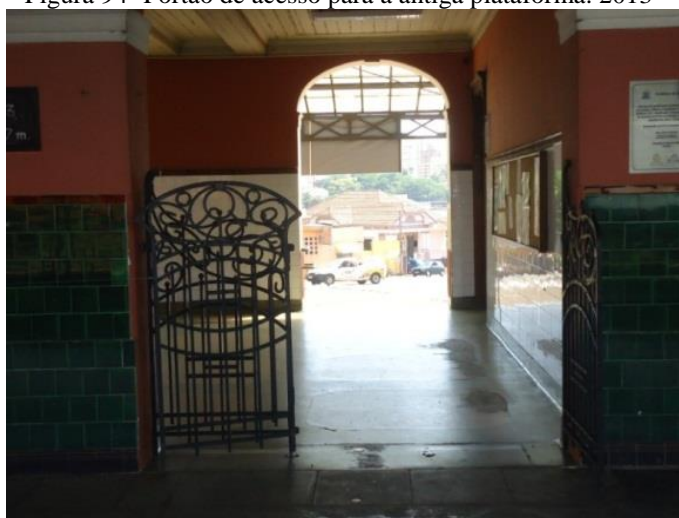
A entrada principal na Estação Cultura é feita por uma escada que permite ao usuário chegar até a área da antiga bilheteria, local que antecede a plataforma coberta com cerca de 160,0m de comprimento. Interligando esses espaços foram mantidos os portões de ferro originais, os quais permitem a passagem livre adequada aos usuários.<sup>157</sup>

Figura 93- Acessos para a área da antiga plataforma de embarque. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

Figura 94- Portão de acesso para a antiga plataforma. 2013



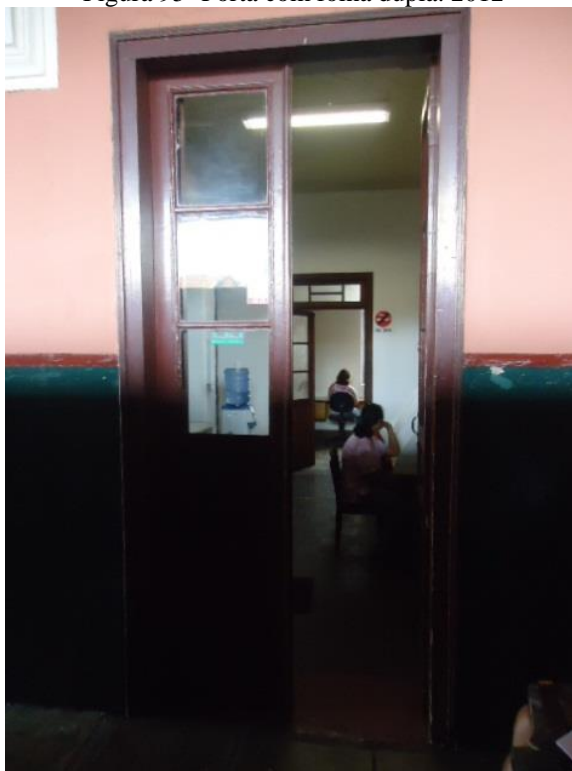
Fonte: Elaborada pela autora

---

<sup>157</sup>Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.9.2.1.

No térreo, os usuários tem acesso aos sanitários, bebedouro e museu. As demais salas são utilizadas por funcionários. Na entrada das salas, os desníveis de aproximadamente 0,03m não foram chanfrados dificultando a acesso ao interior delas, e as portas com folha dupla, tem passagem livre maior que 0,80m se ambos os lados estão abertos<sup>158</sup>.

Figura 95- Porta com folha dupla. 2012



Fonte: Elaborada pela autora

Na parte posterior do edifício a entrada que permite ao usuário com deficiência acessar o térreo do edifício<sup>159</sup> está em nível com o passeio público e é feito pelo piso intertravado. O usuário que utiliza a vaga no estacionamento para deficientes próximo a entrada principal não acessível, precisa atravessar a via pública e contornar o Viaduto 4 de Novembro para chegar até esse acesso. O percurso extenso é externo ao espaço que compreende a Estação Cultura, não oferece acessibilidade e segurança aos usuários, além de comprometer a autonomia do deficiente.<sup>160</sup>

<sup>158</sup> Não atende aos critérios da NBR9050/2004 (ABNT)– item 6.9.2.1.

<sup>159</sup> Não atende aos critérios da ABNT NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.2.2 e ao disposto no art. 20 do Decreto federal nº 5.296/04.

<sup>160</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – itens 6.2.1, 6.2, 6.2.3 e 1.3.



Figura 96 - Percurso pra PCD interno ao lote. 2012



Fonte: Elaborada pela autora

#### 6.1.10.5 Museu da Ciência e Tecnologia Professor Mário Tolentino

A porta de acesso principal do museu é de vidro com folha dupla de correr e passagem livre de 2,60m, medida maior que o exigido<sup>161</sup>. Nelas foram colocadas faixas de sinalização amarela que servem como alerta, já que a transparência do vidro pode provocar acidentes. O piso externo que foi levemente alterado de forma a permitir a entrada em nível,<sup>162</sup> foi revestido com granito, material inadequado por não ser antiderrapante e deve ser evitado em locais com fluxo de pessoas. No *foyer*<sup>163</sup> e na área de circulação, foi utilizada como revestimento a pedra portuguesa, inadequada para uso de PCD.<sup>164</sup>

<sup>161</sup> Atende ao disposto na ABNT NBR 9050/2004 – item 6.9.2.1.

<sup>162</sup> Atende ao disposto na ABNT NBR 9050/2004 – 6.1.4.

<sup>163</sup> Salão nos teatros onde as pessoas podem reunir-se nos intervalos do espetáculo. Disponível em: <http://www.dicio.com.br/foyer/>

<sup>164</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT)–item 6.1.1.

Figura 97 - Entrada. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

Interligando o *foyer* próximo a entrada principal com o Galpão da Ciência, foram colocadas duas portas com folhas duplas de 1,20m em cada um dos lados e passagem livre de 2,40m.<sup>165</sup> As portas são mantidas abertas durante todo o período de funcionamento, e em casos de emergência, elas devem ser usadas como rota de fuga. Foram instaladas barras anti-pânico e maçanetas do tipo alavanca. Próxima a áreas dos sanitários, uma porta de vidro permite o acesso em nível para a área externa.<sup>166</sup> Ela encontrava-se fechada nos dias das visitas técnicas.

Figura 98- Porta de acesso para o Galpão das Ciências. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

<sup>165</sup>Atende ao disposto na ABNT NBR 9050/2004 – item 6.9.2.1.

<sup>166</sup>Atende ao disposto na ABNT NBR 9050/2004 – item 6.9.2.1.

Figura 99- Porta com barra antipânico. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

Figura 100- Detalhe do piso na entrada. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

### 6.1.10.6 Museu de Pedra e Cineclube

No interior do lote onde foi instalado o museu, a pedra ferro foi utilizada como revestimento de piso na área de circulação e varanda, que antecede o interior do edifício.<sup>167</sup> A entrada para o interior do museu se dá por uma porta de madeira com duas folhas e passagem livre de aproximadamente 0,90cm, medida menor que o exigido.<sup>168</sup> No acesso para a varanda e para o interior do edifício, os desníveis existentes estão acima do previsto na ABNT NBR 9050/2004.<sup>169</sup>

### 6.1.10.7 Teatro Municipal Dr. Alderico Vieira Perdigão / Teatro de Arena José Saffioti Filho

A porta de vidro da entrada principal interliga a área externa próxima à bilheteria com o hall de entrada, e é composta por duas folhas que correm sobre um trilho instalado que não está nivelado com o piso, porém o desnível com 0,01m atende ao exigido na norma.<sup>170</sup> Sua abertura tem passagem livre de aproximadamente 3,0m<sup>171</sup> e os puxadores são necessários para auxiliar na abertura, que demanda demasiado esforço.<sup>172</sup>

Figura 101- Detalhe do puxador da entrada principal. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

<sup>167</sup> Não atende aos critérios da ABNT NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.1.1.

<sup>168</sup> Não atende aos critérios da ABNT NBR 9050/2004 (ABNT)– item 6.9.2.1.

<sup>169</sup> Não atende aos critérios da ABNT NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.1.4.

<sup>170</sup> Atende aos critérios da ABNT NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.9.2.8.

<sup>171</sup> Atende aos critérios da ABNT NBR 9050/2004 (ABNT)– item 6.9.2.1.

<sup>172</sup> Não atende aos critérios da ABNT NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.9.2.3.

Para o pavimento superior onde está localizado o *foyer*, o acesso se dá pelo térreo através da escada ou da plataforma localizada no saguão principal, ou pela área externa localizada na parte superior do edifício onde foram instaladas duas portas pivotantes com folha dupla de vidro sinalizadas com faixas amarelas de alerta. Não há desníveis nessas entradas<sup>173</sup> que tem passagem central livre maior que 0,80m.<sup>174</sup> Não existem desníveis nessas entradas.<sup>175</sup> Para auxiliar na abertura, foram instalados puxadores com altura adequada.<sup>176</sup>

Figura 102- vista da porta externa do *foyer* pela praça. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

O acesso para a sala de espetáculos pode ser feita por entradas disponíveis nas laterais do *foyer*. As portas com folha dupla, tem passagem livre de circulação com 1,60m quando totalmente abertas<sup>177</sup> e maçaneta do tipo alavanca instalada na parte externa da sala.<sup>178</sup> Essas portas também devem ser usadas como rota de fuga em emergências, portanto as barras antipânico foram corretamente instaladas.

<sup>173</sup> Atende ao disposto na ABNT NBR 9050/2004 – item 6.1.4.

<sup>174</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT)– item 6.9.2.1.

<sup>175</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT)– item 6.1.4.

<sup>176</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT)– item 6.9.2.6

<sup>177</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.9.2.1.

<sup>178</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.9.2.2.

Figura 103 - Porta lateral para entrada na sala de espetáculo. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

Figura 104- Detalhe da maçaneta tipo alavanca da parte externa na porta da sala de espetáculos. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

Outros dois acessos estão localizados nas laterais da sala, próximo ao palco. A porta que interliga o espaço interno com a rampa na lateral do passeio da Rua José Bonifácio, tem passagem livre adequada<sup>179</sup>, maçaneta externa e barras anti-pânico na parte interna. Essa passagem é usada como rota de fuga e como rota acessível porque está localizada no mesmo nível dos locais reservados para PCD na primeira fileira.<sup>180</sup> Outra porta lateral com as mesmas características, interliga a sala de espetáculos a uma circulação com cerca de 1,12m de

---

<sup>179</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.9.2.1.

<sup>180</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) - item 6.2.2.

largura<sup>181</sup> que serve como passagem para quem utiliza a entrada na Rua Sete de Setembro. Ela funciona com entrada de serviço e de funcionários.

Para o teatro de arena, há um acesso pelo passeio público em nível com a calçada da Rua José Bonifácio, próximo a esquina da Rua Marechal Deodoro. Nesse local foi instalado um portão que segue o mesmo padrão do guarda corpo e interliga a área externa com a parte posterior dos assentos. Seguindo essa circulação, o usuário chega até uma passarela, e seguindo por ela, há uma porta<sup>182</sup> que antecede outra circulação onde estão os sanitários para uso público, bebedouro, camarins, uma escada “caracol” (utilizada apenas por funcionários ou convidados, para acessar a os camarins da sala de espetáculos) e a administração.<sup>183</sup>

Figura 105- Entrada do Teatro de Arena. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

Na lateral do palco do teatro de arena, foi instalado um portão com 3,40m de passagem livre por onde é possível através do passeio público da Rua José Bonifácio acessar a parte superior do palco e aos camarins localizados na lateral oposta a esse portão. Na porta de entrada para os camarins, existe um desnível de 0,19m<sup>184</sup> e portas com vão livre adequado para passagem.<sup>185</sup> Mesmo não havendo desnível entre a área externa e interna do lote, o

<sup>181</sup> Não atende ao disposto na ABNT NBR 9050/2004 – item 6.9.1.1

<sup>182</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.9.2.1.

<sup>183</sup> Atende ao disposto na ABNT NBR 9050/2004 – item 6.9.2.1.

<sup>184</sup> Não <sup>184</sup> Atende ao disposto na ABNT NBR 9050/2004 – 6.1.4.

<sup>185</sup> Atende ao disposto na ABNT NBR 9050/2004 – item 6.9.2.1.

usuário de cadeira de rodas tem dificuldade para utilizar essa entrada, já que a inclinação do passeio público é superior a 3%.

Figura 106 - Portão de entrada para a parte superior do palco. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

As entradas acessíveis na Biblioteca Euclides da Cunha, no Museu da Ciência e Teatro Municipal/Teatro de Arena não foram sinalizados com o SIA. Na Estação Cultura, embora a entrada esteja sinalizada, não existe informação na entrada principal sobre a sua localização.<sup>186</sup>

#### **6.1.10.8 Resultados gerais do tópico “Acesso”**

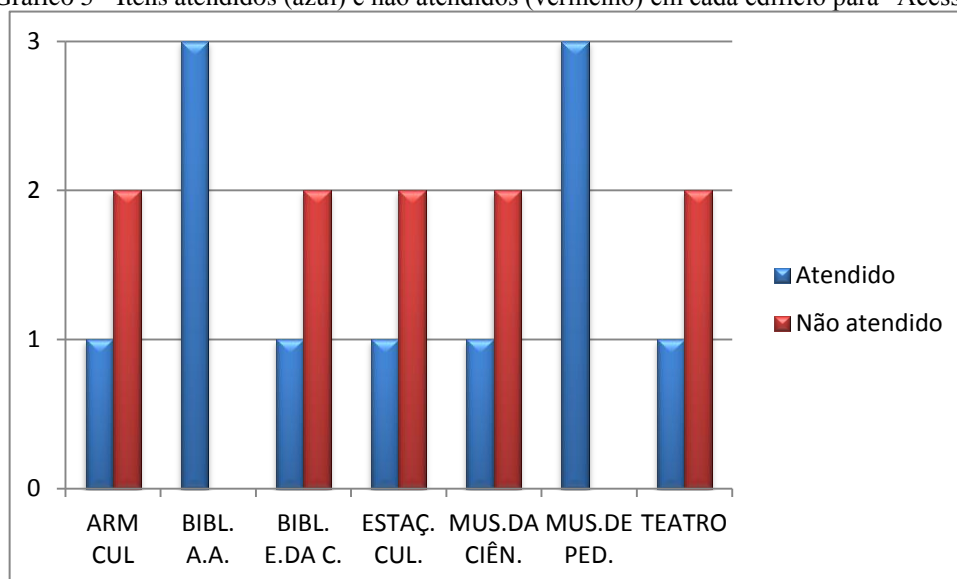
Gráfico 5 demonstra que, no que se refere ao tópico Acesso, seis edifícios atenderam parcialmente os itens do *checklist*, sendo que em dois deles, a Biblioteca Pública Municipal Amadeu Amaral e o Museu de Pedra e Cineclube de Santa Eudóxia, todos os itens foram atendidos.

---

<sup>186</sup> Não atende ao disposto na NBR 9050/2004 (ABNT)– item 5.4.1.1.



Gráfico 5 - Itens atendidos (azul) e não atendidos (vermelho) em cada edifício para “Acesso”



### 6.1.11 RAMPAS E DESNÍVEIS

Tabela 5: Rampas e desníveis nos edifícios

RAMPA PRINCIPAL	Armazém Cultura	Biblioteca Amadeu Amaral	Biblioteca Euclides da Cunha	Estação Cultura	Museu da Ciência	Museu de Pedra	Teatro Municipal/ Arena
Existe rampa no local?							
Largura mínima de 1,20m?							
Guia de balizamento com altura mínima de 0,05m?							
Patamares no início e final de cada segmento com dimensão longitudinal mínima de 1,20m?							
Patamares com dimensões iguais a largura da rampa?							
Existe patamar sempre que houver mudança de direção na rampa?							
Material antiderrapante, firme, regular e estável?							
Piso tátil de alerta, com largura entre 0,25 e 0,40cm antes do início e após o término de cada segmento?							
Inclinação máxima de 8,33%?							
Existe rampa em curva?							

LEGENDA		
SIM	NÃO	NÃO AVALIADO

### 6.1.11.1 Armazém Cultura Lola Pulcinelli Biason

Para entrar no Armazém Cultura pela entrada principal, o desnível existente faz com que os usuários precisem utilizar os degraus laterais ou a rampa disponíveis. Construída na readequação do imóvel, a rampa tem inclinação maior que a exigida,<sup>187</sup> porém a largura é adequada.<sup>188</sup> Os três degraus laterais tem altura menor que o exigido.<sup>189</sup> As pedras utilizadas para revestir o piso na rampa, degraus e no terraço na entrada, não são adequadas porque tornam a superfície irregular, condição inadequada para PCD.<sup>190</sup> O desnível que antecede o primeiro degrau, deve ser chanfrado para atender as especificações técnicas.<sup>191</sup>

Figura 107- Detalhe da rampa revestida por pedras. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

---

<sup>187</sup> Não Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT)– item 6.5.1.3.

<sup>188</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT)– item 6.5.1.6.

<sup>189</sup> Não Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT)– item 6.6.3.

<sup>190</sup> Não Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT)– item 5.14.1.2

<sup>191</sup> Não Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT)– item 6.1.4.

figura108 – Degraus na lateral. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

#### 6.1.11.2 Biblioteca Municipal Amadeu Amaral

Existem dois acessos para o interior da biblioteca a partir do passeio público, e ambos são utilizados pelos frequentares e funcionários. O piso1 foi construído abaixo do nível da calçada, e seu acesso é feito por uma rampa com 2,10m de largura,<sup>192</sup> 12,20m de comprimento. O patamar tem medida inferior ao exigido que é de 1,20m.<sup>193</sup> Nesse piso, os espaços de uso público são os sanitários, o auditório aberto em dias de evento ou reunião, o Espaço Braille, uma escada que interliga o Piso1 ao Piso 2 e a garagem que fica no nível do passeio na Avenida São Carlos. A escada de acesso à garagem é utilizada apenas por funcionários.

Um espelho d'água faz parte do projeto original e funcionou como tal até ser desativado. Nas primeiras visitas, foi avaliado que esse espaço servia para abrigar peças do mobiliário que não eram utilizados na biblioteca. Com a mudança do Espaço Braille para esse piso, o local foi desocupado, e na avaliação em janeiro ele estava limpo e sem mobiliário.

A grelha instalada em local com fluxo de pessoas, no final da rampa, com hastes posicionadas no mesmo sentido do deslocamento, dimensão incorreta dos vãos e um pequeno desnível em relação ao piso que prejudicava a circulação de usuários de cadeira de rodas, de bengalas, entre outros<sup>194</sup>, foi trocada, e as hastes foram colocadas contra o fluxo da circulação, porém continua com vãos que não atendem a medida exigida na ABNT – NBR9050.

<sup>192</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT)-item 6.5.1.6.

<sup>193</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) - item 6.5.2.1.

Figura 109 - Vista da porta do banheiro masculino e escada no Piso1. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

Figura 110 - Vista da porta dos sanitários e escada no Piso1. Janeiro/2014



Fonte: Elaborada pela autora

---

<sup>194</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.1.5.

Figura 111 - Mobiliário no espaço onde funcionava o espelho d'água. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

Figura 112 - Espaço onde funcionava o espelho d'água. Janeiro de 2014



Fonte: Elaborada pela autora

A segunda rampa interliga o passeio público com o piso 2, e foi construída com formato irregular, 2,30m de largura e cerca de 12,20m de comprimento.<sup>195</sup> Sua inclinação superior a 8,33% contraria ao exigido,<sup>196</sup> e não garante autonomia aos usuários com deficiência.<sup>197</sup> As rampas e toda a área externa da biblioteca foram revestidas com pastilhas de

<sup>195</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004(ABNT) – item ao disposto na ABNT NBR 9050/2004 – item 6.5.1.6.

<sup>196</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004(ABNT) – item 6.5.1.2.

<sup>197</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004(ABNT) – itens 6.5.1.9, 6.2.1 e no art. 19 e 20 do Decreto federal nº 5.296/04 e na ABNT NBR 9050/2004 – item 6.2.1.

mármore, que não estavam bem conservadas. Com a reforma, o piso foi recuperado e pintado.<sup>198</sup> Com a mudança do Espaço Braille para a biblioteca central, foram instalados pisos táteis de alerta no início e final da rampa do Piso 1 e em nível com o passeio na rampa do piso2. Nas laterais das rampas, as faixas antiderrapantes pretas que estavam desgastadas antes da reforma, foram substituídas.

Os três pisos de uso público e a garagem usada apenas como estacionamento de carros do município<sup>199</sup> são interligados por escadas que seguem o mesmo padrão quanto ao dimensionamento<sup>200</sup> e o revestimento de granito utilizado nos degraus e patamares.<sup>201</sup>

Figura 113 - Rampa de acesso ao piso 2. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

---

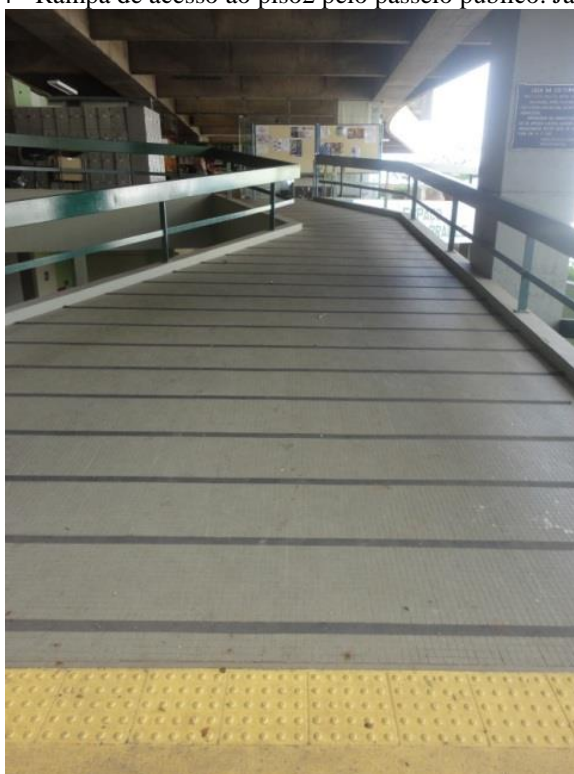
<sup>198</sup> Atende aos critérios da ABNT NBR 9050/2004 – item 6.1.1.

<sup>199</sup> Não atende ao disposto no Código de Obras e Edificações do Município de São Carlos/2011- Art. 96 parágrafo 1 e 3.

<sup>200</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004(ABNT)– item – item 6.6.3.

<sup>201</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) - item 6.1.1.

Figura 114 - Rampa de acesso ao piso2 pelo passeio público. Janeiro/2014



Fonte: Elaborada pela autora

Figura 115- Vista da rampa de acesso ao piso1 pelo piso 2. 2013



Fonte: Elaborada pela autora



Figura 116 - Piso tátil na rampa de acesso ao Piso. janeiro/2014



Fonte: Elaborada pela autora

Figura 117 - Escada revestida com granito de acesso ao piso 3. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

### 6.1.11.3 Biblioteca Pública Municipal Euclides da Cunha

A entrada principal da Biblioteca Euclides da Cunha fica abaixo da cota da via pública, tornando necessário o uso de escada ou rampa para acessá-las. Construída próxima a entrada, a rampa com dois segmentos, foi dimensionada com inclinação que atende a ABNT – NBR9050/2004,<sup>202</sup> 1,47m de largura, medida superior ao exigido de 1,20m<sup>203</sup> e patamar intermediário com dimensão longitudinal de 1,50m e largura igual a rampa,<sup>204</sup> porém, o patamar inferior próximo à entrada tem dimensão longitudinal de 1,10, menor que a medida mínima exigida.<sup>205</sup> Na escada externa os degraus sem espelho vazado<sup>206</sup>, tem altura de 11,5cm, medida menor ao exigido na norma técnica.<sup>207</sup> O piso da rampa e escada em concreto é regular, estável e é antiderrapante.<sup>208</sup>

Figura118 - Rampa de acesso. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

No interior do edifício, a escada interna foi construída ao lado da plataforma de acesso ao pavimento superior em rota acessível.<sup>209</sup> Com largura adequada de 1,35m, os patamares tem a mesma largura da escada e dimensões longitudinais que atendem a medida mínima de

<sup>202</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – itens 6.5.1.6 e 6.5.1.2.

<sup>203</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) - item 6.5.1.6.

<sup>204</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.5.2.2.

<sup>205</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.5.2.2.

<sup>206</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.6.2.

<sup>207</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.6.3.

<sup>208</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) item 6.1.1.

<sup>209</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.6.

1,20m como o exigido na norma,<sup>210</sup> os degraus não tem espelho vazado e foram corretamente dimensionados.<sup>211</sup> Na escada, a face onde foram instalados vidros, permite ao usuário contato visual com o espaço externo. O granilite que reveste o piso não é adequado para essa função em local com fluxo de pessoas por não ser antiderrapante, característica que aumenta o risco de acidentes.<sup>212</sup>

No térreo, os pisos que antecedem a área do elevador e escada, assim como dos sanitários, foram levemente inclinados permitindo ao usuário acessar os locais.

Nas escadas foi instalado piso tátil de alerta<sup>213</sup> que está adequado à norma quanto a cor, no entanto, sua dimensão é menor que o exigido.<sup>214</sup> Na área externa, o piso tátil de alerta amarelo não possui cor contrastante porque foi pintado com a cor do piso adjacente.<sup>215</sup> dificultando o uso para pessoas com baixa visão. Na área interna ele está adequado à norma com cor contrastante, no entanto, sua dimensão é menor que o exigido.<sup>216</sup>

Figura 119 - Patamar na escada interna revestida com granilite e com piso tátil. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

<sup>210</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.5.2.2.

<sup>211</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – itens 6.6.1, 6.6.3, 6.6.4.3 e 6.6.5.

<sup>212</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) item 6.1.1.

<sup>213</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT)– item 5.14.1.2

<sup>214</sup> Não Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 5.14.1.2 c).

<sup>215</sup> Não Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 5.14.

<sup>216</sup> Não Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – itens 5.14.1.2 c).

Figura 120 - Escada externa com o piso tátil. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

#### 6.1.11.4 Estação Cultura

A escada na fachada é o principal acesso ao interior do edifício,<sup>217</sup> e foi dimensionada na sua cota inferior 13,0m de largura, e na cota superior ela tem 6,40m de largura. Os degraus que tem tamanhos adequados em relação ao piso,<sup>218</sup> não atende a norma quanto a altura do espelho.<sup>219</sup> Para que o usuário acesse o pavimento superior, a escada de madeira original da antiga estação foi mantida, e suas dimensões são adequadas.<sup>220</sup> Na última visita técnica realizada em dezembro de 2014, estava sendo instalado um equipamento vertical para possibilitar o acesso até o pavimento superior. Esse equipamento não foi avaliado.

Na entrada utilizada por PCD, o piso intertravado que embora tenha textura causa pouca trepidação para cadeira de rodas,<sup>221</sup> leva o usuário até um plano inclinado próximo a área coberta da plataforma, e sua inclinação é inferior a 5%.<sup>222</sup>

<sup>217</sup> Não atende ao disposto na ABNT NBR 9050/2004 – item 6.6.

<sup>218</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.6.3.

<sup>219</sup> Não Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.6.3.

<sup>220</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – itens 6.6.1, 6.6.3, 6.6.4.3 e 6.6.5.

<sup>221</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.1.1.

<sup>222</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) - item 6.1.4.

Figura 121 - Detalhe plano inclinado. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

#### 6.1.11.5 Museu da Ciência e Tecnologia Professor Mário Tolentino

O edifício onde foi instalado o museu é térreo, porém com desníveis. Entrando pela porta principal, interligando o *foyer* e o Galpão da Ciência foram instaladas portas e construído rampas com inclinação adequada, que permite a usuários com deficiência física acessar o espaço de exposições.<sup>223</sup> Para chegar até os sanitários e refeitório pelo Galpão da Ciência, há um plano inclinado revestido com pedras portuguesas e inclinação acima do exigido pela norma.<sup>224</sup> O refeitório que pode ser utilizado pelos funcionários e frequentadores, e para acessá-lo é preciso utilizar o degrau com 0,15m de altura.<sup>225</sup> Construído em dois níveis, a rampa com inclinação inadequada na lateral,<sup>226</sup> interliga a parte superior com a inferior.

---

<sup>223</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT)– item 6.5.1.2.

<sup>224</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT)– item 6.5.1.2.

<sup>225</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT)– item 6.1.4

<sup>226</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.5.1.2.

Figura 122 - Degrau na entrada do refeitório. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

Figura 123 - Rampa de acesso ao nível inferior do refeitório. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

Na parte externa, próximo a entrada do museu, foi construída uma escada e uma rampa que podem ser utilizadas a partir do passeio público da Rua Major José Inácio. A escada e a rampa foram corretamente dimensionadas, porém na rampa o revestimento de pedra portuguesa foi usado de forma inadequada.<sup>227</sup>

---

<sup>227</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.1.1 e ao Código de Obras da cidade de São Carlos - Seção I - Da Execução do Passeio Público - Art. 120.

Figura 124 - Escada que interliga a praça até a cota do museu. 2013.



Fonte: Elaborada pela autora

Figura 125 - Rampa revestida de pedra portuguesa na praça próxima a entrada principal. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

#### **6.1.11.6 Teatro Municipal Dr. Alderico Vieira Perdigão / Teatro de Arena José Saffioti Filho**

No Teatro Municipal, os acessos ao pavimento superior passaram a ser feitos após a reforma pela plataforma vertical e escada que foram instaladas no saguão de entrada no térreo, ou pelas rampas e escadas externas, localizadas na cota do passeio público da Rua José Bonifácio e Rua Sete de Setembro.

Para acessar a rampa é preciso subir cerca de 30,0m até o início do patamar, tendo como ponto de referência a vaga disponível para PCD próxima a entrada principal, e outros 35,20m até o patamar no pavimento superior. A inclinação de aproximadamente 12,5% está adequada.<sup>228</sup>

Figura 126 - Rampa principal pelo passeio público da Rua José Bonifácio. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

Figura 127 - Rampa principal pelo patamar superior. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

Ao final desta rampa, foi construída uma área aberta denominada no projeto da reforma como “praça”. Sua localização próxima ao *foyer* possibilita em caso de emergência, acesso sem obstáculos para as rampas e escadas, compondo uma rota acessível.<sup>229</sup> O piso deste espaço é composto por placas de concreto que foram apoiadas em pequenas estacas,

<sup>228</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item – item 6.5.1.3.

<sup>229</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – itens 6.2.1 e 6.2.2.



distantes cerca de 0,50m da laje do andar inferior, configurando um vão. Em alguns pontos, foi avaliado uma importante trepidação no piso.<sup>230</sup>

Na mesma cota da praça, passando pela lateral externa ao *foyer* na face da Rua José Bonifácio, há uma circulação que segue até uma rampa com cerca de 12,5m de comprimento, 1,6m de largura e inclinação adequada.<sup>231</sup> Ao final dessa rampa, há uma passarela com cerca de 6,50m que permite ao usuário entrar no Teatro de Arena pela cota mais alta do local. A segunda entrada para o Teatro de Arena se dá pelo passeio da Rua José Bonifácio, próxima a Rua Marechal Deodoro seguindo um plano inclinado bastante suave.<sup>232</sup>

Figura 128- Rampa externa para acesso ao Teatro de Arena. 2013.



Fonte: Elaborada pela autora

Figura 129 - Plano de piso inclinado para entrada no Teatro de Arena. 2013.



Fonte: Elaborada pela autora

---

<sup>230</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item - 6.1.1.

<sup>231</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.5.1.2

<sup>232</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.1.1.

Pela calçada da Rua Sete de Setembro também é possível acessar a “praça” através das escadas, uma com largura de 4,0m na cota superior 2,75m na cota do passeio público, e outra com 3,0m de largura na cota superior e 2,60 na cota inferior.

Para utilizar as rampas e escadas externas que margeiam os passeios públicos do edifício, não foram construídos muros ou colocados portões, possibilitando a livre passagem.<sup>233</sup>

Figura 130 - Escada externa. 2013.



Fonte: Elaborada pela autora

No interior do teatro, a escada principal de acesso ao pavimento superior tem dimensões adequadas<sup>234</sup> e foi instalada próxima à plataforma vertical, no saguão de entrada.<sup>235</sup> Nos seus degraus foram colados faixas pretas antiderrapantes. Os pisos das rampas e escadas externas são estáveis, firmes e antiderrapantes.<sup>236</sup>

<sup>233</sup> <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias-2008/152708-teatro-municipal.html>

<sup>234</sup> Atende ao disposto na ABNT NBR 9050/2004 – itens 6.6.1, 6.6.3 e 6.6.5.2.

<sup>235</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.6.

<sup>236</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item – item 6.1.1

Figura 131 - Vista da escada e plataforma vertical pelo *foyer*. 2013.



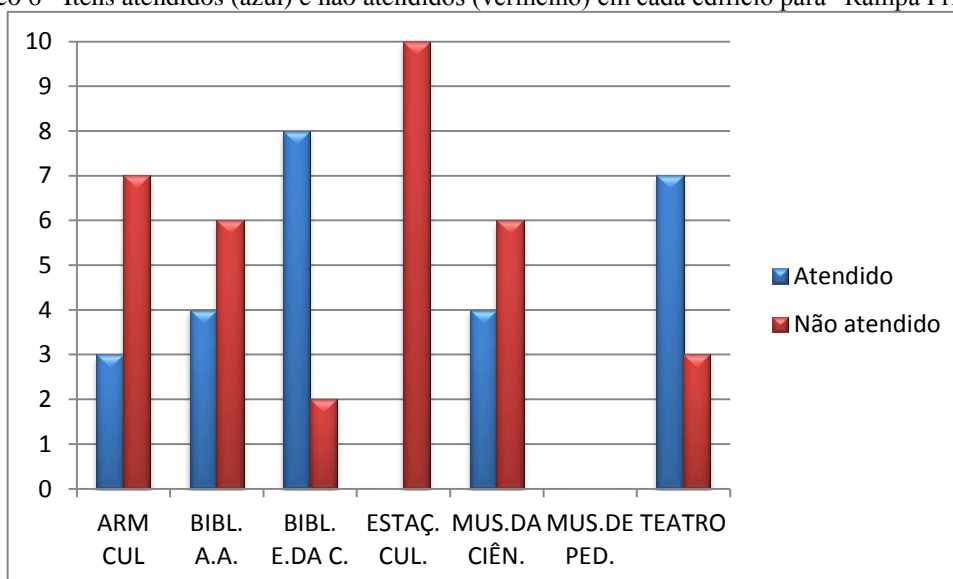
Fonte: Elaborada pela autora

### 6.1.11.7 Resultados gerais do tópico “Rampas e Desníveis”

O

**Gráfico 6** demonstra que cinco edifícios atenderam parcialmente os itens do *checklist* no tópico Rampa Principal, sendo que em nenhum deles todos os itens foram atendidos. Quanto a este aspecto, o Museu de Pedra não foi avaliado.

Gráfico 6 - Itens atendidos (azul) e não atendidos (vermelho) em cada edifício para “Rampa Principal”



### 6.1.12 CORRIMÃO / RAMPA PRINCIPAL

Tabela6: Corrimão Rampa Principal

CORRIMÃO / RAMPA PRINCIPAL	Armazém Cultura	Biblioteca Amadeu Amaral	Biblioteca Euclides da Cunha	Estação Cultura	Museu da Ciência	Museu de Pedra	Teatro Municipal/Arena
A rampa possui corrimão?							
A rampa possui corrimão de ambos os lados?							
Foi instalado em duas alturas com 0,70m e 0,92cm do piso, medidos da geratriz superior?							
Seção circular entre 3,5 a 4,5cm?							
Tem espaço livre entre a parede e o corrimão de no mínimo 0,4m?							
Material rígido e resistente?							
Contínuo sem arestas vivas?							
Prolongamento de 0,30m antes do início e depois do término da escada?							
Sinalização em braille?							
Anéis táteis quando houver mudanças de direção?							
Guia de balizamento com altura mínima de 0,05m?							
Existe guarda corpo?							
Guarda corpo altura de 1,05m?							

LEGENDA		
SIM	NÃO	NÃO AVALIADO

#### 6.1.12.1 Armazém Cultura Lola Pulcinelli Bionson

Na rampa e degraus disponíveis aos usuários para acessar a entrada principal no Armazém Cultura, não foi instalado corrimão.<sup>237</sup>

#### 6.1.12.2 Biblioteca Pública Municipal Amadeu Amaral

Os guarda corpos instalados nas rampas e escadas da biblioteca, mantêm características quanto material, formato e cor,<sup>238</sup> não tendo sido associados com corrimãos, conforme o exigido na ABNT NBR9050/2004.<sup>239</sup>

Na rampa que leva o usuário até o piso 1, local onde está instalado o Espaço Braille, sanitários adaptados, auditório, bebedouro e telefone público, há uma mureta sem corrimão em uma das laterais sem corrimão, e na outra lateral, o guarda corpo é contínuo e se estende até a rampa de acesso do segundo pavimento, com altura de 0,95m, abaixo do exigido.<sup>240</sup> Na rampa do piso 2, os guarda corpos foram instalados em ambos os lados. Nas duas rampas, as guias de balizamento foram colocadas corretamente e ajudam a definir os limites da área de circulação de pedestres e orientam os deficientes visuais que fazem uso de bengalas.

<sup>237</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.7.1.1.

<sup>238</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT)- item 6.7.

<sup>239</sup> Não atende aos critérios da ABNT NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.7.2.

<sup>240</sup> Não atende aos critérios da ABNT NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.7.2.

Figura 132 - Guarda corpo na rampa do piso 2. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

Figura 133 - Guarda corpo na rampa do piso 2. Janeiro/2014



Fonte: Elaborada pela autora

Nas escadas dos três pisos, o guarda corpo foi instalado com altura de 0,81m em toda a sua extensão, medida menor que a adequada.<sup>241</sup> Não há guia de balizamento para a orientação de deficientes visuais que utilizam bengala.<sup>242</sup>

Figura 134 - Guarda corpo unilateral instalado sobre guia de balizamento. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

Figura 135 - Guarda corpo unilateral instalado sobre guia de balizamento. Janeiro/2014.



Fonte: Elaborada pela autora

---

<sup>241</sup> Não atende aos critérios da ABNT NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.7.2.

<sup>242</sup> Atende ao disposto na ABNT NBR 9050/2004 – item 6.5.1.7.

Figura 136- Guarda corpo. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

### 6.1.12.3 Biblioteca Pública Municipal Euclides da Cunha

A rampa e a escada que levam o usuário até a entrada principal da biblioteca na área externa têm diferentes padrões de corrimãos em relação às dimensões. Os corrimãos duplos instalados na rampa foram fixados, em uma mureta. Com formato circular e seção de 6,5cm,<sup>243</sup> eles são interrompidos onde há mudança no segmento da rampa<sup>244</sup> e apresentam inadequações quanto às alturas, o menor foi instalado com 0,85m e o menor com 0,65 em relação ao piso acabado.<sup>245</sup> Os prolongamentos com arestas vivas de 0,16m, são menores que o mínimo permitido de 0,30cm.<sup>246</sup>

<sup>243</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.7.1.2.

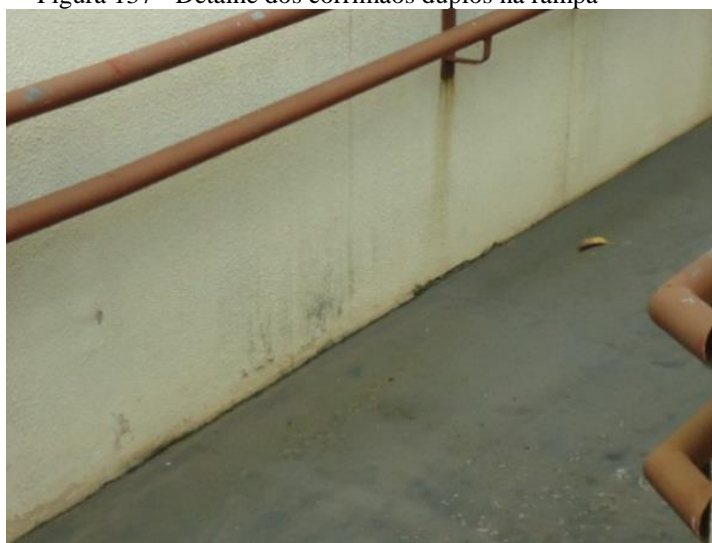
<sup>244</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – itens 6.7.1.6, 6.7.1.4 e 6.7.1.7.

<sup>245</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.7.1.6.

<sup>246</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – itens 6.7.1.6, 6.7.1.4 e 6.7.1.7.



Figura 137 - Detalhe dos corrimãos duplos na rampa



Fonte: Elaborada pela autora

Na escada externa, os corrimãos estão localizados nas laterais com altura de 0,76m, medida menor ao exigido.<sup>247</sup> O diâmetro com 0,4m está de acordo com a ABNT NBR 9050/2004.<sup>248</sup>

Figura 138 - Detalhe dos corrimãos duplos na rampa



Fonte: Elaborada pela autora

---

<sup>247</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.7.1.6.

<sup>248</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.7.1.4.

O corrimão instalado na escada interna é unilateral,<sup>249</sup> contínuo, 0,92m de altura,<sup>250</sup> 4,5cm de diâmetro e distância adequada em relação à parede, o que permite boa empunhadura.<sup>251</sup> No pavimento superior, foram instalados guarda corpos com 1,10m de altura por toda a extensão da abertura central do mezanino, permitindo ao usuário visualizar parte do térreo com maior segurança.<sup>252</sup>

Figura 139 - Corrimão com altura única na escada interna. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

Figura 140 - Guarda corpo no mezanino no piso superior. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

---

<sup>249</sup> Não atende ao disposto na ABNT NBR 9050/2004 – item 6.7.1.1.

<sup>250</sup> Atende ao disposto na ABNT NBR 9050/2004 – item 6.7.1.6.

<sup>251</sup> Atende ao disposto na ABNT NBR 9050/2004 – itens 6.7.1.6, 6.7.1.2 e 6.7.1.5.

<sup>252</sup> Não atende ao disposto na ABNT NBR 9050/2004 – item 6.7.2.

#### 6.1.12.4 Estação Cultura

Nas escadas com largura superior a 2,40m, devem ser instalados corrimãos laterais e intermediários. Na Estação Cultura, embora a escada principal tenha largura superior a 2,40m, só foram instalados dois corrimãos intermediários,<sup>253</sup> com dupla altura, contínuo e sem arestas vivas.<sup>254</sup> O prolongamento no final do corrimão tem medida menor que o exigido.<sup>255</sup> Nas laterais não foram instalados corrimão como o exigido.<sup>256</sup>

No interior do edifício, o corrimão de madeira unilateral foi preservado, porém não atende ao exigido na norma técnica em relação ao seu diâmetro, prolongamento nas extremidades e altura.<sup>257</sup> Na entrada utilizada por PCD localizada na parte posterior do edifício não é necessário à instalação de corrimãos no plano inclinado porque a inclinação é inferior a 5%.<sup>258</sup>

Figura 141 - Escada principal com corrimãos duplos centrais.2013



Fonte: Elaborada pela autora

<sup>253</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.7.1.8.

<sup>254</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – itens 6.7.1.6 e 6.7.1.5.

<sup>255</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.7.1.4.

<sup>256</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.7.1.1.

<sup>257</sup> Não atende aos critérios da ABNT NBR 9050/2004 (ABNT) – itens 6.7.1.2, 6.7.1.4, 6.7.1.5 e 6.7.1.6.

<sup>258</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.1.1.

Figura 142 - Escada com corrimão de acesso para o pavimento superior. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

#### 6.1.12.5 Museu da Ciência e Tecnologia Professor Mário Tolentino

Nas rampas localizadas nas portas que interligam o *foyer* e o Galpão da Ciência, não foram colocados corrimãos nos desníveis existentes, assim com no plano inclinado de acesso para a área dos sanitários e refeitório e na rampa do refeitório, contrariando a ABNT NBR9050/2004.<sup>259</sup>

Figura 143 - Rampa que interliga o *foyer* ao Galpão da Ciência. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

<sup>259</sup> Não atende ao recomendado pela ABNT NBR 9050/2004 – item 6.7.1.1.

### 6.1.12.6 Teatro Municipal Dr. Alderico Vieira Perdigão / Teatro de Arena José Saffioti Filho

No teatro municipal, os guarda corpos foram instalados sobre a guia de balizamento<sup>260</sup> com corrimão contínuo.<sup>261</sup> Sua instalação unilateral, altura única de 0,84m, seção circular com espessura de 0,6cm sem prolongamento, não atende ao exigido.<sup>262</sup> Nas laterais da passarela que interliga a praça ao Teatro de Arena, não foi instalado corrimão no guarda corpo.

Figura 144 - Guarda Corpo e corrimão na rampa de acesso. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

Figura 145 - Detalhe do corrimão instalado no guarda corpo. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

<sup>260</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT)- item 6.5.1.7.

<sup>261</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.7.1.7.

<sup>262</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – itens 6.7.1.1, 6.7.1.6 6.7.1.2 e 6.7.1.4.

Na área externa, a passarela em estrutura metálica com 1,45m de largura que interliga o Teatro de Arena com a área dos sanitários, tem corrimão instalado nos dois lados, com altura incorreta.<sup>263</sup> O espaço livre maior que 0,4m em relação ao guarda corpo, permitindo boa empunhadura.<sup>264</sup> Eles são contínuos, com acabamento recurvado,<sup>265</sup> sem prolongamento e com espessura acima da adequada.<sup>266</sup>

Figura 146 - Passarela em estrutura metálica. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

No interior do edifício, a escada principal para acesso ao *foyer* tem guarda corpo instalado nas laterais com 1,40m de altura. Neles foram colocados os corrimãos circulares com diâmetro inadequado de 0,6m<sup>267</sup> e altura de 1,0m medidos da geratriz superior, acima da medida exigida pela ABNT9050/2004.<sup>268</sup> No *foyer* da sala de espetáculos Os guarda corpo localizado, foi colocado com altura de 1,30m.<sup>269</sup>

<sup>263</sup> Não atende ao disposto na ABNT NBR 9050/2004 – item 6.7.1.6.

<sup>264</sup> Atende ao disposto na ABNT NBR 9050/2004 – item 6.7.1.2.

<sup>265</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.7.1.5.

<sup>266</sup> Não atende aos critérios da ABNT NBR 9050/2004 (ABNT) – itens 4.6.5 e 6.7.1.2..

<sup>267</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.7.1.2.

<sup>268</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.7.1.6.

<sup>269</sup> Não atende aos critérios da ABNT NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.7.2.

Figura 147 - Guarda Corpo e corrimãos. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

Nas escadas externas, os corrimãos laterais que foram instalados em ambos os lados, são circulares, contínuos e mantêm uma distância maior que 0,4m em relação às paredes onde foram instalados.<sup>270</sup> Eles não atendem a ABNT NBR9050/2004 em relação à altura de 0,82m e prolongamento.<sup>271</sup> Não foi instalado corrimão intermediário.<sup>272</sup>

Figura148 - Corrimãos com uma altura na escada externa. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

<sup>270</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – itens 6.7.1.1, 6.7.1.2, 6.7.1.7 e 6.7.1.3.

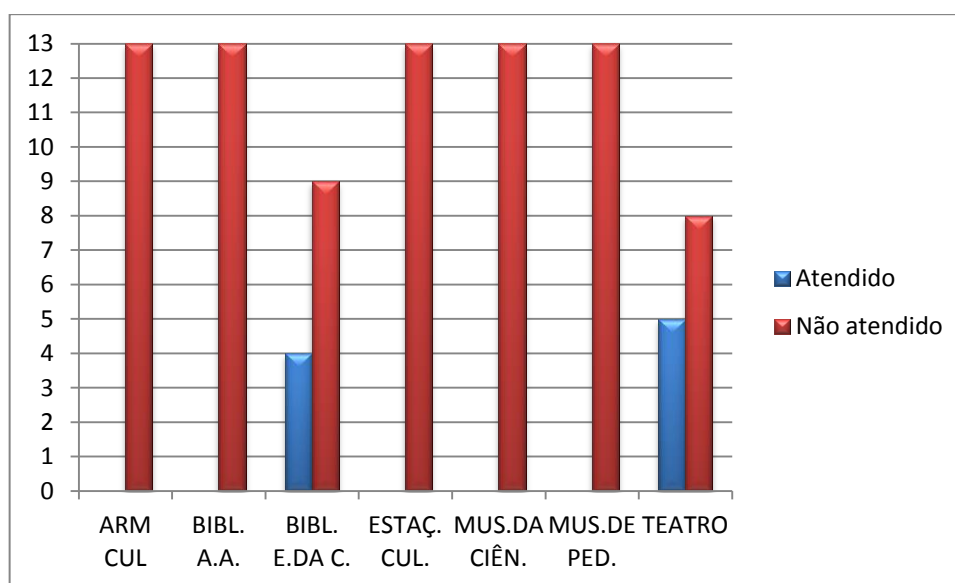
<sup>271</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – itens 6.7.1.2 e 6.7.1.4.

<sup>272</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item – 6.7.1.8

### 6.1.12.7 Resultados gerais do tópico “Corrimão / Rampa Principal”

O Gráfico 7, demonstra, de forma comparativa, os itens atendidos e os não atendidos para o tópico Corrimão e Rampa Principal. Verifica-se que dois edifícios atenderam parcialmente os itens do *checklist*, a Biblioteca Euclides da Cunha e o Teatro Municipal “Dr. Alderico Vieira Perdigão”. Os demais edifícios não preencheram nenhum dos requisitos.

Gráfico 7 - Itens atendidos (azul) e não atendidos (vermelho) em cada edifício para “Corrimão / Rampa Principal”





### 6.1.13 INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

Tabela 7 - Instalações Sanitárias

INSTALAÇÕES SANITÁRIAS	Armazém Cultura	Biblioteca Amadeu Amaral	Biblioteca Euclides da Cunha	Estação Cultura	Museu da Ciência	Museu de Pedra	Teatro Municipal/Arena
Existem sanitários adaptados?							
Boxe com entrada independente dos sanitários coletivos?							
Porta da cabine com vão livre de passagem com 0,80m?							
Sinalizada com o SIA?							
Maçaneta do tipo alavanca?							
Maçaneta Altura entre 0,90 a 1,10m do piso acabado?							
Porta com barras de apoio internas e externas?							
Área de transferência mínima de 0,80m x 1,20m?							
Área de manobra mínima com diâmetro de 1,50m?							
Local de transferência para vaso sanitário possui duas barras (fundo e lateral)?							
Barras de apoio com diâmetro de 3,0cm a 4,5cm?							
Barras de apoio fixadas na parede com uma distância de no mínimo 0,4m?							
Barra de apoio com comprimento mínimo de 0,80m, a 0,75m de altura?							
Barra laterais articuladas ?							
O assento da bacia tem altura entre de 0,43 a 0,46m com o assento?							

Bacia com caixa acoplada?	Blue	Red	Red	Red	Red	White	Red
Válvula de descarga com altura máxima de 1,00m?	Red	Blue	Red	Red	Red	White	Red
Lavatório suspenso permitindo a aproximação de usuário de cadeira de rodas?	Red	Blue	Blue	Red	Red	White	Red
Altura máxima de 0,80m do piso acabado e 0,73m de altura livre?	Red	Blue	Blue	Red	Red	White	Red
Sifão se não protegido é flexível?	Blue	Blue	Red	Red	Blue	White	Blue
Mictório adaptado para PCD?	Red	Red	Red	Red	Red	White	Red
Altura entre 0,60m e 0,65 do piso acabado?	Red	Red	Red	Red	Red	White	Red
Barras verticais com altura de 0,75m do piso e comprimento de 0,70m?	Red	Red	Red	Red	Red	White	Red
Válvula de descarga a altura máxima de 1,00m acionada com leve pressão?	Red	Blue	Red	Red	Red	White	Red

LEGENDA		
SIM	NÃO	NÃO AVALIADO

### 6.1.13.1 Armazém Cultura Lola Pulcinelli Biason

As instalações sanitárias do Armazém Cultura foram construídas na adequação do edifício e nenhuma delas é acessível.<sup>273</sup> Nos sanitários masculino e feminino não há espaço para a transferência até a bacia sanitária,<sup>274</sup> mas é possível o movimento de rotação da cadeira de rodas sem deslocamento.<sup>275</sup> A bacia sanitária com caixa acoplada, não é recomendada porque dificulta a instalação adequada da barra de transferência.

As bancadas com os lavatórios foram instalados fora do espaço dos sanitários, não atendendo as normas técnicas de acessibilidade.<sup>276</sup> Sua altura não permite a aproximação de

<sup>273</sup> Não atende ao disposto na ABNT NBR 9050/2004 – item 7.2.2 e o Decreto Federal nº 5.296/2004 - Art. 22 - § 2º art. 22 que prevê instalações sanitárias acessíveis em edifícios públicos.

<sup>274</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 4.3.3.

<sup>275</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – itens 7.3.1.1.

<sup>276</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 7.3.3.3

cadeira de rodas, as torneiras não são adequadas, a papeleira externa e a saboneteira estão fora do alcance manual.<sup>277</sup> Não há espelho disponível aos usuários.

Por não ter sanitário acessível,<sup>278</sup> o edifício não atende ao Decreto Federal nº 5.296/2004 - Art. 22 - parágrafo 2º, que exige o quantitativo de 5% do total de peças sanitárias acessíveis para uso público,<sup>279</sup> assim como o Código de Obras e Edificações do Município de São Carlos, Art. 83, onde está previsto sanitários acessíveis em edifícios públicos.

Figura 149 - Circulação externa aos sanitários e copa. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

---

<sup>277</sup> Não atende ao disposto na ABNT NBR 9050/2004 – item 7.3.8.

<sup>278</sup> Não atende ao disposto na ABNT NBR 9050/2004 – item 7.2.2 e o Decreto Federal nº 5.296/2004 - Art. 22 – parágrafo 3º art. 22 “Nas edificações de uso público já existentes, terão elas prazo de trinta meses a contar da data de publicação deste Decreto para garantir pelo menos um banheiro acessível por pavimento, com entrada independente, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de modo que possam ser utilizados por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida”.

<sup>279</sup> Não atende ao disposto na ABNT NBR 9050/2004 – item 7.2.2.

Figura 150 - Sanitários. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

Figura 151 - Lavatórios, papelreira e saboneteira. 2013.



Fonte: Elaborada pela autora

### 6.1.13.2 Biblioteca Amadeu Amaral

As instalações sanitárias avaliadas na Biblioteca Amadeu Amaral, são de uso público e separados por gênero feminino e masculino. Elas foram instaladas nos três pisos do edifício.

A avaliação dos sanitários ocorreu em diferentes datas ao longo do ano de 2013. Na primeira visita em janeiro de 2013, não foi possível avaliar os sanitários do piso 2 porque estavam interditados.

No piso 1, verificou-se a falta de sanitários acessíveis.<sup>280</sup> No piso 3, foi avaliado que os sanitários de uso público, não tem boxes adaptados e não estão em rota acessível,<sup>281</sup> impedindo o acesso por usuários de cadeira de rodas e dificultando o uso para pessoas com outras deficiências físicas. Deficientes visuais também encontram dificuldade para acessar o piso 3 porque não há sinalização tátil no piso e identificação em braille nos corrimãos.

Nos boxes no interior dos sanitários masculino e feminino, a passagem livre das portas é menor que o exigido,<sup>282</sup> com abertura incorreta para o interior da cabine. Não há puxadores ou barras de apoio e o espelho está posicionado fora do alcance visual.<sup>283</sup>

Figura 152 - Sanitários interditados no Piso2. Janeiro 2013.



Fonte: Elaborada pela autora

<sup>280</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 7.2.

<sup>281</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 7.2.1.

<sup>282</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.9.2.1.

<sup>283</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 7.2.

Figura 153 - Boxe do banheiro feminino no Piso3. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

Em uma segunda visita no mês de março, os sanitários do Piso 2 ainda estavam interditados, porém pode verificado a falta de acessos adequados para a PCD.<sup>284</sup> No piso 1, os sanitários estavam sendo reformado.

Figura 154 - Vista geral do sanitário feminino no Piso 2. Maio/2013



Fonte: Elaborada pela autora

---

<sup>284</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 7.2.

Figura 155 - Sanitários feminino em reforma no piso 1. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

No mês de janeiro de 2014, foi feita uma nova avaliação nas instalações sanitárias do piso 1 que foram reformados. A visita técnica foi realizada em janeiro de 2014.

Quanto aos sanitários do piso 2 e 3, não houve nova avaliação.

No piso 1, foi construído um sanitário unissex, como é recomendado pela ABNT NBR9050/2004, com portas de acesso com passagem de 0,95m e abertura correta para fora.<sup>285</sup> Sinalizada com o SIA,<sup>286</sup> tem maçaneta do tipo alavanca com altura de 1,10m<sup>287</sup> e barras de apoio interna e externa que não foi instalada corretamente.<sup>288</sup>

---

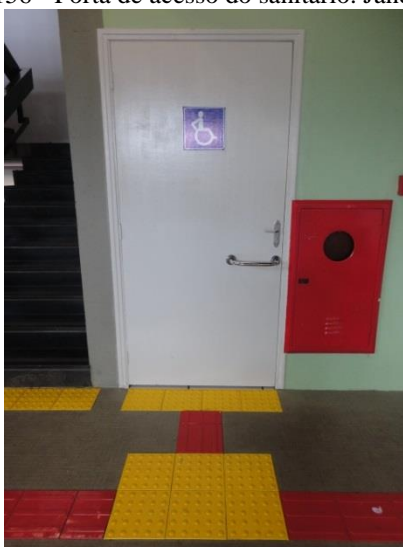
<sup>285</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 7.3.3.4.

<sup>286</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – itens 6.9.2.1 e 5.4.4.1.

<sup>287</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.9.2.3.

<sup>288</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.9.2.4.

Figura 156 - Porta de acesso do sanitário. Janeiro/2014



Fonte: Elaborada pela autora

Figura 157 - Detalhe do puxador da do sanitário. Janeiro/2014



Fonte: Elaborada pela autora

No interior há área que permite transferência para a bacia sanitária e espaço para rotação de cadeira de rodas.<sup>289</sup> As barras de apoio na lateral e no fundo da bacia sanitária tem 2,5cm de diâmetro, medida inferior ao exigido. Seu comprimento e altura estão adequados<sup>290</sup> e a colocação em relação à parede, permite boa empunhadura.<sup>291</sup>

---

<sup>289</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – itens 4.3.3 e 7.3.1.1.

<sup>290</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 7.3.1.2.

<sup>291</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.7.1.2.



A bacia com abertura frontal, não é recomendado para usuários com deficiência. O assento da bacia tem altura de 0,46m com o assento.<sup>292</sup> A válvula de descarga foi instalada com as dimensões corretas.<sup>293</sup>

Figura 158 - Sanitário. 2014



Fonte: Elaborada pela autora

O lavatório dentro do sanitário<sup>294</sup> é suspenso na altura adequada, e permite a aproximação de usuário de cadeira de rodas.<sup>295</sup> O sifão é protegido,<sup>296</sup> mas não permite a aproximação. As torneiras tem acionamento que atente ao exigido na norma técnica.<sup>297</sup> O espelho não está na área de alcance manual<sup>298</sup> e não há mictório adaptado para PCD.<sup>299</sup>

A avaliação das instalações sanitárias da biblioteca contraria o Decreto Federal nº 5.296/2004 - Artigo 22 - parágrafo 2º que prevê instalações sanitárias acessíveis em cada pavimento do edifício e o Código de Obras e Edificações do Município de São Carlos em seu Artigo 83.<sup>300</sup>

<sup>292</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 7.3.1.3.

<sup>293</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 7.3.1.5.

<sup>294</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 7.3.3.3

<sup>295</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 7.3.6.2

<sup>296</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 7.3.6.2.

<sup>297</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 7.3.6.3.

<sup>298</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 7.3.8.1.

<sup>299</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 7.3.7.

<sup>300</sup> Decreto Federal nº 5.296/2004 - Art. 22 – parágrafo 3º art. 22 “Nas edificações de uso público já existentes, terão elas prazo de trinta meses a contar da data de publicação deste Decreto para garantir pelo menos um banheiro acessível por pavimento, com entrada independente, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de modo que possam ser utilizados por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida” e o Código de Obras e Edificações do Município de São Carlos, Art. 83 que obriga os sanitários de uso público, separados por sexo, e ao menos uma instalação sanitária acessível em locais como: bibliotecas, teatros, auditórios, lazer de uso coletivo entre outros.

Figura 159 - Vista lavatório. Janeiro/2014



Fonte: Elaborada pela autora

### 6.1.13.3 Biblioteca Euclides da Cunha

Os boxes adaptados estão localizados no térreo<sup>301</sup> e ficam junto aos sanitários coletivos, masculino e feminino.

Figura 160 - Plano inclinado no acesso aos sanitários no térreo. 2013

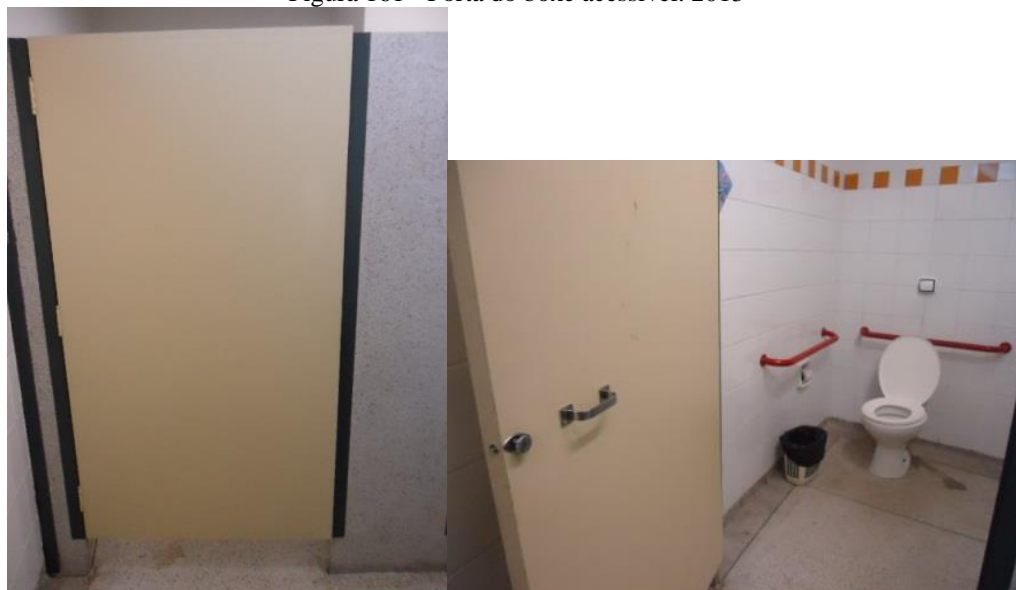


Fonte: Elaborada pela autora

<sup>301</sup> Não atende ao Decreto Federal nº 5.296/2004 - Art. 22 – Parágrafo 2º.

Dentro das instalações sanitárias, os espaços são amplos e os boxes apresentam características semelhantes com portas com passagem livre adequada<sup>302</sup> e abertura para fora.<sup>303</sup> O puxador instalado na parte interna, não atende a ABNT NBR9050<sup>304</sup> Não há maçaneta, dificultando a abertura e fechamento da porta.<sup>305</sup> O SIA não foi colocado para indicar que o sanitário é acessível.<sup>306</sup>

Figura 161 - Porta do boxe acessível. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

No interior do boxe, há área de transferência<sup>307</sup> para a bacia sanitária que tem 0,40m de altura máxima com o assento, medida menor que o exigido<sup>308</sup>. As duas barras fixadas na parede posterior na lateral com 0,94m de largura, foram instaladas com 77,5cm de altura e 0,7m de diâmetro, medidas inadequadas.<sup>309</sup> O acionamento da descarga foi colocado com 1,08m, altura maior que a recomendada.<sup>310</sup> A papeleira tem altura correta.<sup>311</sup>

<sup>302</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.9.2.1.

<sup>303</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 7.3.3.4.

<sup>304</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.9.2.4.

<sup>305</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.9.2.4.

<sup>306</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 5.4.4.1.

<sup>307</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 7.3.1.1

<sup>308</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 7.3.1.3.

<sup>309</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 7.3.1.2 e 7.2.4.

<sup>310</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 7.3.1.5.

<sup>311</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 7.3.8.2.

Figura 162 - Detalhe do boxe para PCD. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

O lavatório fora da cabine<sup>312</sup> é suspenso, posicionado com altura recomendada<sup>313</sup> e com acionamento incorreto da torneira.<sup>314</sup> O sifão não está protegido<sup>315</sup> e a barra de apoio não permite boa empunhadura.<sup>316</sup> A papeleira externa está fora da área de alcance manual.<sup>317</sup> Não há espelho.

Figura 163 - Lavatório com barra e papeleira externa ao boxe. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

<sup>312</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 7.3.3.3

<sup>313</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 7.3.6.2

<sup>314</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 7.3.6.3.

<sup>315</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 7.3.6.2.

<sup>316</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 7.2.4.

<sup>317</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 7.3.8.

#### 6.1.13.4 Museu de Ciência e Tecnologia.

O acesso ao sanitário que deve ser utilizado por deficientes pelo Galpão da Ciência se dá por um plano com inclinação acima do exigido,<sup>318</sup> fazendo com que alguns usuários tenham sua autonomia comprometida caso necessite de ajuda para vencer o desnível<sup>319</sup>. Seguindo por uma circulação com 1,15m de largura,<sup>320</sup> o usuário chega até o sanitário adaptado que é unissex e foi construído próximo as outras instalações sanitárias, permitindo que o usuário com deficiência possa entrar com acompanhante do sexo oposto se necessário.

O espaço disponível ao usuário foi dimensionado com 2,20m de comprimento e 1,70m de largura, possibilitando a transferência para o vaso e manobra de cadeira de rodas.<sup>321</sup> A porta atende os parâmetros da ABNT/NBR9050 com 0,92cm de vão livre<sup>322</sup> e abertura para fora<sup>323</sup> sem puxador horizontal.<sup>324</sup> Ela foi identificada com o SIA, mas não atende as recomendações quanto ao modelo de sinalização<sup>325</sup>. A maçaneta do tipo alavanca foi colocada em altura adequada de 1,05m.<sup>326</sup>

Figura 164 - Plano inclinado e circulação para acesso aos sanitários. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

<sup>318</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.5.1.3.

<sup>319</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 1.3. – item 1.3.

<sup>320</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.9.1.1/a.

<sup>321</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 7.3.3.1 e 7.3.1.1.

<sup>322</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.9.2.1.

<sup>323</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 7.3.3.4.

<sup>324</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.9.2.4

<sup>325</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 5.4.1.1.

<sup>326</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.9.2.3.

Figura 165 - Porta do sanitário para PCD. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

A bacia sanitária com altura de 0,43m sem assento<sup>327</sup> fica ao lado da papelreira que está na altura adequada, mas distante da bacia, dificultando o seu uso. O modelo com abertura frontal usado, não é indicado para pessoas com deficiência, tendo sido proibido pela Comissão Permanente de Acessibilidade na cidade de São Paulo (CPA).<sup>328</sup> O acionamento da descarga fica na altura exigida de 1,00m.<sup>329</sup> Não foram instaladas barras de apoio próximo à bacia sanitária e no lavatório.<sup>330</sup>

O lavatório na parte interna do sanitário<sup>331</sup> é suspenso instalado em altura adequado, mas o sifão protegido, não permite aproximação de cadeira de rodas.<sup>332</sup> A torneira tem o acionamento por pressão, podendo ser caracterizada como “dispositivos equivalentes”, conforme texto da ABNT NBR9050/2004, pois para ser manipulada não é preciso demasiado esforço, atendendo ao exigido.<sup>333</sup> Ao lado do lavatório, a papelreira e a saboneteira estão instaladas em altura correta, ao alcance manual.<sup>334</sup>

<sup>327</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT)– item 7.3.1.3.

<sup>328</sup> Para salvaguardar a segurança dos munícipes, a CPA da cidade de São Paulo baixou a Resolução CPA/SMPED 016/2012, proibindo a fenda frontal nos vasos.

<sup>329</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 7.3.1.5.

<sup>330</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT)– item 7.3.1.2 e 7.3.6.4

<sup>331</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT)– item 7.3.3.3

<sup>332</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) - item 7.3.6.2

<sup>333</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT)– item 7.3.6.3.

<sup>334</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT)– item 7.3.8.

Figura 166 - Imagem interna do sanitário para PCD. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

O local estava sendo usado para guardar materiais usados na limpeza.

O museu não apresenta a quantidade de mínima de 5% de peças sanitárias acessíveis.<sup>335</sup>

Figura 167 - Detalhe do material de limpeza guardado no sanitário para PCD. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

---

<sup>335</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 7.2.2.

### 6.1.13.5 Teatro Municipal Dr. Alderico Vieira Perdigão / Teatro de Arena José Saffioti Filho

No Teatro Municipal e no Teatro de Arena, foi construído um banheiro acessível em cada um dos quatro sanitários coletivos.<sup>336</sup>

As duas instalações sanitárias, masculina e feminina localizadas próximo ao hall de entrada, no térreo, seguem o mesmo padrão construtivo e em relação aos acessórios instalados. A porta de acesso e do boxe acessível tem passagem adequada livre de 0,80m e abertura correta para fora.<sup>337</sup> No sanitário adaptado, não há barras horizontais instaladas na porta.<sup>338</sup> Na parte interna da cabine, a bacia sanitária tem altura de 0,43m com assento, medida adequada.<sup>339</sup> As barras de apoio tem diâmetro de 0,6cm,<sup>340</sup> foram instaladas ao lado na parte posterior da bacia sanitária.<sup>341</sup>

O acionamento da descarga na altura de 1,10m do piso acabado<sup>342</sup> e a papeleira com 0,76m de altura não foram colocados na altura correta.<sup>343</sup> Há espaço para transferência lateral para a bacia sanitária,<sup>344</sup> mas não é possível a rotação de cadeira de rodas.<sup>345</sup>

Na parte externa do boxe, as saboneteiras não podem ser utilizadas por usuário de cadeira de rodas, pois não há área de aproximação no lavatório onde estão instaladas. A papeleira externa está fora da área de alcance manual.<sup>346</sup>

O boxe adaptado não foi sinalizado.<sup>347</sup>

Nos sanitários coletivos no térreo do teatro, há espaço para manobra fora do boxes utilizado por PCD.<sup>348</sup>

<sup>336</sup> Não aos critérios do Decreto Federal nº 5.296/2004 - Art. 22 - parágrafo 2º.

<sup>337</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT)– itens 6.9.2.1.

<sup>338</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT)– item 6.9.2.4

<sup>339</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 7.3.1.3.

<sup>340</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 7.2.4

<sup>341</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 7.2.4

<sup>342</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 7.3.1.5.

<sup>343</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) - itens 7.3.1.2. e7.3.8.2

<sup>344</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 7.3.1.1.

<sup>345</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 7.3.3.1.

<sup>346</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 7.3.8.

<sup>347</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 5.4.1.3.

<sup>348</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 4.3.3.



Figura 168- Vista geral dos lavatórios. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

Figura 169 - Boxe para PCD. 2013.



Fonte: Elaborada pela autora

No Teatro de Arena, o acesso até os sanitários se dá pela passarela.

Os sanitários masculino e feminino possuem portas adequadas com 1,08m na entrada e 0,86m de passagem livre nos boxes com abertura para fora.<sup>349</sup> Não há puxadores horizontais ou maçanetas, apenas um sistema de tranca.<sup>350</sup>

No boxe, o usuário de cadeira de rodas tem espaço para a transferência lateral para a bacia sanitária,<sup>351</sup> porém não é possível manobras com cadeira de rodas<sup>352</sup> As barras de apoio na parede próximo a bacia, foram instaladas de forma correta<sup>353</sup>. A papelreira com 0,65m está acima do exigido dificultando o uso.<sup>354</sup> O vaso com 0,43m tem altura adequada.<sup>355</sup>

O boxe não foi sinalizado com o SIA.<sup>356</sup>

Na instalação sanitária, o espaço externo ao boxe tem 1,08m de largura para circulação em linha reta para usuário de cadeira de rodas,<sup>357</sup> sem área para manobras.<sup>358</sup> A papelreira externa com 1,50 está fora do alcance manual.

Figura 170 - Porta do boxe acessível sem e sinalização. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

<sup>349</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – itens 6.9.2.1 e 7.3.3.4.

<sup>350</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.9.2.3.

<sup>351</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 7.3.1.1.

<sup>352</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 4.3.3.

<sup>353</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 7.3.1.2.

<sup>354</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 7.3.8.2.

<sup>355</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 7.3.1.3.

<sup>356</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 5.4.4.1.

<sup>357</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 4.3.1.

<sup>358</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 4.3.3.

Os lavatórios seguem o mesmo padrão em todos os sanitários coletivos e foram instalados fora dos boxes utilizados por PCD.<sup>359</sup> A bancada tem duas alturas diferentes, uma mais baixa com a parte inferior livre de 0,70m em relação ao piso acabado, não permitindo a aproximação de cadeira de rodas.<sup>360</sup> A segunda bancada fica acima da altura exigida.<sup>361</sup> O acionamento das torneiras não é feita por alavanca ou algum dispositivo adequado.<sup>362</sup>

Os sanitários construídos nos camarins e as bancadas onde foram instalados os lavatórios, não são acessíveis no Teatro e no Teatro de Arena.<sup>363</sup>

Em todos os sanitários foram colocados espelhos que atendem aos parâmetros exigidos.<sup>364</sup>

As instalações do Teatro não atende ao quantitativo de 5% do total de peças sanitárias acessíveis de uso público, já que de fato nenhum sanitário é acessível.

Figura 171 - Vista da bancada e lavatórios teatro. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

<sup>359</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 7.3.3.3.

<sup>360</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – itens 7.3.6.2 e 4.5.

<sup>361</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 7.3.6.2.

<sup>362</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 7.3.6.3.

<sup>363</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 8.2.1.5.

<sup>364</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 7.3.8.1.

Figura 172 - Sanitário feminino no Teatro de Arena.



Fonte: Elaborada pela autora

#### 6.1.13.6 Estação Cultura

Na Estação Cultura, os sanitários utilizados para uso público encontravam-se interditados nos dias das visitas técnicas, tendo sido disponibilizadas aos usuários as instalações sanitárias utilizadas pelos funcionários. Atravessando a linha férrea, próximo aos galpões da antiga estação, foi instalado um banheiro químico para uso dos funcionários.

Nenhum dos sanitários disponíveis é acessível<sup>365</sup> descumprindo o Decreto Federal nº 5.296/2004 - Art. 22 - parágrafo 2º, o quantitativo de 5% do total de peças sanitárias acessíveis para uso público<sup>366</sup> e Código de Obras e Edificações do Município de São Carlos, Art. 83.

---

<sup>365</sup> Não atende ao disposto na ABNT NBR 9050/2004 – item 7.2.2 e o Decreto Federal nº 5.296/2004 - Art. 22 – parágrafo 3º art. 22 “Nas edificações de uso público já existentes, terão elas prazo de trinta meses a contar da data de publicação deste Decreto para garantir pelo menos um banheiro acessível por pavimento, com entrada independente, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de modo que possam ser utilizados por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida”.

<sup>366</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 7.2.2.

Figura 173 - Boxe do sanitário para uso dos frequentadores e funcionários.2013



Fonte: Elaborada pela autora

Figura 174 - Banheiro químico para uso dos funcionários. .2013



Fonte: Elaborada pela autora

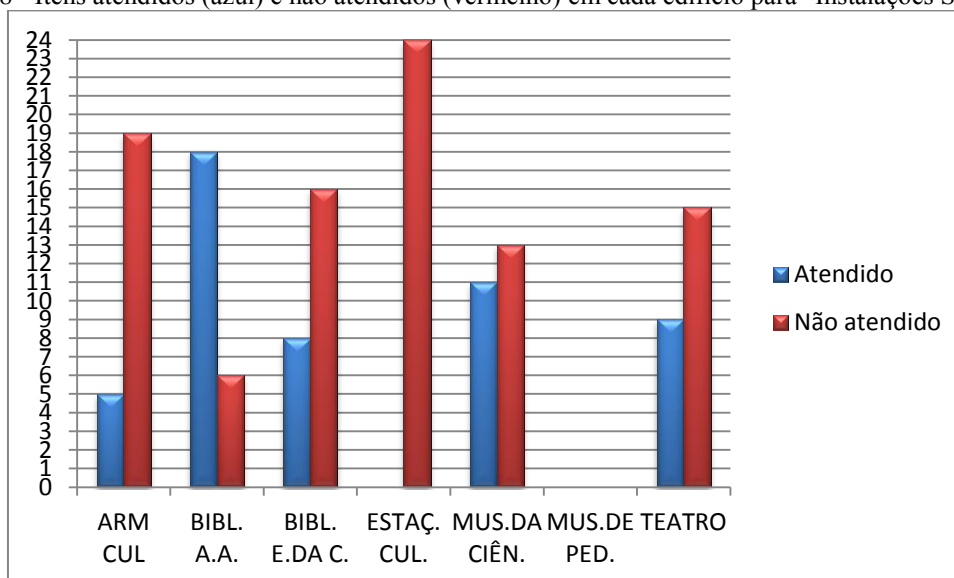
Nos edifícios avaliados, não foi colocado revestimento resistente a impactos de cadeira de rodas, bengalas, muletas e andadores.<sup>367</sup>

### 6.1.13.7 Resultados gerais do tópico “Instalações Sanitárias”

O

**Gráfico 8** demonstra que cinco edifícios atenderam parcialmente os itens do *checklist* no que diz respeito às Instalações Sanitárias, sendo que em nenhum deles todos os itens foram atendidos. O Museu de Pedra não foi avaliado.

Gráfico 8 - Itens atendidos (azul) e não atendidos (vermelho) em cada edifício para “Instalações Sanitárias”



<sup>367</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.9.2.3.

### 6.1.14 PLATAFORMAS VERTICAIS

Tabela 8 - Plataformas verticais

PLATAFORMAS VERTICAIS	Armazém Cultura	Biblioteca Amadeu Amaral	Biblioteca Euclides da Cunha	Estação Cultura	Museu da Ciência	Museu de Pedra	Teatro Municipal/ Arena
Equipamentos eletromecânicos							
Plataforma enclausurada							
Possui piso de alerta demarcando a área para espera							
Possui o SAI							
Existe sinalização em Braille na botoeira externa							
Existe sinalização em Braille na botoeira interna							

LEGENDA		
SIM	NÃO	NÃO AVALIADO

Nos prédios que abrigam a Biblioteca Euclides da Cunha e o Teatro Municipal foram instalados equipamentos eletromecânicos para auxiliar os usuários com deficiência no acesso aos pavimentos superiores.

Esses equipamentos de uso exclusivo devem atender as normas e cumprir as exigências do Código de Obras do Município de São Carlos que está em vigor. Nesses casos, foi possível utilizar plataformas enclausuradas para vencer os desníveis existentes. Diferente dos elevadores que devem seguir a norma NBR13994/2000, as plataformas elevatórias devem

seguir a NBR 15655-1/2009, além de critérios da ABNT NBR9050/2004 para garantir a sua acessibilidade.

#### 6.1.14.1 Biblioteca Euclides da Cunha

Na biblioteca, o acesso ao pavimento superior é feito por escada e pela plataforma vertical. O desnível a ser vencido de aproximadamente 3,40m, desobriga o uso de elevador.<sup>368</sup>

A plataforma que não está caracterizada com o SIA<sup>369</sup> interliga o térreo ao primeiro pavimento onde está parte do acervo, espaço para leitura e uma sala de estudo que estava interditada no dia da visita. As medidas internas da plataforma é 0,90m de largura por 1,30m de comprimento. Não existe uma medida mínima exigida para plataformas na ABNT NBR9050/2004, no entanto, utilizando a dimensão do módulo de referência para uma cadeira de rodas de 0,80m por 1,20m, não há espaço suficiente para acompanhantes. Em casos onde é necessário um condutor junto a PCD, seu uso torna-se inviável. Essa dimensão também não atende a NBR 15655-1/2009 que exige comprimento mínimo no interior da plataforma de 1,40m.<sup>370</sup> A porta tem vão de passagem livre de 0,80m<sup>371</sup>, é de vidro<sup>372</sup> com acionamento automático e com abertura para a parte externa.<sup>373</sup>

Figura 175 - Vista da plataforma vertical pelo térreo. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

<sup>368</sup> Atende aos critérios da ABNT NBR 9050/2004 – item 6.8.3.1.

<sup>369</sup> Não atende aos critérios da ABNT NBR – item 5.4.1.3.

<sup>370</sup> Não atende aos critérios da ABNT NBR 15655-1/2009 (ABNT) - item 9.2.1.4

<sup>371</sup> Atende aos critérios da ABNT NBR 15655-1/2009 – item 9.1.1.4.3.

<sup>372</sup> Atende aos critérios da ABNT NBR 15655-1/2009 - item 9.1.2.4.1.

<sup>373</sup> Atende aos critérios da ABNT NBR 15655-1/2009 (ABNT) – item 9.1.2.1 f) e)



Figura 176 - Vista da plataforma vertical pelo pavimento superior. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

As barras de apoio laterais têm 1,23m de comprimento, 0,90m de altura em relação ao piso<sup>374</sup> e diâmetro que permite boa empunhadura.<sup>375</sup> A barra localizada próxima a abertura da porta, fica abaixo do painel de controle<sup>376</sup> e foi fixada a uma distância segura ao usuário quando a porta é fechada.<sup>377</sup> No interior da cabine, a barra de proteção próxima ao vidro, deve estar abaixada sempre que a plataforma estiver em movimento. No painel interno os botões estão caracterizados com o braille e a botoeira externa foi instalada com 1,20m de altura.

Figura 177 - Detalhe do painel de controle interno da cabine. 2013.



Fonte: Elaborada pela autora

<sup>374</sup> Atende aos critérios da ABNT NBR 15655-1/2009 (ABNT) - item 9.2.2.6.

<sup>375</sup> Atende aos critérios da ABNT NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.7.1.2.

<sup>376</sup> Atende aos critérios da ABNT NBR 15655-1/2009 (ABNT) - item 9.2.2.5.

<sup>377</sup> Não atende aos critérios da ABNT NBR 15655-1/2009 (ABNT) - item 9.2.2.8.

O piso interno é antiderrapante<sup>378</sup> e há um desnível de 0,2m em relação ao piso da área externa da plataforma.<sup>379</sup> A colocação de piso tátil de alerta é obrigatório próximo à porta de elevadores segundo a ABNT NBR9050/2004, e ele foi instalado em local adequado e dimensão incorreta, menor que o exigido.<sup>380</sup> A cor é contrastante em relação aos pisos utilizados na área interna e externa da plataforma.<sup>381</sup>

Figura 178 - Detalhe interno da cabine. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

Figura 179 - Piso tátil de alerta instalado no acesso a cabine. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

<sup>378</sup> Atende aos critérios da ABNT NBR 15655-1/2009 (ABNT)- item9.2.2.1

<sup>379</sup> Não atende aos critérios da ABNT NBR 9050/2004 (ABNT) –item6.1.4.

<sup>380</sup> Não atende aos critérios da ABNT NBR 9050/2004 (ABNT) – item 5.14.1.2.

<sup>381</sup> Atende aos critérios da ABNT NBR 15655-1/2009 (ABNT)- item 9.2.2.1.

### 6.1.14.2 Teatro Municipal Dr. Alderico Vieira Perdigão / Teatro de Arena José Saffioti Filho

A plataforma vertical enclausurada instalada próxima a entrada principal no Teatro Municipal, interliga o térreo ao *foyer* no pavimento superior. Para vencer o desnível de 3,55m, não é necessário o uso de elevador.

Na cabine, a porta de vidro com abertura para a parte externa<sup>382</sup> tem passagem livre adequada.<sup>383</sup> O SIA não pode ser visualizado no térreo, apenas no pavimento superior.<sup>384</sup>

No interior da cabine, o espaço com 1,10m de largura e 1,40m de profundidade possibilita que a PCD tenha um acompanhante quando utilizar a plataforma.<sup>385</sup> A barra de apoio instalada na lateral oposta ao painel de controle tem altura de 0,75m de altura e 0,6m de diâmetro e não atendem ao exigido na ABNT NBR 15655-1/2009 e NBR 9050/2004.<sup>386</sup> No painel de acionamento foi instalado na lateral da cabine com altura de 0,84m.<sup>387</sup> Há sinalização em braille disponível para auxiliar pessoas com deficiência visual. Não foi instalado piso tátil de alerta indicando a entrada da cabine.<sup>388</sup>

Figura 180 - Vista da plataforma vertical no térreo. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

<sup>382</sup> Atende aos critérios da ABNT NBR 15655-1/2009 (ABNT) - item 9.1.2.4.1.

<sup>383</sup> Atende aos critérios da ABNT NBR 15655-1/2009 (ABNT) - item 9.1.1.4.3.

<sup>384</sup> Não atende aos critérios da ABNT NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.8.2.4.

<sup>385</sup> Atende ao disposto na ABNT NBR 15655-1/2009 - item 9.2.1.4.

<sup>386</sup> Não atende aos critérios da ABNT NBR 15655-1/2009 (ABNT) - item 9.2.2.6 e a ABNT NBR 9050/2004 – item 6.7.1.2.

<sup>387</sup> Atende aos critérios da ABNT NBR 15655-1/2009 (ABNT)- item 9.2.2.5.

<sup>388</sup> Não atende aos critérios da ABNT NBR 9050/2004 (ABNT) – item 5.14.1.2.

Figura 181- Barra de apoio no interior da plataforma. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

Na Biblioteca Euclides da Cunha e no Teatro Municipal, não foram instalados piso tátil direcional para auxiliar o usuário com deficiência visual no percurso até a plataforma.<sup>389</sup> Nos locais havia funcionários disponíveis para auxiliar PCD no uso do equipamento.<sup>390</sup>

Na Biblioteca Amadeu Amaral, embora seja necessário para acesso de PCD até o piso superior equipamento eletromecânico, não há nenhum disponível, contrariando as leis e normas vigentes.<sup>391</sup> Na Estação Cultura, foi verificado em uma visita técnica em dezembro de 2013 a reforma para instalação de um equipamento eletromecânico vertical para acesso ao piso superior.

Figura 182 - Reforma para colocação de equipamento eletromecânico.



Fonte: Elaborada pela autora

<sup>389</sup> Não atende aos critérios da ABNT NBR 9050/2004 (ABNT) – item 5.14.2.3.

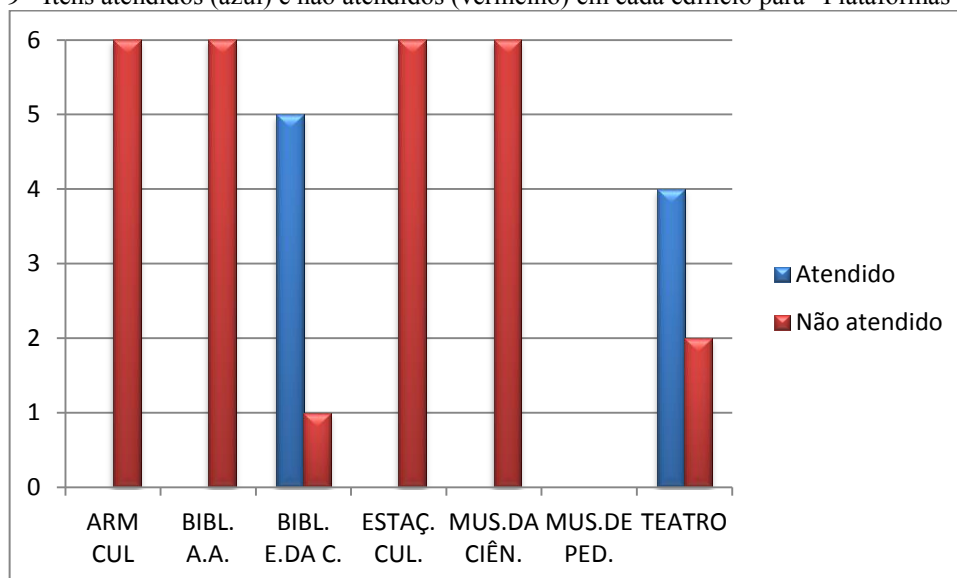
<sup>390</sup> Não atende aos critérios da ABNT NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.8.1.3.

<sup>391</sup> Não atende aos critérios do art. 19 do Decreto federal nº 5.296/04, da ABNT NBR 9050/2004 – item 6.2.2 e do Código de Obras do Município de São Carlos - Art. 96. Deverão ser servidas por, no mínimo, um elevador de passageiros, todas as edificações que possuírem desnível superior a 10 m (dez metros), compreendido entre os pisos dos pavimentos, incluindo o térreo - Parágrafo 1º e 3º.

### 6.1.14.3 Resultados gerais do tópicos “Plataformas verticais”

Através do Gráfico 10, é possível verificar os itens atendidos e os não atendidos quanto a Plataforma Vertical. Neste caso, dois edifícios atenderam parcialmente os itens do *checklist*, a Biblioteca Euclides da Cunha e o Teatro Municipal “Dr. Alderico Vieira Perdigão”, sendo que os demais não atenderam a nenhum item, com exceção do Museu de Pedra, que não foi avaliado neste tópico.

Gráfico 9 - Itens atendidos (azul) e não atendidos (vermelho) em cada edifício para “Plataformas verticais”



### 6.1.15 ESPAÇOS DE REUNIÕES

Tabela 9 - Espaços de Reuniões

ESPAÇO DE REUNIÕES	Armazém Cultura	Biblioteca Amadeu Amaral	Biblioteca Euclides da Cunha	Estação Cultura	Museu da Ciência	Museu de Pedra	Teatro Municipal/Arena
No edifício tem bilheteria?							
Ela está sinalizada com o SIA?							
O guichê está em rota acessível?							
O guichê tem altura máxima de 1,05 m do piso acabado?							
Existe área de aproximação para cadeira de rodas?							
Há sinalização em Braille?							
Na sala há espaços reservados para PCD?							
Os espaços reservados para PCD estão distribuídos em diferentes setores?							
Os espaços reservados para PCD estão próximos a rota acessível?							
Os espaços reservados para PCD estão posicionados em piso plano.							
Os espaços reservados para PCD garantem boa visibilidade, acústica e conforto?							
Os espaços reservados para PCD possuem cadeira próxima para acompanhante?							
Os espaços reservados para PCD permitem boa circulação para outras pessoas?							
O palco é acessível?							
Piso antiderrapante?							
Possui pessoas para auxiliar a PCD caso seja necessário?							

<b>LEGENDA</b>		
<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>NÃO AVALIADO</b>

### **6.1.15.1 Armazém Cultura**

No Armazém Cultura, uma sala foi adaptada para a exibição de filmes e sala para reuniões. As vinte cadeiras com apoio na lateral direita, não são fixadas no piso, possibilitando a adequação do mobiliário de acordo com a necessidade da atividade desenvolvida. Essa flexibilidade permite o posicionamento de cadeira de rodas e assento para acompanhante.<sup>392</sup> Não há cadeiras que possa ser utilizada por obesos.

Próximo à entrada da sala foi instalada uma tela para exibição de filmes com 2,26m de altura e 3,15m de largura a 0,65m de altura do piso acabado. A sala tem dimensões inferiores às necessárias para que o público se sinta confortável para assistir um filme em frente a essa tela.<sup>393</sup>

No fundo da sala, foi construída uma área usada como palco com 1,99m de profundidade e 0,18m de altura. Não foi previsto no projeto acesso ao palco para PCD.<sup>394</sup> No dia da visita, havia cadeiras empilhadas e equipamentos sobre ele, o que prejudica a circulação.

A janela atrás da tela de projeção foi mantida fechada durante a visita.

<sup>392</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 8.2.1.

<sup>393</sup> A distância adequada é de aproximadamente 5,0m.

<sup>394</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 8.2.1.4.1.

Figura 183 - Vista geral da sala de reunião e projeção. 2013.



Fonte: Elaborada pela autora

Figura 184 -Tela de projeção. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

O telecentro que funciona no Armazém Cultura, oferece internet gratuita e cursos na área de informática. Antecedendo o telecentro, na sala de espera, foram colocadas duas poltronas com dois lugares, assentos a 0,40m de altura e encosto com 0,78m e apoio nas laterais que auxiliam o usuário para sentar ou levantar. O bebedouro sem área de aproximação, tem 0,98m e a bica d'água a 1,05 de altura, não é adequado para pessoas em cadeira de rodas.<sup>395</sup> Para acessar a sala de espera e a sala onde funciona o telecentro, os desníveis nas portas de 0,4m não foram chanfrados.<sup>396</sup>

<sup>395</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 9.1.3.

<sup>396</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.1.4.



Figura 185 - Poltrona e bebedouro na sala de espera. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

As mesas onde ficam os nove computadores para uso dos frequentadores, tem altura livre superior ao indicado na norma para aproximação de cadeira de rodas.<sup>397</sup> O mobiliário compreende ainda em uma mesa, armário e cadeiras com altura regulável e rodinhas. Como auxílio didático há uma impressora e projetor.

Figura 186- Telecentro. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

A agência do correio do distrito ocupa uma sala no Armazém Cultura. Não há balcão, mas foi colocada uma mesa em “L” para atendimento dos frequentadores. A profundidade da

---

<sup>397</sup>Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 9.3.3.1.

superfície é de 0,75m, e a altura acima do exigido, não é adequada para usuário de cadeira de rodas.<sup>398</sup> Os dois armários de ferro, não atrapalham a circulação no espaço.<sup>399</sup>

O local que precede a circulação dos sanitários é utilizado como espaço para reuniões e atividades. Há duas mesas com altura livre de 0,75m<sup>400</sup> e estão disponíveis para o usuário. O mobiliário composto por cadeiras, mesas, e armário não possibilitam boa circulação para uma pessoa em cadeira de rodas.<sup>401</sup>

Figura 187 - Vista geral da sala onde funciona o correio. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

Figura 188 - Vista geral da sala de reunião próximo aos sanitários. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

<sup>398</sup> Não atende os critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 9.3.3.1.

<sup>399</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 4.3.4.

<sup>400</sup> Não atende os critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 9.3.3.1.

<sup>401</sup> Não atende os critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item – item 9.5.3.4.

### 6.1.15.2 Biblioteca Amadeu Amaral

Figura 189 - Detalhe da porta de entrada pro auditório. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

O acesso para o auditório Professor Mario Tolentino no Piso1, é feito em nível pela porta de folha dupla na parte posterior da sala. Nela foram colocadas maçanetas do tipo alavanca na altura adequada,<sup>402</sup> no entanto, encontrava-se quebrada<sup>403</sup> na ocasião das visitas. O desnível para entrada no auditório atende as especificações técnicas.<sup>404</sup>

Na sala foram instaladas 70 cadeiras fixas com apoio na lateral direita. Não há cadeiras com apoio do lado esquerdo, o que permitiria seu uso por canhotos. Não foi disponibilizada cadeira para obeso.<sup>405</sup> Cinco cadeiras estavam sem o apoio, e a parte em ferro exposta sem laterais arredondadas podem aumentar o risco de ações acidentais. As cadeiras dispostas sobre um piso levemente inclinado permite melhora no campo de visão dos usuários.

<sup>402</sup> Atende aos critérios da ABNT NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.9.2.3.

<sup>403</sup> Não atende aos critérios da ABNT NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.9.2.3.

<sup>404</sup> Atende aos critérios da ABNT NBR 9050/2004 (ABNT) – item – 6.1.4.

<sup>405</sup> Não atende aos critérios da ABNT NBR 9050/2004 (ABNT) – item 8.2.1.3.3.

Figura 190 - Vista geral da sala pela parte posterior. 2013.



Fonte: Elaborada pela autora

Figura 191 - Cadeiras sem apoio lateral. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

Para chegar à frente do auditório, é necessário utilizar as rampas para circulação nas laterais,<sup>406</sup> locais obstruídos por bancos, mesas, cadeiras e fios elétricos soltos no chão.<sup>407</sup> Na área posterior aos assentos foram dispostas cadeiras extras que diminuem o espaço para circulação.

O carpete utilizado como revestimento no piso é escorregadio e não apresenta bom estado de conservação, é possível observar manchas e descolamento próximo a parede.<sup>408</sup>

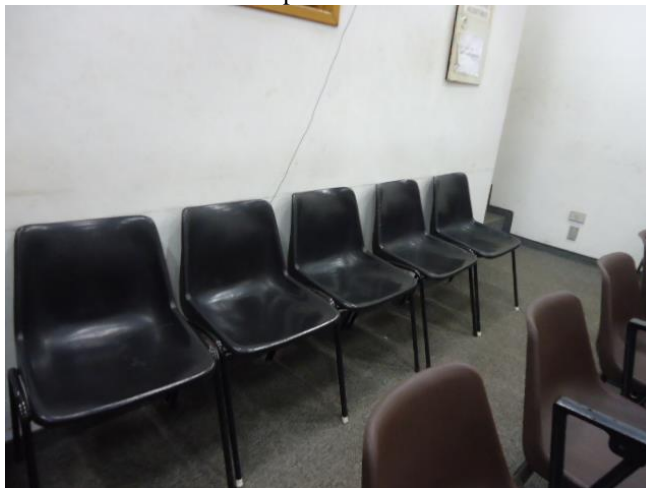
<sup>406</sup> Atende aos critérios da ABNT NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.9.1.1.

<sup>407</sup> Não atende aos critérios da ABNT NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.9.1.3.

<sup>408</sup> Não atende aos critérios da ABNT NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.1.1.

Não foram reservados locais para usuários com deficiência conforme o instituído no Estatuto da Pessoa com Deficiência e na ABNT NBR9050/2004.<sup>409</sup> Os assentos fixos não permitem alterações na configuração da sala.

Figura 192 - Cadeiras extras dispostas atrás da última fileira de assentos.



Fonte: Elaborada pela autora

Figura 193 - Mobiliário disposto na circulação lateral. 2013.



Fonte: Elaborada pela autora

O palco 0,40m de altura, não possui acesso por rampa, somente através de dois degraus localizados em uma das laterais onde não foi instalado corrimão em nenhum dos lados. Próximo aos degraus, na caixa de força, foi adaptado uma tomada e dois interruptores de forma incorreta.

O mobiliário alocado sobre o palco não é fixo, o que possibilita mudanças da configuração sempre que necessário. As aberturas na parte posterior do palco e em uma das

---

<sup>409</sup> Não atende aos critérios da ABNT NBR 9050/2004 (ABNT) – item 9.4 (ABNT) e ao Estatuto da Pessoa com Deficiência no seu artigo 81. Existe uma divergência quanto a porcentagem exigida na norma e no Estatuto.

laterais com 0,18m de largura e 2,60m de altura, aumentam a incidência de luz natural. Um sistema de ar foi fixado nas vigas em concreto aparente.

O piso do palco em madeira é estável.<sup>410</sup>

Figura 194 - Vista dos degraus na lateral do palco. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

Figura 195 - Detalhe caixa de força. 2013

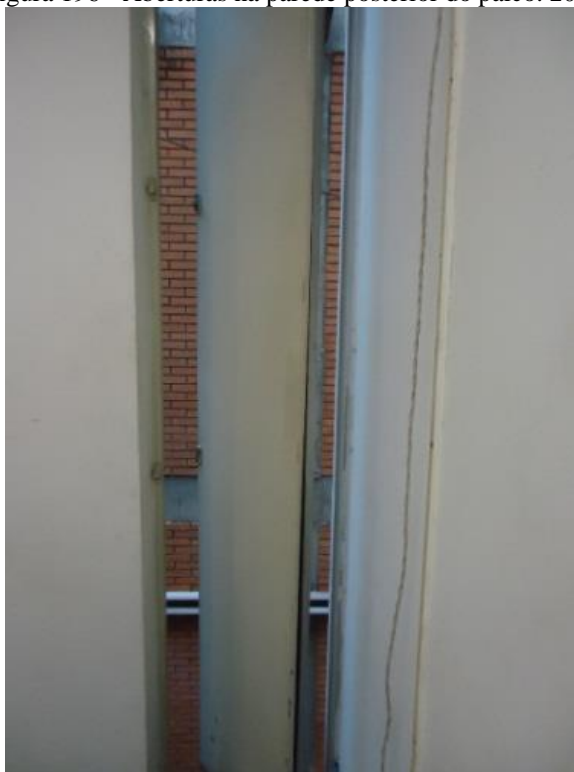


Fonte: Elaborada pela autora

---

<sup>410</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 –item 6.1.1 (ABNT)

Figura 196 - Aberturas na parede posterior do palco. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

Figura 197 - Sistema de ventilação fixados no teto. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

### 6.1.15.3 Museu da Ciência e Tecnologia Professor Mario Tolentino

O auditório do museu fica localizado próximo a entrada e o acesso até o interior é feito em nível pela parte posterior da sala, através de duas portas laterais com folha dupla e vão livre para passagem de 1,74m.<sup>411</sup>

Construído em forma de arquibancada, o auditório com 53 assentos na plateia são fixados no piso de pedra portuguesa,<sup>412</sup> não permitindo mudança na configuração da sala.

Localizados nas últimas fileiras em nível com o foyer em piso plano, dois espaços nas laterais não sinalizados, tem dimensões que adequadas para ser ocupados por usuário de cadeira de rodas. Os assentos próximos podem ser utilizados pelos acompanhantes.<sup>413</sup> Essa localização fica em rota acessível.

Não foram reservados assentos para obesos.<sup>414</sup>

Figura 198 - Vista geral do auditório pela parte posterior da sala. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

<sup>411</sup> Atende aos critérios da ABNT NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.9.2.1.

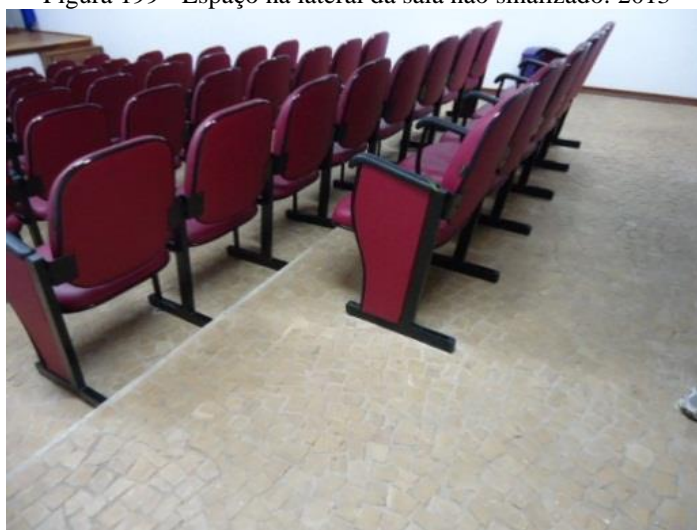
<sup>412</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 – item 6.1.1.

<sup>413</sup> Atende aos critérios da ABNT NBR 9050/2004 (ABNT) – item 8.2.1 e 8.2.1.3.1.

<sup>414</sup> Não atende aos critérios da ABNT NBR 9050/2004 (ABNT) – itens 8.2.1.1 e 8.2.1.3.3.



Figura 199 - Espaço na lateral da sala não sinalizado. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

Para que o usuário chegue à frente do palco de 0,80m de altura, ele deve utilizar os degraus com espelho de 10 cm de altura e 62 cm de piso, localizados na circulação com 1,07m nas laterais do auditório.<sup>415</sup> O acesso ao palco a partir da plateia se dá pelos degraus na lateral, onde não foi instalado corrimão. Não há rampa ou plataforma vertical na frente do palco.

Na parte posterior do palco há outros dois acessos, um com desnível de 0,18m,<sup>416</sup> e outro em nível com a área de circulação externa à sala, garantindo uma rota acessível para quem está sobre o palco.

---

<sup>415</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.6.3.

<sup>416</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.1.4.

Figura 200 - Degraus laterais pela frente do palco (esquerda) e- Degraus para acesso até à frente da sala (direita). 2013.



Fonte: Elaborada pela autora

Figura 201 - Degrau para acesso ao palco. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

#### **6.1.15.4 Teatro Municipal/Teatro De Arena.**

A sala de espetáculos tem duas entradas para o público localizadas na parte posterior da plateia, em nível com o foyer no segundo piso. O local que tinha capacidade para 364 pessoas passou a ter 400 assentos rebatíveis com 0,60m de largura após a reforma. A plateia foi construída de forma escalonada.

Os quatro lugares reservados para usuários de cadeira de rodas, estão localizados na primeira fileira da plateia e foram dispostos em lados diferentes de dois em dois nas laterais dos corredores centrais. Dessa maneira, apenas dois usuários têm poltronas próximas que podem ser ocupadas pelos acompanhantes.<sup>417</sup> Na parte posterior da sala, entre a parede e os assentos da última fileira, há um espaço para circulação com 1,0m de largura.<sup>418</sup> A sala com rampas centrais com 1,0m de largura, sem corrimãos e piso acarpetado<sup>419</sup> é usada para circulação. Sua inclinação é superior a permitida.

O plano de piso onde os assentos para PCD estão localizados é horizontal em rota acessível.<sup>420</sup> O espaço de 2,26m entre o palco e a primeira fileira permite boa circulação e rotação de cadeira de rodas.<sup>421</sup>

O palco com altura de 0,78m respeita o ângulo visual, cuja altura está abaixo da linha do horizonte de uma pessoa sentada em cadeira de rodas que é de 1,15m.<sup>422</sup>

Não existe rampa ou plataforma disponível para a PCD subir até o palco. O acesso só é possível pelas escadas laterais ou pela escada móvel colocada na frente do palco. Para acessar camarins e o palco na sala de espetáculos, o usuário deve utilizar os degraus localizados nas laterais onde não foram colocados corrimãos, assim como escada móvel em madeira mantida na frente do palco.

Na sala não há iluminação pontual no piso, o que poderia auxiliar no deslocamento com maior segurança do usuário.

No projeto da reforma, não foi previsto assentos para obesos, mas são disponibilizadas quatro cadeiras com tamanho adequado, localizadas nas laterais da sala na primeira fileira.<sup>423</sup> O número de assentos está de acordo com a ABNT NBR9050/2004.<sup>424</sup> Pessoas com mobilidade reduzida não podem ocupar nenhum dos assentos que não seja os da primeira fileira porque o espaço disponível entre assentos de 0,43m é menor que o exigido.<sup>425</sup>

---

<sup>417</sup> Não atende aos critérios da ABNT NBR 9050/2004 (ABNT) – item 8.2.1.

<sup>418</sup> Atende aos critérios da ABNT NBR 9050/2004 (ABNT) – item 4.3.2.1.

<sup>419</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.1.1.

<sup>420</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 8.2.1 e).

<sup>421</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 – item 4.3.3.

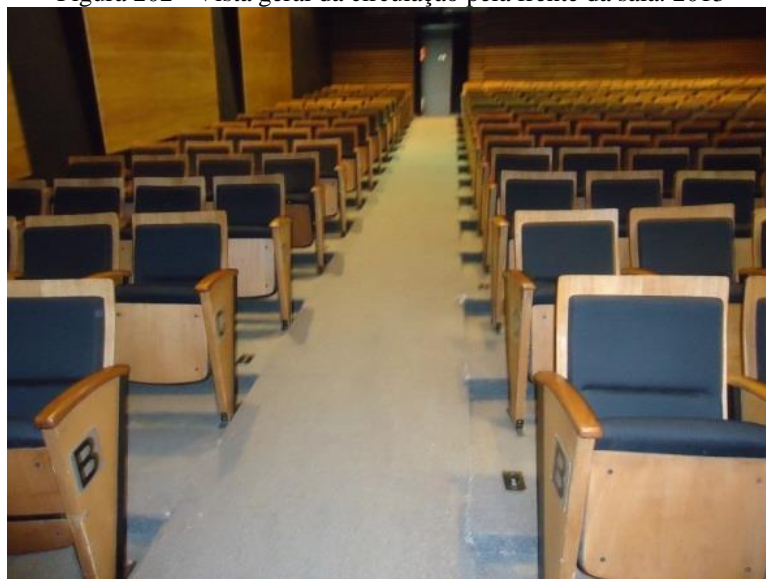
<sup>422</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT)– item 8.2.1.2.3.

<sup>423</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 8.2.1.3.3.

<sup>424</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 8.2.1.1..

<sup>425</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 8.2.1.3.2.

Figura 202 - Vista geral da circulação pela frente da sala. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

Figura 203 - Degraus para acesso ao palco. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

Figura 204 - Local para cadeira de rodas e assento para obeso. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

Na área externa, o teatro foi construído em forma de arena. Seu mobiliário em concreto aparente foi disposto em fileiras contínuas distantes 0,75m uma da outra, sendo interrompidas no centro pelos degraus de acesso ao palco que se dá pela parte posterior da plateia. Os assentos foram feitos com 0,47m de altura e 0,60m de largura.

A distância entre a primeira fileira e o palco de 1,70m, possibilita a rotação de uma cadeira de rodas.<sup>426</sup>

O acesso a parte superior do palco que tem 0,45m de altura é feita pelo passeio público. Não foram disponibilizados espaços para PCD na plateia.<sup>427</sup>

---

<sup>426</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 4.3.3.

<sup>427</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 8.2.1

Figura 205 - Circulação posterior dos assentos. 2013



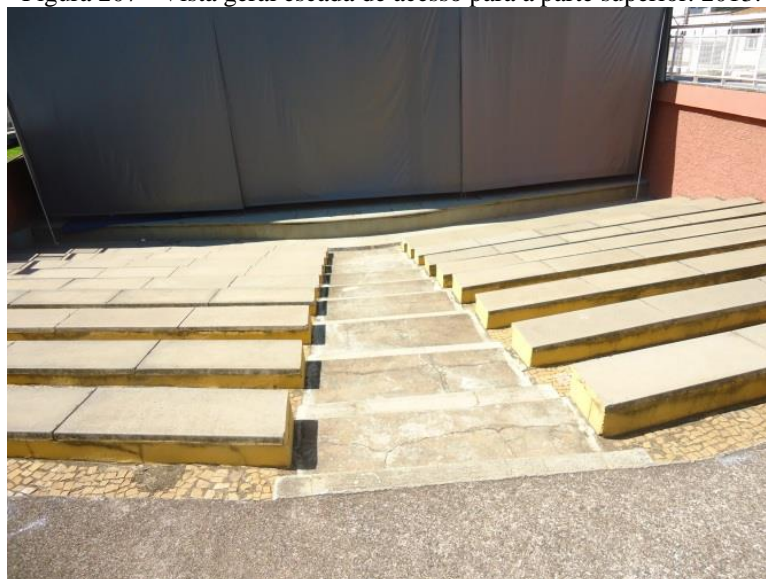
Fonte: Elaborada pela autora

Figura 206 - Vista geral do palco e plateia. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

Figura 207 - Vista geral escada de acesso para a parte superior. 2013.



Fonte: Elaborada pela autora

O gramado na parte posterior do Armazém Cultura era o espaço usado pra exibição de filmes. Atualmente a sala utilizada como auditório funciona também com sala de cinema. As vinte cadeiras com apoio na lateral direita, podem ser dispostas de acordo com o uso da sala, permitindo a colocação de cadeira de rodas e assento para o seu acompanhante.<sup>428</sup> A entrada fica em uma das laterais.

O palco sem rota acessível têm 0,20m de altura, 1,99m de profundidade e 3,15m de largura.<sup>429</sup>

Nos auditórios da Biblioteca Amadeu Amaral e no Museu da Ciência, assim como na sala de espetáculos do Teatro Municipal e Teatro de Arena, não foram instalados corrimãos nos degraus e escadas. Como disposto na ABNT NBR9050 item 8.2.1.4.1, não é necessário à presença de corrimãos em rampas de acesso ao palco, não citando a necessidade ou não em degraus e escadas, porém o uso do corrimão é uma de forma de aumentar a segurança do usuário.

Em nenhum dos espaços foi colocado piso tátil de alerta com cor contrastante sinalizando o desnível, recurso fundamental para auxiliar pessoas com deficiência visual<sup>430</sup> e

<sup>428</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 8.2.1.

<sup>429</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 8.2.1.4.1

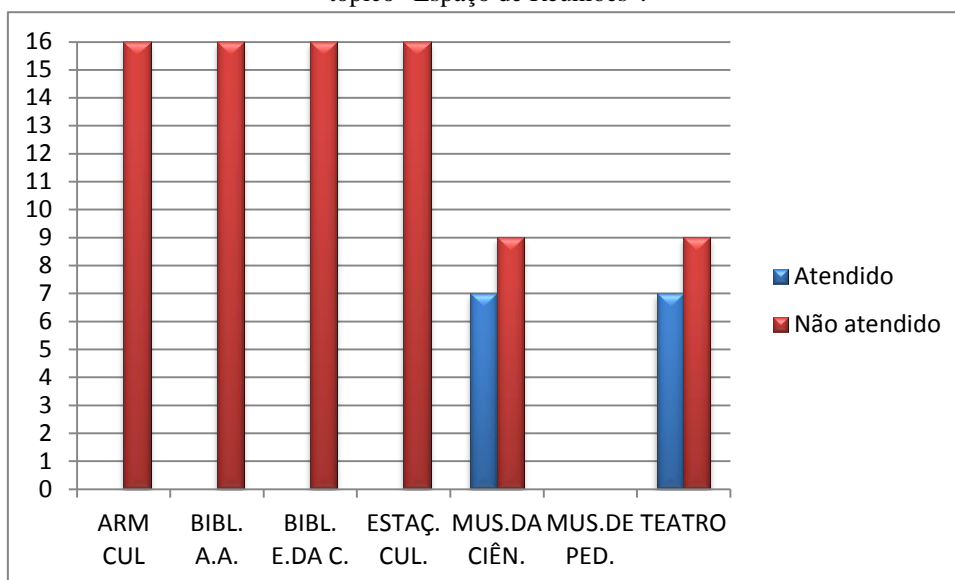
<sup>430</sup> Não atende ao disposto na ABNT NBR 9050/2004 – item 8.2.1.4.3.

não há dispositivos de tecnologia assistiva<sup>431</sup> que auxiliem deficientes visuais na compreensão dos espetáculos apresentados.<sup>432</sup>

#### 6.1.15.5 Resultados gerais para o tópico “Espaço de reuniões”

O Gráfico 10 demonstra que quatro edifícios não atenderam nenhum item do *checklist* no tópico Espaço de Reuniões e dois edifícios, o Museu da Ciência e Tecnologia Professor Mário Tolentino e o Teatro Municipal “Dr. Alderico Vieira Perdigão”, atenderam parcialmente os itens. O Museu de Pedra não foi avaliado.

Gráfico 10 - Ítems atendidos (azul) e não atendidos (vermelho) em cada edifício para o tópico “Espaço de Reuniões”.



<sup>431</sup> Tecnologia Assistiva e Ajudas Técnicas compreendem todos os recursos que podem ajudar o deficiente na melhora da funcionalidade, autonomia e qualidade de vida, elas foram instituídas através do Decreto Federal 5.296/04, em seu art. 61.

<sup>432</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 8.2.1.6.



### 6.1.16 BIBLIOTECA, SALA DE INFORMÁTICA E ESPAÇO PARA EXPOSIÇÕES.

Tabela 10 – Biblioteca/ Salas de Informática/ Espaço para Exposições

BIBLIOTECA SALAS DE INFORMÁTICA ESPAÇO PARA EXPOSIÇÕES.	Armazém Cultura	Biblioteca Amadeu Amaral	Biblioteca Euclides da Cunha	Estação Cultura	Museu da Ciência	Museu de Pedra	Teatro Municipal/ Arena
Existe balcão de atendimento ou guichê acessível?							
Mesa para leitura permite aproximação?							
Mesa com computadores permite aproximação?							
Existe publicação em Braille?							
Existe audiolivro disponível?							
Existem softwares que auxiliem na leitura e escrita de PCD física e visual?							
Réguas de leitura?							
Área utilizada para de pesquisa, consulta e de atendimento estão acessíveis?							
Existe distância de 0,90m entre as estantes?							
Nos expositores todos os objetos no alcance manual?							
Existem placas indicativas com versão em braile?							
Existe bebedouro acessível?							
Existe telefone público com recursos para deficientes visuais?							

LEGENDA		
SIM	NÃO	NÃO AVALIADO

### 6.1.16.1 Armazém Cultura

Os espaços de circulação da área interna são amplos, entretanto em alguns locais, ela é prejudicada pelo mobiliário, extintores, capachos e diferentes desníveis que impossibilitam uma rota acessível interna.

Figura 208 - Detalhe do desnível na parte interna. 201



Fonte: Elaborada pela autora

O principal acesso ao interior do Armazém Cultura leva o usuário aos espaços que funcionam como áreas de exposições, duas salas de espera, balcão de atendimento, salas de acervo e leitura, telecentro, sala de projeção e reunião, sala de uso coletivo, sanitários e copa.

O espaço de exposições e a sala de espera são amplos e neles foram colocados dois bancos, expositores e o antigo cofre do Armazém de Secos e Molhados. A disposição do mobiliário impossibilita a circulação que utiliza cadeira de rodas pela área de exposição.<sup>433</sup> Nos expositores não há área de aproximação.<sup>434</sup> Na sala de espera onde fica a entrada principal, há um amplo espaço para circulação.

Existem três diferentes modelos de móveis expositores, em dois deles como não é possível a aproximação,<sup>435</sup> o alcance visual fica prejudicado.<sup>436</sup> O terceiro permite boa visualização dos elementos expostos<sup>437</sup> mesmo não havendo área de aproximação.

<sup>433</sup> Não atende aos critérios na ABNT NBR 9050/2004 – item 9.3.3.3.

<sup>434</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – itens 4.5 e 4.7.2.

<sup>435</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 4.5.

<sup>436</sup> Não atende aos critérios da ABNT NBR 9050/2004 – item 4.7.2.

<sup>437</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 4.7.2.

Entrando no espaço da biblioteca com acervo adulto e infanto juvenil, o balcão e as prateleiras do antigo armazém foram restaurados e funcionam como balcão de atendimento e prateleiras. O balcão tem altura adequada.<sup>438</sup> porém não permite que cadeira de rodas se aproxime frontalmente.<sup>439</sup> As prateleiras são utilizadas apenas por funcionários.

Figura 209 - Balcão de atendimento. 2013.



Fonte: Elaborada pela autora

As sete mesas do acervo infanto juvenil e adulto seguem o mesmo padrão de cor, material e medidas com 0,69m de altura livre, menor que o necessário para a aproximação que é 0,75m.<sup>440</sup>

As prateleiras dispostas nas laterais da biblioteca, fora do alcance manual e visual dos frequentadores quando sentados em cadeira de rodas.

---

<sup>438</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 9.5.2.1.

<sup>439</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 9.5.2.2.

<sup>440</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 9.3.4.

Figura 210 - Vistas da sala de leitura. 2013.



Fonte: Elaborada pela autora

O arquiteto Marcelo Suzuki é responsável pela concepção de parte do mobiliário que há no Armazém Cultura, como as prateleiras fixas que podem ser acessadas por uma escada, e o mobiliário da brinquedoteca, onde só é possível subir por uma escada “Santos Dumont”, até a parte superior do mobiliário de 1,70m de altura utilizado como espaço de leitura ou brincadeiras. Para aumentar a segurança das crianças foi colocado um guarda corpo com altura de 0,70m.

Na parte inferior, foram colocadas mesas e cadeiras para leitura e atividades. Na sala da brinquedoteca que também é a biblioteca infantil, há três armários com 0,46m e duas prateleiras com 1,40m de altura. Não há área de aproximação frontal nesses mobiliários.

Não há parâmetros técnicos de acessibilidade referentes a crianças na ABNT NBR9050/2004, e baseado na média de altura de cadeira de rodas infantil que é aproximadamente 0,45m de altura do piso ao assento, o mobiliário é adequado.

Figura 211 - Vista geral do mobiliário da biblioteca. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

Figura 212 - Detalhe da escada do mobiliário da brinquedoteca.2013



Fonte: Elaborada pela autora

Figura 213 - Biblioteca Infantil. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

### 6.1.16.2 Biblioteca Amadeu Amaral

O principal acesso ao interior da biblioteca infantil e infanto juvenil localiza no Piso 1 é o mesmo utilizado pelos frequentadores que utilizam o espaço cedido pelo município onde foi instalado o Programa ACESSA São Paulo para acesso gratuito e livre à internet.<sup>441</sup>

No espaço onde funciona a biblioteca, foi colocada próxima a entrada uma mesa para atendimento de 0,74m, que embora atenda a norma quanto a altura<sup>442</sup> não dispõe de espaço para aproximação frontal,<sup>443</sup> um armário com altura de 0,79m e 1,80m de largura que serve como apoio para guardar jogos e brinquedos e uma mesa com 1,20m de diâmetro e altura livre

<sup>441</sup> <http://www.acesasp.sp.gov.br>.

<sup>442</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 9.3.3.1.

<sup>443</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 9.3.3.2.

de 0,75m que permite a aproximação e está disponível para os frequentadores,<sup>444</sup> O espaço de circulação na entrada é adequado para rotação de cadeira de rodas,<sup>445</sup> porém não há espaço para circulação em todo o entorno da mesa.<sup>446</sup>

Figura 214 - Mesa para atendimento. 2013.



Fonte: Elaborada pela autora

Figura 215 - Mobiliário. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

---

<sup>444</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 9.3.3.1, 9.3.3.2 e 9.3.4.

<sup>445</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT)- item 4.3.4.

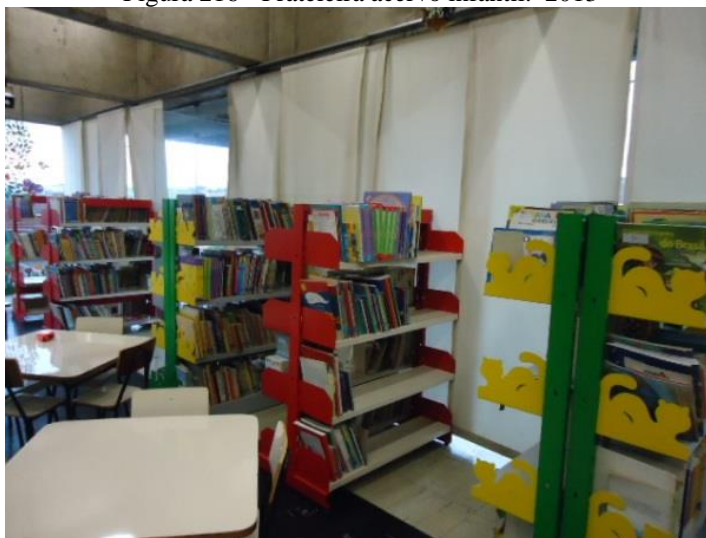
<sup>446</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 9.3.3.3.

As prateleiras nas laterais da sala têm alturas diferentes: aquelas com 1,97 de altura são usadas para guardar os livros infanto juvenil, e nas menores com 1,0m de comprimento e 1,40m de altura, são colocados os livros infantil. O acervo colocado nas partes mais altas e mais baixas das prateleiras maiores mantém os livros fora do alcance manual e visual de quem usa cadeira de rodas.<sup>447</sup> Entre as estantes, a largura é adequada para circulação<sup>448</sup> e insuficiente para rotação.<sup>449</sup>

Na biblioteca formou-se um corredor central entre as prateleiras, e parte desse espaço é ocupado pelo mobiliário infantil com mesas e cadeiras, prejudicando a circulação.<sup>450</sup>

No fundo da sala, foi montado um espaço ocupado por um expositor de gibis e revistas, puffs e uma poltrona. O local é amplo e usado para o desenvolvimento de atividades com as crianças, porém, o tapete que não está nivelado com o piso pode provocar acidentes.<sup>451</sup>

Figura 216 - Prateleira acervo infantil. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

---

<sup>447</sup> Não atende aos critérios da ABNT NBR 9050/2004 (ABNT) – item 4.6 e 4.7.

<sup>448</sup> Atende aos critérios da ABNT NBR 9050/2004 (ABNT) – item 4.3.2.2.

<sup>449</sup> Atende ao disposto na ABNT NBR 9050/2004 – item 4.3.3.

<sup>450</sup> Não atende aos critérios da ABNT NBR 9050/2004 (ABNT) – item 4.3.2.2 e 8.7.3.

<sup>451</sup> Não atende aos critérios da ABNT NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.1.7.

Figura 217 - Prateleira acervo infanto juvenil. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

Figura 218 - Espaço para atividades infantis. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

Distribuído pela sala, as mesas, cadeiras e estantes referentes ao mobiliário infantil, estão bem conservados, e os cantos arredondados, minimizam possíveis acidentes. As mesas das crianças com altura de 0,55m livre é adequada para aproximação de uma cadeira de rodas infantil.<sup>452</sup>

Ao lado da biblioteca infantil, o espaço tem uma mesa para atendimento<sup>453</sup> e oito computadores colocados sobre as mesas que tem 0,70m de altura livre, medida menor que o exigido para aproximação de cadeira de rodas.<sup>454</sup> As cadeiras reguláveis, giratória e com

<sup>452</sup> Não existem parâmetros referentes à acessibilidade quanto ao mobiliário infantil na ABNT NBR9050, por isso as medidas foram baseadas na média de altura de cadeira de rodas infantil que é aproximadamente 0,45m de altura do piso ao assento,

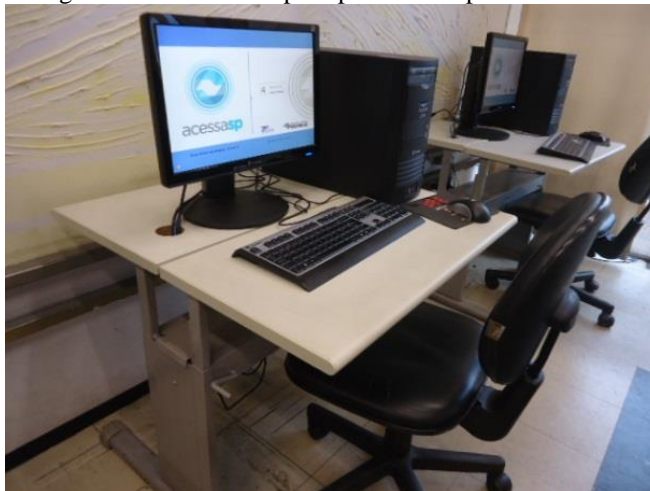
<sup>453</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 9.3.3.1.

<sup>454</sup> Não atende aos critérios da ABNT NBR 9050/2004 (ABNT) – itens 8.7.3 e 8.7.6.



rodinhas, ficam disponíveis pra que usa os computadores. Outras cadeiras com assento fixo é utilizada por quem está aguardando. Há área pra circulação e rotação de cadeira de rodas.<sup>455</sup>

Figura 219 - Mesa de apoio para os computadores.2013



Fonte: Elaborada pela autora

Figura 220 - Cadeira regulável.2013



Fonte: Elaborada pela autora

---

<sup>455</sup>Atende aos critérios da ABNT NBR 9050/2004 (ABNT) – itens 4.3.2 e 4.3.4.

Na área externa do Piso 2, um armário serve como guarda volumes. Há 32 compartimentos para frequentadores e 20 são utilizados por funcionários. Não há espaços pré-determinados, portanto usuário de cadeira de rodas pode usar aqueles que ficam na área de alcance manual.

A sala com o acervo adulto no Piso 3, tem boa circulação entre as mesas e prateleiras.<sup>456</sup> Na área central da sala, há espaço suficiente para rotação, o mesmo não ocorre entre as mesas e prateleiras.<sup>457</sup> Pessoas em cadeira de rodas, não tem acesso manual e visual a todas as obras do acervo,<sup>458</sup> diminuindo sua autonomia.<sup>459</sup>

A mesa para atendimento com 0,70m, não permite aproximação.<sup>460</sup> As demais mesas e cadeiras seguem o mesmo padrão e dimensionamento da disposta na biblioteca infantil. Foi criado um espaço para leitura com poltronas e mesa que permite boa circulação. Desde 2005, funciona na biblioteca o projeto nossa Sala Verde que através da Rede de Educação Ambiental de São Carlos, que promove atividades ambientais em escolas municipais e mantém um acervo de publicações na área de meio ambiente, por isso parte do mobiliário do Piso 3 é verde.

Nas salas dos acervos e do Acesso São Paulo, as fachadas de vidro com abertura na parte superior com vidros basculantes horizontais, permitem contato visual com a área externa. Foram instaladas persianas em toda a extensão das fachadas no interior dessas salas.

Figura 221 - Biblioteca Piso 3. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

<sup>456</sup> Atende aos critérios da ABNT NBR 9050/2004 (ABNT) – item 4.3.2 e 9.3.3.3.

<sup>457</sup> Atende aos critérios da ABNT NBR 9050/2004 (ABNT) – item 4.3.3 e 8.7.3.

<sup>458</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 4.6 e 4.7.

<sup>459</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 6.2.2.

<sup>460</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050 (ABNT) – item 9.5.2.2.

Figura 222 - Persianas instaladas na fachada de vidro. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

Instalado no prédio da biblioteca, o Espaço Braille é um local para atendimento especializado de pessoas com deficiência visual. Para se adequar e atender esse público, foram feitas algumas mudanças no edifício.

A rampa de acesso ao Piso 1, foi corretamente sinalizada com piso tátil de alerta e direcional,<sup>461</sup> no entanto no acesso para o Piso 2, o piso de alerta foi instalado apenas no início da rampa, no nível do passeio público.<sup>462</sup>

Na parte externa, próximo a sala, auditório e sanitários no Piso1, foi colocada sinalização tátil e direcional, com cor contrastante em relação ao piso adjacente.<sup>463</sup> Ele identifica a entrada do auditório, sanitários, escadas e a entrada do Espaço Braille. Foram definidos também com sinalização um percurso onde havia o espelho d'água. A madeira usada como rampa nos degraus de acesso ao antigo espelho d'água, precisa ser retirada porque é inadequada para uso e pode provocar acidentes par usuários com deficiência física e visual.

---

<sup>461</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – itens 5.14.1.2 e 5.14.2.1.

<sup>462</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 5.14.1.2.

<sup>463</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 5.14.

Figura 223 - Sinalização tátil no antigo espelho d'água. 2014



Fonte: Elaborada pela autora

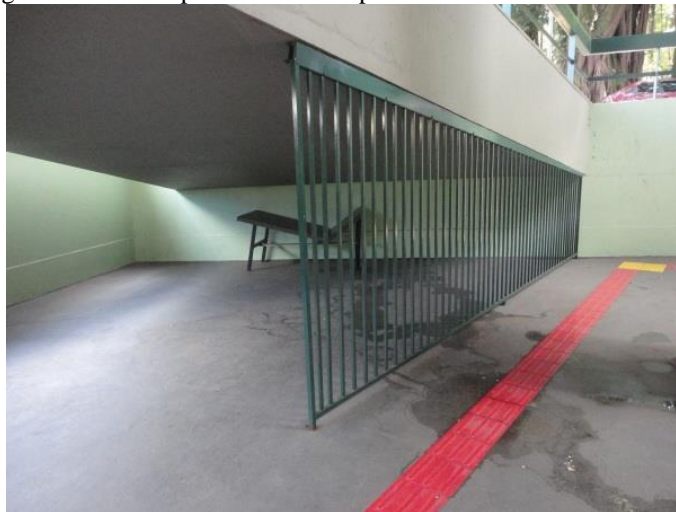
Figura 224 - Detalhe da madeira usada como rampa. 2014



Fonte: Elaborada pela autora

A escada usada por funcionários de acesso para a garagem foi protegida por uma grade mesmo recurso usado na parte inferior da rampa, que foi parcialmente protegida. A altura da passarela faz com que ela seja um obstáculo suspenso,<sup>464</sup> e portanto deve ser sinalizado com piso tátil de alerta.

Figura 225 - Vista parte inferior da passarela do Piso 1. Janeiro/2014



Fonte: Elaborada pela autora

No espaço interno da sala, o trajeto até os computadores foi sinalizado corretamente,<sup>465</sup> porém falta sinalização, como o que indica ao deficiente visual as prateleiras com os livros e os extintores, nesse caso, para evitar acidentes.<sup>466</sup>

A disposição do mobiliário deve ser alterada, porque atualmente mesas e cadeiras que ficam sobre o piso tátil, obstruem o percurso disponibilizado ao usuário com deficiência visual, e o espaço disponível prejudica a circulação de deficientes físicos que utilizam andadores, cadeira de rodas, entre outros.<sup>467</sup> As estantes com altura máxima de 1,62m foram colocadas próximas as paredes e divisórias, ladeando o espaço interno com distância adequada para circulação até as mesas. Caso existam pessoas sentadas, o espaço diminui e a circulação torna-se inadequada.<sup>468</sup>

<sup>464</sup> Obstáculos suspensos são aqueles localizados entre 0,60 m e 2,10 m de altura do piso acabado e possuem o volume maior na parte superior do que na base. Nestes obstáculos, a superfície a ser sinalizada deve exceder em 0,60 m a projeção do obstáculo, em toda a superfície ou somente no perímetro desta. NBR 9050/2004 (ABNT) .

<sup>465</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – itens 5.14.1.2, 5.14.2.1 e 5.14.3.

<sup>466</sup> Obstáculos suspensos são aqueles localizados entre 0,60 m e 2,10 m de altura do piso acabado e possuem o volume maior na parte superior do que na base. Nestes obstáculos, a superfície a ser sinalizada deve exceder em 0,60 m a projeção do obstáculo, em toda a superfície ou somente no perímetro desta. NBR 9050/2004 (ABNT) .

<sup>467</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 4.3.2.2.

<sup>468</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 4.3.2.2.

Figura 226 - Vista interior do Espaço Braille. Janeiro/2014.



Fonte: Elaborada pela autora

A mesa onde foram colocados os computadores e bebedouro e a mesa para atendimento próximo a entrada, não tem altura que permite a aproximação de cadeira de rodas.<sup>469</sup> Não há alcance manual e visual para as obras colocadas nas partes altas e baixas das prateleiras para usuários sentados.<sup>470</sup>

Figura 227 - Vista geral da sala de informática. Janeiro/2014



Fonte: Elaborada pela autora

<sup>469</sup> Não atende aos critérios da ABNT NBR 9050/2004 (ABNT) – itens 8.7.3 e 8.7.6.

<sup>470</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 4.6 e 4.7.

Figura 228 - Mapa com alto relevo. Janeiro/2014 (esquerda) e obras em braile. Janeiro/2014 (direita). Janeiro 2014



Fonte: Elaborada pela autora

Existem mapas em alto relevo e braile onde estão indicados alguns locais importantes da cidade e outros instrumentos para auxiliar o deficiente visual.

Embora seja um local que busca atender deficientes visuais, o edifício deve atender as leis e normas de acessibilidade que incluem todos os deficientes.

Outros dois bebedouros foram instalados nos Pisos 1 na área do antigo espelho d'água e no Piso 3, próximo aos sanitários. O modelo em aço inox inadequado para PCD tem bica com altura superior ao indicado na norma técnica de 0,90m, e não há reentrância para aproximação de cadeira de rodas.<sup>471</sup>

O telefone público instalado no Piso 1 ao lado da entrada do auditório,<sup>472</sup> telefone é comum, sem recursos como transmissão com mensagens de texto (TDD).<sup>473</sup> O aparelho foi fixado com altura adequada de 0,80m do piso, com espaço para posicionamento lateral de cadeira de rodas.<sup>474</sup> A distância do telefone em relação à parede não é suficiente para aproximação frontal.<sup>475</sup>

<sup>471</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – itens 9.1.1, 9.1.2.1 e 9.1.3.1.

<sup>472</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 9.2.1.

<sup>473</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – itens 9.2.2 e 9.2.3

<sup>474</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 9.2.4.

<sup>475</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 9.2.4.

Não há sinalização tátil nos bebedouros, orelhão e extintores, e por serem obstáculos para o deficiente visual, podem provocar acidentes.<sup>476</sup>

Figura 229 - Telefone público no Piso3. Janeiro/2013



Fonte: Elaborada pela autora

Figura 230 - Telefone público. Janeiro/2014



Fonte: Elaborada pela autora

---

<sup>476</sup> Obstáculos suspensos são aqueles localizados entre 0,60 m e 2,10 m de altura do piso acabado e possuem o volume maior na parte superior do que na base. Nestes obstáculos, a superfície a ser sinalizada deve exceder em 0,60 m a projeção do obstáculo, em toda a superfície ou somente no perímetro desta. NBR 9050/2004 (ABNT) .



Figura 231 - Bebedouro no Piso3. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

Figura 232 - Falta de sinalização tátil no piso no Espaço Braile. Janeiro/2014



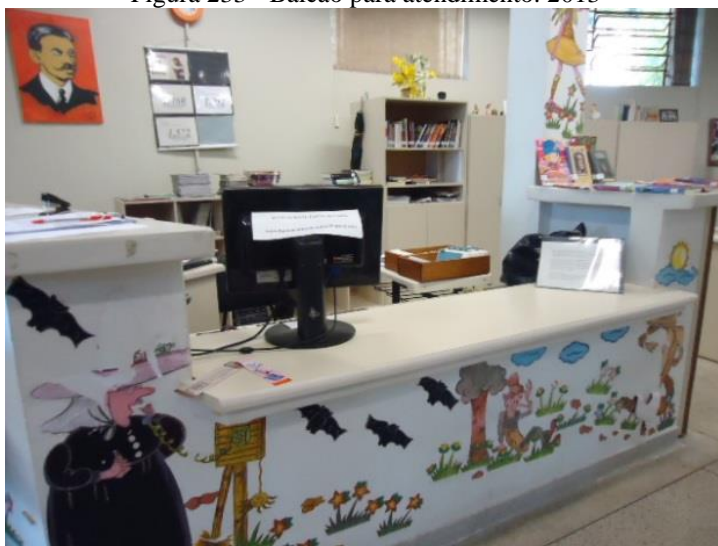
Fonte: Elaborada pela autora

### 6.1.16.3 Biblioteca Euclides da Cunha

No térreo do edifício, há um balcão para atendimento, o acervo infantil, infanto juvenil, computadores, sanitários e acessos para o pavimento superior.

Ao lado da porta, o balcão para atendimento tem 0,73m de altura máxima e 0,65m de altura livre inferior, medidas que não permitem aproximação de cadeira de rodas. Nas laterais, os balcões são mais altos, com altura máxima acima do exigido para atendimento.<sup>477</sup> Não há cadeira disponível para os usuários no balcão.

Figura 233 - Balcão para atendimento. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

O local foi configurado com um espaço central delimitado por peças verticais coloridas que remetem a um cercado de jardim onde foram colocados prateleiras com livros e gibis, cadeiras, mesas e brinquedos para crianças. Na parte externa a esse círculo, há o mobiliário e obras infantis, prateleiras com o acervo infanto juvenil, expositores de livros, gibis e revistas, computadores e um local para leitura.

---

<sup>477</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 9.5.2.

Figura 234 - Vista do térreo pelo mezanino superior. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

A altura das prateleiras não possibilita que pessoas em cadeira de rodas consigam alcançar e visualizar todos os livros disponíveis nas prateleiras.<sup>478</sup> As mesas tem altura livre de 0,75m, adequada para aproximação<sup>479</sup> e tampo redondo com 1,20 de diâmetro. As cadeiras tem assento fixo de 0,45m, as poltronas tem apoio lateral e os expositores permitem o alcance manual e visual,<sup>480</sup> porém nem todos têm espaço para aproximação.<sup>481</sup> A disposição do mobiliário não permite a passagem por todo o espaço<sup>482</sup> e a largura em alguns locais é insuficiente para rotação de cadeira de rodas.<sup>483</sup>

Figura 235 - Circulação e mobiliário no térreo. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

<sup>478</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 4.6 e 4.7.

<sup>479</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 9.3.3

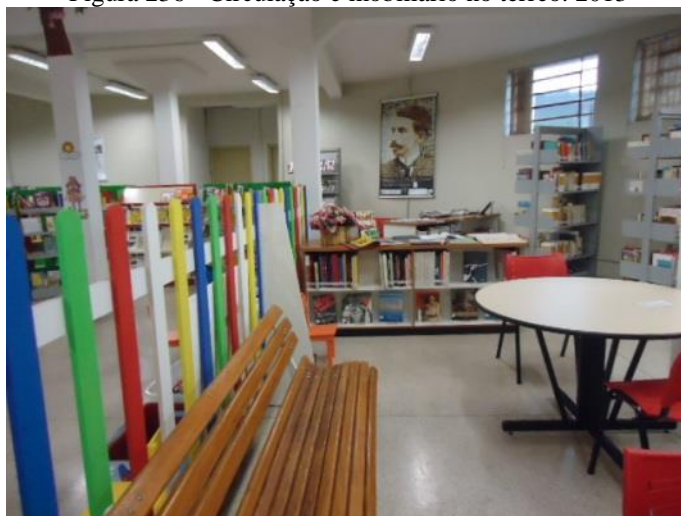
<sup>480</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 4.6 e 4.7.

<sup>481</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 4.5.

<sup>482</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 4.3.2.2 e 8.7.3.

<sup>483</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 4.3.3.

Figura 236 - Circulação e mobiliário no térreo. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

Figura 237 - Circulação e mobiliário no térreo. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

As mesas infantis, também podem ser usadas para guardar objetos quando a superfície é aberta. O espaço livre inferior é 0,45m altura, inadequado para aproximação de uma cadeira de rodas com assento a 0,45m do piso. O assento das cadeiras tem 0,27m de altura. Parte do mobiliário infantil tem cantos arredondados.

Figura 238 - Mobiliário infantil. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

Figura 239 - Prateleira infantil. 2013

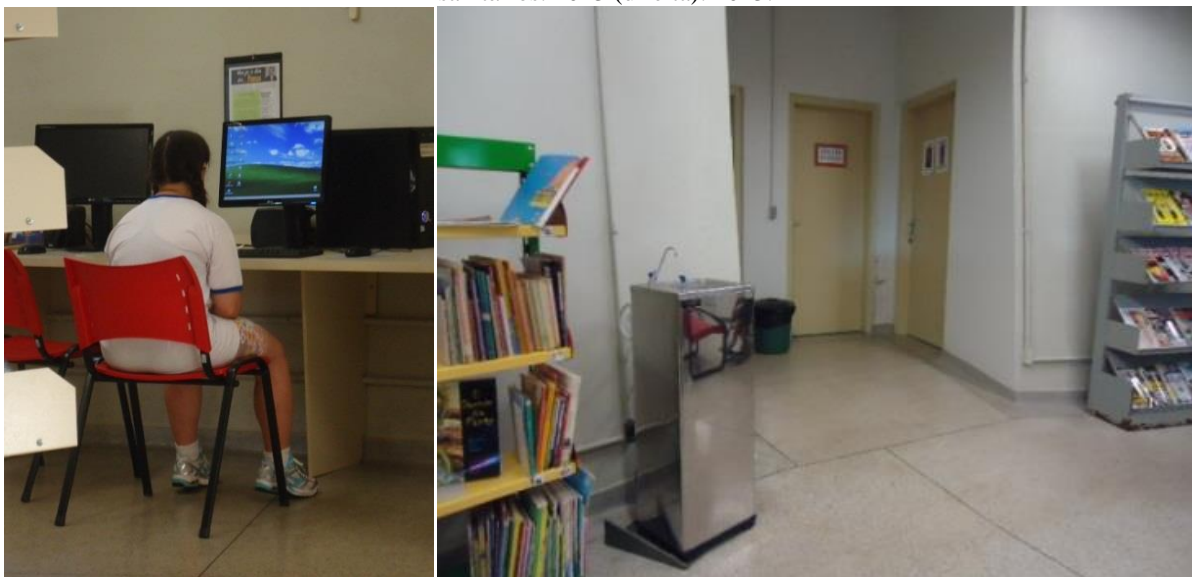


Fonte: Elaborada pela autora

Os computadores foram colocados sobre mesas com superfície máxima de 0,77m e 0,73m de altura livre, espaço adequado para aproximação.<sup>484</sup>

Próximo aos acessos dos sanitários, no térreo, o bebedouro não tem dimensões adequadas para uso de deficientes.<sup>485</sup>

Figura 240 - Mobiliário no térreo com computadores. 2013(esquerda) e bebedouro próximo a entrada dos sanitários. 2013 (direita). 2013.



Fonte: Elaborada pela autora

No piso superior os livros e periódicos são expostos em prateleiras: as mais altas mantem o acervo fora do alcance manual de usuário de cadeira de rodas e as menores com 1,25m tem altura adequada. Os expositores atendem a norma quanto à altura e aproximação lateral. As mesas e cadeiras para uso dos frequentadores seguem o mesmo padrão de tamanho e cores das utilizadas no térreo.

O espaço nesse piso é amplo para circulação e rotação.<sup>486</sup> As mesas estão em rota acessível<sup>487</sup> e entre as prateleiras o espaço de 1,30m, possibilita a rotação de uma cadeira sem deslocamento.

No térreo e pavimento superior, foram instaladas persianas nas janelas e vitrôs.

<sup>484</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) item – 8.7.1.

<sup>485</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 9.1.

<sup>486</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) - item 4.3.2 e 4.3.4.

<sup>487</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) - item 9.3.1.

Figura 241 - Prateleiras pavimento superior. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

Figura 242- Mobiliário. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

#### **6.1.16.4 Estação Cultura**

O espaço para consulta e pesquisa do acervo está localizado no piso superior onde só é possível o acesso pela escada. O balcão de atendimento não permite aproximação frontal e a altura é inadequada para quem usa cadeira de rodas, assim como o espaço de circulação.

### 6.1.16.5 Museu da Ciência e Tecnologia

Na entrada do museu, o *foyer* que antecede o auditório é um espaço de estar e é utilizado para pequenas exposições. Ficam dispostos nesse local um banco em madeira e um balcão para informação, ambos projetados pelo arquiteto Marcelo Suzuki, bebedouros, puffs, um painel com imagens da cidade e mobiliários expositivos. Na lateral do edifício, há um espaço de circulação, onde foram colocados sete cavaletes usados para fixação de informações ou para outros fins.

O banco projetado em “S” está fixado no centro do *foyer* e foi feito com assento de madeira e pés de ferro. Sua superfície na parte superior do assento é de aproximadamente 0,50m do piso acabado. A altura para uma pessoa se sentar confortavelmente é aquela que permite que a planta dos pés estejam completamente apoiadas no chão. O mobiliário expositivo utilizado nesse espaço, não permite um bom alcance visual e a aproximação.

Na lateral, próximo a uma das entradas para o Galpão da Ciência em rota acessível,<sup>488</sup> fica o balcão de madeira para informações. Sua altura livre de 0,80m e superfície máxima de 0,85m de altura e 0,60m de profundidade permite a aproximação de cadeira de rodas.<sup>489</sup> As cadeiras com assento e encosto fixos atrás do balcão, são utilizadas por funcionários.

Figura 243 - Banco em “S” no foyer. 2013.



Fonte: Elaborada pela autora

<sup>488</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 9.5.1.

<sup>489</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 9.5.2.



Figura 244 - Balcão de atendimento. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

Os bebedouros do edifício ficam próximos ao balcão, e o modelo utilizado permite a aproximação frontal de cadeira de rodas. O bebedouro utilizado pelas crianças tem 0,55m de altura e foi instalado ao lado do bebedouro para PCD que tem 0,70m de altura livre inferior em relação ao piso, medida menor que o exigido.<sup>490</sup>

Figura 245 - Bebedouros (esquerda) e detalhe bebedouro. 2013. (direita)



Fonte: Elaborada pela autora

<sup>490</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 9.1.3.

Quanto a disposição dos expositores, mobiliário e bebedouro no *foyer*, o espaço permite aos usuários com deficiência uma circulação ampla pelo local.

Saindo do *foyer*, o Galpão da Ciência, local onde ficava o antigo estacionamento, abriga o acervo permanente, exposições temporárias e área para projeções. O local amplo com aproximadamente 1.200m<sup>2</sup>, tem expostos experimentos científicos que permitem a interação com os visitantes, porém pessoas com deficiência não conseguem vivenciar todos os experimentos, nem mesmo com o auxílio dos monitores disponíveis. A falta de área para aproximação de cadeiras de rodas,<sup>491</sup> desníveis acima do permitido na norma técnica, rampa com inclinação acima do exigido, escada com espelhos vazados, falta de elementos que auxiliem na orientação espacial dos deficientes visuais como piso podotáteis, placas informativas em relevo e braille,<sup>492</sup> por exemplo, inviabilizam o acesso universal dos usuários<sup>493</sup>.

Nesse espaço, o bebedouro foi instalado ao lado de gradis utilizados para proteger uma vala linear que se estende pelas laterais do Galpão da Ciência. Esse tipo de proteção é inadequada por não ser seguro para deficientes visuais que utilizam bengalas.

Figura 246 - Experimentos do acervo permanente. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

<sup>491</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 9.6.2.

<sup>492</sup> Não atende aos critérios da ABNT NBR 9050/2004 (ABNT) – item 8.2.2.2.

<sup>493</sup> Não atende aos critérios da ABNT NBR 9050/2004 (ABNT) – item 8.2.2.

Figura 247 - Experimentos do acervo permanente. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

Figura 248 - Bebedouro. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

Figura 249 - Detalhe da vala linear. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

Na ocasião da visita, havia uma exposição temporária instalada no Galpão das Ciências chamada “Ferramentas Manuais da Antiguidade ao Século XIX”, e a disposição dos objetos e mobiliário não permitia boa circulação<sup>494</sup> e impedia a aproximação aos mobiliários expositivos.<sup>495</sup> Foi observada a falta de janelas e não foram instalados pisos podotáteis, assim como em nenhum outro local do edifício para auxiliar o percurso de deficientes visuais.

Na segunda exposição realizada na área para exibição de projeções, o espaço permitia boa circulação, mas em ambas, os objetos expostos e as informações disponíveis não estavam expostos ao alcance visual de todos os usuários<sup>496</sup> e os recursos para pessoas com deficiência visual não foram disponibilizados.<sup>497</sup>

Figura 250 - Circulação e expositor. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

Figura 251 - Circulação e expositores. 2013.



Fonte: Elaborada pela autora

<sup>494</sup> Não atende aos critérios da ABNT NBR 9050/2004 (ABNT) – item 4.3.3.

<sup>495</sup> Não atende aos critérios da ABNT NBR 9050/2004 (ABNT) – item 4.5.

<sup>496</sup> Não atende aos critérios da ABNT NBR 9050/2004 (ABNT) – item 4.7.2.

<sup>497</sup> Não atende aos critérios da ABNT NBR 9050/2004 (ABNT) – item 9.6.4.1.

No espaço que antecede o local dos experimentos no Galpão das Ciências, o mobiliário disponível para uso é composto por mesas com altura e espaço de aproximação frontal<sup>498</sup>. A superfície no formato de hexágono segue o mesmo padrão de cor dos armários. Dois computadores e uma TV instalados no local estavam desligados nos dias das visitas. Os puffs disponíveis para as pessoas se sentarem não dispõem de apoio nas laterais e são instáveis, o que torna seu uso inadequado e pouco seguro para transferência de uma cadeira de rodas, por exemplo.

No refeitório, as mesas e os bancos de madeira e ferro foram fixados no piso, impossibilitando a mudança da configuração do local. A altura da superfície das mesas de 0,85m permite a aproximação<sup>499</sup> nos lugares onde o banco não foi fixado e há espaço que atenda as dimensões do módulo de referência para cadeira de rodas.<sup>500</sup> Os desníveis da sala e o mobiliário fixo dificultam a circulação pelo espaço.

No interior do edifício não há telefone público.<sup>501</sup> Na Praça Coronel Sales, foram instalados dois telefones há 30,0m de distância da entrada principal do museu, um deles com altura e área de aproximação adequadas. Não há recursos como transmissão por mensagens (TDD).

Figura 252 - Mobiliário do Galpão da Ciência. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

<sup>498</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 9.5.2.

<sup>499</sup> Atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT)– itens 9.3.3.1 e 9.3.3.2.

<sup>500</sup> ABNT NBR9050 – Item 4.2.2 - Módulo de referência (M.R.) Considera-se o módulo de referência a projeção de 0,80 m por 1,20 m no piso, ocupada por uma pessoa utilizando cadeira de rodas.

<sup>501</sup> Não atende aos critérios da NBR 9050/2004 (ABNT) – item 9.2.

Figura 253 - Computadores e TV. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

Figura 254 - Mobiliário refeitório. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

### 6.1.16.6 Teatro Municipal/Teatro de Arena

A bilheteria do teatro está localizada ao lado da entrada principal, próxima a vaga em via pública para PCD e não permite aproximação de cadeira de rodas. A sinalização tátil das calçadas e das guias que foram rebaixadas orienta o deficiente visual até o guichê com altura de 1,12m, acima da medida máxima permitida para uso de pessoas em cadeira de rodas e baixa estatura.<sup>502</sup> Não há guichê acessível.<sup>503</sup>

Em dias de funcionamento para o público, no hall de entrada e no *foyer*, os usuários podem utilizar os puffs com 0,45m de altura e 0,81m de largura e 0,40m de altura e 0,43m de largura, para descanso enquanto aguardam a abertura da sala ou nos intervalos dos espetáculos. A falta de apoio lateral dificulta o uso por alguns usuários com deficiência. O espaço amplo permite boa circulação e manobras com a cadeira de rodas e muletas.<sup>504</sup>

No térreo o balcão que funciona como bar em dias de espetáculo, tem altura superior ao exigido na norma técnica, sem espaço livre para aproximação de pessoa em cadeira de rodas.<sup>505</sup>

O bebedouro modelo de galão foi colocado ao lado do balcão, em rota acessível com o acionamento em altura adequada de 0,80m de altura,<sup>506</sup> porém, o suporte para os copos foi fixado com 1,24m de altura, medida acima do exigido.<sup>507</sup> O outro bebedouro fica próximo aos sanitários no Teatro de Arena com as mesmas características físicas e as mesmas dimensões quanto à instalação.

### 6.1.16.7 Resultados gerais do tópico “Biblioteca, Sala de Informática e Espaço para Exposições”

O Gráfico 11 demonstra, de forma comparativa, os itens atendidos e os não atendidos em cada edifício para o tópico Biblioteca, Sala de Informática e Espaço para Exposições. Nesse caso, cinco edifícios atenderam parcialmente, sendo que em nenhum deles todos os itens foram preenchidos. O Museu de Pedra não foi avaliado.

<sup>502</sup> Não atende aos critérios da ABNT NBR 9050/2004 (ABNT) – item 9.5.5.1 e 9.5.2.2.

<sup>503</sup> Não atende aos critérios da ABNT NBR 9050/2004 (ABNT) – item 9.5.5.1.

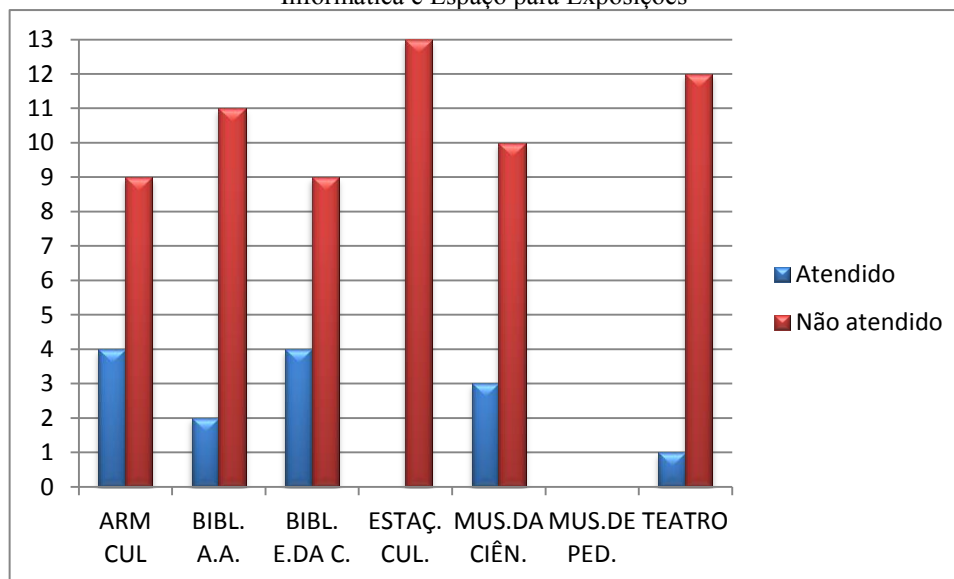
<sup>504</sup> Atende aos critérios da ABNT NBR 9050/2004 (ABNT) 4.3.4.

<sup>505</sup> Não atende aos critérios da ABNT NBR 9050/2004 (ABNT) – itens 9.5.2.1 e 9.5.2.2 e 9.5.2.1.

<sup>506</sup> Atende aos critérios da ABNT NBR 9050/2004 (ABNT) – item 9.1.3.2.

<sup>507</sup> Não atende aos critérios da ABNT NBR 9050/2004 (ABNT) – item 9.1.3.2.

Gráfico 11 - Itens atendidos (azul) e não atendidos (vermelho) em cada edifício para “Biblioteca, Sala de Informática e Espaço para Exposições”



### 6.1.17 MAPA TÁTIL

Tabela 11 - Mapa Tátil

MAPATÁTIL	Armazém Cultura	Biblioteca Amadeu Amaral	Biblioteca Euclides da Cunha	Estação Cultura	Museu da Ciência	Museu de Pedra	Teatro Municipal/Arena
No local existe mapa tátil?							
A superfície é horizontal							
A superfície é inclinada (até 15% em relação ao piso)							
Aproximação frontal de uma pessoa em cadeira de rodas?							
Nele existem informações em braile?							
Nele existe informações em auto-relevo?							

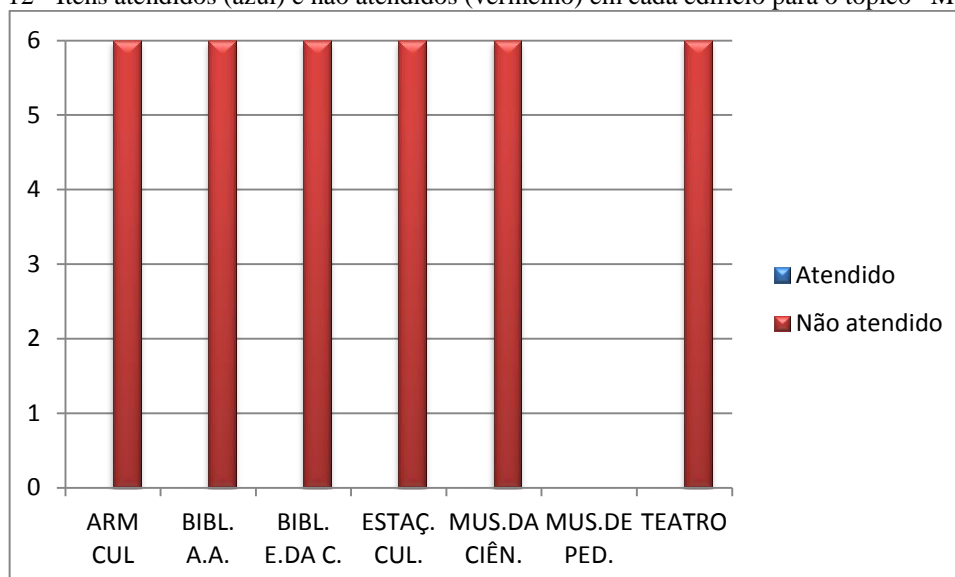


LEGENDA		
SIM	NÃO	NÃO AVALIADO

### 6.1.17.1 Resultados gerais para o tópico “Mapa Tátil”

Como é possível verificar no Gráfico 10 , não há mapa tátil em nenhum dos edifícios avaliados.<sup>508</sup> O Museu de Pedra não foi avaliado.

Gráfico 12 - Itens atendidos (azul) e não atendidos (vermelho) em cada edifício para o tópico “Mapa Tátil”



<sup>508</sup> Não atende aos critérios da ABNT NBR 9050/2004 (ABNT) – item 5.11.

## 6.2 Análise técnica comparativa

Para uma análise comparativa entre os locais e os tópicos/aspectos avaliados, foi calculada a proporção de itens atendidos em cada edifício, bem como feita uma média de cada tópico, conforme a Tabela 12.

Tabela 12 - Dados para análise comparativa entre os locais e os tópicos/aspectos avaliados

Tópicos/ Aspectos:	VAGAS PARA ESTACIONAMENTO	PASSEIOS PÚBLICOS / CALÇADA	ACESSOS	RAMPA PRINCIPAL	CORRIMÃO RAMPA PRINCIPAL	SANITÁRIOS	PLATAFORMAS VERTICAIS	BIBLIOTECA / SALAS DE INFORMÁTICA / ESPAÇO PARA EXPOSIÇÕES.	MAPA TÁTIL	
LOCAL:	Proporção entre: Itens atendidos/Avaliados:									Média do Local
Armazém Cultura	2/13 = 0,15	5/5 = 1	2/3 = 0,67	3/10 = 0,3	0/13 = 0	5/24 = 0,21	0/6 = 0	4/13 = 0,31	0/6 = 0	0,29
Biblioteca Amadeu Amaral	0/13 = 0	3/5 = 0,6	0/3 = 0	4/10 = 0,4	0/13 = 0	18/24 = 0,75	0/6 = 0	2/13 = 0,15	0/6 = 0	0,21
Biblioteca Euclides da Cunha	3/13 = 0,23	5/5 = 1	2/3 = 0,67	8/10 = 0,8	4/13 = 0,31	8/24 = 0,33	5/6 = 0,83	4/13 = 0,31	0/6 = 0	0,50
Estação Cultura	0/13 = 0	0/5 = 0	2/3 = 0,67	0/10 = 0	0/13 = 0	0/24 = 0	0/6 = 0	0/13 = 0	0/6 = 0	0,07
Museu da Ciência	0/13 = 0	4/5 = 0,8	2/3 = 0,67	6/10 = 0,6	0/13 = 0	11/24 = 0,46	0/6 = 0	3/13 = 0,23	0/6 = 0	0,31
Museu de Pedra	0/13 = 0	3/5 = 0,6	0/3 = 0	NA	0/13 = 0	NA	NA	NA	NA	0,15
Teatro Municipal/ Arena	3/13 = 0,23	4/5 = 0,8	2/3 = 0,67	7/10 = 0,7	5/13 = 0,38	9/24 = 0,38	4/6 = 0,67	1/13 = 0,08	0/6 = 0	0,43
Média do Tópico/Aspecto	0,09	0,69	0,48	0,47	0,10	0,35	0,25	0,18	0	Média Geral: 0,28

Para melhor visualização dos resultados, esses dados foram configurados através de gráficos radar, em que cada categoria é representada por um raio que se inicia no centro do gráfico e termina no anel externo.

Foram elaborados, portanto, sete gráficos (do Gráfico 13 ao Gráfico 19), um para cada edifício avaliado, sendo que os raios representam, neste caso, os dez tópicos avaliados em cada local.

Para cada raio, o valor mais ao centro do gráfico (zero) representa que o local não preencheu nenhum requisito, ou seja, que não atendeu nenhum item do *checklist*, e os pontos que coincidem com o anel externo representam que o edifício atendeu todos os itens.

Para cada categoria, foi marcado um ponto, ao longo do raio, que corresponde à proporção de itens atendidos no local. Os pontos foram ligados e a região interna foi preenchida com a cor verde. Da mesma forma, os pontos relacionados à média foram marcados e conectados por uma linha vermelha.

Gráfico 13 - Radar do Armazém Cultura

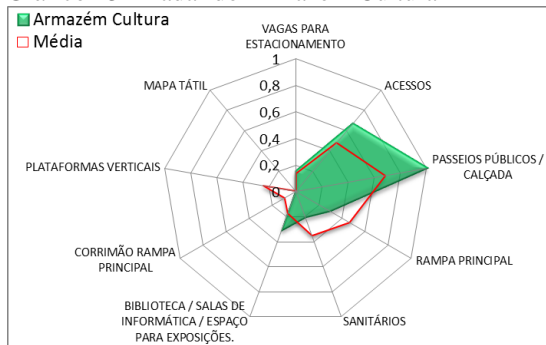


Gráfico 14 - Radar da Bibl. Amadeu Amaral

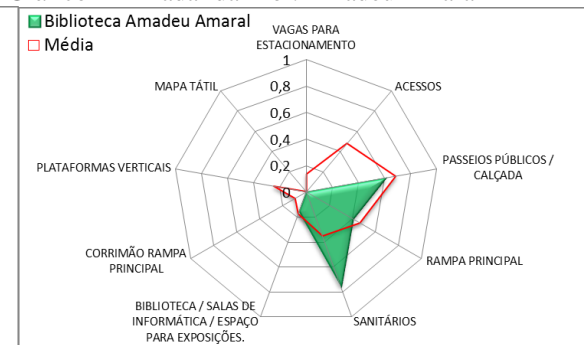


Gráfico 15 - Radar da Bibl. Euclides da Cunha

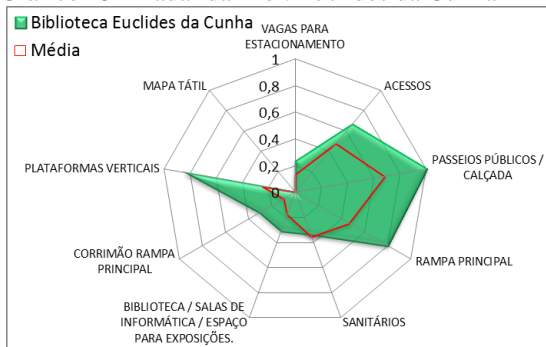


Gráfico 16 - Radar da Estação Cultura

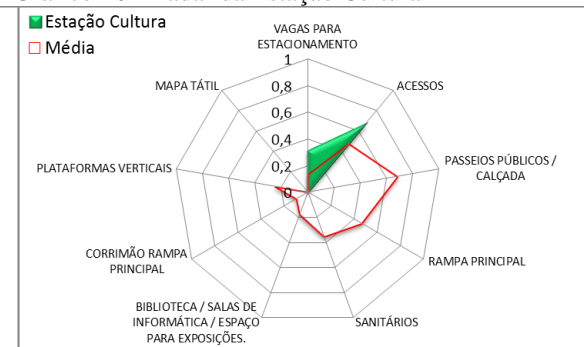


Gráfico 17 - Radar do Museu da Ciência

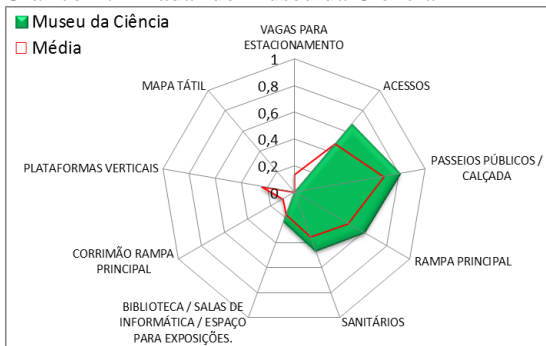


Gráfico 18 - Radar do Teatro Municipal

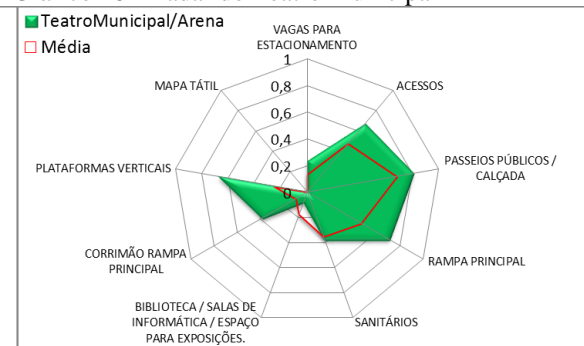
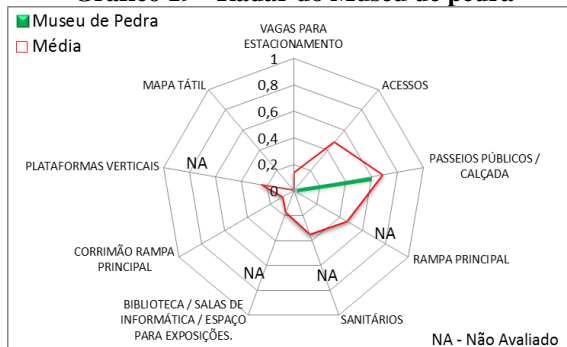


Gráfico 19 - Radar do Museu de pedra



É possível verificar que a linha vermelha não sofre modificações de um gráfico para outro, uma vez que representa a média calculada entre os sete locais.

Observa-se que os gráficos da Biblioteca Euclides da Cunha (Gráfico 15), do Museu da Ciência (Gráfico 17) e do Teatro Municipal (Gráfico 18) apresentaram maior proporção de itens atendidos, ou seja, maior área na cor verde quando comparados aos outros locais, apresentando inclusive vários pontos acima da média.

Por outro lado, o gráfico da Estação Cultura (Gráfico 16) e o do Museu de Pedra (Gráfico 19) mostram algum resultado em apenas uma categoria, respectivamente em “Acessos” e “Passeios Públicos/Calçadas”. No caso do Museu de Pedra deve-se levar em consideração que o edifício não foi avaliado em quatro das categorias.

## 7 DISCUSSÃO

Através dos gráficos do tipo radar, foi possível visualizar melhor os resultados obtidos, obtendo-se um panorama geral de cada edifício analisado. Considerando os itens do *checklist*, é possível verificar que, dentre os locais analisados, a Biblioteca Euclides da Cunha é o que mais atende ao exigido na ABNT NBR 9050/2004, seguido pelo Teatro Municipal/Teatro de Arena. Nestes locais, as adequações necessárias relacionam-se principalmente a vagas para estacionamento, sanitários e corrimãos. No teatro, as vagas usadas por veículos utilizados por deficientes é um item importante para ser reavaliado, uma vez que porque a localização dessas vagas é extremamente importante para o acesso ao edifício.

Na Biblioteca Euclides da Cunha, a categoria “Passeio Público” apresentou o ponto máximo no gráfico, assim como no Armazém Cultura. Por outro lado, neste local, identificou-se a necessidade de adequações maiores em todas as outras categorias, como por exemplo nos sanitários, e também mudanças pontuais em relação à categoria “Acesso”, como no revestimento do piso e na inclinação da rampa, embora o gráfico aponte que está acima da média calculada para este tópico.

O Museu da Ciência atende parcialmente às categorias “Biblioteca/Salas de Informática/Espaço para Exposições”, “Acesso”, “Passeio Público”, “Rampa” e “Sanitários”, sendo que os demais devem ser revistos e alterados.

Em relação ao tópico “Biblioteca/Salas de Informática/Espaço para Exposições”, os locais devem considerar importantes mudanças quanto a circulação, mobiliário, auxílio para deficientes visuais, como livros em braile, audiolivros, programas para computadores, entre

outras, já que esses são importantes componentes para tornar uma biblioteca acessível a todas as pessoas.

Como está claramente demonstrado nos mapas, a Biblioteca Amadeu Amaral e a Estação Cultura são os edifícios que menos atendem aos itens avaliados. No caso da biblioteca, as imediações que mais atendem a ABNT NBR9050/2004 estão no piso 1, onde está o Espaço Braille, sendo que, nos demais pisos, as mudanças somente são possíveis considerando importantes alterações projetais, incluindo mudanças estruturais. Na Estação Cultura também é necessário um projeto que atenda questões de acessibilidade e desenho universal, porém, ao contrário da Biblioteca Amadeu Amaral, o espaço permite que as mudanças necessárias sejam feitas.

Em nenhum dos locais há um mapa tátil, o que facilitaria ao usuário com deficiência visual circular e usufruir dos edifícios. O mapa tátil deve ser disponibilizado e sua elaboração deve ser feita por profissionais especializados, a fim de proporcionar, junto com outros elementos (como piso tátil, sinalização, entre outros) uma maior independência à pessoa com deficiência visual.

Os gráficos do “tipo radar” tornaram possível observar de forma comparativa todos os resultados obtidos nos edifícios através do *checklist*, e fica evidente a falta de itens em acordo com o exigido, por exemplo, na norma técnica NBR9050/2004 da ABNT, cuja aplicação é obrigatória em virtude do Decreto Nº 5.296 de 2004.<sup>509</sup> O Museu De Pedra e Cineclube, embora não tenha sido totalmente avaliado por conta do período do seu fechamento para reforma, o edifício foi mantido na pesquisa por conta dos itens que puderam ser checados. Os resultados mantidos, mesmo que incompletos, não alterou a média final na análise comparativa entre os locais e os tópicos/aspectos avaliados

Diante do que foi apresentado, percebe-se que ainda há muito a ser feito no que diz respeito ao tema aqui discutido. Os edifícios públicos, que compõem a paisagem urbana, devem ser projetados e adequados considerando a diversidade humana inerente a seus usuários, com ambientes construídos para a circulação de todos e, portanto, com a eliminação de barreiras urbanísticas e arquitetônicas às pessoas com deficiência, que conseqüentemente terão acesso aos sistemas e serviços oferecidos a comunidade, estabelecendo-se as condições necessárias para o exercício efetivo de uma cidadania plena.

Espaços públicos, na sua definição fundamental, pressupõem a interlocução entre atores sociais que buscam manifestar as suas diferenças através de uma inter-relação

---

<sup>509</sup> Disponível em [http://www.abnt.org.br/m2.asp?cod\\_pagina=963#](http://www.abnt.org.br/m2.asp?cod_pagina=963#) acessado em maio de 2014, item 11.

subjetiva, ou seja, pela comunicação das consciências individuais, umas com as outras, realizada com base na reciprocidade (GOMES, 2002).

Segundo Vizioli (2006), se a vida de um indivíduo não existe sem o componente territorial, uma grande parcela da população moderna está à margem desta definição: a reclusão e a não participação de uma vida social, fazem do indivíduo um cidadão incompleto, pois falta a sua integração à sociedade. O trabalhar, morar, estudar, circular e recrear é um direito do cidadão, assim como de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu artigo XXVII,<sup>510</sup> “todos têm o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do processo científico e de seus benefícios”.

Segundo Turino (2005), um povo que não tem um acervo de conhecimentos, arte e memória, não tem referências que lhe permitam projetar-se para o futuro; estará condenado a ser um mero receptor, nunca um criador.

É um direito do homem o acesso à informação, ao conhecimento. Para que isso, na prática, possa ser efetivado é preciso criar espaços e serviços capazes de colocar à disposição das pessoas tudo o que elas desejam e precisam conhecer. Aquilo que é considerado como “patrimônio cultural da humanidade” deve estar ao alcance de todos, independentemente de classe, de habilidade, de restrição e de idade, bem como toda e qualquer informação que possa ser de interesse coletivo (MILANESI, 1997).

A adequação dos espaços é um importante fator para equiparar seu uso por deficientes ou não, e essa condição mostra que, quando o local atende ao exigido nas leis e normas, as dificuldades de circulação e interação diminuem, indicando que a deficiência está no ambiente e não no usuário. Um espaço quando construído acessível a todos, tem condições de oferecer segurança e oportunidades igualitárias aos usuários, que por sua vez utilizam das estruturas desse ambiente (BITTENCOUT, 2004).

Os edifícios públicos caracterizados como espaços culturais precisam ter soluções adequadas para atender a diversidade de seus usuários, e no caso do PCD, contemplar a acessibilidade permite a esse público usufruir desse tipo de espaço. O Decreto nº 5296, de dezembro de 2004 que regulamentou a Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000,<sup>511</sup> em seu artigo 19, parágrafo 1º, determinou que as edificações de uso público existentes deveriam se adequar às normas e leis de acessibilidade dentro do prazo de trinta meses, a contar da data de

---

<sup>510</sup> Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: [http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/ddh\\_bib\\_inter\\_universal.htm](http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm)

<sup>511</sup>Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que específica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providência

publicação do decreto. Ainda no Capítulo IV artigo 11, a construção de novos edifícios públicos deveria considerar no seu projeto e execução, a acessibilidade. Deste modo, os edifícios onde estão instalados a Biblioteca Pública Amadeu Amaral, Biblioteca Pública Euclides da Cunha, Biblioteca Pública Distrital/Armazém Cultura Lola Pulcinelli Biason/Telecentro de Informações e Negócios Sebastião Pulcinelli-Água Vermelha, Estação Cultura, Museu da Ciência e Tecnologia Professor Mário Tolentino, Teatro Municipal “Dr. Alderico Vieira Perdigão” - Teatro de Arena José Saffioti Filho e o Museu de Pedra e Cineclube de Santa Eudóxia, que foram construídos ou passaram por reformas sob a vigência do decreto, não atendem a legislação vigente, e devem passar por intervenções segundo os critérios estabelecidos pelas Leis e Normas Técnicas, especialmente pela NBR 9050 (2004) e pelos princípios do DU, pois, de acordo com as avaliações realizadas, esses locais possuem características restritivas em relação ao acesso de pessoas com deficiência visual ou física, como foi demonstrado nos resultados do *checklist*. Esse instrumento foi elaborado abordando aspectos considerados importantes pela pesquisadora, seguindo os referenciais técnicos da ABNT NBR9050/2004 que busca atender diferentes padrões antropométricos de adultos, entretanto, conceitos e normas técnicas para espaços, equipamento e mobiliário não foram elaborados para crianças.

Reputa-se à acessibilidade não apenas a facilidade de “acesso”, no sentido de “entrada” ao ambiente, mas todo um conjunto de adequações arquitetônicas que permitam a interlocução com o espaço construído. Neste sentido, também não se deve pensar nos edifícios isoladamente, desconexos da cidade. As ruas ligam os múltiplos pontos de interesse particular ou semi-público, formando o que Santos (1988:91). chama de uma rede de canais livres e de propriedades coletivas. Se não existissem, não haveria troca de espécie alguma, pois servem de suporte ao deslocamento de pessoas, veículos, mercadorias, informações. Segundo Jacobs (2000), as ruas servem para vários fins além de comportar veículos; e as calçadas – a parte das ruas que cabe aos pedestres – servem a muitos fins além de abrigar pedestres, acrescentando que esses usos estão relacionados à circulação, mas não são sinônimos dela, sendo cada um, em si, tão fundamental quanto a circulação para o funcionamento adequado das cidades. As ruas e suas calçadas, principais locais públicos de uma cidade, são seus órgãos mais vitais.

Estas questões trazem para a discussão de acessibilidade a ideia de intervenção não gratuita, mas consciente quanto às relações estabelecidas no espaço e na cidade. Não se trata, portanto, do simples cumprimento de leis e normas federais regulamentadoras de uso,

execução e manutenção, mas de trazer o acesso à pluralidade social e às relações que constroem a cidade.

No âmbito urbano, segundo a avaliação realizada para vagas de estacionamento, rebaixamento de guias e passeios públicos junto aos edifícios, a acessibilidade para PCD encontrou-se bastante reduzida, e por consequência, estabelecendo o não cumprimento do significado deste termo.

A falta de rotas acessíveis<sup>512</sup> externas, que no caso dos edifícios avaliados é composta de ruas, calçadas e guias rebaixadas, dificulta ainda mais o percurso até os edifícios. Além do mau estado de conservação dos passeios públicos, a pedra portuguesa e a pedra ferro usadas como revestimento das calçadas são materiais desaconselháveis para o que pretende a ABNT NBR9050/2004 ao apresentar irregularidade e instabilidade no percurso, mesmo quando bem preservados. Locais como a Estação Cultura, onde não há passeio público e os acessos não são adequados para PCD, pode ser arquitetonicamente repensado, mesmo que salvaguardadas as questões de preservação do patrimônio histórico.

No teatro municipal, único edifício, dentre os avaliados, onde foi instalado piso tátil no passeio público, verificou-se o intuito do cumprimento da norma, mas não em seu pleno entendimento, pois a colocação do piso tátil de alerta ao longo do passeio foi incorreta, pois no mesmo lugar deveria ter sido utilizado o piso tátil direcional, indicando todos os possíveis acessos ao teatro, como escadas, bilheteria e rampa, impossibilitando a livre locomoção do deficiente visual. As falhas nos projetos que deveriam contemplar a acessibilidade e o DU, ou até mesmo a ausência destes projetos, comprometem não só o uso, como a relação das PCD com os espaços da cidade, além de colocar em risco sua segurança física.

Deve-se considerar a adequação de edifícios também quanto a idéia de percepção espacial, diferente para cada pessoa. De acordo com Duarte e Cohen (2004), ela se desenvolverá a partir de um diferente caminhar, o que acontece através de dois importantes fatores norteadores do processo cognitivo: o sentido da visão e as características do deslocamento. Nesse contexto, pode-se acreditar que os espaços inclusivos sejam aqueles capazes de fornecer à PCD um sentimento de segurança, competência e liberdade. O ambiente construído é rico em exemplos de como os ângulos de visão, pontos de vista, formas de locomoção, maneiras de percepção e necessidades espaciais diferentes podem também resultar em maneiras diferentes de experienciar os espaços (DUARTE; COHEN, 2003).

---

<sup>512</sup> ABNT - NBR-9050/ 2004: Trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecta os ambientes externos ou internos de espaços e edificações e que possa ser utilizado de forma autônoma e segura pôr todas as pessoas inclusive aquelas com deficiência.



Os edifícios culturais são lugares que podem possibilitar ao usuário com deficiência física e visual, o exercício de experimentar e de vivenciar os espaços, podendo promover a identificação com o meio, fazendo com que ele se sinta incluído socialmente. Ações educativas e profissionais especializados, também são importantes instrumentos para promover a convivência e integração da PCD e outros tipos de públicos.

Embora ainda existam erros construtivos, mudanças e adequações a serem feitas, como mostraram os resultados da pesquisa de campo, é possível notar que os espaços nos edifícios atendem de forma mais ampla os deficientes físicos, quando comparados aos deficientes visuais dada a grande falta de elementos físicos e instrumentos de auxílios específicos como a sinalização em portas, corrimãos, piso, e a disponibilidade de informações em braille, alto relevo, recursos de escrita, uso de softwares, sonorização de ambientes, entre outros.

Todas as adequações ou mudanças precisam aliar a acessibilidade aos conceitos e princípios do Desenho Universal, buscando o acesso universal dos edifícios públicos analisados, possibilitando assim a plena participação dos usuários.

Todos os edifícios analisados são passíveis de adaptações e reformas, porém a biblioteca Amadeu Amaral e a Estação Cultura são os que mais necessitam de adequações. Muito pouco foi alterado da estrutura original dos dois edifícios, e embora no período da construção dos locais não fossem consideradas as normas técnicas de acessibilidade na elaboração dos projetos, não se justifica que atualmente, mesmo sob vigor da Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000, os acessos se mantenham inadequados nestes locais que são públicos.

Além das Leis e normativas federais, o município dispõe do Código de Obras e Edificações do Município,<sup>513</sup> em vigor desde 2012, que estabelece uma série de normas para as construções e da Comissão Permanente de Acessibilidade (CPA) criada no município de São Carlos através do Decreto nº 519/2010. A comissão que está subordinada à Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano, e tem a função de elaborar normas que garantam a acessibilidade para pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida às edificações, vias e espaços públicos, transportes, mobiliário e equipamentos urbanos, bem como aos meios de divulgação de informações e sinalizações relativas à acessibilidade na cidade.

---

<sup>513</sup>Lei nº 15.958, de 29 de dezembro de 2011.

Formada uma Comissão não remunerada com membros representantes da Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano; Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão; Secretaria Municipal de Obras Públicas; Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito; Subdelegacia Regional do Trabalho e Emprego de São Carlos; dois representantes de entidades sem fins lucrativos que atuem na área de fomento e defesa de direitos de PCD, um representante do Conselho Municipal do Idoso, integrante da sociedade civil; um representante da Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos (AEASC); e um representante da Associação Comercial e Industrial de São Carlos (ACISC).<sup>514</sup>

As leis e normas federais de acessibilidade devem ser aplicadas junto com Código de Obras e Edificações do município, que vem reafirmar essas exigências.

Embora haja uma proposta de adaptação na Estação Cultura, a tentativa do simples cumprimento da norma, e novamente no seu não entendimento no estado pleno, traz outros contrapontos que continuam sendo discutíveis do âmbito da acessibilidade, como é o caso da atual entrada para PCD, que exige que o usuário percorra uma grande distância que está acima do exigido na ABNT NBR9050/2004 para chegar até os espaços de uso público. Na biblioteca Amadeu Amaral, os serviços oferecidos são distribuídos em três pisos com acesso por rampas e escadas. As entradas e a circulação para usuários com deficiência são prejudicadas pela inclinação das rampas acima do permitido, pelo acesso através da escada ao pavimento no piso3 e pela falta de sinalização de piso tátil no piso 2 e 3, pois esta só está disponível na rampa para o piso 1, onde são necessárias adequações na sinalização tátil, que pode ser feita rapidamente, porém a adequação das rampas e o acesso ao piso3 devem ser avaliados por profissionais aptos sobre qual a melhor solução para adequar os acessos e a viabilidade das mudanças.

As questões de acesso e circulação são prioridade nos edifícios avaliados, e as mudanças vão desde a utilização de recursos para automação predial, sinalização, até mudança do mobiliário para garantir que os espaços possam atender o público que frequenta esses locais e o público que hoje é excluído dos serviços oferecidos.

Considerando os resultados, o termo “acessibilidade” aparentemente, ainda é desconhecido em toda a sua amplitude, que de fato é amplo. É comum considerar que uma

---

<sup>514</sup>Atualmente os membros da CPA, não tem têm se reunido para discussões ou encaminhamento de projetos, reformas, restauro de edificações da administração municipal e reurbanização, revitalização, mobiliários e equipamentos urbanos em vias públicas quanto aos itens referentes à acessibilidade das diversas Secretarias Municipais.

rampa, independente da sua inclinação, ou um elevador “qualquer” torna o espaço acessível, mas como foi citado durante o trabalho, a acessibilidade vai além desses elementos.

O resultado em relação a falta de acesso universal já era esperado por serem evidentes, como a falta de rampas ou equipamentos eletromecânicos, falta de piso adequado ou sanitários adaptados, entre outros, porém, a aplicação do *checklist* evidenciou e ampliou a falta do atendimento às exigências da legislação e normativas, assim como se for feito uma análise comparativa dos edifícios avaliados nesse trabalho com aqueles usados como exemplos de edifícios culturais com intervenções acessíveis.

Entendendo como certas e baseado nesse conjunto de Leis e Normas que serviram com preceito para a elaboração dessa dissertação, a pergunta, porque é importante considerar a acessibilidade e o DU nos edifícios públicos não faz sentido, porém, cabe outro questionamento, por que mesmo com a vigência das Leis e Normas relativas à acessibilidade e ao DU, os edifícios avaliados descumprem ao exigido?

A resposta engloba uma um conjunto de hipóteses que vão desde o “achismo” de que não é importante adaptar porque não há demanda de usuários, até a falta de manutenção no que foi construído.

Em um primeiro momento faz-se necessário que os gestores públicos entendam a importância de se aplicar conceitos como o da acessibilidade e do DU, de forma a atender a essas demandas diferenciadas. Incorporando a acessibilidade às práticas institucionais cotidianas, para que apropriados da legislação relativa às normas técnicas dos perfis da diversidade e da importância do ambiente social como facilitador da inclusão, as gestões possam ampliar a rede de acesso e cidadania, pensando numa sociedade para todos e promovendo os direitos das pessoas com deficiência como princípio ético e político de suas ações.<sup>515</sup>

Outra hipótese é quanto o uso incorreto das normas de acessibilidade e dos preceitos do desenho universal nos projetos dos edifícios e espaços públicos, o que deve ser feito sob a orientação de profissionais da área da construção que tenham conhecimento sobre o assunto. Essa preparação que deveria ter início nos cursos de formação desses profissionais, não consta como disciplina obrigatória na grade curricular de muitas universidades. A abordagem desses temas deve ser discutida desde o início da formação desse profissional, ainda na sala de aula e posteriormente na prática diária da profissão, seja na elaboração de projetos ou na execução dos mesmos.

---

<sup>515</sup>Disponível em: <http://www.federacaodown.org.br/site/index.php/noticias/481-curso-de-capacitacao-para-gestores-publicos-politicas-publicas-de-acessibilidade-e-direitos-humanos.html>

No caso de arquitetos e urbanistas, as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação citam a acessibilidade como competência e habilidade que o futuro profissional deverá ter, e na Resolução CNE/CES no. 02, de 17 de junho de 2010, consta: Art. 5º - O curso de Arquitetura e Urbanismo deverá possibilitar formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades: (...) III - as habilidades necessárias para conceber projetos de arquitetura, urbanismo e paisagismo e para realizar construções, considerando os fatores de custo, de durabilidade, de manutenção e de especificações, bem como os regulamentos legais, de modo a satisfazer as exigências culturais, econômicas, estéticas, técnicas, ambientais e de acessibilidade dos usuários. O uso dos princípios do Desenho Universal também é uma exigência na formação profissional, como foi determinado no Decreto federal 5.296/04 Art. 10, § 1º Caberá ao Poder Público promover a inclusão de conteúdos temáticos referentes ao desenho universal nas diretrizes curriculares da educação profissional e tecnológica e do ensino superior dos cursos de Engenharia, Arquitetura e correlatos.

A questão da consciência profissional, da formação e capacitação de todos os profissionais envolvidos no planejamento e construção dos espaços é fundamental para a garantia de uma arquitetura acessível a um maior número possível de usuários. “Países que tiveram, com seus planejadores, técnicos e construtores, a preocupação do desenvolvimento de sua urbe sob a ótica da diversidade humana e dos conceitos do desenho universal, refletem em suas cidades uma acessibilidade maior a todos os seus usuários” (CAMBIAGHI, 2007, pág. 95).

No Brasil, desde a década de 90 começou a crescer a preocupação com a capacitação de profissionais da área de arquitetura, design e urbanismo, porém de uma maneira pontual, sem acarretar uma mudança significativa no ensino regular, já que na maioria das vezes são promovidos por escolas livres, por prefeituras, entidades de classes e outros (CAMBIAGHI, 2007).

A ausência deste conhecimento dificulta o reconhecimento dos problemas do meio ambiente e a formulação de diagnósticos apropriados, fazendo com que os profissionais projetistas concebam, muitas vezes, espaços inacessíveis e inseguros ao usuário (OLIVEIRA, 2006). Pode-se considerar que na formação destes profissionais e na prática da profissão, questões referentes a inovações e mudanças tecnológicas são assimiladas e conseqüentemente incorporadas com maior facilidade, diferente do que foi observado através dessa pesquisa em relação a acessibilidade e ao DU.

É necessário que esses conceitos sejam discutidos e exercitados em sala de aula, pelas várias disciplinas: projeto, planejamento urbano, ergonomia, segurança, conforto etc. Isso, de fato, é tema para uma discussão mais extensa, que não cabe aqui abordar<sup>516</sup> (PRADO, 2012).

Esse conhecimento possibilita menos erros na elaboração de projetos e execução deles, Além da importância de considerar a manutenção dos espaços e equipamentos de forma constante para possibilitar o seu uso de forma segura.

Com profissionais preparados, a participação dos usuários, no caso PCD, na elaboração dos projetos e no uso diário dos espaços apontando as suas reais necessidades, é imprescindível para o acesso de forma global nos locais.

Também é importante a abordagem correta dos funcionários em relação a PCD, e nos espaços públicos construídos para o fazer cultural, um ponto básico que deve existir é a chamada acessibilidade atitudinal, que refere-se ao treinamento constante e sensibilização de funcionários para receber PCD e atendê-los adequadamente, de modo a garantir seus direitos de acesso e seu acolhimento (TOJAL, 2013). As diversas áreas e equipes de trabalho devem ter também uma postura inclusiva ao desenvolver seus projetos e atividades, dentro de suas especificidades, sendo que, essa postura permitirá uma maior flexibilidade de projetos interdisciplinares e conseqüentemente a uma melhor otimização e dinamização de ações favorecendo tanto os profissionais envolvidos como a instituição como um todo. Ao considerar a relação e a dinâmica profissional dentro do processo de inclusão social, cabe a toda instituição cultural incluir também em seu quadro de funcionários, profissionais com deficiências.<sup>517</sup>

Quanto à ideia de algumas pessoas de que o deficiente não frequenta, como no caso dessa pesquisa, espaços culturais, essa dificuldade existe pelas diversas limitações resultantes da ausência de estruturas acessíveis e pela falta de integração entre as que já existem com os demais ambientes das cidades em que vivem, porém se o espaço estiver adequado, a mobilidade urbana e nos edifícios poderá permitir ao indivíduo se inserir na cidade como um todo. Para isso, entidades, ONGs e a sociedade como um todo deve exigir a efetivação dos seus direitos, através dos órgãos responsáveis como Ministério Público. Sendo assim, as hipóteses acima analisadas, nos dão algumas referências para possíveis “porquês” dos problemas encontrados nos edifícios analisados através do *checklist*.

---

<sup>516</sup>Para mais informações sobre o ensino do Desenho Universal no Brasil e no mundo ver: CAMBIAGHI, S. S. Desenho Universal: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas. 2ª ed. rev. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011.

<sup>517</sup> Acessibilidade e Inclusão de Públicos Especiais em Museus, Amanda Pinto da Fonseca Tojal. Disponível em: <http://www.arteinclusao.com.br/publicacoes/caderno.pdf>

Alguns incentivos podem ser utilizados com o objetivo identificar diferentes formas de acessibilidade para pessoas com deficiência em equipamentos e produtos culturais. O Selo de Acessibilidade Comunicacional criado em abril de 2014 no Estado de São Paulo irá a princípio, identificar equipamentos culturais do próprio Estado e projetos apoiados pelos programas de incentivo à cultura do Governo – tais como Programa de Fomento ao Cinema Paulista<sup>518</sup> e ProAC<sup>519</sup> – que tenham recursos de acessibilidade ao conteúdo. Posteriormente, o Selo será disponibilizado também para iniciativas particulares.<sup>520</sup> Em todos os casos, ele será distribuído para equipamentos e produtos culturais que tenham, ao menos, um item de acessibilidade comunicacional inserido em seu “DNA”, ou seja, desde o nascimento do projeto. A implantação do selo será imediata.<sup>521</sup>

A ideia surgiu durante a realização do I Seminário Estadual sobre Cultura e Acessibilidade, em 2013, onde foram apresentadas ações provenientes de um projeto para garantir a acessibilidade comunicacional em espetáculos dos teatros Sérgio Cardoso e São Pedro, bem como na circulação de corpos estáveis da Secretaria de Estado da Cultura como os Programas Ópera Curta e São Paulo Companhia de Dança.

O Selo de Acessibilidade Comunicacional tem por base a Lei nº 10.098, que estabelece normas gerais e critérios para promoção da acessibilidade em espaços físicos educacionais, culturais e, conseqüentemente, aos diferentes espaços sociais onde estão as pessoas com necessidades especiais – garantindo o direito de ir e vir. Na cidade do Rio de Janeiro, a Comissão de Defesa da Pessoa com Deficiência da ALERJ<sup>522</sup> concede o selo Acessibilidade Nota 10 a locais e empresas aptas a receber em seus espaços PCD. Um desses locais é o Museu Histórico Nacional na cidade do Rio de Janeiro.<sup>523</sup>

Iniciativas como estas, aliadas a políticas públicas fomenta o acesso à cultura para PCD, e que independente de suas habilidades e restrições, exerçam o seu direito ao lazer, ampliem seu convívio social e a participação nos espaços de cultura.

Acessibilidade como qualidade que respeita o direito de todos e abre possibilidade para a

---

<sup>518</sup>Disponível em:

<http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC/menuitem.e99818a788c00ec40fc55410e2308ca0/?vgnnextoid=bbdc4a3c667bb110VgnVCM100000ac061c0aRCRD>

<sup>519</sup>Disponível em: <http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/PAC>

<sup>520</sup>Disponível em:

<http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC/menuitem.71b090bd301a70e06d006810ca60c1a0/?vgnnextoid=fb46caea2bc35410VgnVCM1000008936c80aRCRD&vgnnextfmt=default>

<sup>521</sup>Disponível em:

<http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC/menuitem.71b090bd301a70e06d006810ca60c1a0/?vgnnextoid=fb46caea2bc35410VgnVCM1000008936c80aRCRD&vgnnextfmt=default>

<sup>522</sup>Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.alerj.rj.gov.br/>

<sup>523</sup>Disponível em <http://www.museuhistoriconacional.com.br/mh-e-707.htm>

compreensão dos espaços, o estabelecimento de relações com os seus conteúdos e o uso dos seus diversos elementos reduz-se, majoritariamente, à existência de uma rampa ou de um elevador (LICHT, 2012).

A partir da fundamentação teórica e da análise dos edifícios, foi possível compreender as necessidades espaciais dos usuários com restrições e, com isso, elaborar recomendações técnicas para os locais visitados, encontradas no Anexo IV, em que foram sugeridas reforma e/ou adequação dos espaços avaliados. Estas recomendações serão entregues às autoridades do município, a fim de contribuir para futuras reformas e adaptações.

## 8 CONCLUSÕES

Usufruir de cultura é um direito, porém para a PCD, esse direito embora inquestionável, por ser universal, somente se efetiva na medida em que os recursos de acessibilidade estão disponíveis em cada momento de contato com os espaços, bens serviços e produtos culturais. Como ficou evidenciado nos resultados obtidos nas avaliações, a situação diagnosticada com o auxílio do *checklist*, importante instrumento na pesquisa, aponta diversas irregularidades quanto à acessibilidade nos edifícios públicos municipais de cultura da cidade de São Carlos, locais que descumprem a legislação, à medida que em todos os edifícios, as barreiras arquitetônicas comprometem o deslocamento e a interação com o ambiente construído, tornando os espaços lugares de exclusão de pessoas com deficiência física e visual. Mesmo com a existência de inúmeros dispositivos legais que garantem o direito à igualdade a todos os cidadãos e a efetiva acessibilidade aos espaços físicos urbanos, as barreiras originárias do espaço físico dificultam ou impedem a realização de atividades, e através da pesquisa de campo e bibliográfica, foi possível conhecer diferentes recursos para incluir a acessibilidade e o desenho universal nos espaços e nos eventos que ocorrem no cotidiano dos espaços culturais como o que ocorre na Pinacoteca do Estado de São Paulo, que embora seja um prédio tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), passou por reformas e os novos elementos como passarelas, sinalização, possibilidade de interação com as obras expostas entre outros, garantindo a acessibilidade universal no local. No caso da Pinacoteca, essas mudanças são constantes, buscando atender as novas demandas.

Mas para que medidas inclusivas tenham o efeito desejado, é necessário o entendimento de cidade em sua pluralidade social e a compreensão da noção de cidadania,

aliados à intervenção técnica, pesquisa e planejamento, considerando desde a concepção de projeto, o diálogo, em todos os sentidos, com pessoas com deficiência. É fundamental a importância do Estado na ação de políticas públicas que promovam a disseminação desta ideia de forma efetiva, a curto, médio e longo prazo.

Nos edifícios avaliados que passaram por reformas ou foram construídos recentemente, é oferecido aos frequentadores um espaço no qual o deficiente físico pode circular e interagir com o ambiente como é o caso da Biblioteca Euclides da Cunha, em outros como Galpão da Ciência do Museu da Ciência e Tecnologia, é possível ao usuário circular pelo local, porém, a interação com os experimentos que fazem parte do acervo e não atendem aos princípios do DU, dificultam o uso por deficientes físicos. No Teatro de Arena, o acesso até o palco pela parte posterior dos assentos é inviabilizado pela escada existente no local, comprometendo sua autonomia e segurança. O deficiente visual terá grande dificuldade de circulação e interação em todos os edifícios avaliados, seja pela falta de acesso físico ou pela falta de acessibilidade comunicacional.

A circulação nos espaços do entorno e nos passeios públicos pelos deficientes físicos e visuais é comprometido pelos aclives acentuados, calçadas inadequadas e falta de sinalização tátil.

A Estação Cultura deve passar por reformas para se adequar as Normas Técnicas da ABNT NBR9050/2004 e a outros conceitos referentes a acessibilidade que já foram anteriormente citados. A adequação do espaço para a instalação do equipamento eletromecânico que estava em andamento em janeiro de 2014, permitirá o acesso ao pavimento superior. No caso da Biblioteca Amadeu Amaral que está instalada em uma edificação onde os acessos, rampas e circulação são inadequados e difíceis de serem alterados, de acordo com os resultados obtidos, a viabilidade da mudança do edifício para outro local, pode ser discutida.

É necessário considerar que além de PCD, independente de quando, todos podem ter comprometimento da mobilidade ou se tornar uma pessoa com deficiência, e, portanto, tratar a questão da inclusão da PCD com distanciamento não é apenas desconsiderar o outro, mas a si mesmo.

Durante a pesquisa realizada, foi-se entendendo que não basta apenas avaliar os espaços físicos, mas sim, há a necessidade de investigar uma gama de recursos disponíveis que ampliam o uso e a interação de deficientes com os edifícios de cultura que segundo Tojal (2013), deve contemplar também a acessibilidade atitudinal, ou seja, formar pessoas para



receber o público com deficiência e a acessibilidade comunicacional, que contempla a elaboração de conteúdos adaptados para esses usuários.

Dessa forma, cabe aos diferentes atores sociais e culturais que estão envolvidos com as instituições culturais, entre eles, os gestores das políticas de cultura, gestores dos espaços culturais, museólogos, arte educadores, guias culturais, historiadores, corpo técnico e administrativo, arquitetos, engenheiros, dentre outros, conceber o acesso acultura viabilizando programas culturais com as especificidades necessárias e obrigatórias para contemplar todas as pessoas em sua diversidade, compreendendo que a forma, as dificuldades impostas pelos ambientes são os limitadores da PCD, ou seja, o espaço é deficiente e deve ser corrigido. Nos locais avaliados, embora não tenha sido o foco da pesquisa, o contato com o funcionários mostrou que de forma geral, eles te “boa vontade” em lidar com as questões relacionadas a acessibilidade e deficiência, porém, não foram preparados para isso.

Fica evidenciado nos resultados, que mesmo com a vigência do Decreto nº5.296, de 2 de dezembro de 2004 e da ABNT NBR9050/2004, há uma lacuna no que diz respeito a acessibilidade e DU em relação as condições encontradas nos locais, já que mesmo com alguns elementos disponíveis, a PCD encontrará muita dificuldade para uso e interação. Os estudos de caso demonstraram que a acessibilidade e o uso do DU devem começar na elaboração do projeto, para que, em seguida, possa haver a execução correta e manutenção constante. Essas etapas devem ser consideradas nas adequações ou em novos edifícios.

Se um projeto atende ao exigido nas leis e normas técnicas, a execução deve ter os mesmos cuidados, já que pequenos erros podem gerar grande dificuldade para o usuário com deficiência, e em alguns casos inviabilizar o projeto. Como foi apresentado nos resultados obtidos, alguns detalhes podem não ser notados para algumas pessoas, como espaço para circulação, altura do lavatório, papelreira, vaso sanitário e saboneteira, sinalização, largura da porta, área para aproximação de cadeira de rodas, revestimento de piso, altura do corrimão e maçanetas, colocação e contraste de cor do piso tátil, altura e circunferência de barras de apoio, entre outros, são inadequações encontradas nos edifícios. A falta de manutenção também foi observada nos locais, como por exemplo, nos pisos. Outra lacuna existente é a ausência dos preceitos do Desenho Universal na elaboração e concepção do mobiliário e dos espaços, não atendendo a diversidade humana.

Esses resultados que foram apresentados na forma de tabelas separadas por espaços e equipamentos, permite a visualização dos itens, e os gráficos comparativos resultantes das tabelas ao final de cada estudo de caso, mostram de forma resumida os problemas

encontrados, podendo servir como parâmetro inicial para melhora das condições de acesso e uso do espaço.

## **RECOMENDAÇÕES PARA FUTURAS PESQUISAS**

Apesar de ter-se desejado aprofundar as questões referentes à acessibilidade espacial, especialmente em centros culturais, sabe-se que existem diversos aspectos a serem pesquisados e complementados sobre o assunto. Deste modo, cabe sugerir alguns objetos de pesquisas futuras, que foram considerados importantes ao longo do desenvolvimento deste trabalho:

- Aprofundar o estudo a respeito de equipamentos e a tecnologia assistiva<sup>524</sup> para auxiliar PCD nos equipamentos culturais;
- Identificar quais os ambientes e atividades artísticas e culturais mais contribuem para a participação e desenvolvimento das pessoas que possuem algum tipo de restrição, buscando a valorização a partir de projetos melhor resolvidos;
- Investigar quais as dificuldades encontradas por pessoas com deficiência auditiva e cognitivas que não foram consideradas nessa pesquisa;
- Aprofundamento do uso e importância do DU no ambiente cultural;
- Investigar o custo e impacto financeiro para adaptar um espaço cultural já existente;
- Considerar a participação do público com deficiência na pesquisa;

---

<sup>524</sup>Comitê de Ajudas Técnicas - CAT, instituído pela PORTARIA N° 142, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2006 propõe o seguinte conceito para a tecnologia assistiva: "Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social" (ATA VII - Comitê de Ajudas Técnicas (CAT) - Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE) - Secretaria Especial dos Direitos Humanos - Presidência da República).

## REFERÊNCIAS

AKIYAMA, T. Japan's Transportation Policies for the Elderly and Disabled. In: Workshop on implementing sustainable urban travel policies in Japan and other Asia-Pacific countries, 2005, Tóquio. **Anais.** Disponível em <http://www.internationaltransportforum.org/europe/ecmt/urban/Tokyo>. Acesso em: 02/2013.

AMARANTE, P.; LIMA, R. (Coord.) **Nada sobre Nós sem Nós.** Relatório final. Rio de Janeiro: Laboratório de Estudos e Pesquisas em Saúde Mental e Atenção Psicossocial/Fiocruz, 2009. p. 125.

ANGELO, J.; BUNING, M. E. Adaptações de alta tecnologia para compensar a deficiência. In: TROMBLY, C. A.; RADOMSK, M. V. **Terapia ocupacional para disfunções físicas.** São Paulo: Livraria Santos, 2005.

ARANHA, M. S. F. **Integração social do deficiente:** análise conceitual e metodológica. *Temas em Psicologia*, 2, 63-70, 1995.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Histórico ABNT: 65 anos. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: [http://www.abnt.org.br/downloads/conheca\\_abnt/historicoabnt.pdf](http://www.abnt.org.br/downloads/conheca_abnt/historicoabnt.pdf). Acesso em novembro de 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: Adequação das edificações e do mobiliário urbano à pessoa deficiente. Rio de Janeiro, 1984.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaços, mobiliários e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 1994.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 13994: Elevadores para transporte de pessoa portadora de deficiência. Rio de Janeiro, 2000.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR NM 313: Elevadores de passageiros – Requisitos de segurança para construção e instalação –Requisitos particulares para a acessibilidade das pessoas, incluindo pessoas com deficiência. Rio de Janeiro, 2007.

BARBOSA FILHO, A. N. Tecnologia Assistiva: Afinal, o quê é isso? Sistema Nacional de Informações sobre Deficiência. SICORD, 2005. Palestra

BARTALOTTI C. C. A Terapia Ocupacional e a atenção à pessoa com deficiência mental: refletindo sobre integração / inclusão social. **Mundo da Saúde**, v.25, n.4, p.361-364, 2001.

BARTON, L.; OLIVER, M. **Disability Studies: Past Present and Future**. Leeds: The Disability Press, 1997. 294p.

BATTISTELLA L., BRITO C. Tendência e Reflexões - Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF). **Acta Fisiátrica**, v.9, n.2, p. 98-101, 2002.

Bengala Legal. C.V.I. - Centro de Vida Independente, o que é isso? **Jornal da AME**, ed. 61. Disponível em <<http://www.bengalalegal.com/c-v-i>>. Acesso em junho de 2013.

BOTELHO, I. **Romance de Formação: Funarte e Política Cultural**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2000. 279p.

BOTELHO, I. As dimensões da cultura e o lugar das políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, v.15, n.2, 2001.

BOTELHO, I. A diversificação das fontes de financiamento para a cultura: um desafio para os poderes públicos. In: MOISÉS, J.A.; BOTELHO, I. **Modelos de financiamento da cultura**. Rio de Janeiro: Minc/Funarte, 1997.

BOURDIEU, P.; DARBEL, A. **O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público**. São Paulo: Edusp/Zouk, 2003. 239p.

BRASIL. Decreto-Lei 5296. **Diário Oficial da União**, Brasília, n.232, 2004. Disponível em: <[www.mj.gov.br/sedh/ct/corde/dpdh/sicorde/dec5296.asp](http://www.mj.gov.br/sedh/ct/corde/dpdh/sicorde/dec5296.asp)>. Acesso em: novembro de 2013.

BRASIL. Lei 9.503. **Diário Oficial da União**, Brasília, set. 1997. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19503.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19503.htm)> Acesso em: novembro de 2013.

BRASIL. **Estatuto da Cidade:** guia para implementação pelos municípios e cidadãos. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Produção e Difusão de Livros.** Brasília, 2010. Disponível em <<http://www2.cultura.gov.br/site/2010/06/07/distribuicao-de-livros/>>. Acesso em: novembro de 2013.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano Nacional de Cultura.** Brasília, 2011. Disponível em [http://www.cultura.gov.br/documents/10883/13075/METAS\\_PNC\\_final.pdf/682b8507-e4514a44-8a4e-f9c30587e6e7](http://www.cultura.gov.br/documents/10883/13075/METAS_PNC_final.pdf/682b8507-e4514a44-8a4e-f9c30587e6e7). Acesso em: março de 2014.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Sistema Nacional de Cultura.** Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 6: Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo e dá outras providências. **Diário Oficial da União,** Brasília, Fev/2006. Institui as. Diário Oficial da União, Brasília, fev 2006. Seção 1.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Participando das Políticas e Ações.** Brasília, 1998. Disponível em [http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/a-protecao-constitucional-das-pessoas-com-deficiencia\\_0.pdf](http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/a-protecao-constitucional-das-pessoas-com-deficiencia_0.pdf). Acesso em: abril de 2014.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.** Brasília, 2007. Disponível em <http://portal.mj.gov.br/sedh/snpd/convencaopessoascomdeficienciapdf.pdf>. Acesso em: maio de 2013.

BUCHALLA CM. A Tendências e Reflexões – A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. **Acta Fisiátrica,** v. 10, n.1, p.29-31, 2003

CAMBIAGHI, S. S. **Desenho universal:** métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas. 2. ed. rev. São Paulo: Editora Senac, 2011.

CARDOSO E.; CUTY, J. (Org.). **Acessibilidade em ambientes culturais.** Porto Alegre: Marca Visual, 2012.

CARLETTO; A. C.; CAMBIAGHI, S. **Desenho Universal:** um conceito para todos. Disponível em

[http://www.rinam.com.br/files/REFERENCIAS\\_DesenhoUniversalumconceitoparatodos.pdf](http://www.rinam.com.br/files/REFERENCIAS_DesenhoUniversalumconceitoparatodos.pdf).

Acesso em: 04/04/2014

CARR, S. et al. **Public Space**. New York: Cambridge University Press, 1992. Cambridge Series in Environment and Behavior Series.

CASTELAR, R. M. et al. **Gestão hospitalar: um desafio para o hospital brasileiro**. Rennes: ÉditionsÉcolenationale de lasanté publique, 1995. 235p.

CECÍLIO L.C.O.; MERHY, E. E. A integralidade do cuidado como eixo da gestão hospitalar. In: PINHEIRO, R; MATTOS, R. **Construção da integralidade: cotidiano, saberes e práticas em saúde**. Rio de Janeiro: IMS/Abrasco, 2003.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P.A. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson Pratices Hall, Makron Books, 2004.

CIF - Classificação Internacional de Funcionalidades - Comunicado de imprensa da OMS - 15 de Novembro de 2001. Classificação Internacional. Disponível em: <[http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/SPP\\_Arquivos/PessoascomDeficiencia/ClassificacaoInternacionaldeFuncionalidades.pdf](http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/SPP_Arquivos/PessoascomDeficiencia/ClassificacaoInternacionaldeFuncionalidades.pdf)>. Acesso em: 04/04/2014

COHEN, R. **Acessibilidade de Pessoas com Deficiência às Ambiências dos Museus do Estado do Rio de Janeiro: ter Acesso, Percorrer, Ver, Ouvir, Sentir e Tocar**. Rio de Janeiro. Projeto Pós Doutorado.

COHEN, R.; DUARTE, C.R.S.; BRASILEIRO, A.B.H. Acessibilidade a Museus. **Cadernos Museológicos**, v. 2, Ministério da Cultura, Instituto Brasileiro de Museus, Brasília, 2012.

COELHO, J. T. **Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário**. São Paulo: Iluminuras, 1997.

\_\_\_\_\_. **O que é Ação cultural**. São Paulo: Brasiliense. 1989.

\_\_\_\_\_. **Usos da Cultura: Políticas de ação cultural**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

COOPER, R. Design e Responsabilidade Social. **Revista Design em Foco**, v.2, n.2, 2005.

CURY, M. X. **Exposição: concepção, montagem e avaliação**. São Paulo: Annablume, 2006.

CRUZ, J. A. B.; SEMIN, R. **Modernização da Biblioteca Mario de Andrade**. Piratininga: Arquitetos Associados, 2005-2010. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/10.110/3583>. Acesso em: 04/04/2014.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: [http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/ddh\\_bib\\_inter\\_universal.htm](http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm). Acesso em: 18/03/2014.

Diretrizes do desenho universal na habitação de interesse social no estado de São Paulo - Espaço para todos e por toda a vida, 2010. Governo do Estado de São Paulo. Disponível em <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Cartilhas/manual-desenho-universal.pdf> Acesso em: 04/04/2014.

DISCHINGER, M.; BINS ELY, V. H. M. **Promovendo acessibilidade nos edifícios públicos**: Guia de avaliação e implementação de normas técnicas. Santa Catarina: Ministério Público do Estado, 2005.

DÓRIA, C. A. A política cultural de Getúlio Vargas, que se matou em 1945, ainda incomoda os intelectuais. Cultura, Brasil e Estado Novo. **Revista Trópico**. Disponível em: <<http://www.revistatropico.com.br/tropico/html/textos/2390,1.shl>>. Acesso em: 05/04/2014.

DÓRIA, C. A. Os compadres e o mercado. **Revista Trópico**. Disponível em: <[www.uol.com.br/tropico/html/textos/2749,1.shl](http://www.uol.com.br/tropico/html/textos/2749,1.shl)>. Acesso em: 13 de junho de 2007.

DUARTE, C. R.; COHEN, R. Acessibilidade aos Espaços do Ensino e Pesquisa: Desenho Universal na UFRJ - Possível ou Utópico? In: **NUTAU 2004**: demandas Sociais, Inovações Tecnológicas e a Cidade, 2004.

\_\_\_\_\_. Afeto e Lugar: A Construção de uma Experiência Afetiva por Pessoas com Dificuldade de Locomoção. In: SEMINÁRIO ACESSIBILIDADE NO COTIDIANO. Rio de Janeiro, 2004.

EVEN TERRY ASSOCIATES, P.C. **AmericanswithDisabilitiesActFacilitiesCompliance. A PracticalGuide**. Birmingham: J.Wiley, 1993. 189p.

FARIA, H.J.B.; SOUZA, V. **Experiências de gestão cultural democrática**. São Paulo: Pólis, 1993. p. 04-05.

FERNÁNDEZ, L. A.; FERNÁNDEZ, I. G. **Diseño de exposiciones**: concepto, instalación y montaje. Madrid: Alianza Forma, 2010. 267p.

FERRÉS, M. S. P.O Ambiente como Gerador de Exclusão Social. **PortalTodos NósUnicamp** Acessível, fev, 2005. Disponível em [http://styx.nied.unicamp.br:8080/todosnos/acessibilidade/textos/design\\_inclusivo.html](http://styx.nied.unicamp.br:8080/todosnos/acessibilidade/textos/design_inclusivo.html) Acesso em: 05/04/2014.

FRIEDEN, L. **Toward a Barrier Free World for All**. EU expert meeting: Toward a Barrier Free Europe for Citizens with Disabilities, Linkoping, Sweden, April 25, 2001. Disponível em [http://www.disabilityworld.org/07-08\\_01/access/barrierfree.shtml](http://www.disabilityworld.org/07-08_01/access/barrierfree.shtml). Acesso em: 06/04/2014.

FUNDAÇÃO Dorina Nowill para Cegos. **Relatório anual de 2010**. Disponível em [http://www.fundacaodorina.org.br/uploads/relatorios-anuais/relatorio\\_anual\\_2010.pdf](http://www.fundacaodorina.org.br/uploads/relatorios-anuais/relatorio_anual_2010.pdf). Acesso em: 20/03/2014.

GARCIA, V. G. O movimento de luta pela cidadania das pessoas com deficiência em Campinas de 1998 a 2004: A experiência do CVI/Campinas e do Conselho Municipal. **Revista de Educação**. Campinas: PUC, n. 16, p 109-115, junho, 2004.

GOMES, P. C. C. **Ensaio de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GUERRA, A. **Museu do Futebol**: uma pedagogia do olhar. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/11.122/3784> Acesso em: 25/04/2014.

GWIN, L. Ed Roberts: We're talking about inclusion here. **New Mobility**, v. 5, n. 15, p. 42-49, 1994.

HARVEY, D. **Justiça Social e Cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

BRASIL. **Imprensa oficial**: IMPRENSA OFICIAL: 10.<sup>a</sup> Revisão da Lista de Classificação Internacional de Doenças (CID-10). Disponível em: <http://pt.io.gov.mo/Legis/International/record/646.aspx>. Acesso em 10/04/2014.

INSTITUTO PARADIGMA. **É perguntando que se aprende**: a inclusão das pessoas com deficiência: educação, saúde e pessoas com deficiência, trabalho. São Paulo: Áurea Editora, 2005.



- JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- LAMAS, J. M. R. G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação CalousteGulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1993.
- LANCHOTTI, J. A. **Critérios de desempenho da mobilidade no espaço urbano construído como avaliadores da cidade acessível: o caso de Ribeirão Preto**. 2005. 396 p. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, São Paulo, 2005.
- LEOPARDI, M. T. et al. **Metodologia da pesquisa na saúde**. Santa Maria: Paloti, 2001.
- LIMA, N.M. **Legislação federal básica na área da pessoa portadora de deficiência**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2007.
- LICHT, F. B. **Acessibilidade e Cultura: Por que sim? Por que não?** Disponível em:< <http://www.bengalalegal.com/flavia-boni-licht>>. Acesso em: 25/04/2014.
- LUCIO, C. C.; PASCHOARELLI, L. C. Usabilidade e acessibilidade de equipamentos médico-hospitalares: um estudo de caso com pacientes obesos. In: PASCHOARELLI, L. C.; MENEZES, M. S. **Design e Ergonomia**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- LYNCH, K. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MACE, R. Universal Design, Barrier-free Environments for Everyone. **Designers West**, v. 33, n. 1, 1985. Disponível em: [www.ncsu.edu/www/ncsu/design/sod5/cud/about\\_ud/about\\_ud.htm](http://www.ncsu.edu/www/ncsu/design/sod5/cud/about_ud/about_ud.htm). Acesso em: 04/2012.
- MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. Porto Alegre: Editora Bookman, 2001.
- MANZINI, E. J. Inclusão e acessibilidade. **Revista da Sobama**, v. 10, n. 1, p. 31-36, 2005.
- MARTINEZ, A. **Democracia Audiovisual: uma proposta de articulação regional para o desenvolvimento**. São Paulo: Escrituras/Instituto Pensarte, 2005.

MARTINS, A. **História Acessível.** Disponível em: <<http://www.blogdaaudiodescricao.com.br/2013/05/historia-acessivel.html>>. Acesso em: 26/04/2014.

MARTINS, M. H.P. **Democratização cultural:** Um desafio a ser e... (disponível em: <http://www.blogacesso.com.br/?p=63>). Acesso em: 20/03/2014.

MARINS, S. C. F.; EMMEL, M.L.G. Formação do Terapeuta Ocupacional: Acessibilidade e Tecnologia. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v.19, n.1, 2011.

MOISÉS, J. A. Estrutura Institucional do Setor Cultural no Brasil. **Cadernos do Nosso Tempo, Cultura e Democracia**, v.1, p. 13-55, 2001.

MOLINA, C. Pinacoteca inicia projeto para públicos especiais. **O Estado de São Paulo.** Disponível em <http://saci.org.br/index.php?modulo=akemi&parametro=6724>. Acesso em: 18/03/2014.

MOTTA, L. M. V. M. M. **Audiodescrição – recurso de acessibilidade para a inclusão cultural das pessoas com deficiência visual.** Disponível em: <http://www.vercompalavras.com.br/pdf/artigo-audiodescricao-recurso-de-acessibilidade.pdf>). Acesso em:

MÜLLER, F. Velha-nova Pinacoteca: de espaço a lugar. **Arquitextos.** Local, dez. 2000. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/01.007/951>. Acesso em: 25/04/2014.

NETTO, J. T. C. **Dicionário Crítico de Política Cultural.** Barcelona: Gedisa, 2009. v. 1, 365 p.

NEVES, R. R. Centro Cultural: a Cultura à promoção da Arquitetura. **Revista On-Line IPOG:** Goiânia, 2012. Disponível em <http://www.ipog.edu.br/uploads/arquivos/55d81f6d4bcb86ffeb259195254b6ff5.pdf>. Acesso em: 17/04/2014.

NITTA, L. **Entrevistas.** Disponível em: <http://www.rocinha.org/entrevistas/view.asp?id=1582>. Acesso em: 20/03/2014.

NONATO, D.N. Acessibilidade arquitetônica como direito humano das pessoas com deficiência. **Orbis: Revista Científica**. Campina Grande: CESREI, v.2, n.2, 2011.

NUBILA, H. B. V. D. Aplicação das classificações CID-10 e CIF nas definições das doenças e incapacidades. 2007. 181f. Tese (Doutorado em Saúde Pública). Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

NUBILA, H. B. V.; BUCHALLA, C. M. B. O papel das Classificações da OMS - CID e CIF nas definições de deficiência e incapacidade. **Revista Brasileira de Epidemiologia**. v.11, n.2, São Paulo, Jun, 2008.

OLIVEIRA, A. S. D. A. **Acessibilidade espacial em centro cultural: estudo de casos**. 2006.213f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

OLIVEIRA, J. C.; SANTOS, C. F. A política de implementação dos conselhos municipais de política cultural. IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL – POLÍTICAS CULTURAIS. Fundação Casa de Rui Barbosa: Rio de Janeiro, 2013

OLIVEIRA, S. G. **Proteção Jurídica à saúde do trabalhador**. São Paulo: Editora LTr, 1992.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. **CIF: Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde**. Tradução de Cassia Maria Buchalla. São Paulo: Edusp, 2003.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes**. Resolução aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas. Disponível em: [http://www.mj.gov.br/sedh/ct/corde/dpdh/sicorde/decl\\_pessoa\\_def.asp](http://www.mj.gov.br/sedh/ct/corde/dpdh/sicorde/decl_pessoa_def.asp). Acesso em 09/12/75.

\_\_\_\_\_. **Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes**. Resolução aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas. Disponível em:

[http://www.mj.gov.br/sedh/ct/corde/dpdh/sicorde/decl\\_pessoa\\_def.asp](http://www.mj.gov.br/sedh/ct/corde/dpdh/sicorde/decl_pessoa_def.asp). Acesso em 09/12/75

PACHECO, K.M.D.B.; ALVES, V.L.R. A história da deficiência, da marginalização à inclusão social. **Acta Fisiátrica**, v.14, n.4, p.242-248, 2007.

PAES, F. **Acessibilidade de deficientes físicos à Internet**. Jul, 2010. Disponível em: <http://www.fernandopaes.ppg.br/blog/2010/07/26/acesibilidade-de-deficientes-fisicos-a-internet/>. Acesso em: 06/05/2014.

PANDOLFI, D. **Repensando o Estado Novo**. 1999. Disponível em <http://hdl.handle.net/10438/6762>. Acesso em

PEREIRA, L. S. M.; GOMES, G. C. Avaliação Funcional. In: CUNHA, U. G.; GUIMARAES, R.M. **Sinais e Sintomas em Geriatria**. São Paulo: Atheneu, 2004.

PRADO, E. A. **Acessibilidade nos bens culturais imóveis: possibilidades e limites nos museus e centros culturais**. 2012. 374p. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

PREISER, W. F. E.; OSTROFF, E. **Universal design handbook**. 2 th ed. Nova Iorque: McGraw-Hill, 2011.

PROUST, M. **Em Busca do Tempo Perdido**. Rio de Janeiro: Editora Ediouro, 1994, 171p.

PUPO, D. T.; MELO, A. M.; FERRÉS, S. P. **Acessibilidade discurso e prática no cotidiano das bibliotecas**. Campinas, SP : UNICAMP/Biblioteca Central Cesar Lattes, 2006.

RECOMENDAÇÕES DE ACESSIBILIDADE PARA CONTEÚDO WEB (WCAG) 2.0. São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.ilearn.com.br/TR/WCAG20/>>. Acesso em: 09/02/2014.

ROOSMALEN, L.; OHNABE, H. Universal Design. In: COOPER, R.; OHNABE, H.; HOBSON, D. **An Introduction to Rehabilitation Engineering**. New York: Taylor and Francis, 2007.

SALIMENE, A. C. M. Reabilitação e ideologia- um breve histórico. **Revista Serviço Social do Hospital São Paulo**, v.3, n.1, p.34-37, 1996.

SANTOS, C. N. F. **A Cidade Como um Jogo de Cartas**. São Paulo: Projeto, 1988.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, S. M. A. **Acessibilidade em Museus. 2009.** Dissertação (Mestrado em Museologia). Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2009.

SÃO CARLOS (MUNICÍPIO). Código de obras e Edificações. **Lei N° 15.958. 2011.** Disponível em: [http://www.saocarlos.sp.gov.br/images/stories/legislacao\\_urbanistica\\_municipal/lei15958%20-%20Codigo%20de%20Obras.pdf](http://www.saocarlos.sp.gov.br/images/stories/legislacao_urbanistica_municipal/lei15958%20-%20Codigo%20de%20Obras.pdf). Acesso em:

SARRAF, V. P. A inclusão dos deficientes visuais nos museus. **Revista Brasileira de Museus e Museologia.** Departamento de Museus e Centros Culturais. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

SARRAF V. P. **Reabilitação do Museu: Políticas de Inclusão Cultural por meio da Acessibilidade.** 2008. 177p. Dissertação (Mestrado em Cultura e Informação) Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SASSAKI, R. K. **Conceito de Acessibilidade.** Abril, 2011. Disponível em: <http://www.escoladegente.org.br/noticiaDestaque.php?id=459>. Acesso em: 02/05/2014.

\_\_\_\_\_. **Inclusão- Construindo uma sociedade para todos.** 4.ed. Rio de Janeiro: WVA, 2002.

\_\_\_\_\_. **Ed Roberts, o maior líder das pessoas com deficiência.** 2006. Disponível em: <http://saci.org.br/index.php?modulo=akemi&parametro=18092>. Acesso em:

\_\_\_\_\_. **Quantas pessoas têm deficiência?** Jan, 2001. Disponível em [http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=101:quantas-pessoas-tem-deficiencia&catid=6:educacao-inclusiva&Itemid=17](http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=101:quantas-pessoas-tem-deficiencia&catid=6:educacao-inclusiva&Itemid=17). Acesso em: 10/04/2014.

SESI/DN. **Uma pesquisa comparativa** - Serviço Social da Indústria. Departamento Nacional.

Estudos das leis de incentivo à cultura / SESI. DN. – Brasília : SESI/DN, 2007.

SCHWARZ, A.; HABER, J. Laudo Médico. In: SCHWARZ, A.; HABER, J, **Cotas:** como vencer os desafios da contratação de pessoas com deficiência, São Paulo: i.Social, 2009.

SILVA, O. M. **A epopéia ignorada**: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje. São Paulo: CEDAS, 1986.

SIMIS, A. **Estado e Cinema no Brasil**. São Paulo: Annablume, 1996.

SITTE, C. **A construção das cidades segundo seus princípios artísticos**. São Paulo: Ática, 1992.

STEINFELD, E. VI Seminário sobre acessibilidade ao meio físico. Rio de Janeiro, 6 e 7 de junho de 1994 / Anais do VI SIAMF - Anais do curso básico sobre acessibilidade ao meio físico. Brasília: CORDE, 1995, p. 87.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

SZU-YU, T. The Transition of Barrier-Free Environmental. **Environmental Concept in Taiwan**, 2009. Disponível em: <<http://include09.kinetixevents.co.uk/rca/rca2009>>. Acesso em: 29/04/2014.

TAVARES FILHO, J. P. **A interação do idoso com os caixas de auto-atendimento bancário**. 2003. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

TIJIOBOY, A. V.; HOGETOP, L. Ressignificando a concepção de “deficiência” através de ambientes de aprendizagem computacionais telemáticos. **Revista Educação Especial**, v.18, 2001.

TOJAL, A. P. F. **Acessibilidade e inclusão de públicos especiais em museus**. Disponível em <<http://www.arteinclusao.com.br/publicacoes/caderno.pdf>> Acesso em: 02/2014.

TOJAL, A. P. F. **Políticas públicas culturais de inclusão de públicos especiais em museus**. 2007. Tese (Doutorado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade São Paulo, São Paulo, 2007.

VIEIRA, V. A. As tipologias, variações e características da pesquisa de marketing. **Revista da FAE**, v.5, n.1, p.61-70, 2002.

VIVES, P. A. **Glossário crítico de gestion cultural**. Granada. Junta de Andalucía: Editorial Comares, 2007.

VIZIOLI, S.H.T., **Espaços Públicos Abertos de Circulação de Pedestres e o Usuário Cadeirante**. 2006. 212p. Tese (Doutorado em Tecnologia da Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

ZAQUEU, L. C. C. **Política Educacional Inclusiva**. São Luís: Universidade Federal do Maranhão/NEaD, 2012.

### *Sites Consultados*

AMIGOS METROVIÁRIOS DOS EXCEPCIONAIS. Acessibilidade Reflete a Qualidade de Vida. Disponível em: <<http://www.ame-sp.org.br/noticias/jornal/novas/tejornal19.shtml>>. Acesso em: 04/2013.

DISCOVERY CHANNEL. 1487: O homem vituriano. Disponível em: <<http://discoverybrasil.uol.com.br/web/davinci/historia/Homem-Vitruviano/>>. Acesso em: 04/2013.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em:

< <http://www.saopaulo.sp.gov.br/>>. Acesso em fevereiro de 2014.

FUNARTE: Disponível em: <<http://www.funarte.gov.br/>>. Acesso em 12/2013.

FUNDAÇÃO DORINA NOWILL: Disponível em: <<http://www.fundacaodorina.org.br>> Acesso em 12/2014.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS: Disponível em: <<http://portal.fgv.br/>> Acesso em 04/2014.

INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT: Disponível em:< <http://www.ibc.gov.br>> Acesso em 04/2014.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA: Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/>> Acesso em 03/2014.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SÃO PAULO. Desenho Universal. Habitação de Interesse social. Disponível em:< <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Cartilhas/manual-desenho-universal.pdf>.> Acesso em 06/2013.

MUSEU DE ARTE MODERNA DE SÃO PAULO Disponível em: <<http://www.mam.org.br>> Acesso em 05/ 2013.

MUSEU DO FUTEBOL: Disponível em: <<http://www.museudofutebol.org.br>> Acesso em 11/2013.

PORTAL VITRUVIRUS. Guia de Acessibilidade Cultural elege MAM SP o Espaço Cultural mais acessível. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/jornal/news/read/1316/>> Acesso em 02/2013.

PREFEITURA DE SÃO PAULO: Disponível em: <[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/pessoa\\_com\\_deficiencia/](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/pessoa_com_deficiencia/)> Acesso em 02/2013.

VIDA MAIS LIVRE: Disponível em: <<http://vidamaislivre.com.br>> Acesso em 12/2013.



# **ANEXOS**

**ANEXO I: Autorização dos órgãos municipais responsáveis pelos edifícios**

**ESTAÇÃO CULTURA**  
Prefeitura Municipal de São Carlos  
Fundação Pró-Memória

Praça Antônio Prado, s/n  
CEP: 13560-046 • São Carlos SP  
(16) 3373-2700  
promemoria@saocarlos.sp.gov.br

São Carlos, 08 de janeiro de 2013.

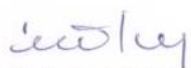
Ofício Pró-Memória 003/2013

Prezada aluna,

Autorizamos sua visita e demais trabalhos necessários para o desenvolvimento de seu projeto de mestrado no Museu de São Carlos, Estação Cultura e Museu de Pedra Tinho Leopoldino, em Santa Eudóxia.

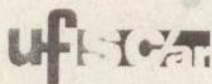
Sendo o que nos cumpre para o momento, renovamos nossos votos de estima e consideração.

Atenciosamente.

  
LUIZ CARLOS TRIQUES  
Diretor Presidente



À  
LUCIENE GOMES  
Pesquisadora  
Universidade Federal de São Carlos



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**  
 Centro de Ciências Biológicas e da Saúde  
 Programa de Pós Graduação em Terapia Ocupacional  
 Rodovia Washington Luís, Km.235-C.P.676-CEP 13565-905  
 São Carlos-S P  
 Tel: (0xx16) 3361-9787

São Carlos, 04 de janeiro de 2013.

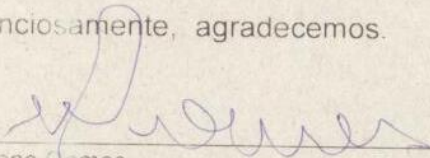
Prezado Senhor *Mauriney Eduardo Vilela*

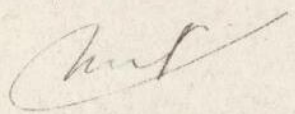
Eu, Luciene Gomes, aluna do Programa de Pós Graduação da Terapia Ocupacional da Universidade de São Carlos - UFScar, venho desenvolvendo um projeto de mestrado visando analisar as condições referentes a Acessibilidade e Desenho Universal no edifícios de âmbito cultural da cidade de São Carlos.

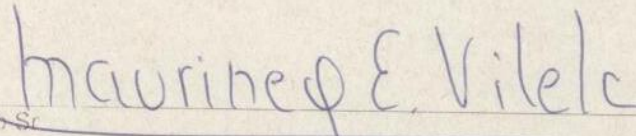
Em vista disso, solicito autorização para visita, observação, fotos e medições ao Teatro Municipal Dr. Alderico Vieira Perdigão - Teatro de Arena José Saffioti Filho.

Os dados extraídos desta pesquisa serão utilizados com finalidade científica e será mantido o sigilo sobre a cidade e o edifício analisado.

Atenciosamente, agradecemos.

  
 Luciene Gomes  
 Pesquisadora

  
 Profa. Dra. Maria Luisa Guillaumon Emmel  
 Orientadora

  
 Ilmo. Sr.  
 Mauriney Eduardo Vilela  
 Coordenador de Artes e Cultura do Município de São Carlos

**Mauriney Eduardo Vilela**  
 Coordenador de Artes e Cultura  
 RG: 7.737.938-X



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

### Secretaria Municipal de Educação

Rua Conde do Pinhal, 2017 - centro - CEP: 13560-905 - São Carlos - SP

Fone: (016) 3373-3221 / 3373-3222

E-mail: educacao@saocarlos.sp.gov.br

Ofício nº1485/2012 – SME  
albj / LSM

São Carlos, 14 de dezembro de 2012

Prezada Senhora,


Autorizamos as visitas aos edifícios abaixo citados, para a realização de fotografias e medições referentes às condições de acessibilidade, atividade necessária ao desenvolvimento de seu projeto de mestrado.

Informamos o telefone e nome do responsável, para que a visita seja agendada.

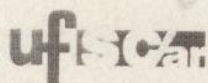
- Biblioteca Pública Municipal Amadeu Amaral: Priscila, 3374 4144
- Biblioteca Euclides da Cunha: Fátima Ciapina, 3374 3084.
- Museu da Ciência Prof. Mário Tolentino; Paulo, 3307 6903.
- Biblioteca Pública Distrital/Armazém Cultura Lola Pulcinelli BIASON/Telecentro de Informações e Negócios Sebastião Pulcinelli- Água Vermelha, Thatiane, 3378 3470.

Sem mais para o momento, nos colocamos à disposição para qualquer informação que se fizer necessária.

Atenciosamente,

  
LOURDES DE SOUZA MORAES  
Secretária Municipal de Educação

**Ilma. Sra Luciene Gomes**  
**Aluna Mestranda**  
**Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional**  
**Universidade Federal de São Carlos**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**  
Centro de Ciências Biológicas e da Saúde  
Programa de Pós Graduação em Terapia Ocupacional  
Rodovia Washington Luís, Km.235-C.P.676-CEP 13565-905  
São Carlos-S P  
Tel: (0xx16) 3361-9787

São Carlos, 04 de janeiro de 2013.

Prezado Senhor,

Eu, Luciene Gomes, aluna do Programa de Pós Graduação da Terapia Ocupacional da Universidade de São Carlos - UFScar, venho desenvolvendo um projeto de mestrado visando analisar as condições referentes a Acessibilidade e Desenho Universal nos edifícios de âmbito cultural no município de São Carlos

Em vista disso, solicito autorização para visita, observação, fotos e medições no Museu Histórico e Pedagógico Cerqueira Cesar- Estação Cultura na cidade de São Carlos e no - Museu de Pedra e Cineclube no distrito de Santa Eudóxia. Os dados extraídos desta pesquisa serão utilizados com finalidade científica e será mantido o sigilo sobre a cidade, o distrito e os edifícios analisados.

Atenciosamente, agradecemos

Luciene Gomes  
Pesquisadora

Profa. Dra. Maria Luisa Guillaumon Emmel  
Orientadora

Ilma Sr.

Dr. Luiz Carlos Triques  
Diretor Presidente da Fundação Pró-Memória- São Carlos



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**  
 Centro de Ciências Biológicas e da Saúde  
 Programa de Pós Graduação em Terapia Ocupacional  
 Rodovia Washington Luís, Km.235 - C.P.676-CEP 13565-905  
 São Carlos-S P  
 Tel: (0xx16) 3361-9787

São Carlos, 04 de janeiro de 2013.

Prezado Senhor,

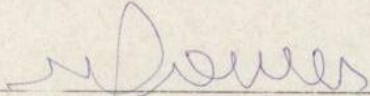
Eu, Luciene Gomes, aluna do Programa de Pós Graduação da Terapia Ocupacional da Universidade de São Carlos - UFScar, venho desenvolvendo um projeto de mestrado visando analisar as condições referentes a Acessibilidade e Desenho Universal nos edifícios de âmbito cultural no município de São Carlos.

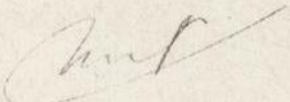
Em vista disso, solicito autorização para visita, observação, fotos e medições nos seguintes edifícios da cidade de São Carlos e no Distrito de Água Vermelha:

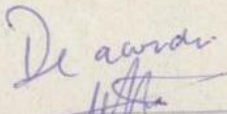
- Biblioteca Pública Municipal Amadeu Amaral;
- Biblioteca Euclides da Cunha;
- Museu da Ciência Prof. Mário Tolentino;
- Biblioteca pública distrital/ armazém cultura Lola Pulcinelli Biazon/ Telecentro de Informações e Negócios Sebastião Pulcinelli- Água Vermelha;
- Museu de Pedra e Cineclube de Santa Eudóxia.

Informamos que os dados extraídos desta pesquisa serão utilizados com finalidade científica e será mantido o sigilo sobre a cidade, o distrito e os edifícios analisados.

Atenciosamente, agradecemos.

  
 Luciene Gomes  
 Pesquisadora

  
 Prof. Dra. Maria Luisa Guillaumon Emmel  
 Orientadora

  
 Prof. Dr. Carlos A. Andreucci  
 Secretário Municipal de Educação  
 RG: 2.053.930-7

Ilmo. Sr.  
 Carlos Amerto Andreucci  
 Secretário Municipal de Educação

**ANEXO II – Checklist elaborado para avaliação dos edifícios**

<b>VAGAS PARA ESTACIONAMENTO</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>NÃO AVALIADO</b>
Existe estacionamento no edifício?			
A vaga fica próxima a entrada acessível?			
A vaga fica em rota acessível			
A vaga de estacionamento do edifício para PCD possui largura mínima de 2,50m?			
A vaga para PCD possui uma faixa de circulação livre de 1,20m?			
Sinalização horizontal SIA?			
Sinalização vertical para vagas em estacionamento interno com SIA?			
Existe vaga próxima a entrada acessível localizada na via pública?			
Possui Sinalização vertical de via pública com o SIA?			
Possui Sinalização horizontal com o SIA?			
A vaga para PCD possui uma faixa de circulação livre de 1,20m?			
Está em rota acessível?			
Possui guia rebaixada próxima a vaga reservada para PCD?			

<b>PASSEIO PÚBLICO</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>NÃO AVALIADO</b>
Existe calçada no local?			
Largura maior que 2,0m?			
Faixa livre central de 1,20m?			
A inclinação transversal é de no máximo 3%?			
O revestimento usado no piso tem superfície regular, estável, antiderrapante?			

<b>ACESSOS</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>NÃO AVALIADO</b>
A entrada é acessível?			
A entrada acessível é a principal?			
A entrada acessível é sinalizada corretamente com o (SIA)			

<b>RAMPA PRINCIPAL</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>NÃO AVALIADO</b>
Existe rampa no local?			
Largura mínima de 1,20m?			
Guia de balizamento com altura mínima de 0,05m?			
Patamares no início e final de cada segmento com dimensão longitudinal mínima de 1,20m?			
Patamares com dimensões iguais a largura da rampa?			
Existe patamar sempre que houver mudança de direção na rampa?			
Material antiderrapante, firme, regular e estável?			
Piso tátil de alerta, com largura entre 0,25 e 0,40cm antes do início e após o término de cada segmento?			
Inclinação máxima de 8,33%?			
Existe rampa em curva?			

<b>CORRIMÃO RAMPA PRINCIPAL</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>NÃO AVALIADO</b>
A rampa possui corrimão?			
A rampa possui corrimão de ambos os lados?			
Foi instalado em duas alturas com 0,70m e 0,92cm do piso, medidos da geratriz superior?			
Seção circular entre 3,5 a 4,5cm?			
Tem espaço livre entre a parede e o corrimão de no mínimo 0,4m?			
Material rígido e resistente?			
Contínuo sem arestas vivas?			



Prolongamento de 0,30m antes do início e depois do término da escada?			
Sinalização em braille?			
Anéis táteis quando houver mudanças de direção?			
Guia de balizamento com altura mínima de 0,05m?			
Existe guarda corpo?			
Guarda corpo com altura de 1,05m?			

<b>SANITÁRIOS</b>	<b>SIM</b>	<b>NAO</b>	<b>NÃO AVALIADO</b>
Existem sanitários adaptados?			
Boxe com entrada independente dos sanitários coletivos?			
Porta da cabine com vão livre de passagem com 0,80m?			
Sinalizada com o SIA?			
Maçaneta do tipo alavanca?			
Maçaneta Altura entre 0,90 a 1,10m do piso acabado?			
Porta com barras de apoio internas e externas?			
Área de transferência mínima de 0,80m x 1,20m?			
Área de manobra mínima com diâmetro de 1,50m?			
Local de transferência para vaso sanitário possui duas barras (fundo e lateral)?			
Barras de apoio com diâmetro de 3,0cm a 4,5cm?			
Barras de apoio fixadas na parede com uma distância de no mínimo 0,4m?			
Barra de apoio com comprimento mínimo de 0,80m, a 0,75m de altura?			
Barra laterais articuladas ?			
O assento da bacia tem altura entre de 0,43 a 0,46m com o assento?			
Bacia com caixa acoplada?			
Válvula de descarga com altura máxima de 1,00m?			

Lavatório suspenso permitindo a aproximação de usuário de cadeira de rodas?			
Altura máxima de 0,80m do piso acabado e 0,73m de altura livre?			
Sifão se não protegido é flexível?			
Mictório adaptado para PCD?			
Altura entre 0,60m e 0,65 do piso acabado?			
Barras verticais com altura de 0,75m do piso e comprimento de 0,70m			
Válvula de descarga a altura máxima de 1,00m acionada com leve pressão.			

<b>PLATAFORMAS VERTICAIS</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>NÃO AVALIADO</b>
Equipamentos eletromecânicos?			
Plataforma enclausurada?			
Possui piso de alerta demarcando a área para espera?			
Possui o SIA?			
Existe sinalização em Braille na botoeira externa?			
Existe sinalização em Braille na botoeira interna?			

<b>ESPAÇOS DE REUNIÕES</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>NÃO AVALIADO</b>
No edifício tem bilheteria?			
Ela está sinalizada com o SIA?			
O guichê está em rota acessível?			
O guichê tem altura máxima de 1,05 m do piso acabado?			
Existe área de aproximação para cadeira de rodas?			
Há sinalização em Braille?			
Na sala há espaços reservados para PCD?			

Os espaços reservados para PCD estão distribuídos em diferentes setores.			
Os espaços reservados para PCD estão próximos a rota acessível.			
Os espaços reservados para PCD estão posicionados em piso plano.			
Os espaços reservados para PCD garantem boa visibilidade, acústica e conforto?			
Os espaços reservados para PCD possuem cadeira próxima para acompanhante?			
Os espaços reservados para PCD permitem boa circulação para outras pessoas?			
O palco é acessível?			
Piso antiderrapante?			
Possui pessoas para auxiliar a PCD caso seja necessário?			

<b>BIBLIOTECA</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>NÃO AVALIADO</b>
<b>SALAS DE INFORMÁTICA</b>			
<b>ESPAÇO PARA EXPOSIÇÕES</b>			
Existe balcão de atendimento ou guichê acessível?			
Mesa para leitura permite aproximação?			
Mesa com computadores permite aproximação?			
Existe publicação em braille?			
Existe audiolivro disponível?			
Existem softwares que auxiliem na leitura e escrita de PCD física e visual?			
Réguas de leitura?			
Área utilizada para de pesquisa, consulta e de atendimento estão acessíveis?			
Existe distância de 0,90m entre as estantes?			
Nos expositores todos os objetos no alcance manual?			
Existem placas indicativas com versão em braille?			
Existe bebedouro acessível?			

Existe telefone público com recursos para deficientes visuais?			
--	--	--	--

<b>MAPA TÁTIL</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>NÃO AVALIADO</b>
No local existe mapa tátil?			
A superfície é horizontal			
A superfície é inclinada (até 15% em relação ao piso)			
Aproximação frontal de uma pessoa em cadeira de rodas?			
Nele existe informações em braile?			
Nele existe informações em auto-relevo?			

## **ANEXO III - Leis e normas de referência para a construção e manutenção de calçadas**

### **Norma técnica**

#### **NBR 9050**

Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

<http://www.mpdft.gov.br/sicorde/NBR9050-31052004.pdf>

### **Leis federais**

#### **Lei 7.853/1989**

Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L7853.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7853.htm)

#### **Lei 8.160/1991**

Dispõe sobre a caracterização de símbolo que permita a identificação de pessoas portadoras de deficiência auditiva.

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8160.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8160.htm)

#### **Lei 10.098/2000**

Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L10098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10098.htm)

#### **Lei 10.048/2000**

Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L10048.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10048.htm)

**Lei 9.503/1997**

Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9503.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9503.htm)

**Decreto Lei 5296/2004**

Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm)

#### ANEXO IV - Recomendações de Adequação

Na Biblioteca Euclides da Cunha, a vaga para veículos em via pública usada por PCD, fica em frente ao Centro Municipal de Educação Infantil (CEMEI) *Carmelita Rocha Ramalho*, uma creche que fica ao lado da biblioteca. A vaga foi sinalizada horizontalmente com o Símbolo Internacional de Acesso, SIA, e com a placa de identificação vertical, porém não há indicação correta quanto ao seu dimensionamento, que deve ser delimitado horizontalmente. A vaga deve estar em rota acessível, tornando obrigatório o rebaixamento de guia próxima a ela, de tal forma que seja possível um percurso livre de barreiras até o interior do lote onde está a biblioteca Euclides da Cunha.

Na Estação Cultura, a vaga reservada deve ser sinalizada verticalmente, e a inclinação do estacionamento que ocupa parte da via pública, deve ser suavizada para se adequar as necessidades do usuário. Há, no entanto, outro problema quanto à distância entre essa vaga e a entrada para PCD, que fica a uma distância superior a 50,0m do acesso pela parte posterior do edifício. Essa situação contraria a norma técnica e a legislação vigente que exige que a distância seja inferior a esse número. Considerando que hoje a entrada principal não é acessível, deve ser disponibilizada uma vaga no interior do lote em local próximo aos espaços de uso público. Uma forma de aproximar a vaga dos espaços seria através da entrada disponível atualmente para deficientes, que tem dimensões adequadas para passagem de veículos até a área que antecede a antiga plataforma coberta, local onde poderia ser disponibilizada uma vaga para veículos usado por PCD. Não há justificativa a atual situação da Estação Cultura.

As vagas utilizadas por deficientes no Teatro Municipal foram avaliadas e constatado que as medidas estavam corretas. Diante a necessidade de novas imagens das vagas em novembro de 2013, foi observado que as sinalizações horizontais foram cobertas pelo asfalto usado no recapeamento realizado em setembro de 2013.

Próxima à bilheteria, em local com menor inclinação na via pública, se comparado aos espaços no entorno do teatro, foi sinalizada uma vaga para deficientes. A vaga disponível próxima a entrada do Teatro de Arena na rua José Bonifácio, pode ser transferida para a rua Marechal Deodoro, em local onde a inclinação é menor e também é próxima da entrada para o Teatro de Arena. Embora essa não seja a solução ideal, é necessário considerar que as ruas que margeiam o teatro, tem inclinação acima do exigido nos parâmetros técnicos, e a condição topográfica não pode ser alterada.

Também deve haver uma mudança na grelha utilizada no escoamento de águas pluviais que fica ao lado da vaga para PCD próximo a entrada principal, suas hastes não estão corretamente dimensionadas, o que aumenta o risco de acidentes com as rodinhas da cadeira de rodas, bengalas, entre outro.

O único edifício com estacionamento no próprio lote é o Armazém Cultura onde na há vagas sinalizadas, cabendo ao usuário definir onde quer parar, no entanto, considerando 4,5m de largura que é o espaço disponível, é adequado e seguro que apenas dois carros utilizem o estacionamento ao mesmo tempo. Em casos onde há até 10 vagas para uso dos frequentadores, não é exigido segundo a norma técnica, vaga reservada para PCD<sup>525</sup>. No local, é recomendado o uso de um piso que atenda aos parâmetros técnicos de acessibilidade. Os desníveis no passeio público devem ser entre chanfrados para que o percurso fique em rota acessível.

Nos outros edifícios públicos onde funciona a Biblioteca Amadeu Amaral, o Museu da Ciência e Tecnologia e o Museu de Pedra, o usuário com deficiência deve parar em local não sinalizado porque não há vaga reservada em via pública ou no próprio lote. É necessário disponibilizar vaga próxima a entrada acessível, desobrigando o usuário a percorrer grandes distâncias por vias públicas. O passeio público deve ter boas condições para circulação da PCD, e segundo o resultado das avaliações a qualidade do piso disponível deve ser melhorada.

É recomendado que a área na lateral do imóvel seja alterada para 0,90m, e o piso deve ser mantido plano, regular e estável. O aumento de 0,10m na circulação que fica ao lado do estacionamento deverá diminuir o tamanho do espaço disponível para as vagas de veículos, mas ainda será possível ser utilizado como estacionamento.

Nos prédios localizados onde a via pública tem grande inclinação, é importante manter as entradas acessíveis nos locais mais planos.

Nos locais onde foram utilizadas pedras como revestimento de piso, o passeio deve ser repensado. Para evitar a retirada de todas as pedras, pode ser criada uma faixa central de circulação com 1,20m de largura, utilizando um piso acessível, e nesse caso, parte do piso pode ser preservado.

Na rampa do Armazém Cultura, as pedras devem ser substituídas por um piso regular, e no terraço que antecede a entrada, é recomendada uma faixa de circulação com piso adequado.

---

<sup>525</sup> Considerar o descrito na ANBT NBR 9050/2004– item 6.12.3.



Embora a entrada da biblioteca Amadeu Amaral fique em uma rua sem acive, o passeio próximo aos acessos para o interior do edifício, tem uma inclinação transversal acima do permitido, o passeio público precisa ser refeito e nivelado com o passeio público do imóvel ao lado.

No Museu de Pedra, o plano inclinado na calçada próximo à entrada precisa ser suavizado para que a inclinação atenda ao exigido na norma técnica. No interior do lote a pedra ferro deve ser substituída, ou assim como na calçada, parte dela pode ser retirada para a construção de uma faixa de circulação com 1,20m de largura.

Na Estação Cultura é necessária a construção de uma rampa que ofereça um acesso seguro junto à entrada principal e próxima aos locais de uso público do local.

Os rebaixamentos de guias são importantes para a acessibilidade no espaço público, por isso devem estar corretamente dimensionados para compor rota acessível. A avaliação mostra que a condição desses acessos compromete a ligação entre a via pública e o passeio, e em todos eles devem ser feitos ajustes quanto ao piso usado como revestimento, o piso tátil de alerta, o dimensionamento e o principal problema que são os desníveis entre o leito carroçável e o início da rampa. Essa é uma questão comum à medida que é feito um novo recapeamento e o asfalto antigo não é retirado, o desnível tende a aumentar. Como forma de amenizar essa diferença de altura que torna o uso da rampa perigosa, o asfalto deve ser chanfrado minimizando o desnível, porém, a solução não atende ao exigido na norma<sup>526</sup>.

Outra condição que deve ser mudada é quanto a qualidade dos percursos para deficientes visuais, não há sinalização tátil na calçada de seis edifícios avaliados, condição que exclui o deficiente visual do espaço público. Para adequar os locais, deve ser instalado piso tátil de alerta e direcional, cuja função é orientar pessoas com deficiência visual ou com baixa visão nos passeios públicos até a entrada dos edifícios, considerando a textura e a cor que devem contrastar com o piso usado no restante do passeio.

No Teatro Municipal, o piso tátil de alerta deve ser usado em situações que exigem atenção, como o início e término de escadas e rampas, em frente à porta de elevadores, em rebaixamento de guias no passeio e obstáculos que o deficiente não consiga rastrear com a bengala. A cor amarelada da pedra portuguesa não contrasta com o amarelo usado no piso tátil e deve ser trocado, o piso tátil direcional tem cor contrastante com o piso existente. Há um ponto no passeio público onde foi deixado um poste no caminho do deficiente visual, e

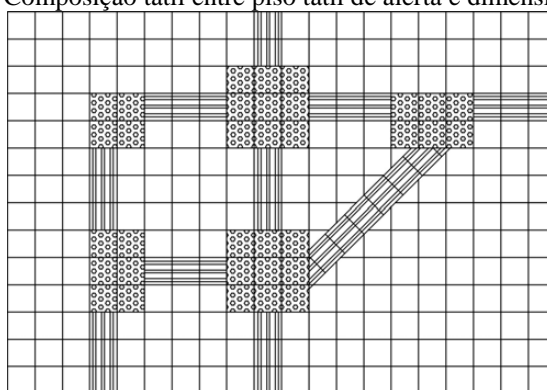
---

<sup>526</sup> Item 6.10.11.2 da ABNT NBR9050/2004 “Não deve haver desnível entre o término do rebaixamento da calçada e o leito carroçável.

essa condição deve ser alterada porque põe em risco a sua segurança. Falta sinalização adequada no passeio público.

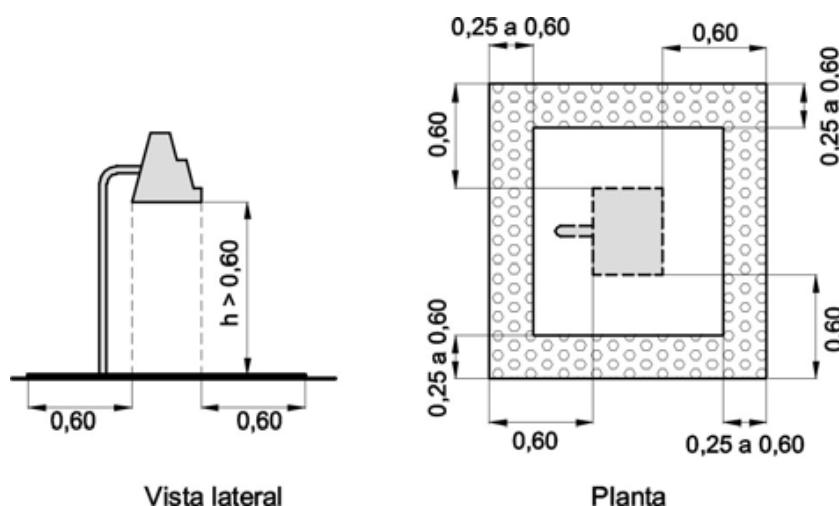
Na rampa e escada externas da biblioteca Euclides da Cunha, o piso tátil deve ser substituído por um com cor contrastante com o adjacente e dimensões corretas sem desnível. Em áreas externas com grande fluxo de circulação, é recomendado o uso de pisos assentados no contra *piso*. Pisos colados podem ser utilizados em áreas cobertas com pouco fluxo de pessoas. Como qualquer outra superfície, deve ser estável e antiderrapante.

Figura 255 - Composição tátil entre piso tátil de alerta e dimensional.



Fonte: ABNT – NBR9050/2004

Figura 256 - Piso tátil de alerta sinalizando o mobiliário urbano.



Fonte: ABNT – NBR9050/2004

No que tange os acessos, eles devem ser vistos como importantes elementos de interligação da área externa do lote com o interior do edifício. Em locais que recebem diferentes públicos, a criação de caminhos livres de barreiras interligando sem interrupções as

áreas dos edifícios, deve possibilitar uma circulação com autonomia e segurança para usuários com deficiência desde a via pública até as áreas de circulação coletiva e de uso comum como sanitários, bebedouros, mobiliários entre outros.

Ter entradas que podem ser usadas por deficientes, não significa que sejam espaços adequados, portanto devem ser adequados para atender as leis e normas vigentes, e principalmente, para que sejam locais convidativos para o público.

Considerados como importantes edifícios da cidade, a Biblioteca Amadeu Amaral e a Estação Cultura, não atendem aos parâmetros técnicos de acessibilidade e apresentam muitos problemas. Na Estação Cultura, a entrada principal feita por uma escada, precisa passar por mudanças e a amplitude do espaço na frente do edifício permite as necessárias alterações. Pode ser construída uma rampa com inclinação que atenda ao máximo exigido de 8,33%. O uso de uma plataforma vertical para a entrada, também pode ser estudado. É recomendado que as mudanças arquitetônicas considerassem a importância histórica do edifício.

Quando possível, no caso de reformas, e sempre nos novos projetos, a entrada de PCD deve ser feita pelo acesso principal. Quando não for possível, deve haver uma entrada acessível secundária, próxima a principal e dos locais de uso público.

A rampa de acesso no Armazém Cultura precisa ser refeita para se adequar as exigências técnicas, considerando a inclinação de até 8,33%.

Nos edifícios onde há plataformas verticais, elas devem ser sinalizadas com o SIA em todos os pavimentos, e na biblioteca Euclides da Cunha, deve ser considerada a troca da plataforma por uma que atenda as especificações técnicas quanto ao dimensionamento interno. Deve ser disponibilizado aviso sonoro que indique os pavimentos.

Há outros problemas encontrados nos outros locais avaliados, que podem ser resolvidos com relativa facilidade, como a colocação e troca de puxadores adequados ou maçanetas do tipo alavancas nas portas, desníveis que devem ser chanfrados, retirada ou a substituição do capacho em local de fluxo de pessoas por um que seja embutido no piso, evitando desníveis que podem provocar acidentes, substituição de grelhas com largura e hastes que atendam os parâmetros exigidos na ABNT NBR9050/2004.

No Armazém Cultura e na Estação Cultura, edifícios onde as portas com folha dupla são originais e não atendem as especificações quanto ao vão livre de passagem quando uma das portas é mantida fechada, pode ser considerada a troca das portas desde que indicada após avaliação de profissionais habilitados em patrimônio, embora os edifícios não sejam tombados eles têm uma importância histórica para os locais onde estão inseridos. Se as portas forem mantidas, as folhas devem ficar abertas durante todo o período de funcionamento para

que a passagem não seja prejudicado. O mesmo acontece com as portas vai e vem, se mantidas, devem ser instalados visores como forma de evitar acidentes ou até mesmo pensar em uma forma de mantê-las abertas.

Quanto à aplicação de piso tátil nas áreas de circulação, eles devem ser feitos para indicar os acessos para o interior do lote, os percursos até a entrada que seja adequada para PCD, rampas, escadas, as áreas de uso comum como plataforma vertical, desníveis, balcão de atendimento, sanitários, bebedouro, telefone público e acessos, com possíveis variações de acordo com a estrutura e atividades desenvolvidas no local. A colocação do piso tátil de alerta deve indicar as situações de risco e o piso direcional deve garantir que o usuário se desloque com segurança, em rota acessível.

A sinalização de alerta deve ser instalada no mobiliário urbano que fica na circulação de forma a alertar o usuário.

O piso tátil instalado na biblioteca Euclides da Cunha, deve ser substituído porque as placas são menores que a medida exigida. Nos outros edifícios, não há piso tátil na circulação externa ou interna, devendo ser instalados após a realização de um projeto que indique locais necessários.

Nas escadas das bibliotecas devem ser coladas fitas antiderrapantes nos pisos e em todos os edifícios avaliados, fitas com cor contrastante sinalizando os degraus para orientação de pessoas com baixa visão.

O piso da “praça” na área externa do teatro deve ser avaliado porque foi constatada uma importante trepidação.

Figura 257 - Detalhe das placas de concreto na “praça” do Teatro Municipal. 2013



Fonte: Elaborada pela autora

Alguns elementos não interferem na estrutura dos edifícios e podem ser substituídos quando inadequados, como é o caso dos corrimãos que devem tornar o uso mais seguro e adequado para deficientes visuais e pessoas com deficiência física, por isso devem ser instalados nos dois lados em rampas e escadas com dimensões corretas.

Os erros se repetem nos edifícios avaliados, seção circular maior que o exigido na norma, falta de corrimão, guarda corpo sem corrimão, falta de corrimão duplo nas rampas e corrimão intermediário em escadas com largura superior a 2,40m, instalação na altura incorreta, distância inadequada em relação a parede e falta de prolongamento sem arestas vivas. Há a necessidade imediata da troca e colocação correta desses elementos.

O mesmo acontece nos sanitários, que segundo a ABTN NBR 9050/2004 e o artigo 22 do Decreto 5.296/2004 exigem o acesso irrestrito de pessoas com deficiência física aos sanitários, que dever estar adequados quanto à instalação dos acessórios e espaços internos. Segundo o que foi avaliado, não há sanitário que cumpra todas as exigências quanto às dimensões do espaço, barras de apoio que devem ser substituídas quando o diâmetro da seção circular não atender ao especificado na norma ou reinstalados com alturas e distância adequadas, vaso sanitário, altura dos lavatórios, acionamento das torneiras, sinalização, colocação de papelreira, saboneteira, espelho e sinalização que devem esta no alcance manual. Nos edifícios onde há sanitários adaptados, é possível fazer os ajustes, adequando-os, no entanto, faltaria sanitário acessível com entrada independente do sanitário coletivo, onde é possível a presença de acompanhantes.

No Armazém Cultura, na biblioteca Amadeu Amaral e Estação Cultura, devem ser feitas novas instalações sanitárias, garantindo aos frequentadores desses espaços o direito pleno a acessibilidade. Pequenas alterações podem facilitar ou dificultar muito o acesso e a independência do deficiente ao utilizá-lo.

Sobre os espaços nos edifícios onde há reunião de pessoas, foram constatadas inadequações comuns como a falta de rampa ou plataforma vertical para acesso de PCD pela frente do palco. A colocação de uma rampa com inclinação que atenda a norma nem sempre é viável pela falta de espaço, mas a colocação de uma plataforma é possível em todos os casos avaliados. O desnível do palco no Armazém Cultura e na biblioteca Amadeu Amaral, possibilita a colocação de uma rampa, nesse caso, a primeira fileira de cadeiras na frente do palco deve ser retirada. Nas escadas de acesso ao palco, é recomendado a colocação de corrimãos aumentando a segurança do usuário.

No Museu da Ciência e Tecnologia onde o acesso até a frente do palco é feito pelos degraus laterais, a plataforma serviria para a PCD que acessa o palco em nível pela circulação externa a sala, descer até o nível da plateia, caso necessário.

Todos os palcos devem ser sinalizados para deficientes visuais e nas rampas de circulação na biblioteca Amadeu Amaral e no teatro, o carpete deve ser substituído por um piso antiderrapante.

Quanto aos locais reservados para deficientes, eles não estão disponíveis em diferentes setores, de acordo com o recomendado. Os lugares devem estar distribuídos de forma a permitir a autonomia na escolha do local.

Nos espaços onde não há circulação adequada, o layout deve ser alterado considerando os parâmetros técnicos para garantir rota acessível. Quanto ao mobiliário, o expositores e bebedouro, o maior problema é a falta de espaço para aproximação e altura inadequada para alcance manual e visual de usuários de cadeira de rodas. Na brinquedoteca do Armazém Cultura, pode ser estudada a elaboração de um novo mobiliário infantil baseado nos princípios do desenho universal, buscando oferecer um espaço que contemple a diversidade.

Os bebedouros acessíveis podem ser recolocados considerando à altura exigida, e aqueles que não atendem a norma técnica, precisa ser substituídos. O mesmo deve acontecer com as mesas para atendimento ou para uso dos computadores que precisam ter altura inferior livre adequada.

Não é necessário substituir as prateleiras ou os expositores, basta acrescentar outras peças que permitam a aproximação e o alcance manual de pessoas sentadas. No museu da Ciência e Tecnologia e no Teatro Municipal, os puffs podem ser mantidos como assento e cadeiras ou poltronas com apoios laterais podem ser disponibilizadas, buscando aumentar a segurança. As cadeiras usadas no auditório da biblioteca Amadeu Amaral devem passar por manutenção.

Em todos os edifícios a sinalização tátil e visual deve ser colocada corretamente porque é uma parte importante de qualquer espaço acessível.

Outro instrumento importante é o mapa tátil, indisponível nos edifícios avaliados. Eles são capazes de auxiliar na percepção da distância, indicar o caminho de um local e espaços amplos como as quadras próximas a um edifício. Para isso é necessário usar uma escala adequada tornando possível mostrar o espaço urbano indicado. Os mapas são representações gráficas com textura, braile, alto relevo, palavras escritas com uma fonte ampliada de fácil entendimento e cores contrastantes, para facilitar o entendimento de pessoas com baixa visão.

Também pode conter símbolos que represente um objeto, como por exemplo, o desenho gráfico de uma escada ou uma rampa.

O resultado da avaliação dos edifícios mostra que há muito a ser feito quanto as questões que envolvem acessibilidade, mesmo nos edifícios que foram construídos ou passaram por reformas com a vigência de Leis e da ABNT NBR9050, não atendem ao exigido. Os espaços construídos como acessíveis buscam atender majoritariamente deficientes físicos, promovendo uma lacuna no que diz respeito às demais deficiências.

Embora o foco da pesquisa tenha sido os espaços de uso público, locais de uso exclusivo dos funcionários dos edifícios também devem ser acessíveis, para atender a funcionários que tenham alguma deficiência.